



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

SILVIO APARECIDO REDON

**A CONCEPÇÃO DE POBREZA DO ASSISTENTE SOCIAL E
AS IMPLICAÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Londrina
2019

SILVIO APARECIDO REDON

**A CONCEPÇÃO DE POBREZA DO ASSISTENTE SOCIAL E
AS IMPLICAÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Eliane Christine Santos de Campos

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

R319c Redon, Silvio Aparecido.

A concepção de pobreza do assistente social e as implicações para o exercício profissional / Silvio Aparecido Redon. - Londrina, 2019.
218 f. : il.

Orientador: Eliane Christine Santos de Campos.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Pobreza - Tese. 2. Exercício profissional - Tese. 3. Questão social - Tese. 4. Política de assistência social - Tese. I. Campos, Eliane Christine Santos de. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. III. Título.

CDU 36

SILVIO APARECIDO REDON

**A CONCEPÇÃO DE POBREZA DO ASSISTENTE SOCIAL E AS
IMPLICAÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Eliane Christine Santos de Campos.
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Prof^ª. Dr^ª. Luana de Souza Siqueira
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof^ª. Dr^ª. Mabel Mascarenhas Torres
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 01 de julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

O fazer pesquisa não se constitui em uma trajetória fácil. São muitos os desafios postos no caminho de quem decide se aventurar por esse rumo. O entusiasmo e a expectativa pela descoberta se fazem presente. Mesmo sendo um momento que exige grande compromisso e dedicação, após esses dois intensos anos, posso afirmar a grande satisfação que é escrever esses agradecimentos e fazer parte da construção do conhecimento do Serviço Social.

Muitos momentos se passaram e muitas pessoas acompanharam e contribuíram para a construção dessa dissertação. Algumas foram, outras ficaram; novos amigos pesquisadores, com ricos debates e contribuições. O final desse ciclo traz essas reflexões, um tanto quanto nostálgicas. Mas a partir daqui se inicia a perspectiva de novos recomeços, novos ares e novos desafios.

Meus primeiros agradecimentos são para a minha família, sempre presente e ao mesmo tempo entendendo minhas ausências. Com ela, tive todo o suporte e incentivo necessários para esse momento especial em nossas vidas. Obrigado por estarem comigo!

Agradeço à minha orientadora Eliane, pela parceria e por acreditar, junto comigo, na realização dessa pesquisa. Obrigado por toda compreensão e disponibilidade durante esse período, pela ajuda nos momentos de dificuldades e pela forma leve de conduzir nossas orientações. Foi uma fase importante da minha vida e fico feliz que você tenha feito parte dela.

Aos assistentes sociais participantes da pesquisa de campo, quero agradecer por terem aceitado meu convite para a entrevista, pela disponibilidade e receptividade. As entrevistas se constituíram num material de análise rico e provocativo. Meus sinceros cumprimentos de agradecimento a todos vocês, sujeitos da pesquisa, que contribuíram de forma grandiosa para tornar essa dissertação possível.

Às professoras Mabel Mascarenhas e Luana Siqueira, por terem aceitado o convite para a banca de qualificação e banca de defesa. Obrigado pelas ricas contribuições e questionamentos. Também às professoras Denise Fank e Jolinda Alves por terem aceitado o convite para serem suplentes das bancas.

À professora Ana Patrícia, por ter aceitado meu pedido para o cumprimento do estágio em docência junto, com o então, segundo ano da graduação, turma em que ministrava a disciplina de Política Social, senão um dos momentos mais ricos do mestrado. Agradeço também aos alunos, pela participação, respeito e carinho ao longo do ano letivo.

À Ana Cláudia, Tihara e Tatiane, três novas amigas que o mestrado me proporcionou e que compartilharam comigo momentos de dúvidas, mas também de muitas alegrias pelas nossas conquistas.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Obrigado por compartilharem seus conhecimentos e pelas ótimas aulas.

À Capes, pela bolsa de estudo que viabilizou a realização desse trabalho.

Aos amigos de vida, os quais não irei nominar para não correr o risco da injustiça. Obrigado pelos momentos étlicos e gastronômicos, por sempre estarem por perto, por toda ajuda e preocupação e por dividem comigo muitas dessas expectativas. Mesmo muito deles longe, sei da torcida e do carinho de todos, tornando os momentos de tormenta menos difíceis.

REDON, Silvio Aparecido. **A concepção de pobreza do assistente social e as implicações para o exercício profissional**. 2019. 218 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

A presente dissertação objetiva analisar as implicações, a partir da concepção de pobreza dos assistentes sociais que atuam na proteção social básica ofertada pelos Cras no município de Londrina, Paraná, para o exercício profissional. A pobreza é tomada como um dos elementos presentes na realidade a ser analisada pelos assistentes sociais para pensar estratégias de intervenção. Parte do pressuposto que há, no mínimo, duas possíveis concepções de pobreza que norteiam o exercício profissional do assistente social: uma é a concepção de pobreza resultante do modo de produção capitalista e tida como uma das expressões da “questão social”. A outra concepção deriva dos marcos regulatórios da Política de Assistência Social, vinculada ao Estado; uma perspectiva neoliberal que se alinha às orientações do Banco Mundial para a formulação de ações e políticas direcionadas ao enfrentamento da pobreza nos países em desenvolvimento. Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de tipologia explicativa, composta de revisão bibliográfica, seguida da pesquisa documental, tendo como fontes as legislações da Política de Assistência Social e as publicações do Banco Mundial, como os Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial e os Relatórios Anuais, e também da pesquisa de campo, com entrevistas semi-estruturadas com assistentes sociais trabalhadores dos Cras do município de Londrina, selecionados a partir da elaboração de uma categorização. Conta com dados de 11 entrevistas, sendo a amostra de um universo de 46 profissionais, realizadas com os Sujeitos selecionados e analisadas a partir da Análise de Conteúdo. Os resultados demonstram que a concepção de pobreza dos Sujeitos da pesquisa se vinculam com a expressa nas normatizações da Política de Assistência Social, se sobrepondo ao embasamento teórico crítico da formação. As implicações para o exercício profissional são intervenções mais imediatas, sem reflexão ou planejamento, na dificuldade ou impossibilidade de tensionamento para além do que está posto na Política. Portanto há uma relação entre a concepção de pobreza dos Sujeitos e o seu exercício profissional. Como a pobreza foi tomada como um dos elementos constitutivos da realidade do trabalho do assistente social, também é considerado para a análise os limites institucionais, as condições objetivas de trabalho e também a posição ideo-política dos Sujeitos.

Palavras-chave: Pobreza. Exercício profissional. “Questão social”. Política de assistência social.

REDON, Silvio Aparecido. **The conception of poverty of the social worker and the implications for professional exercise**. 2019. 218 p. Dissertation (Master's degree in Social Work and Social Policy) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the implications from the conception of poverty of the social workers who work in the basic social protection offered by Cras in the city of Londrina, Paraná, for the professional exercise. Poverty is taken as one of the elements present in the reality to be analyzed by the social workers to think strategies of intervention, going through the analytical and interventional dimensions of Social Work. Goes of the assumption is that there are two possible conceptions of poverty that guide the professional exercise of the social worker: one is the conception of poverty as resulting from the capitalist mode of production and one of the expressions of the “social question”. The other conception derives from the regulatory frameworks of the Social Assistance Policy, linked to the State; a neoliberal perspective that is aligned with the guidelines of the World bank for the formulation of actions and policies aimed at tackling poverty in developing countries. It is characterized as a research of a qualitative nature, of an explanatory typology, composed of a bibliographical review, followed by documentary research, from the sources os Social Assistance Policy and World bank publications, such as the World Development Repor and the World Bank Annual Reports, as well as field research, with interviews of social workers from the Cras of the municipality of Londrina, selected from the elaboration of a profile. The results show that the conceptions of poverty of the Subjects of the research are linked to the expressed in the norms of the Social Assistance Policy, overlapping with the critical theoretical framework of formation. The implications for professional practice are more immediative interventions, without reflection or planning, in the difficulty or impossibility of tensioning beyond what is set in the Policy. Therefore there is a relation between the concept of poverty of the Subjects and their professional practice. As poverty was taken as onde of the elements present in the reality of the social worker's work, institutional limits and objective conditions of work are also considered for analysis

Key words: Poverty. Professional exercise. “Social question”. Social assistance policy.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Formação dos assistentes sociais trabalhadores nos Cras no município de Londrina.....	19
Quadro 2	– IES dos assistentes sociais trabalhadores nos CRAS no município de Londrina	19
Quadro 3	– Ano de formação dos assistentes sociais trabalhadores nos Cras no município de Londrina	20
Quadro 4	– Distribuição dos assistentes sociais nos Cras do município de Londrina	20
Quadro 5	– Ano de ingresso dos assistentes sociais trabalhadores dos Cras na PML	21
Quadro 6	– Tempo de trabalho dos assistentes sociais nos Cras do município de Londrina	21
Quadro 7	– Sujeitos selecionados para a pesquisa de acordo com os critérios pré-estabelecidos.....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
AIT	Associação Internacional dos Trabalhadores
BM	Banco Mundial
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CF	Constituição Federal
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COS	<i>Charities Organisation Society</i>
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
IGBE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituição de Ensino Superior
IFIs	Instituições Financeiras Internacionais
FMI	Fundo Monetário Internacional
LGAC	Lei Geral da Acumulação Capitalista
LIP	Linha Internacional da Pobreza
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LPS	Linha de Pobreza Social
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PAS	Política de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PML	Prefeitura do Município de Londrina
PMTR	Programa Municipal de Transferência de Renda
PSB	Proteção Social Básica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PTR	Programa de Transferência de Renda
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO ANALÍTICA E INTERVENTIVA DA E NA REALIDADE: APROXIMAÇÃO AO DEBATE	36
1.1 A NATUREZA E A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL: DUAS TEORIAS CONFLITANTES.....	36
1.2 O SERVIÇO SOCIAL E A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS	52
1.2.1 A Produção e Reprodução dos Meios de Produção e Das Relações de Produção Capitalista Segundo a Visão Marxiana.....	52
1.2.2 O Serviço Social como Partícipe da Reprodução das Relações Sociais de Produção Capitalista.....	56
1.3 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO ANALÍTICA E INTERVENTIVA.....	66
CAPÍTULO 2 – EXPLORAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: O DEBATE DA CATEGORIA POBREZA PELO SERVIÇO SOCIAL	74
2.1 COMPREENDENDO OS DETERMINANTES HISTÓRICOS-SOCIAIS DO SURGIMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL”	75
2.1.1 A Largada Histórica do Processo: A Acumulação Primitiva em Marx.....	75
2.1.2 A Lei Geral da Acumulação Capitalista e a Emergência do Pauperismo: A Estrutura Capitalista e a Constituição da “Questão Social”	80
2.2 VINCULAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E “QUESTÃO SOCIAL”	93
2.3 MARX E A “QUESTÃO SOCIAL” NO SERVIÇO SOCIAL: A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PREDOMINANTE.....	97
2.4 O CONCEITO DO TERMO “QUESTÃO SOCIAL”: POSSIBILIDADE DE MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES.....	103
CAPÍTULO 3 – A POBREZA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	115
3.1 BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO.....	116
3.1.1 O Neoliberalismo a Nível Global	116

3.1.2	Os Ajustes Neoliberais na América Latina.....	122
3.2	A POBREZA DA POBREZA DO BANCO MUNDIAL	128
3.2.1	A Interface Entre o Neoliberalismo e o Banco Mundial: Incidência na Pobreza	128
3.2.2	O Banco, o Desenvolvimento e as Políticas: Reflexos da Concepção de Pobreza	130
3.3	CONCEPÇÕES DE POBREZA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL	153
3.3.1	A Pobreza na Política de Assistência Social	154
3.3.2	A Concepção de Pobreza que Direciona o Exercício Profissional do Assistente Social e as Implicações para seu Exercício Profissional	168
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
	REFERÊNCIAS	195
	ANEXOS	204
Anexo A	– Levantamento de Dados dos Assistentes Sociais dos Cras de Londrina.....	205
Anexo B	– Roteiro para entrevista semiestruturada	213
Anexo C	– Declaração de Concordância dos Serviços Envolvidos e/ou de Instituição Co-Participante	214
Anexo D	– Parecer favorável do Comitê de Ética	215

INTRODUÇÃO

A publicação *La pobreza y la prosperidade compartida*, do Grupo Banco Mundial (2018), revela que o número de pessoas vivendo na extrema pobreza é perturbador. De acordo com o mais recente levantamento registrado, realizado em 2015, 10% da população no mundo vive com menos de U\$ 1,90 por dia. É um total de 736 milhões de pessoas. Apesar das investidas da instituição, a taxa continua alta nos países de renda média baixa e naqueles afetados por conflitos e perturbações políticas, principalmente os pertencentes à África Subsaariana. Isso compromete a meta do Banco de diminuir, até 2030, para menos de 3% o número de pessoas que vivem nessa condição. A publicação ainda aponta que quase metade da população global, cerca de 46%, vive com menos de U\$ 5,50 ao dia, ao passo que um quarto da população vive com menos de U\$ 3,20 ao dia.

Para além da pobreza monetária, considerando o bem-estar das pessoas e a garantia de acesso a um conjunto de serviços básicos, o quadro é ainda pior. Uma amostra realizada com 119 países, em 2013, revelou que 1 em cada 8 pessoas são pobres em termos monetários, mas 8 em cada 9 sofrem de carência em alguma outra dimensão, comprometendo o acesso a alimentos, água e serviços de infraestrutura básicos. Esse é apenas o panorama mundial mais geral, mas evidencia as consequências do modo de produção capitalista sobre a população (BANCO MUNDIAL, 2018). A pobreza é tema de interesse de diferentes áreas do conhecimento e, particularmente, do Serviço Social por se constituir como uma das expressões da “questão social” em que atua o assistente social.

O interesse pelo tema pobreza, suas formas institucionalizadas de enfrentamento e como aquela reverbera na consciência da categoria profissional, mas considerando o recorte para essa pesquisa, o município de Londrina, no estado do Paraná, bem como o entendimento da importância da sua discussão, surgiram a partir de dois momentos que, mesmo interligados, se despontaram através de formas diferentes de percepção.

Um, foi o processo de elaboração e construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o qual foi defendido em banca no ano de 2016, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). A pesquisa, para avaliar a efetividade da alocação de recursos do Programa Municipal de Transferência de Renda (PMTR), do município de Londrina, Paraná, exigiu um acompanhamento mais sistemático das famílias que, justamente por receberem tal benefício, eram consideradas as mais pobres em seus territórios, pelo menos enquanto referenciadas no

Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e dentro dos limites de inserção do programa. Após o término do trabalho, algumas constatações: o baixo valor transferido aos beneficiários, apesar de grande expressão na renda familiar, ocorre de forma estritamente meritocrática e condicionada – e aqui elencando vários fatores, indo das determinações legais da política até a insuficiência de recursos, mas também passando pelo crivo do profissional; a verificação de um aumento cada vez maior de demanda pelo benefício – trabalhadores que tem sua subsistência comprometida por não conseguirem se inserir no mercado formal. Sem mencionar os pobres economicamente ativos¹ que, mesmo trabalhando formalmente, apresentam grande dificuldade de garantir a satisfação de suas necessidades e não são cobertos pela assistência social, se formatando em um público restringido pelas condicionalidades que caracterizam os Programas de Transferência de Renda (PTR), limitando, com isso, sua abrangência.

O outro momento de aproximação, o que mais gerou a necessidade de investigação do tema, foi a experiência de estágio obrigatório, realizado no Cras Centro B, localizado no mesmo município supracitado, no período de 19/09/2014 à 27/01/2016, espaço que propiciou as vias de concretizar o estudo para o TCC. A partir da vivência com profissionais, alguns questionamentos acerca do universo da profissão foram surgindo e exigindo uma compreensão mais profunda sobre a questão.

Partimos do princípio que a pobreza é um dos elementos constitutivos da realidade analisada pelo profissional inserido em diferentes espaços sócio ocupacionais, propiciados pela Política de Assistência Social (PAS), para estabelecer estratégias de intervenção junto à população. Essa categoria não se constitui em mero pano de fundo para o exercício profissional, mas atravessa as dimensões analítica e interventiva da profissão. Definimos o Cras para realizar a pesquisa por ser considerado como a porta de acesso para a rede de proteção da assistência social, sendo estruturado nos territórios, o que possibilita uma grande inserção de famílias à essa rede de proteção, e cuja condição de pobreza se afirma como uma característica da população atendida. Também a justificativa da escolha decorre da experiência de estágio já mencionada. É entorno do Cras que se organizam os serviços da Proteção Social Básica (PSB), tendo por objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, propostos na Política de Assistência Social.

¹ Tomemos de empréstimo o termo trabalhado por Mota (2009, p. 136) para designar “os que tem trabalho, mas com renda insuficiente para garantir suas condições de vida”, o que demonstra que a combinação entre previdência social e assistência social se depara com dificuldades para garantir a proteção social em um país como o Brasil, marcado por um sociedade de trabalho precarizado (MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____ (Org.). **O mito sobre a assistência social**. Ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 133-146.

A proposta inicial dessa pesquisa visava uma discussão em torno da “questão social”². Contudo, pressupõem-se que os profissionais, quando da menção ao termo, o conectariam à relação capital/trabalho. Mas com a utilização da expressão “pobreza”, os assistentes sociais teriam a mesma perspicácia? A partir de um movimento analítico a compreenderiam enquanto uma manifestação da “questão social”, derivada dessa mesma relação, calcada na exploração de classes num processo de acumulação? A entenderiam como um processo social e histórico decorrente do modo de produção? A partir da construção dos assistentes sociais sobre a pobreza quais respostas às demandas sociais são construídas no exercício profissional? O que o profissional pensa sobre elas? Essas respostas variam de acordo com a compreensão que fazem da pobreza, podendo ser mais imediatas, automáticas e fragmentadas, ou buscando formas de inserção política dos usuários na perspectiva de ampliação e legitimação de seus direitos?

Partindo das indagações sumariadas, o objeto deste estudo ficou assim definido: *as implicações, a partir da concepção de pobreza dos assistentes sociais que atuam na proteção social básica ofertada pelos Cras, no município de Londrina, Paraná, para o exercício profissional*. Como objetivo geral: analisar as implicações, a partir da concepção de pobreza dos assistentes sociais que atuam na proteção social básica ofertada pelos Cras no município de Londrina, Paraná, para o exercício profissional. Para alcançar o objetivo proposto, estabelecemos quatro objetivos específicos: 1) evidenciar a categoria pobreza no debate do Serviço Social enquanto expressão da “questão social”; 2) compreender como a categoria pobreza é aprendida pela Política de Assistência Social, considerando-a como uma política protetiva e de enfrentamento à pobreza no Brasil; 3) identificar qual o entendimento sobre a pobreza dos assistentes sociais que atuam junto à política de assistência social, no âmbito da proteção social básica, no município de Londrina/Paraná e; 4) explicitar as principais respostas direcionadas para as demandas que se apresentam ao assistente social no cotidiano profissional, sinalizando suas limitações e potencialidades.

A relevância da pesquisa se remete ao momento de vigência neoliberal, em que as respostas à “questão social” se movem para a prestação de serviços via mercado ou são repassadas como responsabilidade da sociedade, marcando a retração do papel do Estado, com políticas focalizadas e residuais. A crise generalizada do capital se expressa na compressão dos direitos sociais e repõem, em escala maximizada, os efeitos do processo de

² O uso das aspas em torno do termo “questão social”, recurso usado por alguns autores do Serviço Social, decorre de sua origem conservadora e também por ela não se constituir enquanto categoria realmente existente, de acordo com os termos de Marx.

acumulação do sistema econômico. Momento este, que a “*a população está empobrecendo [...] A gente [assistentes sociais dos Cras] não está atendendo mais o pobre, agora é o miserável*” (Sujeito 6). Enquanto categoria profissional que atua na reprodução das (contraditórias) relações sociais, o Serviço Social se depara com limites, desafios e potencialidades. Contudo, um ponto chave na luta dos direitos é a plena compreensão da realidade e de seu movimento. Essa clareza da estrutura social possibilita alargar a discussão necessária sobre a ampliação dos direitos sociais, o papel da sociedade organizada e a necessária intervenção profissional. Sem isso, os assistentes sociais correm o risco de perderem sua criticidade, a força de luta e a indignação perante as demandas que se apresentam no seu cotidiano de trabalho.

Para a realização dessa pesquisa entendemos que há, no mínimo, duas possíveis concepções de pobreza que norteiam o trabalho do assistente social: uma é a concepção de pobreza entendida como expressão da “questão social”, resultante da consolidação do modo de produção capitalista, enquanto uma de suas expressões, ligada à teoria marxiana e que está presente na formação acadêmica do curso de Serviço Social. A outra concepção é expressa nos marcos regulatórios da Política de Assistência Social, vinculados à figura do Estado como instância empregatícia de maior presença no Brasil; uma perspectiva neoliberal, cujas formulações se estreitam à presença dos organismos internacionais que se forjam enquanto indutores de ações e políticas voltadas ao alívio e enfrentamento da pobreza nos países em desenvolvimento. Não descartamos a expectativa de outras concepções de pobreza se apresentarem nos discursos dos profissionais, as quais serão devidamente expostas e analisadas.

O conceito é uma ideia ou noção, uma representação geral e abstrata da realidade, de um elemento concreto ou abstrato. A concepção é uma forma particular do entendimento de determinado conceito, o que pode não corresponder à forma de entendimento de outras pessoas. Assim, a ideia do significado do conceito de pobreza é distinta entre os indivíduos, a partir de suas concepções particulares.

Considerando o objetivo e a perspectiva teórica, a metodologia proposta será apresentada a seguir.

Defendendo que teoria e método são inseparáveis no tratamento de um objeto ou problema de pesquisa, Minayo (2010) define a metodologia:

- a) como a discussão epistemológica sobre o “caminho do pensamento” que o tema ou objeto de investigação requer; b) como apresentação adequada e

justificada dos *métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos* que devem ser utilizados para as buscas relativas às indagações da investigação; c) e como o que denominei de criatividade do pesquisador, ou seja, a sua marca pessoal e específica na forma de articular teoria, métodos, achados experimentais, observacionais ou de qualquer outro tipo específico de repostas às indagações científicas (MINAYO, 2010, p. 44, grifo no original).

A metodologia se refere ao percurso elegido pelo pesquisador que melhor responda e justifique suas escolhas para viabilizar a realização da pesquisa enquanto projeto teleologicamente estruturado. São esses elementos presentes na metodologia elencados pela autora que nortearão e justificarão as opções metodológicas para esse trabalho.

O método de pesquisa que baliza o presente estudo é o *materialismo histórico e materialismo dialético* elaborado por Marx depois de 15 anos de pesquisa e presente na Introdução dos manuscritos Elementos fundamentais para a crítica da economia política. Rascunhos. 1857-1858. O primeiro determina o percurso teórico da dinâmica do real por meio da abstração e que não se mostra de forma imediata; o conhecimento teórico é o conhecimento do concreto que constitui a realidade. O segundo aborda a realidade de forma a compreender a provisoriedade e transitoriedade das categorias enquanto elementos realmente existentes e parte do objeto, não sendo estáticos perante o tempo histórico. Nesse caso, “as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco” (NETTO, 2011b, p. 46).

Assim, a teoria visa conhecer o objeto em sua existência real, sua estrutura e dinâmica, através de sucessivas aproximações. É a reprodução, no plano ideal e por meio da abstração, do movimento real do objeto pesquisado, superando a aparência e compreendendo sua essência mediante a apreensão das múltiplas determinações enquanto traços pertinentes aos elementos que constituem a realidade que o compõem (NETTO, 2011b). Essa é, segundo Marx (2016, p. 28) a inversão da dialética hegeliana, pela qual o “ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ele interpretado”.

A pobreza no capitalismo, enquanto categoria, é historicamente determinada e socialmente produzida, inserida na totalidade dinâmica - já que marcada por seu caráter contraditório - e concreta que é a sociedade burguesa, sendo portanto histórica e transitória. É pela totalidade dessas relações, expressa pela base econômica da sociedade e sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, que se faz a busca pela origem, desenvolvimento e permanência da pobreza na sociedade capitalista, atentando à sua historicidade. A concepção de pobreza dos assistentes sociais, enquanto sujeitos partícipes da pesquisa e desenvolvida a partir da leitura que fazem da realidade, bem como sua intervenção

nessa mesma realidade, não são tidas como polos opostos e monolíticos, mas uma unidade no diverso, carregada de determinações, que perpassam o exercício profissional.

A partir do método exposto, a proposta é pensar a pobreza a partir de uma totalidade concreta, fomentando uma compressão que extrapole as condições mais gerais da pobreza enquanto categoria histórica, mas particularizando seus aspectos na sociedade capitalista, evidenciando o que é característico dessa época: sua produção social na mesma razão à produção de riquezas; aspecto perpassado pela condição de classe e pela propriedade privada. Além disso, pensar o indivíduo que vive a situação de pobreza, em suas condições objetivas diante dessa realidade e de como o assistente social compreende essa problemática.

Marx (2016) ainda difere os métodos de exposição e o da pesquisa:

A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre eles. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal a vida da realidade pesquisada (MARX, 2016, p. 28).

A pesquisa, mediante os objetivos apresentados, caracteriza-se por uma pesquisa de *natureza qualitativa*, de *tipologia explicativa*. Partimos do pressuposto de que as manifestações da realidade social se evidenciam de forma particularmente qualitativa, o que impede conclusões exatas, fechadas (HENRIQUES e MEDEIROS, 2000). A pesquisa qualitativa é utilizada para entender a realidade social através de um conjunto de fenômenos humanos que não são possíveis de aferir de forma quantitativa, como valores, crenças e atitudes, inseridos num universo de representações, relações e intencionalidades. O ser humano é concebido não apenas por agir, mas por pensar e interpretar suas ações no contexto de uma realidade vivida (MINAYO, 2015). “As abordagens qualitativas se conformam melhor a investigação de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e documentos” (MINAYO, 2010, p. 57). Dessa forma, a pesquisa qualitativa visa aprofundar a leitura da realidade social incorporando intencionalidades e significados que possibilitem a compreensão de certos fenômenos não mensuráveis quantitativamente. Já a pesquisa explicativa busca identificar as causas do fenômeno estudado, além de registrá-lo e analisá-lo (SEVERINO, 2016).

Para responder ao problema e atingir os objetivos propostos, o caminho percorrido pela pesquisa seguiu os seguintes passos metodológicos: *revisão bibliográfica*, *pesquisa documental* e *pesquisa de campo*.

A revisão bibliográfica é construída a partir de produções trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas em documentos como livros, artigos, teses, se objetivando como fonte de estudo do tema (SEVERINO, 2016). Assim, para iniciar a proposta, na revisão bibliográfica foram identificados livros, capítulos de livros e artigos sobre a categoria pobreza enquanto expressão da “questão social”, contemplando seus fundamentos e desdobramentos sociais e também a pobreza sob a perspectiva neoliberal que orienta as políticas para seu enfrentamento. Nessa fase, alguns autores tomados como referência para uma análise aproximativa foram: M.S. Bresciani; F. Engels; K. Marx; K. Polanyi; João M. Pereira; D. Harvey; P. Salama; L. Siqueira; R. B. Santos Júnior, dentre outros. Além disso, o esforço bibliográfico contemplou o Serviço Social como profissão, partícipe do processo de reprodução das relações sociais capitalistas, evidenciando suas dimensões analítica e interventiva. Essa etapa se realizou também através de pesquisa em revistas especializadas na área do Serviço Social. Aqui, com destaque para M. Iamamoto; J. P Netto; N. L. T. Almeida e M. M. T. Alencar; M. M Torres e D. M. F. Almeida.

A pesquisa documental foi realizada para evidenciar a compreensão da pobreza nos marcos regulatórios da Política de Assistência Social. Aqui o objetivo foi entender como essa categoria é normatizada e a questão apreendida institucionalmente, tendo por fonte documentos que balizam o exercício profissional do assistente social. Para isso, os documentos consultados foram a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Caderno de Orientações do Centro de Referência de Assistência Social, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Além desses, se constituíram documentos pertinentes para a pesquisa as publicações oficiais do Banco Mundial sobre os temas pobreza e desenvolvimento.

A pesquisa de campo permite ao pesquisador a aproximação da realidade em que se insere o objeto, além de possibilitar a interação com o ator que vive a realidade. No campo, sujeito/objeto e pesquisador se inserem em uma interação social, em que o resultado é uma descoberta construída a partir das disposições em posse do investigador (MINAYO, 2015). É o momento de realizar a entrevista por meio da aplicação do questionário formulado de acordo com o objetivo da pesquisa e, posteriormente, classificar, categorizar, descrever e analisar os dados (CHIZZOTTI, 1991). A pesquisa de campo realizou-se com profissionais assistentes sociais atuantes nos Cras, do município de Londrina, Paraná, local em que tive a oportunidade de construir minhas primeiras elaborações sobre o objeto de pesquisa e serem considerados as portas de entrada para a rede de proteção social da assistência social para um grande número de famílias, além de estarem localizados nos territórios.

O município de Londrina possui dez Centros de Referência de Assistência Social: Cras Centro A; Cras Centro B; Cras Norte A; Cras Norte B, Cras Oeste A; Cras Oeste B; Cras Sul A; Cras Sul B; Cras Leste e Cras Rural. Todos os Cras mantêm, em pleno exercício da profissão, 48 (quarenta e oito) assistentes sociais³ compreendidos enquanto uma população que “designa a totalidade dos indivíduos que possuem as mesmas características definidas, para um determinado estudo” (RUDIO, 2000, p. 60): nesse caso, assistentes sociais, trabalhadores da proteção social básica do município de Londrina. Dessa população total, foi selecionada uma amostra de 15 (quinze) assistentes sociais. A amostra, visando garantir a representatividade do universo, foi *intencional*, portanto *não-probabilística*, se utilizando de meios adequados (nesse caso, a caracterização dos assistentes sociais que se constituem enquanto população para a pesquisa) para a escolha da amostra que atenda o objetivo do trabalho, não servindo para realizar uma generalização sobre o total da população (RUDIO, 2000, p. 62-63).

Para maior compreensão dos sujeitos e definição da amostra, foi realizado um processo de identificação das unidades de Cras localizadas em Londrina e a caracterização do universo de pesquisa.

O município de Londrina possui, atualmente, dez⁴ Cras em que atuam quarenta e oito (48) assistentes sociais. *A priori*, a intenção inicial da proposta era a realização de entrevista com, ao menos, um profissional de cada Cras, abrangendo todas as regiões do município. Para a escolha dos sujeitos participantes da pesquisa foi criada uma caracterização a partir de um levantamento feito em todos os Cras que contemplava as seguintes informações: nome; formação; formação continuada; modalidade de ensino; a instituição de ensino superior; o ano de formação; cargo ocupado; regime de trabalho; ano de ingresso na Prefeitura Municipal de Londrina (PML); local de trabalho e o tempo de trabalho no atual local (os quadros estão em anexo). Vale ressaltar que duas assistentes sociais não participaram dessa caracterização por motivos pessoais; portanto, os dados se referem a quarenta e seis (46) profissionais (os dados desse primeiro momento da pesquisa de campo estão em anexo). A descrição da caracterização conta com um quadro referente aos dados para melhor

³ O total de profissionais atuantes na proteção social básica de Londrina/PR foi levantado através dos dados elaborados em uma planilha construída pelo pesquisador e que foi encaminhada para os Cras via e-mail e preenchida pelos assistente sociais.

⁴ Londrina é um município de Grande Porte (de 100.001 a 900.000 habitantes). A equipe de referência, para a Proteção Social Básica varia de acordo com o porte dos municípios. Para os de Grande Porte, a legislação (NOB/RH – Suas) estabelece um Cras a cada 5.000 famílias referenciadas, com 4 técnicos de nível superior, sendo dois assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõem o Suas. Cabe salientar que devido às suas especificidades, Londrina conta com um Cras Rural para atender os oito Distritos: Espírito Santos, Irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquerê, São Luíz e Warta.

compreensão.

Sobre a formação acadêmica dos profissionais, todos (46) possuem graduação em Serviço Social. Desse total, duas (02) assistentes sociais possuem outra graduação: uma também é formada em Teologia e a outra em Relações Públicas. Sobre a formação continuada, trinta e cinco (35) profissionais declararam ter algum tipo de especialização. Desse número, alguns possuem mais de uma especialização: uma tem duas especializações; duas assistentes sociais têm três especializações cada uma e um profissional declarou ter quatro especializações. Dentre as especializações mencionadas estão: Trabalho Social com Famílias; Gestão Pública com ênfase no Suas; Gestão em Serviço de Saúde; Gestão em Gerontologia. Seis (6) profissionais concluíram o mestrado, todos na Universidade Estadual de Londrina, e uma (01) é mestranda, na mesma instituição. Quatro (4) assistentes sociais possuem somente a graduação. Os dados estão organizados no Quadro 1. Todos os quarenta e seis (46) participante da criação da caracterização para a pesquisa são formadas pela modalidade presencial de ensino.

Quadro 1 - Formação dos assistentes sociais trabalhadores nos Cras no município de Londrina

Grau de Formação	Total de assistentes sociais
Especialização	35
Mestrado	6
Mestrado em andamento	1

Fonte: o próprio autor

Quanto à Instituição de Ensino Superior (IES), quarenta e dois (42) profissionais são formados pela UEL. Quatro são formados em outras instituições: uma pela Fecea; uma pela Unespar/Fecea; uma pela Unespar/Fafipa e uma pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). O ano de formação dos assistente sociais é o dado mais diverso que foi coletado: 1984, 1; 1988, 3; 1989, 2; 1990, 1; 1992, 1; 1998, 2; 1999, 2; 2000, 1; 2002, 2; 2003, 4; 2004, 3; 2005, 3; 2006, 3; 2007, 3; 2008, 4; 2010, 4; 2011, 3; 2012, 2; 2014, 1; 2015, 1. Esses dados estão dispostos, respectivamente, nos Quadros 2 e 3.

Quadro 2 - IES dos assistentes sociais trabalhadores nos CRAS no município de Londrina

IES	Total de assistentes sociais
UEL	42
Fecea	1
Unespar/Fecea	1
Unespar/Fafipa	1
UFMT	1

Fonte: o próprio autor

Quadro 3 - Ano de formação dos assistentes sociais trabalhadores nos Cras no município de Londrina

ANO	1994	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nº Profissionais	1	3	2	1	1	2	2	1	2	4	3	3	3	3	4	4	3	2	1	1		

Fonte: próprio autor

Os assistentes sociais, como mostrado no Quadro 4, estão assim distribuídos nos Cras: Centro A, 3; Centro B, 2; Leste; 8, Oeste A, 4; Oeste B 4; Norte A, 6; Norte B, 7; Rural, 6; Sul A, 4; Sul B, 4. Dos profissionais, todos em regime de trabalho estatutário, sendo que cinco (5) se intitularam como coordenadores do Cras, enquanto quarenta e um (41) como técnicos.

Quadro 4 - Distribuição dos assistentes sociais nos Cras do município de Londrina

Cras	Centro A	Centro B	Leste	Oeste A	Oeste B	Norte A	Norte B	Rural	Sul A	Sul B
Nº Profissionais	3	2	8	4	4	6	7	6	4	4

Fonte: próprio autor

O ano de ingresso na Prefeitura Municipal de Londrina é também bastante abrangente, variando em mais de três décadas: 1987, 1; 2000, 6; 2004, 5; 2010, 1; 2011, 9; 2012, 5; 2013, 1; 2014, 1; 2015, 9, 2016, 1 e 2018, 7. Os dados referentes a esse item do perfil está sistematizado no Quadro 5, abaixo. Claramente se constata um aumento significativo da

constratação de assistentes sociais após a implementação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), em 2004.

Quadro 5 - Ano de ingresso dos assistentes sociais trabalhadores dos Cras na PML

Ano	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	8	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1
	7	0	4	0	1	2	3	4	5	6	8
Nº profissionais	1	6	5	1	9	5	1	1	9	1	7

Fonte: próprio autor

Sobre o tempo de trabalho no Cras em que o assistente social encontra-se alocado atualmente, há uma variação considerável, de meses até sete (07) anos no mesmo ambiente de trabalho: quinze (15) profissionais estão atuando há menos de um ano no seu local de trabalho. Cinco (05) estão há cerca de uma ano; sete (07) há no máximo dois anos; oito (08) atuam no mesmo Cras há três anos; quatro (04) assistentes sociais estão há quatro anos no mesmo local; dois (02) estão há seis anos e cinco (05) profissionais se mantêm vinculados no mesmo Cras há sete anos.

Quadro 6 - Tempo de trabalho dos assistentes sociais nos Cras do município de Londrina

Tempo	Menos de um ano	Um ano	Máximo de dois anos	Três anos	Quatro anos	Seis anos	Sete anos
Nº profissionais	15	5	7	8	4	2	5

Fonte: próprio autor

Devido ao número de profissionais que atuam nos Cras, sujeitos privilegiados para a pesquisa, e a impossibilidade da realização de entrevistas com todos eles, foram estabelecidos cinco critérios de seleção: 1) *tempo mínimo de um ano de atuação no Cras*; 2) *profissionais que se formaram em outras instituições de ensino superior, além da Uel*; 3) *profissionais com maior tempo de formação profissional*; 4) *profissionais que estão atuando há mais tempo no mesmo Cras* e; 5) *profissionais que atuam em Cras com maior*

número de assistentes sociais.

A intenção de selecionar um assistente social de cada Cras foi inviabilizada porque o *primeiro critério* de seleção foi o tempo de atuação profissional: foi estabelecido o mínimo de um ano no atual local de trabalho sob a justificativa de maior conhecimento, vivência e apreensão da dinâmica do trabalho, do território e dos sujeitos/famílias que são referenciados e atendidos pelo Cras de referência. Por esse critério, dois Cras, o Oeste B e o Sul A, não foram contemplados para a pesquisa, pois todos os assistentes sociais estão há menos de um ano, variando esse período de sete à dez meses de vínculo. Justamente nesses Cras é que se encontram as duas profissionais que não participaram da elaboração do perfil. Da mesma forma, não foram selecionados nenhum mestre/a em Serviço Social, pois todos/as estão há menos de um ano no local de trabalho. Aliás, dos cinco mestres/as, três ingressaram no ano de 2018 na Prefeitura de Londrina.

O *segundo critério* foi contemplar profissionais que não se formaram na UEL mas hoje atuam como assistentes sociais na Prefeitura Municipal de Londrina . Do total, quatro assistentes sociais se formaram em outras instituições, como já enunciado acima. Pela questão de tempo estabelecida no primeiro critério, *três* sujeitos foram selecionados: Uma pela Fecea; uma pela Unespar/Fafipa e uma pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). O outro sujeito, formado na Unespar/Fecea, está há nove meses no Cras de atuação.

Como *terceito critério* de seleção, o tempo de formação foi outro elemento priorizado na escolha. Aqui foram selecionados profissionais que se formaram há mais tempo. Duas profissionais desse requisito foram eleitas: uma que se formou no ano de 1988 e outra no ano de 1989, mas apenas *uma* aceitou o convite para participar da pesquisa. Um assistente social, formada em 1984, não será entrevista pela questão do tempo; está trabalhando no Cras há dez meses. Caso de outras duas profissionais, formadas em 1988 e 1989, com dez meses e um ano de Cras, respectivamente. Outra profissional se enquadra nos critérios, formada em 1989 com três anos de trabalho, mas devido ao limite de sujeitos não foi selecionada.

O *quarto critério* de seleção foi o tempo de atuação no Cras: assistentes sociais que estão há mais tempo trabalhando no mesmo Cras, construindo uma trajetória mais ampla de conhecimentos sobre o território e a população. O levantamento está assim distribuído: dos quarenta e seis assistentes sociais atuantes nos Cras, quinze estão há menos de um ano no Cras e por esse motivo foram descartados para a elaboração da caracterização. Os outros profissionais e o tempo dos Cras estão assim relacionadas: cinco estão há um ano; sete, há dois anos; oito há três anos; quatro há quatro anos; dois há seis anos e cinco há sete anos. Foram elegidos quatro assistentes sociais que estão há sete anos e um há seis anos, somando

cinco sujeitos. Desse número, *quatro* profissionais concederam a entrevista.

Como *quinto critério*, foi levado em consideração os Cras com o maior número de profissionais o que, num primeiro momento, sugeriria um território mais abrangente e um número maior de demanda, fatos confirmados durante a coleta de dados. Em Londrina, três Cras se destacam pela maior quantidade de profissionais trabalhando: o Cras Leste, com 8 profissionais; o Cras Norte A, com 6 assistentes sociais; o Cras Norte B, contando com 7. Neste critério foi desconsiderado o Cras Leste, mesmo sendo o que mais possui assistentes sociais, porque duas assistentes sociais já foram selecionadas a partir do quarto critérios. Forma convidadas, dentre os três Cras restantes, 5 assistentes sociais, das quais 2 não se dispuseram a participarem da pesquisa. Contamos com *três* profissionais para a entrevista, sendo duas do Cras Norte A e uma do Cras Rural.

Destacamos que, dos quinze profissionais selecionadas, quatro assistentes sociais não aceitaram o convite para a realização da pesquisa. Portanto, foram entrevistados onze assistentes sociais definidos pelos critérios acima explicitados, objetivando apreender a concepção de pobreza e as implicações para o exercício profissional.

Entendemos que a pesquisa não deve ficar restringida à Universidade, mas sim produzir impactos positivos na realidade sobre a qual se debruça como campo rico de questionamentos e possibilidades. Com isso, a proposta posterior é a divulgação dos resultados do trabalho através da elaboração e publicação de um artigo em revista especializada, de grande circulação e fácil acesso pelos Sujeitos que possibilitaram as vias de elaboração dessa dissertação. Ficaremos à disposição para responder à dúvidas e promoção de debates com vistas à contribuição da formação teórico-prática do Serviço Social.

A seguir, o quadro dos Sujeitos selecionados para participarem da pesquisa, elaborado a partir da caracterização dos profissionais que atuam nos Cras de Londrina.

Quadro 7 – Sujeitos selecionados para a pesquisa de acordo com os critérios pré-estabelecidos.

Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano Ingresso na PML (9)	Tempo de trabalho no atual local (11)
<i>Critério 2: Profissionais que não se formaram na Universidade Estadual de Londrina (UEL)</i>									
Sujeito 1	Serviço Social	Especialização	Presencial	Unespar-Fafipa	2012	Técnico	Estatutário	2015	03 anos
Sujeito 2	Serviço Social	Especialização	Presencial	UFMT	2010	Técnico	Estatutário	2012	6 anos e 10 meses
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização	Presencial	Fecea	2007	Técnico	Estatutário	2015	3 anos
<i>Critério 3: Tempo de formação: profissionais com maior tempo de formação</i>									
Sujeito 4	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1989	Técnico	Técnico	2000	1 ano e 8 meses
Sujeito 5*	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1988	Técnico	Técnico	2004	2 Anos
<i>Critério 4: Tempo de atuação: profissionais com maior tempo de atuação no mesmo Cras</i>									
Sujeito 6	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1998	Técnico	Estatutário	2004	6 anos
Sujeito 7	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2011	Técnico	Estatutário	2011	7 anos
Sujeito 8	Serviço Social	-	Presencial	UEL	2003	Técnico	Estatutário	2011	7 anos
Sujeito 9*	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2006	Técnico	Estatutário	2011	7 anos

Sujeito 10	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2008	Técnico	Estatutário	2011	7 anos
<i>Critério 5: Cras com o maior número de profissionais</i>									
Sujeito 11*	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2002	Técnico	Estatutário	2015	3 anos
Sujeito 12	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2008	Técnico	Estatutário	2014	1 ano e 6 meses
Sujeito 13*	Serviço Social	Especialização-em conclusão	Presencial	UEL	2011	Técnico	Estatutário	2016	2 anos
Sujeito 14	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2004	Técnico	Estatutário	2015	2 anos
Sujeito 15	Serviço Social	-	Presencial	UEL	2002	Técnico	Estatutário	2010	2 anos

1 – nome completo. **2** – curso de graduação concluído (psicologia, serviço social, pedagogia, direito, outros). **3**- curso de pós graduação realizado (especialização, mestrado, doutorado, outros). **4** – curso presencial ou EAD (ensino a distância). **5**- Instituição de formação (UEL, Unopar, Unifil, Pitágoras, PUC, outra) **6** - Ano de conclusão da graduação. **7** – gerente, diretor, técnico, outros. **8** – estatutário, celetista, outro. **9** – ano que ingressou na Prefeitura Municipal de Londrina. **10** – Cras, Creas, Centro Pop, Órgão gestor, Centro de Convivência, entre outros). **11** – tempo de trabalho no local.

* Assistentes sociais selecionados a partir da caracterização elaborada, mas que não concederam a entrevista para compor essa pesquisa.

** O item 10, que se refere ao nome do Cras, foi retirado desse quadro para evitar um possível identificação dos Sujeitos a partir do local de atuação. Mas permanece na caracterização do universo da pesquisa, em anexo.

Fonte:

próprio

autor.

A técnica de pesquisa utilizada foi a *entrevista semiestruturada*, através de uma combinação de perguntas, abertas e fechadas, em que o entrevistado tenha a liberdade de tratar sobre o assunto de forma mais livre, sem se prender a questão formulada (MINAYO, 2015). O instrumento utilizado foi o *roteiro para entrevista semi estruturada*. O roteiro, em anexo, “visa a compreender o ponto de vista dos atores sociais previstos como sujeitos/objeto da investigação e contém poucas questões” (MINAYO, 2010, p. 190). Esse instrumento permite flexibilizar a conversa e incorporar pontos levantados como importantes pelo interlocutor.

Para a análise dos dados coletados na pesquisa de campo a modalidade usada foi a *Análise de Conteúdo*, objetivando compreender de forma crítica o relato na comunicação. Busca desvelar o significado das mensagens, atuando sobre a fala. A Análise de Conteúdo “descreve, analisa e interpreta as mensagens/enunciados de todas as formas de discurso, procurando ver o que está por detrás das palavras” (SEVERINO, 2016, p. 129).

Segundo Bardin (1979, p. 31), a Análise de Conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações”, que tem como objeto a “palavra” (p.43), sendo um instrumento que possui várias formas que se adaptam as comunicações e tido como um vasto campo de aplicações. Em uma definição mais rigorosa, a autora estabelece a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1979, p. 43, grifo no original).

Assim, a Análise de Conteúdo visa, pela aplicação de técnicas e procedimentos, a construção de um raciocínio através do uso de dados disponíveis para possibilitar a construção de uma conclusão tendo por base a análise de um ou mais argumentos de um determinado contexto. O analista trabalha com vestígios, que são “a manifestação de estados, de dados e de fenômenos” tirando “partido das mensagens que manipula” (BARDIN, 1979, p. 39) para inferir conhecimentos. A inferência é uma dedução lógica, em que se aceita uma proposição quando da comparação com outras proposições já consideradas como aceitas. Nas palavras de Bardin (1979, p. 44), “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça”.

Minayo (2010, p. 308) aponta que o uso da Análise de Conteúdo em seu esforço teórico “visa ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e

alcançar uma vigilância crítica ante a comunicação de documentos, textos literários, biografias, entrevistas ou resultados de observação”.

As fases da análise de conteúdo são cronologicamente organizadas em três polos: 1) *pré análise*; 2) *a exploração do material* e; 3) *o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação*. A descrição dessas fases são todas referenciadas à Bardin (1979). Antecedendo esses procedimentos, dá-se a *preparação do material*: nesse caso em particular, as entrevistas cedidas pelos assistentes sociais, devidamente gravadas mediante autorização dos mesmos e conservadas, que serão transcritas de forma precisa para manter seu rigor e veracidade, a fim de proporcionar uma análise profícua.

A *pré análise* é a fase de organização das ideias iniciais que possibilite suas operacionalização e sistematização. Essa fase também se organiza em três momentos: *a escolha dos documentos* a serem submetidos a análise; a formulação de *hipóteses* e dos *objetivos* e; a *elaboração de indicadores* que fundamentem a interpretação final. Contudo, a atividade inicial consiste na chamada *leitura flutuante*, um primeiro contato com os documentos a serem analisados em que surgem as impressões e orientações; é o “conhecer o texto”. Com isso, aos poucos a “leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos” (BARDIN, 1979, p. 96).

Quanto aos documentos de análise, esses foram estabelecidos a partir da definição do objetivo, levando em conta o fornecimento de informações sobre o problema. Assim, os documentos elegidos para essa pesquisa decorreram da necessidade do estudo: foram as *entrevistas*⁵ cedidas pelos assistentes sociais e transcritas, orientadas a partir da construção do *roteiro*, as quais constituem o *corpus*, enquanto “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 1979, p. 96).

Após devidamente o material estar selecionado, temos a segunda etapa da *pré análise*; a formulação de hipótese e objetivos. O levantamento de hipóteses, enquanto questionamento ao próprio pesquisador e seus conhecimentos, sugere fazer “falar o material”. A hipótese no caso dessa pesquisa em específico, gravita em torno *da concepção de pobreza que move o exercício profissional do assistente social e como esse entendimento traz repercussões para o seu trabalho*.

⁵ Nesse caso, tomamos como documentos as entrevistas a partir do exemplo usado pela autora, embora ela use o discurso para sua exemplificação: “o objetivo é seguir a evolução dos valores da instituição escolar francesa durante um determinado ano. Opta-se então pela *análise dos discursos* de distribuição de prêmios: material homogêneo, regular, conservado, acessível e rico em informações relativamente ao objetivo” (BARDIN, 1979, p. 96, grifo meu). Portanto, a fala capturada e transcrita, nos fornece o referencial documental para a análise por meio do método proposto.

Uma hipótese é uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. O objetivo é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual dos resultados obtidos serão utilizados (BARDIN, 1979, p. 98).

Quanto à referência dos índices e construção dos indicadores, esses podem ser expressos em *temas* que se repetem com certa frequência devido à importância dado pelo entrevistado. Os temas mais recorrentes são recortados do texto em “unidades comparáveis de *categorização* para análise temática e de modalidade de *codificação* para o registro de dados” (ibidem, p. 100). Alguns dos temas mais recorrentes nas falas dos sujeitos entrevistados foram: “*questão social*”; *capitalismo*; *modo de produção*; *vulnerabilidade*; *desigualdade social*; *não acesso a bens e serviços*; *não acesso à renda*; *benefício*; *benefício eventual*; *violência*; *tráfico de drogas*. São temas que abrangem, por um lado, a discussão crítica realizada na formação profissional e, por outro, o pensamento neoliberal que permeia a vida social e se faz presente na realidade social, variando de um extremo ao outro. A partir desse ponto, os temas puderam ser identificados nas possíveis concepções que orientam o exercício profissional, a da pobreza como expressão da “questão social” ou aquela a partir da institucionalização de suas formas de enfrentamento, além de fornecerem aspectos da atuação do assistente social no cotidiano de trabalho.

Após a pré análise, a segunda fase da análise de conteúdo é a exploração do material, que é a análise propriamente dita. Essa fase “consiste essencialmente de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 1979, p. 101).

A codificação se refere ao tratamento dado ao material de forma a transformar dados brutos do texto, por meio de recorte, agregação e enumeração, para que se possa atingir uma representação do conteúdo de forma a esclarecer o pesquisador quanto as características do texto que podem servir de índice para a análise. Para a codificação, recorre-se a unidade de recorte e de registro. É a unidade de registro a unidade de significação que será decodificada, correspondendo ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base para a categorização e a contagem frequencial.

A unidade de recorte e de registro do texto utilizada foi o *tema*, caracterizando a modalidade de Análise do Conteúdo em Análise Temática. Sendo uma

afirmação acerca de um assunto, o tema é uma unidade carregada de significados que se destaca no texto analisado de acordo com a teoria que embasa a leitura. O tema é utilizado como unidade de registro para “estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores de crenças, de tendências, etc” (BARDIN, 1979, p 106). As entrevistas são frequentemente analisadas tendo o tema por base.

Opera-se, então, a categorização como forma de reagrupar os elementos destacados por diferenciação, mas agora sendo reagrupados por analogia através de critérios previamente definidos, objetivando uma representação significativa dos dados brutos. As categorias reúnem um grupo de elementos, nesse caso os temas enquanto unidades de registro, definidos em torno dos caracteres comuns. Tendo por objetivo primeiro “fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos”, a categorização é um processo do tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário: isolar os elementos e; a classificação, repartir os elementos, e portanto procurar ou impor uma certa organização às mensagens (ibidem, p. 118-119). A categorização dos temas foi realizada considerando dois grandes eixos de análise a partir do objetivo da pesquisa. Cada um desses grandes eixos contemplaram subeixos para facilitar a organização dos temas identificados e a análise dos dados. Portanto, os temas foram agrupados nos eixos correspondentes que abrangiam seu significado.

Por fim, a última etapa é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. É o tratamento dado aos resultados brutos, de modo que se tornem significativos, a fim de fazer “falar” os dados. Aqui, o pesquisador pode propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos, do embasamento teórico ou de descobertas inesperadas (BARDIN, 1979, p. 101). Assim, a partir da organização dos temas em seus eixos representativos, pode-se identificar a concepção de pobreza do assistente social participante da pesquisa e a implicação no exercício profissional.

Para a análise das entrevistas, as questões que compõem o roteiro para a entrevista semiestruturada foram categorizadas em dois eixos analíticos que se desdobraram em subeixos. Esses eixos e subeixos se remetem a pontos estruturais do trabalho: a concepção de pobreza dos assistentes sociais e as implicações para o exercício profissional.

Eixo 1: A concepção de pobreza dos assistentes sociais.

Subeixos:

- 1.1) A aproximação do tema pobreza a partir da formação profissional;
- 1.2) Os determinantes da pobreza na sociedade capitalista;
- 1.3) As implicações da pobreza para a sociedade;
- 1.4) O significado ser pobre.

Eixo 2: As implicações para o exercício profissional.

Subeixos:

- 2.1) Como a pobreza se expressa na vida do usuário;
- 2.2) As principais demandas dos usuários no atendimento cotidiano;
- 2.3) As ações possíveis frente à essas demandas;
- 2.4) A PAS nos Cras e as respostas a essas demandas.

Nas sociedades pré-industriais não estavam claras as razões do aumento da pobreza pois não era evidente a dinâmica econômica para além do crescimento do comércio, sendo a questão interpretada como uma ineficiência da Lei dos Pobres⁶. Até 1785, os ingleses desconheciam mudanças importantes no plano econômico, a não ser o intenso aumento do comércio e do *pauperismo* (POLANYI, 2002). Netto (2011a, p.153) aponta que, em fins do século XVIII, esse foi justamente o novo fenômeno histórico que passou a ser conhecido na Europa Ocidental: o pauperismo, resultado da primeira fase da industrialização inglesa e designado pela expressão “questão social”⁷. Isso porque era “*radicalmente nova* a dinâmica da pobreza que então se espalhava. Pela primeira vez na história registrada *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*” (grifo no original). De acordo com Martinelli (2011, p. 70), o progresso proporcionado pelo capitalismo beneficiava apenas a burguesia, enquanto era produzido o “inquietante fenômeno da generalização da pobreza”. Em alguns países europeus, como Inglaterra, França e Itália, os pobres correspondiam a cerca de 20% da população, em uma dinâmica completamente hostil:

Vivendo uma vida minada pela doença, pela fome, pelas adversidades das condições de trabalho, e habitando em lugares insalubres e impróprios à vida humana, a família operária tinha a sua expectativa de vida reduzida, sendo frequente os óbitos de adultos, jovens e crianças (MARTINELLI, 2011, p. 70).

⁶ De acordo com Polanyi (2002), aplicada conforme às leis de 1536 e 1601, a Lei dos Pobres se direcionava aos desempregados e incapazes de trabalhar (além de velhos e crianças). Estruturada na obrigatoriedade do trabalho a quem tivesse condições, distinguia entre os pobres merecedores e não merecedores: aos primeiros, era garantido alguns “cuidados”; aos demais, eram incitados ao trabalho – “a mendicância era punida; a vagabundagem uma ofensa ao capital, em caso de reincidência” (p. 94). A partir de 1601 a paróquia, responsável pela assistência, ficava a cargo de providenciar o trabalho ao desempregado. As 16 mil autoridades ligadas à Lei mantiveram intocada a ordem social inglesa. Em 1834 é promulgada a nova Lei dos Pobres que impedia a concessão de qualquer assistência, revogando os direitos da Lei Speenhamland, relegando os incapacitados aos albergues e a obrigatoriedade de trabalhos forçados aos capazes.

⁷ Nas palavras de Yamamoto (2012), a “questão social” é definida como “[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (p. 84).

Netto (2011b) aponta que do estudo sistemático da sociedade burguesa, Marx extrai a Lei Geral da Acumulação Capitalista (LGAC), em que o capitalismo, ao produzir riqueza num polo, produz necessariamente a pobreza no outro, fato que se confirma na vigência desse modo de produção com a reposição e o adensamento da “questão social”. De acordo com Marx (2017, p. 729), o capitalismo direciona suas estratégias para a acumulação, já que “produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção”⁸. A ampliação do capital rebate sobre a classe trabalhadora de uma forma negativa, pois determina o aumento de uma população afluyente que não consegue adentrar na dinâmica produtiva do sistema.

Nessa perspectiva crítica que orienta esse trabalho, a pobreza é entendida como um uma categoria histórica e produzida socialmente, inerente ao movimento promovido para criar e assegurar a expansão da acumulação capitalista, portanto não natural, enquanto forma de inserção na vida social, e definida por Yazbek (2012) como:

“[...] uma das manifestações da questão social, e dessa forma como expressão direta das relações vigentes na sociedade, localizando a questão no âmbito de relações constitutivas de um padrão de desenvolvimento capitalista, extremamente desigual, em que convivem acumulação e miséria. Os “pobres” são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural [...]. É uma categoria multidimensional, e, portanto, não se caracteriza pelo não acesso a bens, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidade e de esperanças” (YAZBEK, 2012, p. 289-290, grifo meu).

Pensar a pobreza como uma expressão da “questão social” obrigatoriamente nos impele a compreendê-la como resultado de uma dinâmica social estruturalmente desigual, cujas classes em conflito se relacionam numa realidade em movimento na busca por garantia de seus interesses. É nesse estado permanente de luta de classes que segundo Behring e Boschetti (2011) o Estado, a partir da segunda metade do século XIX, que reprimia duramente os trabalhadores, começa a ensaiar as primeiras regulações das relações produtivas. A “questão social” e suas refrações passam a ser alvo das políticas sociais⁹ que se gestam na

⁸ Esse é um caráter peculiar do sistema capitalista porque a força de trabalho é comprada não para satisfazer as necessidades individuais de quem a adquire, através de serviços ou bens produzidos, mas a finalidade é aumentar capital através da produção de mercadorias que contenham, em si mesmas, mais trabalho objetivado do que foi pago e cuja realização se dará na esfera da circulação (MARX, 2017, p. 729).

⁹ De acordo com Netto (2011c), a intervenção estatal acontece na medida em que a questão social é fragmentada e parcializada. As manifestações da “questão social”, tratadas como problemas particulares, são alvo de *políticas sociais*: “[...] tomar a ‘questão social’ como problemática configuradora de uma totalidade processual específica

confluência entre o capitalismo da Revolução Industrial, da intervenção estatal e das lutas de classes. Afinal, como nos esclarece Jaccoud (2009):

[...] não foi a existência da pobreza que motivou a construção de políticas de proteção social, mas sim a ameaça política e social que nasce da contradição entre uma ordem econômica que reproduz a miséria e uma ordem política que afirma a igualdade entre os cidadãos (JACCOUD, 2009, p. 66).

Isso configura, pois, o fundamento que legitima o Serviço Social: a configuração de um espaço sócio ocupacional nos marcos da consolidação da era dos monopólios no momento que o Estado, visando sua legitimação, é permeado pelas demandas da classe operária e passa a responder às expressões da “questão social” por meio das políticas sociais. Opera-se as condições históricas sociais que demandam esse agente profissional (NETTO, 2011c).

A vinculação entre o Serviço Social e a “questão social” acontece quando o Estado, por meio das políticas sociais, passa a intervir nas suas manifestações de forma sistemática. Diante da maximização de suas contradições, o capitalismo necessita de vetores interventivos extra econômicos para garantir a acumulação ampliada dos lucros pelo controle de mercados, o que Netto (2011c, p. 24) vai caracterizar como “a refuncionalização e o redimensionamento da instância por excelência do poder extra econômico, o Estado”. “Capturado” pela lógica monopolista, o Estado atua para propiciar uma série de condições que são necessárias ao capital, dentre elas a preservação e manutenção da força de trabalho, atuante e excedente.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2012, p. 77), o Serviço Social atua no processo de reprodução da vida social, movimento que abrange também todas as contradições inerentes à sociedade de mercado, enquanto um “tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial”. Se afirma enquanto prática institucionalizada e legitimada ao responder as necessidades sociais decorrentes do processo produtivo: a “questão social” é a justificativa desse profissional especializado para atuar nos “impasses” sociais que precisam ser contidos para a manutenção da ordem social. Ainda segundo os autores, a profissão, enquanto partícipe do processo de reprodução social, deve ser considerada a partir de duas perspectivas:

é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho – o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa” (p. 32).

[...] como realidade vivida e representada na e pela consciência de seus agentes profissionais expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona ou mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 79-80).

Sobre o exposto, pode-se inferir que a profissão encontra seus limites de autonomia perante as instituições demandatárias de sua intervenção, a partir de um vínculo de assalariamento, sejam elas públicas ou privadas, detentoras das condições objetivas para a ação efetiva e, segundo, a representação da profissão que atende a interesses distintos, na consciência da categoria profissional e que, em última instância, trazem valores e julgamentos do universo constituinte do Serviço Social, em que se encontra a “questão social” e suas refrações, bem como as possibilidades de seu enfrentamento.

Contudo, Siqueira (2013) aponta que a contradição entre capital e trabalho, deve, em primeira instância, ser compreendida como a gênese da pobreza, enquanto fundamento desse fenômeno centrado na “questão social”, diferenciando seus desdobramentos e manifestações, esses multidimensionais, que se espraiam aos campos cultural, ideológico, moral e político, “expressando-se tanto em ‘carências materiais’, ‘necessidades’, como em ‘subalternidade’ e em formas de ‘exclusão e ‘discriminação’, sociais , assim como numa precária cidadania, ou ‘cidadania invertida’” (SIQUEIRA, 2013, p. 263-264). O debate sobre a pobreza e a desigualdade não deve ser reduzido apenas aos aspectos socioeconômicos; contudo, quando esse fundamento é ignorado ou secundarizado, o que ocorre é a “naturalização e a culturalização de ambas” (NETTO, 2007, p. 142).

Devemos considerar um aspecto importante sobre esse trabalho. A intenção da pesquisa não é apontar ou julgar os profissionais sobre sua atuação profissional, condenando-os aos extremos do Serviço Social tradicional ou de uma prática voluntária e transformadora, mas sim entender a concepção de pobreza que move o seu trabalho e que justifica suas escolhas cotidianas e, a partir disso, trilhar o caminho para entender as implicações que possam surgir em decorrência desse entendimento. E para isso, devemos pensar a realidade como uma totalidade complexa em que se encontram os elementos presentes na concepção forjada pelos assistentes sociais. É a partir do real, e no real, que devemos pensar esses elementos, como nos informa a teoria marxiana.

Mesmo com a publicação do *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, produção conjunta dos autores Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, que traz para o Serviço

Social a leitura da realidade sob a perspectiva da totalidade, os assistentes sociais ainda vivem, convivem e executam seu trabalho na sociedade capitalista em que é reproduzido, também, o modo *capitalista de pensar* (MARTINS, 1980), que não se limita à forma como o capitalista pensa, mas ao modo de pensar que se faz necessário à reprodução do capitalismo e a reelaboração de suas bases de sustentação, ideológicas e sociais. O assistente social vive, pois, em um conflito: apesar de sua formação profissional contar com elementos embasados em uma teoria crítica e revolucionária, o conjunto de elementos que ele elege para formar suas representações e ideias de percepção de mundo estão inseridos numa realidade em que se constata a dominação do mercado, os interesses individuais e os interesses das grandes empresas e do capital financeiro. Mas isso não se faz visível sem uma análise mais profunda do contexto social, podendo refratar em seu exercício profissional, como nos informa um dos Sujeitos da pesquisa:

Eu acho que se for olhar para hoje, na nossa profissão, no exercício profissional, é gritante, né? Eu acho que está [em referência à pobreza] em todas as esferas e isso é muito complexo, trabalhar com a pobreza é muito complexo porque envolve muitos aspectos. E outra coisa também que eu acho que impacta nessa profissão, quando a gente vai de verdade trabalhar com isso, é como é que é a visão que teve na formação profissional disso e o parâmetro que cada profissional utiliza. Parece que se mistura, né, e isso afeta diretamente a intervenção profissional (Sujeito 2).

Queremos destacar a importância desse fato para a análise dos dados coletados: entender que a lógica do capitalismo, e sua ideologia neoliberal, está presente em todos os âmbitos da vida social. Todo esse processo de dominação material, em que se faz presente a reprodução do modo de pensar, expressos nas representações e ideologias, só será superado com o fim da sociedade de classes. Assim, a reprodução da ideologia dominante também cessará quando for superada a propriedade privada e toda exploração que é possibilitada pela sua manutenção.

Sobre a estruturação do trabalho, a presente dissertação se desdobra em três capítulos, além dessa introdução: capítulo 1, *O Serviço Social como profissão analítica e interventiva na realidade: aproximação ao debate*, apresenta a discussão do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, no âmbito da reprodução das relações sociais; discussão embasada na produção teórica do Serviço Social. O capítulo enfatiza as dimensões analítica e interventiva da profissão. O capítulo 2, *Expropriação do trabalho no modo capitalista: o debate da categoria pobreza no Serviço Social*, visa analisar a pobreza como resultado do processo de expansão e consolidação do

modo de produção capitalista, sendo apreendida como uma expressão da “questão social” fundamentada na LGAC de Marx. No capítulo 3, *A pobreza na Política de Assistência Social e o exercício profissional do assistente social*, é discutido como a pobreza é compreendida na PAS, numa leitura que leva em consideração o contexto neoliberal e a influência do Banco Mundial como indutor das políticas de alívio e combate à pobreza, abordando também a concepção de pobreza dos assistentes sociais entrevistados e as implicações para o exercício profissional, seguido das considerações finais. Os capítulos 2 e 3 contemplaram, em seus conteúdos, elementos dos eixos 1 e 2, além dos subeixos respectivos. Contudo, as falas dos Sujeitos consideradas pertinentes, independentemente dos eixos e subeixos, perpassaram por todo o trabalho.

O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética (CEP) da Universidade Estadual de Londrina e obedeceu todos os trâmites exigidos, obtendo parecer favorável – APROVADO, conforme documento em anexo.

CAPÍTULO 1 - O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO ANALÍTICA E INTERVENTIVA DA E NA REALIDADE: APROXIMAÇÃO AO DEBATE

O primeiro capítulo trata da fundamentação do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, buscando apreender suas principais determinações no processo histórico da reprodução das relações sociais, priorizando as dimensões analítica e interventiva da profissão. A leitura que faz o assistente social sobre o tema da pobreza e as propostas e mecanismos de intervenção elegidos pelo profissional não devem ser dissociados da apreensão da realidade social e, conseqüentemente, da pobreza como um dos seus elementos necessariamente resultante da sociedade capitalista. A partir de uma revisão bibliográfica, o capítulo está estruturado em três tópicos: o primeiro, *A natureza e a gênese do Serviço Social: duas teorias conflitantes*, traz o debate sobre a origem da profissão a partir das análises desenvolvidas por Balbina O. Vieira e, em um contraponto, Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho e J. P. Netto, priorizando evidenciar as características particulares de cada ator quando da abordagem do tema. A segunda parte, *O Serviço Social e a Reprodução das Relações Sociais*, faz uma aproximação sobre a discussão da reprodução das relações sociais a partir do modo de produção capitalista para, posteriormente, entender o papel do Serviço Social como contributo desse processo. A última parte, *O Serviço Social como Profissão Analítica e Interventiva*, caracteriza a natureza analítica e interventiva da profissão, cujas ações são direcionadas às expressões da “questão social” no cotidiano de trabalho do assistente social.

1.1 A NATUREZA E A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL: DUAS TEORIAS CONFLITANTES

Para iniciar a exposição a que se propõem esse capítulo, de discutir o Serviço Social enquanto profissão analítica e interventiva, será feita uma breve incursão sobre o debate da origem da profissão tomando por referência os estudos clássicos de Balbina O. Vieira, para a primeira tese e, para discorrer sobre a segunda tese, os autores Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho e José Paulo Netto; em alguns momentos recorreremos também a Carlos Montão para mediar a discussão. Cabe deixar registrado que a perspectiva que orienta

essa exposição corrobora com a tese que contempla a leitura da realidade social como um processo dinâmico e contraditório, que perpassa pelo debate do nosso objeto de pesquisa, compreendendo o Serviço Social como um produto historicamente determinado.

Segundo Montañó (2009, p. 17), o debate sobre a natureza e a gênese do Serviço Social gravita em torno de duas perspectivas que se “comportam como *verdadeiras teses*”. Essas teses, opostas e excludentes, que reverberam na prática e no debate acerca do Serviço Social, extrapolam a simples ideia do surgimento da profissão e se estendem ao debate sobre os fundamentos que a legitima e como são interpretadas as funções das políticas sociais no sistema socioeconômico e político. Portanto, as duas teses explicativas que orientam a emergência do Serviço Social são excludentes desde sua natureza às suas formas de compreensão da realidade e de intervenção. Trazem leituras antagônicas da sociedade e dos processos que culminaram em sua emergência. Portanto, trazem em si, cada uma das teses, seus fundamentos explicativos para conferir legitimidade à prática do assistente social.

A primeira tese, denominada por Montañó (2009, p. 19) de *endogenista*¹⁰, defende que o Serviço Social tem sua origem na “*evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculadas agora à intervenção na ‘questão social’*” (p. 19-20, grifo no original). A explicação para o surgimento da profissão se encerra em si mesma, numa sequência de etapas que culminaram na profissionalização do que é entendido como suas protoformas; é uma abordagem a-histórica que não contempla o processo de causalidades inseridos na estrutura social e na dinâmica da realidade. Essa visão é marcada pelo protagonismo particular de pessoas ligadas à essas ações e deslocadas do contexto macro social das transformações do capitalismo, do Estado e do movimento das classes sociais. Segundo Montañó (2009):

Aqui [em referência à primeira tese] não aparece uma *análise do contexto social, econômico e político* como determinante ou condicionante do processo de criação desta profissão; apenas, na melhor das hipóteses, situa-se historicamente este fenômeno sem que ele redunde em uma análise exógena, estrutural, do surgimento do Serviço Social. A relação, portanto, do

¹⁰ Apesar de convergirem para a mesma tese, Montañó (2009, p. 20) identifica uma distinção entre os autores dessa primeira perspectiva: 1) participam, concomitantemente, teóricos do Serviço Social tradicional (José Lucena Dantas, que compreende as protoformas da profissão desde a Idade Média; e García Salord, que situa o nascimento do Serviço Social no século XX) e os que tinham ligação ao movimento de reconceituação (Herman Cruse; Natálio Kisnerman; Ezequiel Ander-Egg; Juan Barreix; Boris Alexis Lima – este último, mesmo ligado ao movimento mais crítico da reconceituação, remonta à Idade Média para explicar a emergência da profissão – e Norberto Alayón) e; 2) autores que entendem como antecedentes do Serviço Social todo tipo de ajuda e caridade, retrocedendo ao período medieval e até mesmo ao início da humanidade (Balbina Ottoni Vieira) e outros que vinculam a profissão às práticas de caridade e ajuda a partir da “questão social” no período pós Revolução Industrial.

Serviço Social com a história e a sociedade é adjetiva, circunstancial, acidental. Há uma clara visão de *externalidade*, de *exterioridade*, na consideração do social para a análise da história profissional (MONTAÑO, 2009, p. 28).

Para o entendimento desse processo abordado na primeira tese, de grande valor são os estudos de Balbina O. Vieira. A partir da compreensão de que o Serviço Social como ajuda ou auxílio aos outros, embora com outro nome, “existiu desde que os homens apareceram sobre a Terra” (VIEIRA, 1989, p. 11), Vieira aponta a necessidade de um retorno ao passado para elucidar a edificação de como ele é conhecido hoje, através da compreensão da estrutura¹¹ do fato “ajuda aos outros”. Estrutura que sofre modificações ao longo do tempo, sem que os homens as percebam.

Um dos fatores que nos permitirão compreender o Serviço Social de hoje é o estudo das formas passadas de ajuda ao próximo, da caridade, da filantropia, situados dentro do contexto em que se desenvolveram, realizadas por homens que possuíam uma determinada mentalidade e dispunham de recursos utilizados de maneira específica (VIEIRA, 1989, p. 15).

A autora realiza uma viagem teórica no tempo em busca dos elementos necessários para estruturar e embasar seus estudos, defendendo que o ato de ajudar sofreu alterações históricas devido à influência de ideias, costumes e tradições, o que traz rebatimentos no agir social do homem, que se alinha ao que ele acredita e o motiva. Perpassa a Antiguidade (do século VIII a.C. até o século V d.C.), a Era da Cristandade (do século V ao XV), o Renascimento e os Tempos Modernos (século XV ao XVIII) e o Século XIX. Em cada época histórica a autora traz as concepções predominantes de pobreza e miséria, quem eram os responsáveis e executores da ajuda e qual a motivação e recompensa para essa atitude, além do caráter da ajuda ao outro.

Em termos gerais¹², na Antiguidade a pobreza era o estado daqueles que não contavam com meios de subsistência ou não tinham alguém para provê-los. A miséria aparecia em épocas de crise econômica causada por invasões, guerras e catástrofes, ficando a assistência aos pobres sob responsabilidade da família, clã ou tribo. Nas sociedades místicas, a miséria e as doenças são castigos dos deuses; a pobreza era um castigo aos pecadores. Na Cristandade, período em que a economia nunca foi estável, “os males sociais atingiam

¹¹ De acordo com a autora, a estrutura operacional da ajuda é composta de 4 elementos: “a descrição do contexto sócio econômico cultural político onde se encontram as causas das necessidades que condicionam a ajuda; a ideia que se tinha da natureza da ajuda e da função desta; quem recebia ajuda e as necessidades que impeliam à sua procura; quem ajudava: a família, a religião ou a Igreja, o poder civil ou o Estado” (VIEIRA, 1989, p. 17).

¹² Para maiores informações sobre as particularidades históricas destacadas pela autora, consultar o capítulo I de seu livro: A ajuda aos Pobres: Interpretação do Passado (VIEIRA, 1989).

enormes proporções e a pobreza e a miséria, tão generalizadas, eram consideradas naturais” (VIEIRA, 1989, p. 30). Ser pobre ou doente não era castigo de Deus, mas causada pela imprevidência do homem. A ajuda ao próximo era uma virtude e a caridade um meio de alcançar méritos para a vida eterna. As obras de caridade eram administradas pela Igreja.

No Renascimento e Tempos Modernos, a pobreza não é encarada mais como provação, mas como um problema social normal, sendo consequências das condições sociais e de responsabilidade de toda sociedade. É dever do cidadão fazer o bem, mas agora sob a forma da filantropia, desvinculada da ideia de santificação da caridade. A responsabilidade pela ajuda se estende para pessoas e obras leigas, como São Vicente de Paulo, além da, até então inédita, ação do Estado, de caráter repressivo e assistencialista. O século XIX, em contexto da industrialização e de todas as consequências sociais que vieram em seu rastro, pode ser considerado como o da “organização da assistência social” (VIEIRA, 1989, p. 41); para ser eficiente aos pobres, a ajuda deveria ser organizada. A pobreza, fruto das condições sociais, se generalizara e surgia uma nova classe de pobres: os que trabalhavam mas não conseguiam se sustentar devido à insuficiência da renda. A ajuda era vista como um dever de solidariedade, como parte da função do cristão ou do cidadão; era vocação e não profissão.

Nesse momento ocorre a estruturação de várias organizações, leigas ou religiosas, como a Sociedade de São Vicente de Paulo. O fato é que essas organizações privadas não possuíam um gerenciamento, ocasionando assistência dúplice ou outros abusos. Surge, então, a *Charities Organisation Society* (COS), em 1869, em Londres e, em 1877, nos Estados Unidos, “com a finalidade de coordenar o trabalho das obras particulares, de maneira a evitar duplicidade e resolver, rápida e economicamente, os casos (VIEIRA, 1989, p. 43). A serviço da COS estavam alunos das escolas de Ciências Sociais para delimitar as pessoas e o quanto deveriam receber, além de um visitador voluntário para trabalhar as diferenças sociais.

Aos poucos, verificou-se a necessidade de um treinamento, não somente para o investigador remunerado, como para o voluntário. Discutiu-se a questão no congresso da COS, em 1897, do que resultou a criação, no ano seguinte, do primeiro Curso de Serviço Social, junto à Universidade de Columbia, em Nova Iorque (VIEIRA, 1989, p. 43-44).

Nessa abordagem, o Serviço Social adquire uma autonomia em relação aos processos sociais, portanto não desempenhando nenhuma função socioeconômica e política na sociedade de mercado - suas ações aparecem descoladas das instituições empregadoras. Do mesmo, nessa perspectiva, a profissão se auto sustenta, não sendo determinada historicamente

mas confinando, em si mesma, as explicações quanto a sua origem e significado, em um processo histórico contínuo e linear.

Na análise que evoca a razão miserável, o significado da profissão só pode ser encontrado em sua própria trajetória, visto como uma história única, irrepetível, considerada apenas nos seus aspectos singulares, tomada como resultado da autorrepresentação dos seus agentes profissionais. Trata-se de uma história individual, subjetivista, cronológica, resultado do desenvolvimento de etapas que se sucedem umas às outras no tempo (GUERRA, 2016a, p. 287).

A primeira tese afirma a constituição da profissão numa relação de continuidade, num processo linear e cumulativo, originado da organização das formas anteriores de ajuda, entendido por Iamamoto (2014a, p. 23) como “uma tecnificação da filantropia”. O Serviço Social se constituiria a partir das formas de ajuda precedentes, se tornando profissão ao “atribuir uma base técnico-científico às atividades de ajuda, à filantropia” (IAMAMOTO, 2014a, p. 23). Nessa perspectiva, a profissão se auto sustenta, restringindo em si mesma, as explicações quanto a sua origem e significado.

Em radical oposição à visão endogenista, Montañó (2009) assinala que a perspectiva *histórico-crítica*¹³ analisa a gênese e a natureza do Serviço Social a partir do movimento das classes sociais em torno da disputa de projetos conflitantes de sociedade, se consolidando numa determinada conjuntura histórica, qual seja, a passagem do capitalismo de recorte concorrencial à era dos monopólios no final do século XIX. O assistente social tem uma função nitidamente política, de legitimação e reprodução da ordem capitalista, e a *profissão* se insere num contexto geral da sociedade a partir da reação conservadora da burguesia que “captura” o Estado que passa então a atuar de forma sistemática e contínua sobre as expressões da “questão social” através das políticas sociais¹⁴. Nessa perspectiva de totalidade, a profissão é reconhecida como um produto histórico.

Vale anotar a ideia sinalizada por Guerra (2016b): que esse questionamento da primeira tese se inicia na década de 1960 quando da aproximação do Serviço Social ao materialismo histórico, por meio do qual o significado da profissão é compreendido a partir de sua inserção na reprodução das relações sociais cindidas por duas classes conflitantes com

¹³ Nessa segunda tese participam Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho, Manuel Manrique Castro, Vicente de Paula Faleiros, Maria Lúcia Martinelli, José Paulo Netto, entre outros. Mas cada autor apresenta suas particularidades sobre o entendimento do tema (MONTAÑO, 2009).

¹⁴ Vale dizer que o Estado, como aponta Netto (2011c, p. 32), atua sobre a “questão social” de forma a fragmentá-la. Tratar a “questão social” na sua totalidade seria admitir a estrutura capitalista como o núcleo irradiador de todas as suas expressões, que passam a ser alvo de *políticas sociais* direcionadas a cada categoria particular de problemáticas. Assim, as expressões da “questão social”, além de receberem tratamento isolado, adquirem natureza independente, deslocadas de um todo social e de um determinante único: a própria natureza contraditória do sistema capitalista de produção.

interesses antagônicos. Particularmente no Brasil essa aproximação ocorreu em contexto adverso: a Ditadura Militar.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2012), no Brasil, o Serviço Social nasce medularmente atrelado à Igreja Católica e seu projeto global de recristianização da sociedade, ideologicamente alicerçado no neotomismo, a doutrina social da Igreja. As extremas condições de vida do proletariado se tornam flagrantes por meio das crescentes e intensas mobilizações sociais; frações da classe dominante, Estado e Igreja são obrigados a se posicionarem frente à “questão social” que, além de evidenciar as alterações sociais desencadeadas no processo de amadurecimento do capitalismo nacional, passa a ocupar posição central nas contradições sociais. É nesse momento que surgem as “Leis Sociais” por meio da intervenção estatal e o desenvolvimento das ações assistencialistas da elite, que se tornariam a principal base para o Serviço Social brasileiro.

A “questão social” brasileira está atrelada à disseminação do trabalho livre em uma sociedade marcada pela recente abolição da escravidão. A responsabilidade pela manutenção da força de trabalho é de total responsabilidade do operário e sua família, agora obrigados a se lançarem no mercado de trabalho e sujeitos à brutal exploração do capital, situação que reverbera em suas condições de vida¹⁵. A partir do ingresso da classe operária no cenário político e a exigência de reconhecimento de sua cidadania, começa a ocorrer uma gradual alteração das relação entre o Estado e as classe sociais, bem como uma alteração relacional entre estas. Diante dos movimentos sociais são criadas as Leis Sociais¹⁶, inseridas em um campo de regulamentação estatal para a venda da força de trabalho, e a burguesia, pela via da Igreja Católica, estabelece sua estratégia para conservação de seus valores sagrados: “a moral, a religião e a ordem pública” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 134). Decorre

¹⁵ As condições de vida e de trabalho da população operária brasileira nas primeiras décadas do século XX, estudadas por historiadores e sociólogos, se assemelham às condições de vida da Inglaterra industrial do século XIX retratadas por Engels (2010b): o operariado se constitui em uma minoria marginalizada nas cidades já desenvolvidas, amontoando-se em “bairros insalubres junto às aglomerações industriais, em casa infectas, sendo muito frequente a carência – ou mesmo a falta absoluta – de água, esgoto e luz”. A maioria das empresas são instaladas em prédios alugados, sem condições de higiene e segurança. O poder aquisitivo do salário é baixo, ficando abaixo do necessário para a subsistência. O preço do salário será constantemente forçado para baixo em decorrência da ampliação do exército industrial de reserva e pela incorporação de mulheres e crianças no mercado de trabalho, estes também sujeitos à extensas jornadas de trabalho. Não há garantias e direitos fixados por lei (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 137 – 138).

¹⁶ Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 79 - 80), até 1887 não há no Brasil registro de nenhuma legislação social. Em 1919 é regulamentada a questão dos acidentes de trabalho, mas tratando-o pela via do inquérito policial e com ênfase na responsabilização do indivíduo em detrimento das condições de trabalho. Em 1923 é aprovada a Lei Eloy Chaves que obriga a criação das CAPs para algumas categorias de trabalhadores, como marítimos e ferroviários, vinculados a escoação do café. Junto com os IAPs, foram as formas pretéritas da previdência social no Brasil.

desse processo histórico a emersão do Serviço Social, diretamente vinculado às manifestações de frações e grupos classistas, marcando sua gênese.

Se as Leis Sociais são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. Caracterizar-se-á, assim, como uma imposição (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 135 – 136).

Durante os anos de 1917 e 1920 é que se evidenciam mais fortemente as expressões do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, marcado pelo adensamento da industrialização e urbanização. Nesse período, os movimentos sociais irrompem a realidade social colocando num primeiro plano “a densidade e combatividade das manifestações de inconformismo [que] marcarão para a sociedade burguesa a presença ameaçadora de um proletariado à beira do pauperismo” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 140). Não havia, nesse momento, políticas de integração e a população operária era contida de forma truculenta. Após esses anos é que se desenvolve largamente a ação assistencialista da burguesia, projetando o campo de edificação do Serviço Social. Nessa conjuntura, caracterizada pela caridade e repressão frente às reivindicações sociais, se coloca a importância da Igreja Católica como personagem essencial para a emersão da profissão no Brasil.

Se as obras caridosas mantidas pela Igreja remontam ao período colonial e a participação do clero no controle direto do operariado acontece a partir do estabelecimento das grandes indústrias em fins do século XIX, o que se convencionou chamar de protoformas do Serviço Social se origina com as obras e instituições¹⁷ que surgem no pós Primeira Grande Guerra. Na verdade, a movimentação da Igreja, ainda na República Velha, se vincula a um plano mundial arquitetado pelo Vaticano para influenciar as Igrejas católicas nacionais.

Com a Contrarreforma ocorrida na Europa, a Igreja Católica perde sua hegemonia enquanto concepção de mundo e é expulsa de amplos setores sociais que até então estiveram sob seu completo domínio. Assim, inicia-se no Brasil a Reação Católica, a partir da segunda metade da República Velha, objetivando recuperar os privilégios e prerrogativas perdidos com o fim do Império e tendo por base a formação de uma organização de massa

¹⁷ A exemplo, a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo (1923) (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 176).

visando enquadrar e controlar a população católica. Se até então a ação da Igreja era restrita às autoridades eclesiásticas, a expansão de seu campo de atuação se dará, primeiramente, pela formação de uma intelectualidade católica, direcionando pouca importância para a “questão social” e o comunismo¹⁸.

Essas instituições sociais que surgem na primeira fase da Reação Católica já diferem das tradicionais atividades de caridade. Tendo sua centralização a partir da Igreja, essas instituições envolvem as famílias burguesas cariocas e paulistas, mas contando com recursos do Estado, o que possibilita a ampliação dessas obras, marcando uma alteração do seu caráter existencial.

Têm em vista não o socorro aos indigentes, mas, já dentro de uma perspectiva embrionária de assistência preventiva, de apostolado social, atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres. [...] A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do Serviço Social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 177).

É na largada da década de 1930 que a Igreja expande a mobilização do laicato, fato inserido na alteração da dinâmica social: a crise do café força o deslocamento do motor da acumulação capitalista para outros setores, para além da atividade agro exportadora. A crise de 1929 agrava as contradições capitalistas num momento em que a realidade nacional se atrela ao movimento da economia global. Com o estabelecimento do Estado Provisório (1930-1934), dois acontecimentos se fazem fundamentais para o alargamento da atuação da Igreja, dando condições para a segunda fase da Reação Católica:

A conjuntura política e social presente naquele momento – a crise de hegemonia entre as frações burguesas e o movimento das classes subalternas – abrirá à Igreja um enorme campo de intervenção na vida social. Ela será chamada a desempenhar um importante papel nos momentos mais críticos para a estabilidade do novo governo e com ele disputará

¹⁸ Nesse momento a preocupação da Igreja é com o anticlericalismo, o positivismo e a laicismo das instituições republicanas. O movimento operário entrara em refluxo a partir de 1921 e as disputas de liderança interna entre as tendências marxistas e anarquistas causariam a diminuição das greves e a ascensão dos movimentos de contestação de cunho ideológico pequeno burguesa e de origem militar. O comunismo era tido como um problema restrito ao continente europeu (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 153 – 154).

arduamente a delimitação de áreas e competências de controle social e ideológico (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 165, grifo meu).

De suma importância é a posição estatal: o Estado converge para si os distintos interesses das classes sociais em disputa em nome da “harmonia social” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 161), se tornando em um instrumento de potencialização da expansão e acumulação capitalista. Ainda no início da década de 1930 a legislação social é ampliada¹⁹ e a “política social formulada pelo novo regime – que tomará forma através da legislação sindical e trabalhista – será sem dúvida um elemento central do processo”. Junto à campanha de integração social das massas, atrelando os direitos trabalhistas à aceitação de um sindicalismo controlado e a propagação das virtudes do trabalho, estará presente a repressão à organização autônoma do proletariado.

Visando consolidar solidamente sua posição e estabelecer seu poder na sociedade, a Igreja lança seu ambicioso projeto de mobilização e reorganização do movimento católico leigo e, por meio de sua intelectualidade, formula seu projeto de cristianização da ordem burguesa e de recuperação do proletariado. Defendendo que a justiça é uma providência divina e que os princípios da cristandade é que podem promover a justiça social, a intelectualidade estrutura uma via cristã para responder aos problemas sociais buscando adaptação “à realidade nacional do espírito das Encíclicas Sociais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*” (IAMAMOTO e CARVALHO, p. 168). É devido ao movimento laico, no âmbito da Ação Social Católica, que as iniciativas da década anterior se multiplicarão.

De acordo com os estudos de Guedes (2000), a *Rerum Novarum*, de 15/05/1891, foi organizada pelo Papa Leão XIII e sistematiza, pela primeira vez, elementos da doutrina social da Igreja Católica. Reporta-se ao pensamento de São Tomás de Aquino, que estabelece um ordem temporal e atemporal, em que está se sobrepõe àquela. A ideia é atenuar a desigualdade social sem questionar a viabilidade do capitalismo, refutando, de um lado, os excessos do liberalismo e, por outro lado, os preceitos socialistas que condenam a propriedade privada, considerada um direito natural. Quarenta anos depois, vem a público a *Quadragesimo Anno*, em que o Papa Pio XI retoma os pontos essenciais da *Rerum Novarum* e analisa o avanço do socialismo. Tomando a “questão social” como questão moral, aponta a

¹⁹ O Brasil segue o modelo adotado nos países em desenvolvimento em relação à cobertura de risco referente ao trabalho: regulação para os acidentes de trabalho, aposentadorias e pensões, auxílio doença, maternidade, família e seguro desemprego. É criado o Ministério do Trabalho em 1930 e, dois anos depois, a Carteira de Trabalho que se torna o documento garantidor de alguns direitos vinculados ao trabalho formal. Essa década marca a expansão dos IAPs. Em 1930 também é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, além do Conselho Nacional de Educação e o Conselho Consultivo de Ensino Comercial e em 1943 é promulgada a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 106 – 108).

recristianização da vida econômica para reverter o quadro de degradação moral da sociedade. As Encíclicas²⁰, ao condenarem o comunismo e o abuso do capitalismo, apontam, como solução, a humanização do sistema econômico.

Da necessidade de tornar mais efetivas e gerar mais resultados às iniciativas e obras filantrópicas promovidas pelas classes dominantes paulistas, surge em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (Ceas)²¹. O objetivo do Ceas, dentro do processo de mobilização do laicato, é promover a formação de seus membros fundamentada na doutrina social da Igreja e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais. É da difusão e da intensificação de suas atividades doutrinárias que, em 1936, o Ceas funda a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, concomitantemente à um aumento da demanda por essa formação técnica especializada, não só pela própria ação católica, mas pelas instituições estatais.

Essa primeira fase do Serviço Social no Brasil, denominada por Yamamoto e Carvalho (2012, p. 239) de “*influência europeia ou Serviço Social antigo*”, é marcada por um caráter de apostolado social, de qualificação do laicato, principalmente sua parcela feminina oriunda das famílias abastadas. Conota-se à atividade profissional uma característica missionária, mas com parâmetros técnicos e modernizadores para a concretude dos imperativos da justiça e caridade junto às classes subalternas.

A vocação de servir é concebida, nessa perspectiva, como escolha, oriunda de um chamado, justificado por motivações de ordens éticas, religiosas ou políticas, a quem só podem aderir indivíduos dotados de certas aptidões particulares e dispostos a engajar a totalidade de suas vidas em um projeto que, antes de ser trabalho, é uma missão (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 91).

A miséria é entendida como situação patológica que se origina na crise de formação moral do proletariado. Portanto, os determinantes das condições de vida dos trabalhadores não estavam na estrutura social; ela é satisfatória. Mesmo havendo o reconhecimento de uma diferenciação social, esta é entendida como natural, visto que os homens são desiguais em suas capacidades. A intervenção do agente deve ser direcionada

²⁰ “As Encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*, como outros documentos eclesiásticos que traduzem o pensamento da Igreja Católica no final do século XIX e nas quatro primeiras décadas do século XX, com relação à “questão social”, “orientam-se em um quadro de valores assentados sobre a filosofia de S. Tomás de Aquino. É sobretudo a partir de tal parâmetro filosófico que os Pontífices refletem sobre os problemas do homem na sociedade” (GUEDES, 2000, p. 68 – 69).

²¹ Oficialmente o Ceas tem início com o curso promovido pelo Cônegas de Santos Agostinho, ocasião em que foi convidada Mlle. Adèle Loneaux da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas, denominado Curso Intensivo de Formação para Moças (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 178).

para a formação moral, intelectual e social da família, reajustando-a por meio de uma ação educativa: é começar pela reforma do homem.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2012), quando a gestão da assistência social se insere em âmbito estatal, especificamente em referência ao estado de São Paulo, inicia o seu processo *de racionalização* e da regulação de iniciativas particulares. O governo vai subordinar à seu programa as atividades privadas ao mesmo tempo que adota técnicas e formação desenvolvidas a partir de instituições particulares. A demanda pela formação profissional terá no Estado seu setor mais dinâmico, ao mesmo tempo que irá incentivá-la e regulamentá-la. Assim, a primeira Escola de Serviço Social não pode ser considerada apenas como fruto do movimento laico, pois já existia uma demanda alternativa. Há uma alteração da composição da força de trabalho: agora não mais uma moça pertencente à família abastada da sociedade movida por valores cristãos de solidariedade e ajuda, mas um agente assalariado pertencente à divisão social e técnica do trabalho. Contudo, isso não elimina o conteúdo doutrinário da formação, ainda sob o comando da Igreja Católica.

Assim, o processo de profissionalização do Serviço Social é marcado pela criação das grandes instituições assistenciais, sobretudo a partir da década de 1940²², o que permitirá uma atuação sobre as consequências da exploração do capital, mas sem alterar essa dinâmica, e da condição de carência do operariado, atenuando seus aspectos mais gritantes. Contribui para esse momento a aproximação com o modelo norte-americano para a coordenação e tecnificação das obras assistenciais. Essas instituições cumprem um papel de controle social e político dos setores dominados e para a vigência do capitalismo, tanto por seus efeitos econômicos como pela institucionalização e dissolução dos conflitos sociais, disciplinando as relações sociais vigentes.

O processo de surgimento e desenvolvimento das grandes entidades assistenciais – estatais, autárquicas ou privadas – é também o processo de legitimação e institucionalização do Serviço Social. A profissionalização de Assistente Social apenas pode se consolidar e romper o estrito quadro de sua origem no bloco católico *a partir e no mercado de trabalho que se abre com aquelas entidades* (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 326, grifo meu).

Assim, o caráter doutrinário gradualmente foi sendo substituído pela profissionalização e o Serviço Social vai deixando de ser uma extensão da Ação Católica. *Com a estruturação das grandes instituições, abre-se um campo sócio ocupacional para a*

²² Entre elas, o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) em 1938, pelo Decreto-Lei nº 525, de 1/7/1938; a Legião Brasileira de Assistência, de 1942; Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional (Senai), de 1942; o Serviço Social da Indústria (Sesi), de 1946; Fundação Leão XIII, de 1946 (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012).

formação técnica especializada do Assistente Social na divisão social e técnica do trabalho. Aos poucos, os agentes deixam sua natureza de “modernos agentes da caridade e da justiça” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2012, p. 246), o que em certo ponto escamoteia um projeto de classe sob roupagens neutras e caridosas, vinculada às origens da profissão e orientada por valores do humanismo cristão, para se inserirem em relações de assalariamento devido à venda da força de trabalho, principalmente ao Estado, seu maior incentivador e contratante. A atuação do Serviço Social será dada, de forma mais geral, pelas funções econômicas, políticas e ideológicas.

O Serviço Social estruturalmente tem sua gênese atrelada a um projeto burguês para manutenção da edificação social classista e a conservação de seus privilégios. A legitimidade da profissão se encontra no mercado de trabalho, no espaço que ocupa na divisão social e técnica do trabalho, para responder as necessidades sociais decorrentes dessa forma de produzir e reproduzir a vida na sociedade vigente, atuando junto às expressões da “questão social”. Não escapando de sua determinação, atua na reprodução da sociedade e de suas contradições e conflitos.

Por sua vez, Netto (2011c) analisa o surgimento da profissão trazendo algumas particularidades. O autor insere a emersão da profissão no trânsito do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, em que este projeta significativos fenômenos²³ na dinâmica econômica. Momento também que se formata um complexo campo de disputa social delineado por projetos políticos distintos e que marcam a conjuntura do final do século XIX.

Esses projetos políticos, variando de um extremo ao outro, da conservação social à alteração substancial de suas estruturas, se estreitam à três fatos que se fortalecera na era nos monopólios: “o proletariado constituído como *classe para si*, a burguesia operando *estrategicamente como agente social conservador* e o *peso específico* das classes e camadas intermediárias (NETTO, 2011c, p. 54, grifo no original).

A elevação do proletariado como *classe para si* se vincula ao quadro de derrotas de 1848, sobre as quais o proletariado iniciou a construção de sua identidade como protagonista histórico social. De acordo com Engels (2010a), o proletariado, após ser duramente contido quando da tentativa de qualquer reorganização, só reuniu forças no

²³ A era dos monopólios, que objetiva a expansão dos lucros pelos controle de mercados, introduz na dinâmica econômica os seguintes fenômenos: o crescimento progressivo das mercadorias serviços; a elevação da taxa de lucros; elevação da acumulação, com a tendência decrescente da taxa média de lucros e ao subconsumo; investimento nos setores de maior concorrência, revelando a dificuldade de investimento em setores muito ricos; economia de trabalho vivo com a aplicação de novas tecnologias e; aumento dos custos de venda, o que diminui os lucros e aumento o contingente de consumidores improdutivos (NETTO, 2011c, p. 20 – 21).

momento em que surge a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)²⁴. Segundo Netto (2011c) é a partir desse momento, até a Primeira Guerra, que o operariado elabora seus instrumentos de intervenção sócio política: o sindicato e o partido operário, que se estruturam relacionados a dois fenômenos que repercutem, social e politicamente. Primeiro, uma conjuntura extensa de crises que resultou na redução de postos de trabalho e intenso desemprego, e o aviltamento dos salários, refletido no aguçamento da fome e da miséria. A resposta operária já surge no auge do associativismo sindical. De outra parte, é nesse momento que se projeta nos setores do movimento operário as ideias de Marx, embora sob viesses positivistas, o que recortou o seu vetor revolucionário. A “questão social” não é somente politizada no sentido contrário ao pensamento conservador ou reacionário: ela é colocada no centro do antagonismo que marca o espectro social entre capital e trabalho, cuja solução encontra refúgio por meio do *processo revolucionário* (NETTO, 2011c, p. 59).

[...] ao ingressar a sociedade burguesa na idade no monopólio, o projeto político social do proletariado euro-ocidental se encontra nitidamente perfilado: é um *projeto anticapitalista*, referenciado por uma *prospecção socialista* e uma *prática sindical classista* (NETTO, 2011c, p. 59, grifo no original).

Sob esse avanço organizativo da classe operária já não era suficiente as formas clássicas burguesas de intervenção na “questão social” centradas na coerção e repressão, obrigando-a a instaurar formas de participação social aliada à concessões, estas entendidas como os primeiros esboços de política social pública. A burguesia também passa por um processo de amadurecimento ao longo do desenvolvimento capitalista. Diante da colisão com um projeto alternativo na disputa pelo controle da sociedade, a burguesia aposta em uma estratégia cujo conteúdo conservador se expressa na abordagem da “questão social” por meio de um viés *despolitizador* (NETTO, 2011c, p. 61).

Todo empenho burguês consiste em *deslocar* a “questão social” do campo da política – e privá-la de uma contextualização classista (donde a retórica da “harmonia” entre capital e trabalho), em torná-la indene de projeções assumidamente políticas (donde a recusa da “ideologização”). O escamoteamento da dimensão política medular da “questão social” constitui o cerne da política burguesa que a quer enfrentar na idade do monopólio (NETTO, 2011c, p. 61).

²⁴ Fundada em 1864, a AIT visava agregar, em um único e poderoso exército, todo o operariado militante da Europa e da América, cujo programa foi redigido por Marx (ENGELS, 2010a, p. 77). Segundo Netto (2011c), oficialmente a AIT se dissolveu em 1876, mas desde 1872 não funcionava de forma efetiva.

É introjetado o reformismo para conservar, em que se admite mudanças, mas no âmbito da sociedade burguesa e que de forma alguma pode resvalar em suas estruturas. Assim, os fundamentos da “questão social” são descaracterizados do movimento mais amplo da sociedade e de suas bases econômicas.

Também se coloca em evidência nesse momento a atuação das ditas “classes médias” que, numa configuração peculiar²⁵ e abrangendo distintas categorias ideológicas, donde se destaca a tradição do reformismo; um *novo* reformismo (NETTO, 2011c, p. 64) que recupera elementos do reformismo e do socialismo²⁶ burgueses tradicionais e que se madura entre os estratos das classes médias na passagem para a era dos monopólios, se enquadrando aos requisitos dessa nova configuração de capitalismo. Esse novo reformismo traz em seu bojo uma proposta socialista a ser desenvolvida nos limites da dominação burguesa, “mediante a estatização, a municipalização e a política fiscal”, proposta concomitante ao surgimento do chamado revisionismo de Marx que, no liminar de suas ideias, respondia à postura não radical e conservadora de parte da população proletária²⁷.

Aliado à toda essa transformação social e aos projetos sociais *essenciais* que se colocam no horizonte da dinâmica capitalista, o recorte monopolista, para manter sua viabilidade mediante à manutenção e elevação das contradições próprias do sistema, requer a intervenção estatal sob um novo viés, articulando funções políticas e econômicas que se expressam, sobretudo, no terreno *estratégico*, atuando o Estado como “instrumento de organização da economia , operando notadamente como um administrador dos ciclos de crise” (NETTO, 2011c, p. 26). Para garantir sua funcionalidade para a burguesia, o Estado incorpora reivindicações da classe trabalhadora, expandindo sua “base de sustentação e legitimação sócio-política, mediante a generalização e as institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, [permitindo-lhe] organizar um *consenso* que assegura seu desempenho” (ibidem, p. 27). Mediante uma intervenção contínua e sistemática, as sequelas da “questão social” se colocam como alvo das *políticas sociais* que, além de sua funcionalidade para esse estágio do

²⁵ No período analisado, a classe média agrega novos grupos, característicos do recorte monopolista e que não eram típicos de épocas precedentes, como os profissionais liberais, intelectuais e técnicos especializados, entre outros, que se mesclam com estrato médios do período concorrencial, como os artesãos altamente qualificados, profissionais de fato liberais, pequeno-burgueses (NETTO, 2011c, p. 63).

²⁶ Segundo Coggiola (2010, p. 10), o socialismo era considerado uma doutrina burguesa, identificada com esquemas reformistas experimentais e utópicos dos pequeno-burgueses. Os comunistas eram os que, claramente, estavam a favor da derrubada da ordem por meio da revolução e do estabelecimento de uma ordem revolucionária.

²⁷ Para Netto (2011c, p. 66), o revisionismo tem relação com dois dados do período: um, o surgimento no interior da classe operária de um grupo contrário com projeções revolucionárias, a aristocracia operária, fruto da emersão do monopolismo e; dois, o surgimento na organização dos sindicatos e partidos operários de uma camada de funcionários de desempenho burocrático que os conduziam à postura conservadora.

capitalismo, se concretizam fundamentalmente em decorrência do amadurecimento organizativo da classe operária e do conjunto dos trabalhadores.

É nessa complexa trama social, marcada pela ascensão de um novo estágio do desenvolvimento capitalista e no qual os sujeitos históricos representantes de classes sociais antagônicas disputam a garantia de seus distintos interesses e o redimensionamento da atuação do Estado, que se torna possível a institucionalização e profissionalização do Serviço Social. Superando a primeira tese, classificada como uma “crônica essencialmente historiográfica e linear” (p. 69), Netto (2011c, p. 70) localiza a legitimação da profissão não no seu embasamento teórico que marca àquela vertente, mas na “criação de um espaço sócio ocupacional no qual o agente técnico se movimenta – mais exatamente, nas condições histórico-sociais que demanda este agente, configuradas na emergência do mercado de trabalho”.

O autor supracitado estabelece uma *ruptura* entre o Serviço Social e as formas pretéritas de ajuda e caridade, e um distanciamento²⁸ das formas explicativas contidas na primeira perspectiva sobre a emergência da profissão. Vincula a profissionalização do Serviço Social à “*dinâmica da ordem monopólica*” (p. 73, grifo no original) a partir da constituição de um espaço sócio ocupacional na divisão social e técnica do trabalho, sendo requisitado pela classe capitalista e seus representantes no Estado para o enfrentamento das expressões da “questão social” através da implementação das políticas sociais; ele é “*dinamizado pelo projeto conservador que contempla as reformas dentro dessa ordem*” (NETTO, 2011c, p. 77, grifo no original) e necessita, para tal estratégia, um *agente executor*. A ruptura com as formas filantrópicas e assistenciais de que fala Netto é decisiva para a profissionalização do Serviço Social:

Se revela no fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem de sua intencionalidade (NETTO, 2011c, p. 71, grifo no original).

Ainda de acordo com Netto (2011c), as atividades interventivas são atribuídas ao assistente social, fugindo de seu controle e intencionalidade, apesar de ser possível outra constatação em seu discurso, na sua representação da profissão. Aqui o

²⁸ Distanciamento porque Netto (2011c, p. 70-71), mesmo compactuando e trazendo novos elementos para o debate do Serviço Social como profissão estabelecida na ordem dos monopólios e não uma simples evolução da ajuda, admite uma *relação de continuidade* entre a profissão legitimada e as formas de auxílio expressa no conservadorismo, nas formas de intervenção com cunho caritativo, contempladas pela assistência racionalizada e a profissão e, merecendo maior destaque, a presença da Igreja Católica nos dois âmbitos. Mas isso está longe de significar que o autor defende ou compreenda a profissão pela visão endógena.

profissional se insere numa relação de *assalariamento* e a significado social de sua ação passa a ter outro sentido na reprodução das relações sociais (aqui a concordância com Yamamoto quanto o nível de atuação do Serviço Social). Essas condições distanciam os agentes das instituições tradicionais responsáveis pela organização das formas de ajuda: “é com essa giro que o Serviço Social se constituiu como profissão, inserindo-se no *mercado de trabalho*, com todas as consequências daí decorrentes “principalmente com seu agente tornando-se *vendedor* da sua força de trabalho” (NETTO, 2011c, p. 72, grifo no original).

A intervenção profissional, vale dizer, garante a *resposta integradora* que é pertinente às políticas sociais. Além disso, não é apenas sua origem atrelada ao pensamento conservador que garante sua funcionalidade, sumariadas em conceber e atuar nas manifestações da “questão social” como problemas autonomizados, promover a psicologização da socialidade e operar na *coesão social*. Atua e é dinamizado pelo projeto conservador da classe dominante na consolidação do capitalismo monopolista (NETTO, 2011c).

Essa segunda concepção sobre a gênese da profissão Serviço Social, que escapa a simples continuidade de forma pretéritas, pode ser sintetizada na seguinte passagem:

[...] esta segunda tese sobre a gênese do Serviço Social parte de uma *visão totalizante*. Vê o surgimento da profissão vinculado, determinado e formando parte de uma ordem socioeconômica determinada, de um contexto, enfim, da síntese de projetos enfrentados e da estratégia da classe hegemônica nessa luta, no contexto do capitalismo monopolista. Nele se entende a “particularidade” – Serviço Social – inserida e constitutiva de uma “totalidade” mais desenvolvida que o contém e o determina (MONTAÑO, 2009, p. 38).

A partir da segunda tese, a natureza e a funcionalidade da profissão se vinculam à ordem burguesa através das respostas do Estado frente às expressões da “questão social”. “Aqui, a *função* do Serviço Social é de legitimação da ordem e aumento da acumulação capitalista, tendo, portanto, natureza e funcionalidade *político-econômicas* e não *altruístas*” (MONTAÑO, 2009, p. 44, grifo no original), o que corresponde uma *ruptura* com as formas pretéritas de ajuda.

Os alicerces do Serviço Social enquanto profissão são postos com a segunda perspectiva, uma vez que imanente à ela se encontram suas determinações e funcionalidades de natureza classista, inserida como construção social em determinado tempo histórico, sendo justificável sua existência na sociedade capitalista. Rompe-se, aqui, com o Serviço Social vocacional, com caráter de missão, como uma simples e mecânica evolução do quadro

caritativo. Decorre dessa leitura uma inflexão quanto ao entendimento do público alvo da assistência social: agora não mais alocando nos sujeitos de sua ação a responsabilidade por suas condições, mas entendendo que existe um movimento social mais amplo em que os indivíduos são partícipes e suas condições de vidas, historicamente determinadas, são condicionadas nesta realidade.

1.2 O SERVIÇO SOCIAL E A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

1.2.1 A Produção e Reprodução dos Meios de Produção e Das Relações de Produção Capitalista Segundo a Visão Marxiana

O esforço empreendido aqui é compreender criticamente o modo de produção capitalista enquanto produção e reprodução dos meios de produção e das relações sociais de produção, momento este em que será apreendido o significado social da profissão Serviço Social como partícipe desse processo.

Segundo Lefebvre (1977, p. 219 - 220), o conceito de *reprodução das relações sociais* desponta nas obras de Marx quando este formula o conceito de *sistema* ou *modo de produção capitalista*, que designa o resultado global das relações antagônicas: “salário/capital”, “proletariado/burguesia”. Mas esse antagonismo não se evidencia num primeiro plano na sociedade burguesa, antes se escamoteia em formas que transcendem uma leitura superficial da realidade, tal qual o contrato de trabalho, ficticiamente livre. Portanto, este *resultado global* das relações antagônicas abarca “as elaborações jurídicas das relações de produção, as relações de propriedade codificadas – as ideologias que ‘exprimem’ também, dissimulando-as, as relações de antagonismo – as instituições políticas e ‘culturais’, a ciência, etc.”. Portanto, “o conceito de reprodução das relações de produção incide sobre a totalidade, sobre o movimento dessa sociedade no nível global” (LEFEBVRE, 1977, p. 225).

Sob esse prisma se coloca o que Martins (1980) designou como *modo capitalista de pensar*, que não se separa do modo capitalismo de produção, e que evidencia a ideologia da classe dominante:

O *modo capitalista de pensar*, enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção das mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário à reprodução do capitalismo, à reelaboração de suas bases de sustentação – ideológicas e sociais (MARTINS, 1980, p. XI).

O que deve ser levado em conta nessa problematização é, primeiramente, a produção e reprodução dos meios de produção para, posteriormente, elevando o nível de abstração, a produção e reprodução das relações sociais capitalistas de produção, a “reprodução total”²⁹, evidenciando o caráter da produção especificamente capitalista, uma forma sócio histórica dos homens se organizarem para produzirem e reproduzirem suas formas materiais de existência e as relações sociais que derivam dessa organização produtiva. Isto porque as condições de produção são as mesmas para a reprodução: “se a produção tem a forma capitalista, também terá a reprodução” (MARX, 2017, p. 669). Se no capitalismo o processo de trabalho é apenas um meio de criar valor, a reprodução também é apenas um meio de reproduzir o valor investido como capital.

Segundo Marx (1978, p. 90, grifo no original) “o produto da produção capitalista não é somente *mais-valia*, é *capital*”. Entendemos com essa afirmação que o resultado do processo de trabalho na sociedade capitalista resulta, além de um produto que contenha em si trabalho não pago, a possibilidade/necessidade de parte desse trabalho não pago, sob a forma de mais-valia e realizada na esfera da circulação, ser reconvertida no processo de produção. Portanto, para ser capital³⁰, determinada soma de dinheiro ou valor adiantado deve, primeiro, ser convertido em fatores do processo de trabalho e, segundo, que dentro desse processo seja incorporado o trabalho vivo; isso possibilita que esse mesmo trabalho se converta em capital e o capital potencial, isto é, a soma de dinheiro investida nos fatores do processo de trabalho, em capital “real e atuante”. Portanto, para a efetiva

²⁹ Lefebvre (1977, p. 222) aponta que esse conceito é descoberto por Marx em 1863. Numa carta endereçada à Engels, em 6 de julho desse mesmo ano, Marx discute o Quadro Econômica de Quesnay, julgando que este quadro não resume apenas a circulação de bens e dinheiro, mas mostra também porque este processo não se interrompe, pois *reproduz* suas próprias condições. A repartição da mais-valia reestabelece o começo, depois de um conjunto de movimentos. “Já não se trata, portanto, da reprodução dos meios de produção, mas da *reprodução das relações sociais*” (grifo no original).

³⁰ Isso é explorado por Marx n’O Capital em três momentos distintos, no espaço e tempo: primeiro, a conversão de uma soma de dinheiro, na esfera da circulação, em meios de produção e força de trabalho. Depois, o processo de trabalho deve transformar esses elementos em mercadoria cujo valor os ultrapassa, contendo o capital investido acrescido de mais-valia. Por fim, a venda dessas mercadorias no mercado, realizando seu valor em dinheiro, que deve ser convertido novamente em capital, repetindo as operações. Esse ciclo constitui a *circulação do capital* (MARX, 2017, p. 665).

transformação de dinheiro em capital não basta que se tenha a produção e a circulação, mas dantes a existência em lados opostos, do possuidor do dinheiro, dos meios de produção e de subsistência e do possuidor da substância criadora de valor, da força de trabalho (MARX, 2017, p. 673).

Esse processo resulta para o trabalhador, que vendeu sua força de trabalho para conseguir os meios para subsistência, apenas a reprodução de sua força de trabalho que novamente deverá ser vendida sob a condição de assalariamento. Mas como a força de trabalho é a criadora e multiplicadora de valor, o capital sai desse processo como capital real, em “valor que se valoriza” (MARX, 1978, p. 91). Essa mais-valia reconvertida em capital apresenta-se como formadora de novo capital ou capital acumulado: capital que gerou capital. Mas o capital não produz apenas capital objetivo, mas também o capital subjetivo³¹. O processo de acumulação implica a criação de novos assalariados, meio de realização e aumento do capital existente. “Deste modo, o trabalho não só produz, em oposição a si mesmo e em escala sempre mais ampla, as condições de trabalho enquanto *capital*, mas o capital produz em escala cada vez maior os *assalariados produtivos* que requer” (p. 90 - 91, grifo no original). Segundo Marx (2017, p. 675), o próprio trabalhador é o meio de produção imprescindível ao capitalista; sua conservação e reprodução é condição necessária e permanente da reprodução do capital. *Assim, capital e trabalho assalariado se reproduzem concomitantemente como elementos antagônicos e inelimináveis da relação social de um mesmo processo de produção, como polos opostos e conflituosos de uma relação de dependência intrínseca. A produção capitalista produz e reproduz, em escala ampliada, as relações capitalistas de produção.*

Não só as condições objetivas do processo de produção, mas igualmente o caráter especificamente social delas apresentam-se como resultado deste; *as relações sociais, e, portanto, a posição social dos agentes da produção entre si, as próprias relações de produção são produzidas, são o resultado, incessantemente renovado, do processo* (MARX, 1978, p. 95, grifo meu).

Mas essa relação só se reproduz em condições vantajosas para um dos lados: ao passo em que se desenvolve a força produtiva do trabalho, cresce a riqueza social perante o operário. O capital se agiganta diante dele como um força avassaladora, na mesma

³¹ “Os trabalhadores têm de reproduzir-se: ter filhos, alimentá-los, educa-los, torná-los capazes, por sua vez, de trabalhar, podendo assim um crescimento demográfico acompanhar o das forças produtivas [...]. Todo o crescimento econômico pressupõem, portanto, simultaneamente, a reprodução ampliada da força de trabalho e da maquinaria: por outras palavras, do *capital constante* (fixo, investido) e do *capital variável* (salários)” (LEFEBVRE, 1977, p. 220, grifo no original).

proporção de sua pobreza. Segundo Marx (1978, p 92), levando em conta a continuidade do processo produtivo, o que podemos entender por sua reprodução³², o salário é parte do produto criado antecipadamente pelo operário e que é usado para sua subsistência, em “meio de conservação e aumento da capacidade de trabalho necessária ao capital para sua autovalorização, para seu processo vital”. Mas esses dois pontos, a conservação e aumento da capacidade de trabalho, se apresentam como reprodução e ampliação das condições de reprodução e acumulação do processo produtivo, mas que pertence ao capitalista. Resumindo:

A produção capitalista é produção de mais-valia, e, enquanto produção de mais-valia (na *acumulação*) é ao mesmo tempo *produção de capital* e *produção* e reprodução de toda a relação capitalista em escala cada vez mais extensa (ampliada). (MARX, 1978, p. 95, grifo no original).

Pela ótica de Marx (1978) e também de Lefebvre (1977), a permanência do modo de produção capitalista implica a replicação da produção e das relações sociais, o que supõem, portanto, o papel da ideologia, cuja reprodução também se efetiva como instrumento de controle social, mesmo tendo uma eficácia limitada:

A reprodução da ideologia dominante visa a manutenção da ordem vigente, constituindo-se, pois, em violência simbólica, já que, pela inculcação da cultura e dos valores dominantes, implica numa imposição e desenvolve uma relação de dependência, quase sempre imperceptível, dissimulada, *que reforça a relação dominação/subordinação entre as classes sociais* (CERQUEIRA FILHO e NEDER, 1978, p. 199, grifo meu).

Com isso, devemos ter em mente que as relações de produção trazem em si contradições de classe (capital/salário), que se ampliam em contradições sociais (burguesia/proletariado) e políticas (dominantes/dominados), que se aprofundam e se expandem. Isso mostra uma certa coesão interna do capitalismo mas, também e sobretudo, que se aprofundam e se ampliam suas contradições à nível mundial. Essa perenidade das relações de produção, segundo Lefebvre (1977, p. 244), deve ser creditada ao Estado “na sua qualidade de legislador” e na sua “capacidade repressiva”, características não conflitantes, mas antes complementares para a garantia da permanência do poder burguês. É através dessa leitura da realidade social, considerando esses personagens e a disposição dos mecanismos

³²“Qualquer que seja a forma do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (MARX, 2017, p. 669).

sociais e políticos, que queremos situar a profissão Serviço Social na reprodução das relações sociais de produção capitalista.

1.2.2 O Serviço Social Como Partícipe da Reprodução Das Relações Sociais de Produção Capitalista

É de responsabilidade de Marilda Iamamoto (1982) a inauguração do debate do Serviço Social enquanto trabalho já no início da década de 1980 em sua dissertação de mestrado³³, que no mesmo ano foi parcialmente publicada no conhecido *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*³⁴.

Iamamoto (1982) tinha por objeto o Serviço Social e por objetivo a captura do significado social da profissão e das práticas dos assistentes sociais enquanto agentes qualificados em contexto de aprofundamento do capitalismo na sociedade brasileira. Concebe o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social do trabalho, partícipe da reprodução das relações sociais e de suas contradições. Para entender o significado da profissão nesse processo, a autora aponta a necessidade de apreender o movimento real em que se operam essas relações. Iamamoto (1982) se dispôs a um empreitada que não encontrava suporte na bibliografia do Serviço Social até aquele momento. Vai com isso se ancorar “em textos clássicos marxistas” (p. VI) para balizar sua compreensão de sociedade capitalista e elaborar a análise de sua proposta de pesquisa.

Segundo a autora, “a apreensão do significado histórico da profissão só é desvendada em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como instituição peculiar na e a partir da divisão social do trabalho” (IAMAMOTO, 1982, p. 3). O significado da profissão só é capturado a partir da análise sob a lógica da totalidade, devendo-se ir “além da aparência em que se apresenta em seu próprio discurso, e, ao mesmo tempo procurar detectar como vem contribuindo, de maneira peculiar, para a continuidade contraditória das relações sociais, ou seja, do conjunto da sociedade” (IAMAMOTO, 1982, p. 3). Assim, o Serviço Social deve ser compreendido no movimento da sociedade como produto histórico peculiar ao capitalismo e

³³ A dissertação de mestrado é intitulada *Legitimidade e crise do Serviço Social – um ensaio de interpretação sociológica da profissão*, defendida em 1982 na Esalq/USP, sob orientação do Prof. Dr. Oriowaldo Queda.

³⁴ O livro, lançado em coautoria com Raul de Carvalho, faz parte de um projeto mais amplo conduzido pelo Celats – Centro Latino Americano de Trabalho Social, do qual também faz parte a pesquisa de Manuel Manrique e Alejandrino Maguina, publicada no livro *Desarrollo Capitalista y Trabajo Social em el Perú*, tendo por objetivo uma análise da profissão nos dois países. O livro busca a apreensão do significado social da profissão Serviço Social inserida na sociedade, privilegiado o período entre 1930 e 1960.

cumprindo uma função para a manutenção e vigência do sistema de classes, no movimento da reprodução da sociedade³⁵. Aqui se evidencia o Serviço Social legitimado e institucionalizado; a discussão da profissão expande-se para além de si mesma.

Na trilha dos estudos marxianos, Iamamoto (1982, p. 91) discute a reprodução das relações sociais como a “*reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida*”³⁶, envolvendo o cotidiano da vida, a forma socialmente determinada dos indivíduos viverem e trabalharem. Assim, uma realidade não estática e acabada, mas em contínuo movimento de estruturação permanente. Situa, pois, o Serviço Social enquanto profissão:

Com um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas. Nesse sentido, efetua-se um esforço em *compreender a profissão* historicamente situada, configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial (IAMAMOTO, 1982, p. 89, grifo no original).

O Serviço Social é situado como profissão nos limites do modo de produção capitalista, cujas determinações de exploração, acumulação ampliada e propriedade privada, são reproduzidas pelos assistentes sociais através de sua prática profissional, já que inseridos nos valores e dinâmica burgueses. Conforme Iamamoto (1982), a reprodução social, ao reproduzir a forma específica de vida e de trabalho, reproduz também as contradições e os interesses antagônicos expressos na divisão de classes. Contudo, situando-se no interior da relação entre as classes fundamentais, o trabalho do assistente social expressa o caráter contraditório do exercício profissional devido à polarização de interesses, tendendo a ser cooptado pelas inclinações da classe dominante. Atende a interesses distintos reforçando, pela mesma atividade, as possibilidades de exploração e dominação do capital e também respondendo às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora. Isso é uma ambiguidade intrínseca ao exercício profissional, não podendo ser suprimida; essa

³⁵ Diante disso, a autora se distancia tanto da visão *mecanicista* da profissão, entendida apenas como um dos aportes do poder burguês, sem a possibilidade de frestas de ampliação de sua efetivação em favor das classes dominadas e, também, do *voluntarismo*, que compreende o assistente social como agente da transformação, o que necessariamente extrapola sua condição de trabalhador assalariado vinculado, essencialmente, a um ente de conserva das classes.

³⁶ A ideia de reprodução das relações sociais se refere à reprodução da força viva de trabalho e dos meios de produção, seus instrumentos e matérias-primas envolvidos no processo de trabalho, mas não somente. Vai além da reprodução material. Envolve, na sua totalidade, a reprodução da produção espiritual, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas (IAMAMOTO, 1982, p. 90).

compreensão permite ao assistente social estabelecer estratégias profissionais e políticas para fortalecer o capital ou o trabalho.

Pensar o Serviço Social como integrante do processo de reprodução das relações sociais é considerar sua vinculação às organizações institucionais, por meio das quais o assistente social se insere sob uma condição de trabalhador assalariado, o que lhe confere uma autonomia relativa³⁷. No Brasil, a profissão se estrutura fortemente ligada ao Estado, o maior empregador do assistente social, além de legislador e controlador das forças repressivas que asseguram o poder e a ordem aos moldes da edificação burguesa³⁸, quando aquele passa a atuar de forma sistemática sobre as consequências da exploração do trabalho pelo capital e, também, as instâncias patronais privadas.

O Estado, que desempenha um importante papel na reprodução das relações sociais, é uma via privilegiada para as frações da classe burguesa impor seus interesses, conflitantes mas não antagônicos, ao conjunto da sociedade. Mas no jogo político democrático, o Estado é obrigado a incorporar, mesmo que parcialmente, os interesses do trabalho.

Portanto, a demanda pela intervenção profissional adquire um nítido *caráter classista* quando o assistente social passa a atuar em instituições estatais que implementam os serviços sociais por meio das políticas sociais, a via privilegiada das classes dominantes para o enfretamento da “questão social”. Assim, embora “trabalhe a partir e com a situação de vida do trabalhador, não é por ele diretamente solicitado; atua junto a ele a partir de uma demanda, que na maioria das vezes não é dele” (IAMAMOTO, 1982, p. 105). A requisição é, predominantemente, do Estado que contrata os assistentes sociais para operacionalizar as políticas sociais.

O Serviço Social atua, ao lado de outras profissões, na reprodução das relações sociais “fundamentalmente como uma atividade *auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe*

³⁷ Mesmo contando com certas características que lhe conferem uma certa autonomia, como um Código de Ética Profissional, o caráter não rotineiro de sua ação e uma relação direta com o usuário, lhe garantido certa mobilidade interventiva, o Serviço Social não se constitui em profissão liberal pois não dispõem “das condições materiais e técnicas para o exercício de seu trabalho e do completo controle sobre o mesmo, seja na maneira de exercê-lo, ao estabelecimento da jornada de trabalho, ao nível da remuneração e, ainda, ao estabelecimento do “público ou clientela a ser atingida” (IAMAMOTO, 1982, p. 100).

³⁸ Yamamoto (1982, p. 119) aponta que o estudo sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil conduz a afirmação de que a *tendência predominante* é “o reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente” (grifo no original). E isso acontece em decorrência da “integração da ‘clientela’ aos aparatos institucionais através dos quais se exerce o controle social, tornando-se esse profissional assalariado em agente a serviço da racionalização de serviços prestados por essas organizações e intermediários entre elas e a população”.

trabalhadora” (IAMAMOTO, 1982, p. 116, grifos no original). Além disso, e talvez o mais importante se pensarmos no processo produtivo da riqueza social sob o capitalismo, intervém na “*criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho*” (IAMAMOTO, 1982, p. 116, grifo no original) por meio dos serviços sociais que são previstos nas políticas sociais gestadas e geridas pelo Estado. Portanto, a inserção do Serviço Social na reprodução das relações sociais se efetiva pela atuação dos assistentes sociais que é mediatizada pelos serviços sociais. Nesse movimento, além da reprodução das relações sociais, também são reproduzidas as contradições que lhes são inerentes, que se expressam na vida cotidiana. Um Sujeito entrevistado traz um noção do que isso representa para trabalhador, à medida em que, de certa forma, está inserido e submerso em todo esse processo de reprodução das relações sociais em que atua o assistente social:

A gente acaba muitas vezes colaborando para manter o sistema como está, no sentido de que a gente vai lá e atende o usuário com benefício x, aí ele teve uma necessidade momentânea atendida e acaba que talvez isso não gere uma revolta ou algo assim (Sujeito 3).

A profissão Serviço Social não atua diretamente na produção de valores, mas se insere na reprodução das relações sociais como indispensável ao movimento do sistema capitalista, tornando o trabalho produtivo mais eficiente. Auxilia na transitoriedade do poder da classe capitalista expresso através do Estado, vinculado ao controle político-ideológico e/ou repressivo e à modernização burocrática estatal, objetivando um inalcançável equilíbrio entre classes conflitantes.

A questão da atuação do assistente social na reprodução das relações sociais através das políticas sociais, *especificamente no quesito reprodução da força de trabalho*, se estende ao debate sobre a relação entre salários, acumulação e serviços sociais. Como trabalhadores assalariados, a sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora depende, fundamentalmente, do salário. Decorre dele a satisfação das necessidades básicas do produtor e sua família. Contudo, o movimento variável de elevação e decréscimo dos salários mantém relação estreita com o movimento de acumulação³⁹, nos limites extremos que não comprometa a reprodução do próprio capitalismo e a reprodução da força de trabalho, considerando suas necessidades históricas. O valor da força de trabalho, expresso nos salários,

³⁹ Em momentos acelerados de crescimento do capital, em que a força de trabalho explorável pode ser insuficiente, a demanda por trabalho pode elevar os salários. Quando o movimento expandido de acumulação declina, o processo de produção capitalista restaura o “preço do trabalho, ou, mais precisamente, da força de trabalho, aos níveis que respondem as necessidades do capital (IAMAMOTO, 1982, p. 122 – 123).

é motivo de disputa entre as classes; sua elevação compromete os índices de acumulação, pois reduz a apropriação de trabalho não pago pelo capitalista, que tende a forçar o piso salarial para baixo, elevando a taxa de exploração e conseqüentemente, reduzindo o nível de vida daqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. Por outro lado, os trabalhadores se organizam na luta pelo “justo preço do salário” (IAMAMOTO, 1982, p. 123). “O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador” (MARX, 2010, p. 23).

Diante da pauperização do trabalhador, devido à expropriação a que é submetido em contraste com o aumento do capital, relação necessária à acumulação, o Estado atua como garantidor da reprodução da força de trabalho, tanto pela garantia de certas legislações como por meio de prestação de serviços básicos prestados por organismos estatais, paraestatais ou privados, regulados pelas políticas sociais. A ambigüidade do exercício profissional revela a própria ambigüidade dos serviços sociais, funcionais tanto à classe capitalista⁴⁰ quanto à classe trabalhadora⁴¹:

Assim como os serviços sociais tem para os *capitalistas um caráter complementar* à reprodução da força de trabalho a menor custo, para os *trabalhadores assalariados tais serviços são também complementares na sua reprodução física, intelectual e espiritual e de sua família*, já que a base de sua sobrevivência depende da venda de sua força de trabalho (IAMAMOTO, 1982, p. 126, grifo no original).

As políticas sociais e os serviços sociais, mesmo direcionados ao trabalho, respondem a interesses da classe capitalista que controla o Estado. Sua funcionalidade é de integrar a população assistida à sociedade, “integrá-la à ordem estabelecida pelo capital: é a integração ao sistema de dominação na sua condição de dominada” (IAMAMOTO, 1982, p. 128).

⁴⁰ Resumidamente, a funcionalidade dos serviços sociais para os capitalistas podem ser sumariadas em: 1) *socializam parcela dos custos da reprodução da força de trabalho*, pois os serviços sociais são assumidos por toda população via impostos e taxas, quando oriundos do setor público, ou são provenientes dos próprios beneficiários, a baixo custo ou pagamentos facilitados, quando são originários de empresas privadas; 2) *ampliam o campo de investimento do capital*, em que satisfação das necessidades humanas obedecem à lógica de acumulação; 3) *são um reforço para garantir elevados níveis de produtividade*, mantendo o equilíbrio psicofísico do trabalhador e aliviando possíveis focos de tensão, além de suprir a qualificação necessária à alteração da composição orgânica do capital e; 4) *colaboram para a manutenção de condições subsidiárias para a sobrevivência do exército industrial de reserva*, condição do regime capitalista e também funcional, contribuindo para a redução salarial e se formatando em uma reserva de mão de obra disponível (IAMAMOTO, 1982, p. 124 -126).

⁴¹ Para os trabalhadores, *respondem a suas reivindicações legítimas para sua própria sobrevivência*, face a contenção de salários abaixo do requerido para suprir suas necessidades, sendo vitais para o pauperismo, *a parcela do exército industrial de reserva sem condições de vender sua força de trabalho* (IAMAMOTO, 1982, p. 126 -127).

Ainda inserido na reprodução das relações sociais, e também de suas contradições, o Serviço Social atua na *reprodução do controle social e da ideologia dominante*:

Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas, na criação de bases políticas que legitimem o exercício do poder de classe, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores (IAMAMOTO, 1982, p. 116).

Sobre esse dimensão, de controle social e difusão da ideologia dominante, o Serviço Social atua como instrumento *auxiliar e subsidiário*, ao lado de outros de maior alcance, para concretizar esses requisitos básicos à vigência da ordem do capital. Assim é como se configura também, segundo Cerqueira Filho e Neder (1978, p. 201), o sistema de ensino; a educação também atua na reprodução da ideologia dominante. Mas tal qual Yamamoto em sua análise sobre o Serviço Social, os autores fogem à uma “análise mecanicista, que vê no sistema de ensino um mero instrumento dos interesses das classes dominantes”, pois na sua função reprodutora da ideologia dominante, a Educação possui uma função que lhe é própria, de inculcação, que imprime no indivíduo noções de pensamentos, ações. Isso se deve a sua “relativa autonomia”, que nesse caso tem a ver com o grau da ideologia dominante.

De acordo com Yamamoto (1982), o avanço das forças produtivas do capital elevam o grau de exploração sobre o trabalho, visto que o capital se nutre da mais-valia apropriada dos trabalhadores; ao reproduzir a condição de acumulação do capitalista, o trabalhador reproduz, no mesmo processo, sua condição de explorado, em escala crescente. Mas, ao passo em que se desenvolvem as relações de exploração e dominação, também se desenvolvem a maturidade política e a consciência de classe dos trabalhadores. Contudo, as relações sociais desiguais que alicerçam e por meio das quais se desenrolam a produção e a reprodução sob o modo de produção capitalista, tendem a serem esmaçadas, ocultando sua natureza desigual quando da mediação da mercadoria e do dinheiro; o trabalho alienado é obscurecido. *Novamente dizendo, o modo capitalista de produção pressupõem o modo capitalista de pensar, que expressa sua ideologia dominante.* Como não existe sociedade que se perpetue baseada apenas no uso da violência (disso decorre a importância do controle social e da difusão da ideologia para o consenso social), o capitalismo, para garantir aceitação da ordem do capital, recorre à outras formas e mecanismos que auxiliam na integração do cidadão e na dissipação de tensões sociais, como *formas de controle social*. Embora a

burguesia tenha o Estado como o órgão privilegiado para o exercício do controle, essas medidas se efetivam também por meio de instituições da sociedade. E mais:

O controle social não se reduz ao controle governamental e institucional. É exercido, também, através de relações diretas, expressando o poder de influência de determinados agentes sociais sobre o cotidiano de vida dos indivíduos, reforçando a internalização de normas e comportamentos legitimados socialmente. Entre esses agentes institucionais encontra-se o profissional do Serviço Social (IAMAMOTO, 1982, p. 134).

Esse ponto merece um destaque não discutido explicitamente por Iamamoto: se o controle social também acontece por meio de *relações diretas*, que é uma das características da profissão que marca uma prática “liberal”, não podemos deixar de descartar o papel imprescindível dos serviços sociais também para a reprodução da ideologia capitalista, não só na reprodução da força de trabalho. Isso porque a atuação do assistente social é mediatizada pelo serviços sociais, oferecidos pelos aparatos institucionais. A pessoa que vai em buscar desses serviços passa, obrigatoriamente, pelo profissional de Serviço Social que participa de sua implementação. *É a relação direta, entre o assistente social e o sujeito, em sua busca pelo acesso aos serviços sociais, que também possibilita a propagação da ideologia da sociedade capitalista por esse agente institucionalizado.*

Quanto a *reprodução da ideologia dominante*, uma forma de controle social, “ela é um meio de obtenção do consentimento dos dominados e oprimidos socialmente, adaptando-os à ordem vigente” (IAMAMOTO, 1982, p. 134). “Essa continuidade [do modo de produção] implica uma necessidade de apoio inclusive das camadas exploradas pelo sistema, daí a necessidade da reprodução da ideologia dominante no sistema capitalista, para garantir sua própria reprodução também pelo consentimento” (CERQUEIRA FILHO e NEDER, 1978, p. 202). Extrapola as representações individuais, já que a ideologia e a forma de consciência referentes à ela se fundam na prática social e expressa como as pessoas apreendem a dinâmica social, se vinculando a classes sociais na sua luta por hegemonia. Como a ideologia é a expressão do real transposto para o ideal, o que se deve levar em conta é que “os pensamentos da classe dominante são os pensamentos dominantes em cada época, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é simultaneamente o seu poder *espiritual* dominante” (MARX e ENGELS, 1984, p. 206). Quem detém os meios da produção material dispõem também dos meios para a produção espiritual.

O Serviço Social se institucionaliza como partícipe de medidas de políticas sociais implementados por organismos públicos ou privados, entendidos como tentativas de legitimação do poder da classe dominante que faz incidir seus interesses sobre o Estado.

Na operacionalização de medidas instrumentais de controle social, o emprego de técnicas e tecnologias sociais é largamente utilizado, *enquanto meios de influenciar a conduta humana, adequando-as aos padrões legitimados de vida social, manipulando racionalmente os problemas sociais, prevenindo e canalizando a eclosão de tensões para os canais institucionalizados estabelecidos oficialmente*. Entre essas tecnologias encontra-se o Serviço Social (IAMAMOTO, 1982, p. 138, grifo meu).

Ou seja, o Serviço Social atua junto ao indivíduo atendendo aos requisitos necessários à reprodução da relações pertinentes à sociedade vigente, institucionalizando comportamentos desviantes que possam conturbar o cotidiano social e gerar danos e riscos ao capitalismo, podendo, em última instância, corroer suas estruturas e colocar em xeque seu pilar de estruturação: a socialização crescente do trabalho e a apropriação privada da produção. A funcionalidade das políticas sociais e a da atuação do assistente social para a manutenção do sistema capitalista aparecem na fala de um Sujeito entrevistado:

[...] a gente está sempre trabalhando também nessa contradição do capital e trabalho, a gente acaba estando no meio de campo dessa relação. As políticas sociais vêm para atender ao trabalho, mas a gente sabe que também é para manter esse modo de produção capitalista (Sujeito 7).

Dentre as características do exercício profissional do assistentes social que torna viável sua utilização pelo empresariado e Estado para uma estratégia de dominação, Iamamoto (1982, p. 140 -141) destaca as seguintes:

- atua na relação entre a população e a instituição, dispondo de um poder de seleção para eleger, entre os mais necessitados, os que participarão dos programas ofertados. Diante da incapacidade da rede atender a todos que tem direitos, o assistente social é solicitado como um “fiscalizador da pobreza”, contribuindo para racionalizar os recursos disponíveis;
- contribui para potencializar e agilizar os atendimentos visando a produtividade quantitativa do trabalho, aumentando a capacidade de atendimento;
- socializa informações sobre usuários para a equipe e instituição e as informações deste para os sujeitos;
- atua na persuasão para conseguir máximo de adesão com o mínimo de coerção explícita; aqui, o usuário tem a necessidade de aceitar as regulações das entidades que devem ser

entendidas como necessárias e válidas, de forma que isso passe a ser internalizado e não imposto;

- o atendimento individual, como estratégia, cria a possibilidade de apaziguar tensões e insatisfações, canalizando-as para sua neutralização institucional.

A atuação do assistente social conta com a *linguagem* como instrumento para efetivação da ação persuasiva ou de controle, incidindo sua ação para alterar valores e comportamentos, orientando-os para uma perspectiva de integração à sociedade. Essa importância da linguagem se aproxima do entendimento de Berger e Berger (1977 p. 194), mesmo que os autores concebam a linguagem⁴² como bem mais que um instrumento: “é uma instituição fundamental, *porque qualquer outra instituição, sejam quais forem suas características e finalidades, funda-se nos padrões de controle subjacentes da linguagem*” (grifo meu). Além disso, o trabalho do assistente social se concretiza no cotidiano, que expressa um modo de vida, junto à população e marcando uma *caráter pessoal* na relação, permitindo uma compreensão mais profunda do desenrolar das relações sociais o que, aliada à uma bagagem científica, obter uma visão *totalizadora da realidade*. Mas, num contra ponto, essa característica de apreender a singularidade do indivíduo pode segmentar as condições de vida do sujeito da base social, subtraindo-a da condição geral de classe social (IAMAMOTO, 1982, p. 142 – 144).

Essas características da atuação do assistente social se formatam em veículos de interferência e controle de aspectos da vida da classe trabalhadora manejados pelos donos do poder, cujas intenções se encobrem sob um discursos humanista da burguesia, mas também se revelam devido ao caráter classista da intervenção profissional. A desvinculação das condições de vida da base produtiva inverte o real objetivo da produção; passa da lógica da reprodução da sociedade capitalista para o atendimento das necessidades sociais. As relações contratuais são humanizadas e individualizadas por meio do trabalho profissional, desconectando-as de seu caráter de classe e harmonizando as contradições da realidade. Situações conflitantes em que as desigualdades são vistas como “desvios” a serem enquadrados institucionalmente:

⁴² Para os autores, a linguagem é provavelmente a instituição fundamental da sociedade e a primeira inserida na biografia do sujeito. Outras instituições, como o Estado e o sistema educacional, dependem de um sistema linguístico de classificação e conceitos que é direcionado à conduta individual. Elas “dependem dum universo de significados construídos através da linguagem e que só por meio dela podem permanecer atuantes” (BERGER e BERGER, 1977, p. 194). As instituições, portanto, dependem da linguagem para se se impor socialmente e expressarem sua existência.

Os conflitos sociais não são negados, mas, o que é expressão da luta de classes, transforma-se em “problema social”, matéria-prima da assistência. Segundo essa visão, *os fatores tidos como problemáticos são deslocados da estrutura social para os próprios indivíduos e grupos considerados como responsáveis pela sua ocorrência. Consequentemente, o que deve ser mudado são os hábitos, atitudes e comportamentos dos indivíduos, tendo em vista seu ajustamento social, contribuindo, assim, para remover “obstáculos” ao “crescimento econômico”* (IAMAMOTO, 1982, p. 146, grifo meu).

Essa é uma visão impregnada na vida social, que centra a responsabilidade das condições de vida no indivíduo, em meio a um sistema econômico que, teoricamente, seria capaz de atender a todos que buscam suprir suas necessidades vitais por meio do trabalho, tido como o meio privilegiado de inserção na vida social. Situações como pobreza, desemprego e baixa escolaridade são vistos como desconectados da estrutura social, cabendo a cada um que vivencia essa condição a responsabilidade por sua superação, como se isso fosse apenas questão de escolha, vontade e esforço. A realidade é tomada em sua superficialidade, como demonstra a fala de um Sujeito participante da pesquisa quando questionado sobre *as implicações da pobreza absoluta para a sociedade*:

Então o pobre é visto como alguém que fracassa, como se as oportunidades estivessem iguais para todo mundo, como se todo mundo estivesse na mesma linha de largada, estivesse num lugar igual. E não é assim que as coisas funcionam. Então ela gera burrice também, eu não estou dizendo que as pessoas pobres são burras, mas a sociedade ao pensar que a pobreza passa pela questão individual, de uma burrice absurda porque as oportunidades não são as mesmas, o ponto de partida é muito diferente (Sujeito 15).

Segundo Iamamoto (1982), p. 147-148), o Serviço Social reproduz, em decorrência de sua institucionalização, tanto o paternalismo autoritário do Estado quanto o seu discurso de benfeitor, guardião da justiça e da paz, gerenciador dos conflitos sociais. Esse quadro de necessidade de controle do trabalhador se liga à própria organização da produção que incide sobre as formas objetivas e subjetivas do trabalhador experimentar a vida em sociedade: portanto, esse controle deve extrapolar a fábrica, invadindo todo o cotidiano privado do trabalhador e sua família, com o objetivo de interiorizar os padrões sociais dominantes e minar iniciativas de organização de classe. Mas devido à própria condição real de vida dos trabalhadores decorrente da exploração, todos esses mecanismos de controle são questionados. É nesse quadro que se insere o Serviço Social na reprodução da força de trabalho, do controle social e da difusão da ideologia dominante sobre a classe trabalhadora.

1.3 O SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO ANALÍTICA E INTERVENTIVA

O debate sobre o Serviço Social enquanto trabalho se inicia a partir da aproximação daquele à tradição marxista, incluindo aí a busca pelo significado social da profissão e da compreensão da lógica da sociedade capitalista. Mas pensar sobre o trabalho do assistente social necessariamente aponta para a ultrapassagem das análises de Marx sobre essa categoria, sem renegá-las, não restringindo a discussão ao trabalho produtivo, transformador da natureza, através do qual se torna possível a extração de mais-valia e sua necessária inversão no ciclo de produção para possibilitar a acumulação de capital. Com isso, Almeida e Alencar (2011) sinalizam que a apreensão dessa atividade profissional, atuante na reprodução das relações sociais quando da intervenção estatal às consequências do processo produtivo, se vincula aos *serviços sociais*, implementados por meio das políticas sociais como enfrentamento das expressões da “questão social”.

Duas colocações de mostram necessárias para prosseguir a discussão. Uma, sobre os serviços sociais que se expandem como expressão dos direitos sociais no século XX atrelado à ideia de cidadania e, mesmo se destinando a todos os cidadãos, são direcionados e consumidos por aqueles que não alcançam o padrão médio de vida social devido à insuficiência de seus rendimentos. Segundo Iamamoto:

[Os serviços sociais] *nada mais são, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriados pelo capitalista e pelo Estado, que é devolvido a toda a sociedade* (em especial aos trabalhadores, que deles mais fazem uso) *sob a forma transmutada de serviços sociais* (IAMAMOTO, 1982, p. 114, grifo no original).

Isso porque parte da riqueza social é destinada ao Estado sob a forma de impostos e taxas pagos pelos cidadãos, principalmente os trabalhadores. Mas quando é devolvida para a população, sob a forma de serviços sociais e enquanto expressão da conquista da classe trabalhadora, aparece como concessão estatal, como uma “face humanitária” do Estado ou da empresa privada. Se tornam, também, mecanismo de controle de insubordinação e de manutenção de exploração da força de trabalho mantendo uma linha perene na política dos salários, já que um aumento desses pode representar uma queda no poder na exploração por diminuírem a apropriação de trabalho não pago pelo capital.

Devido ao fato do crescente empobrecimento da classe trabalhadora em decorrência da própria dinâmica do capital, o Estado interventor visa garantir a reprodução dessa mão-de-obra por meio das políticas sociais e dos serviços sociais, socializando os custos da reprodução da força de trabalho assumidas pela sociedade via taxas e impostos já mencionados anteriormente. Com isso, os serviços sociais se constituem em “salários indiretos” complementares, em detrimento à elevação real dos salários, mais onerosa ao capital (IAMAMOTO, 1982, p. 124).

Por esses fatos, os serviços sociais, mesmo expressão da conquista de direitos sociais referentes à cidadania, são refuncionalizados pela classe burguesa e pelo Estado sob dois pontos: um de que os custos para a garantia de extração de mais-valia através da exploração da força de trabalho são partilhados por toda a sociedade; e que essa exploração se mantém efetivamente em nível e ritmo elevados já que parte do trabalho não pago não é reconvertido em salários concretos.

Aqui se coloca pertinente uma consideração de Torres e Almeida (2014, p. 174): mesmo a Política de Assistência Social se efetivando através de serviços e benefícios, o trabalho do assistente social tem priorizado a gestão dos benefícios em detrimento ao necessário acompanhamento, contínuo e sistemático, das famílias quando da inserção dessas aos serviços socioassistenciais. Há um descompasso que compromete a premissa da atuação do profissional na consolidação de um atendimento que incida sobre a condição de vulnerabilidade da população. Esse quadro decorre “muitas vezes por uma imposição institucional”. Aqui o assistente social pode incorrer num erro, por meio de uma análise enviesada da realidade, de descaracterizar o usuário como trabalhador pertencente a uma classe social, o reconhecendo apenas como beneficiário, o desfigurando como sujeito político e detentor de direitos.

Realmente, toda essa situação problema foi detectada nas falas dos Sujeitos; o trabalho do assistente social, majoritariamente, está voltado para a administração dos benefícios sociais, conforme o Sujeito 12: “[...] a gente [assistentes sociais dos Cras], fica só na concessão de benefício e o trabalho que a gente deveria fazer, de fato a gente acaba não fazendo”. Isso se relaciona muito em como a pobreza se expressa na vida do usuário: a renda, sua falta, se coloca como uma das principais expressões da pobreza na vida do indivíduo; “a questão da renda é a principal característica, ou está desempregado. Então essa questão da pobreza, no sentido da renda, ela já está implícita” (Sujeito 1). Como a principal queixa é a ausência de renda, a demanda maior é pelos benefícios sociais. “Alguns até vem com outras demandas, mas geralmente vem com essa demanda imediata de benefício” como nos

esclarece o Sujeito 7. Um reflexo disso no exercício profissional é em relação à dificuldade gerada em coletivizar demanda: a maior parcela dos atendimentos são individuais:

Mas eu acho que nós poderíamos fazer até mais, só que a gente não consegue porque você fica muito no atendimento individual e você acaba trabalhando menos o coletivo porque parece que o coletivo engole a gente, sabe. Você chega, preparou fazer tal atividade, preparou uma oficina, só que a pessoa está aqui, bate na nossa porta e você precisa atender e aí vai passando (Sujeito 7).

Outro ponto a ser esclarecido é que por operar na esfera dos serviços sociais o Serviço Social é qualificado como *trabalho improdutivo*.

O trabalho realizado diretamente na esfera do Estado [maior empregador do assistente social], na prestação de serviços públicos, nada tem a ver com o trabalho produtivo, visto que não estabelece uma relação direta com o capital, não estando o trabalho a ele subsumido (IAMAMOTO, 2015, p. 86).

Mesmo não produzindo diretamente mais-valia, objetivo incansável do capitalista, o assistente social, ao atuar junto aos serviços sociais implementados na esfera estatal, possibilita ao capitalista extrair trabalho não pago devido ao fato do Serviço Social se inserir na esfera da reprodução das relações sociais, contribuindo para a reprodução e manutenção da força viva de trabalho, ocupada e excedente, sendo determinado como auxiliar na exploração do capital sobre o trabalho. É o trabalho improdutivo na teoria de Marx que, mesmo não gerando mais valor, se converte à funcionalidade do capital em garantir a exploração e manter vivo o sistema.

Ao tratar dos serviços como trabalho em que o produto não se aliena do trabalhador, Marx reconheceu que essas atividades, como educar e cantar, poderiam ser submetidas à lógica da acumulação e valorização do capital. Mas à época, pelo caráter residual, propôs considerá-las como trabalho assalariado e não produtivo, como o exemplo do pianista explicitado no Grundrisse (2011).

Seguindo com suas análises, Almeida e Alencar (2011) defendem, a partir do reconhecimento da complexificação da dinâmica social, alterações no mundo do trabalho que produzem novas demandas e respostas sociais com rebatimento no processo de produção e reprodução social. O trabalho, nos termos de Marx não se esgota, mas dele se distancia a depender da orientação e emprego da atividade. Assim foi a apropriação da categoria pelo Serviço Social: não descartou o arsenal teórico marxiano, partiu criticamente dele e expandiu sua compreensão a partir dos processos inerentes à lógica de acumulação capitalista.

A condição de satisfação de necessidades sociais foi tomada como uma referência importante, ainda que não restrita à sobrevivência – embora permaneça como condição inalienável do trabalho como atividade humana -, posto que as necessidades sociais, historicamente produzidas, em grande parte necessitam da produção de diferentes valores de uso (ALMEIDA E ALENCAR, 2011, p.).

Podemos refletir que se Marx, de acordo com Netto (2011b, p. 17) toma por objeto de pesquisa “a gênese, a consolidação, o *desenvolvimento* e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”, devemos nos ater ao fato que a sociedade continuou seu percurso histórico após as análises marxianas em amplitude global, a exemplo das metamorfoses do capitalismo e sua entrada era dos monopólios, as guerras mundiais, a Revolução Russa, o Estado Social Europeu, a crise de 1970 seguida da ascensão do neoliberalismo, e transformações no bojo da sociedade brasileira, como o período ditatorial e a abertura política, culminando na Constituição Federal de 1988, a consolidação da Assistência Social como política de Estado inserida no tripé da Seguridade Social. Longe de ser um substituto à produção material, o trabalho nos serviços passou a ter “função estratégica” (ALMEIDA e ALENCAR, 2011) com o monopolismo.

Por essa linha de reflexão, a ação profissional

[...] está apoiada na compreensão de que o trabalho do assistente social *integra processos de trabalho coletivo* no âmbito de estabelecimentos públicos e privados (ONGS, instituições filantrópicas, empresas capitalistas, fundações empresariais, associações e entidades de classe) que prestam diretamente serviços sociais ou atuam nos processos de assessoria, planejamento, controle e intermediações dos mesmos (ALMEIDA e ALENCAR, 2011, grifo meu).

Torres e Almeida (2014, p. 162) nos informam que apesar de sua regulamentação liberal, expressa na Lei nº 8662/93 que estabelece competências e atribuições para o exercício profissional, o Serviço Social se distancia dessa característica tendo suas ações condicionadas “à sua inserção em campos ocupacionais associados às políticas públicas e sociais”, o que acarreta impactos a depender da conjuntura social. Ou seja, a atividade do assistente social está condicionada ao movimento mais geral da sociedade. As crises do capital e seus desdobramentos reverberam na ação profissional já que influenciam a intervenção estatal quanto à proteção social. Particularmente no Brasil, essa incidência recai a partir nos anos 1990 e continua na década posterior, com incidência no sistema protetivo brasileiro mediante sua condição econômica periférica, o que o obriga a negociar sua autonomia decisória frente aos organismos internacionais. Os recursos do fundo público são

desviados do orçamento das políticas públicas e canalizadas para o pagamento da dívida externa e formação do superávit primário. Com isso, o assistente social não tem gerência total sobre seu trabalho, sendo este determinado por um contrato de trabalho, já que assalariado.

As ações profissionais são determinadas pelas dinâmicas do mundo do trabalho, do Estado e da sociedade civil que impactam sobre as formas de regulação do mercado de trabalho profissional, já que o Estado, além de ser o seu maior empregador, tem uma função destacada nos processos de formulação e operacionalização das políticas públicas (ALMEIDA e ALENCAR, 2011).

O Serviço Social é uma profissão legitimada socialmente pela natureza analítica e interventiva, que toma a realidade social como fonte de planejamento e de execução de suas ações direcionadas às expressões da “questão social”, objeto de intervenção da profissão, em resposta à demanda social.

A partir da perspectiva crítica, o assistente social é reconhecido como sujeito agente que coloca em movimento seu acervo de saberes para a construção de respostas de natureza analítica, ética e interventiva, *capaz de interpretar a realidade social e os fenômenos sociais decorrentes do modo de produção capitalista* (TORRES e ALMEIDA, 2014, p. 164-165, grifo meu).

O Serviço Social, como trabalho, se materializa e se expressa no exercício profissional que se revela nos campos ocupacionais das diferentes instituições que ofertam os serviços sociais por meio das políticas sociais. Nesses espaços é requerido dos assistentes sociais respostas às demandas que se apresentam no cotidiano profissional – demandas institucionais, dos usuários e de outros profissionais, como os gestores. As atribuições e competências se voltam ao atendimento dessas demandas, por meio das ações interventivas.

A análise da realidade possibilita a construção de conhecimentos e de mecanismos de intervenção junto à população alvo da política de assistência social. Mas para o desenvolvimento de ações mais contemplativas de diretos, além das requisições institucionais, essa análise da realidade deve ser orientada pela lógica da totalidade. Isso envolve o conhecimento de suas funções exercidas na ordem do capital e dos processos sociais decorrentes dessa sociabilidade, como a “questão social” e suas expressões e a divisão da sociedade em classes com interesses antagônicos e conflitantes. Isso requer do assistente social um exame além da superficialidade evidente na aparência dos fenômenos, exigindo dele um aprofundamento da estrutura social e da reverberação dos fenômenos sociais sobre a classe trabalhadora. Seguindo o pensamento de Torres e Almeida (2014):

O assistente social precisa, para esse momento, sólidas bases teórico-metodológicas que lhe permitam realizar um análise crítica da realidade social bem como do seu contexto de trabalho ainda tão adverso. Essa base se materializa como recurso essencial para imprimir rumo à sua ação profissional (TORRES E ALMEIDA, 2014, p. 170).

Como indica Iamamoto (2015, p.415), essas bases teórico-metodológicas não foram apropriadas de forma satisfatória, apesar do discurso dos agentes confirmarem a compreensão do Serviço Social como trabalho. No exercício profissional isso se evidencia quando o assistente social toma como valores da profissão as normativas institucionais, reforçando a perspectiva do Estado. Não se efetiva a interlocução dos objetivos da política com os da profissão. Ai se coloca um dos desafios aos profissionais: “desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. Enfim, ser um profissional *propositivo e não só executivo*” (IAMAMOTO, 2014a, p. 20, grifo no original).

Ainda, Guerra (2016a) aponta um distanciamento entre a produção do conhecimento teórico crítico e a capacidade da categoria de interpretá-la e, a partir daí, construir respostas interventivas. Não há um rebatimento expressivo dessa teoria no exercício profissional, sobre a leitura que o assistente social realiza de seu trabalho. Ao que parece o assistente social é “tomado” pelo lado pragmático da profissão em detrimento de seu potencial como contributo para a produção intelectual. Mas cabe entender que isso não se trata de mera escolha individual do profissional: há de se considerar as determinações relativas à inserção do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e também das peculiaridades das demandas postas à profissão. Há uma prevalência do seu caráter interventivo sobre o analítico, ao menos a partir da teoria crítica, sendo que é essa junção – analítica e interventiva da profissão, que a particulariza.

Essa clareza, tanto das condições em que se efetiva a profissão, pelo seu caráter assalariado, quanto do seu significado social, embebido de contradições inerentes à sociabilidade capitalista, traz a reflexão dos limites e das potencialidades do Serviço Social.

A análise da realidade social deve perpassar pela construção do plano de intervenção profissional. Deve-se compreender que a pobreza apresentada pela população decorre de amplo movimento contraditório, inerente ao sistema produtivo, e entender que é justamente essa interpretação crítica da realidade que se torna base para respostas concretas que tensionam o universo institucional e normativo, podendo fazer incidir nas ações profissionais objetivos da profissão, de construção de uma sistema de proteção social efetivo, alinhados com a direção social da profissão; o comprometimento com a classe trabalhadora.

Estreitando esse debate com o tema de pesquisa proposto, recorreremos a Netto (2007). O autor entende que a pobreza e a desigualdade são insuperáveis no modo de produção vigente, não podendo ser erradicadas por ações profissionais. Contudo essas podem incidir sobre aquelas, alterando seus níveis e padrões, possibilitando as intervenções que justificam e legitimam o Serviço Social, que tem como compromisso a igualdade social. Voltando-se ao exercício profissional do assistente social, Netto (2007) sinaliza que o desafio à profissão é justamente a compreensão, por parte dos profissionais, do significado social da sua intervenção, o que necessariamente exige a clareza de como as relações sociais se processam na sociedade contemporânea. A luta em torno da redução e amenização da pobreza é unívoca, contudo, dependendo

[...] de como o *problema da pobreza* seja compreendido, em sua gênese e em seu movimento, o seu trato profissional haverá de variar e hão de variar os procedimentos para interferir nos grupos humanos por ele afetados. Se é verdade que o profissional sempre se deparará com *pobres*, não menos verdade é que esses *pobres* só adquiriram um sentido transcendente a sua pura fenomenalidade se o profissional possuir e souber manejar categorias heurísticas capazes de qualificar teórica e socialmente a *pobreza*. Só então há de se colocar, concretamente, o problema dos instrumentos e das estratégias de intervenção; e eles não serão os mesmos para um profissional que compreende a pobreza como *natural* e *insuprimível* e para outro, que a apreende como uma resultante necessária da *exploração* (NETTO, 2007, p. 165-166, grifo no original).

A profissão deve ser entendida como teórico-prática, buscando contemplar o embasamento formativo para que o assistente social não fique preso à discussões teoricamente superadas. Discussões que reduzem as expressões da “questão social”, e aqui nos restringindo à pobreza, à problemas individuais, morais, religiosos e que nessa linha de abordagem criminaliza, culpabiliza, discrimina os sujeitos e escamoteiam as reais origens desses fenômenos que marcam a vida da maioria da população.

Para além disso, para não incorrer numa análise parcial, as condições em que se efetiva o trabalho do assistente social devem ser evidenciadas. A falta de recursos humanos, sobrecarga de demandas, os limites institucionais decorrentes da condição de assalariamento que gera uma disjunção ao projeto ético-político. Mesmo que o profissional tenha clareza da teoria que orienta os fundamentos do Serviço Social, as estratégias de ação não dependem unicamente do seu posicionamento político, antes, das condições objetivas de concretização de seu trabalho. Afinal, a atuação ocorre numa instância de conserva social, restringindo a possibilidade de uma redirecionamento de intencionalidades. As políticas

sociais se esvaziam, sendo seletivas e focalizadas na camada mais pobre da população. Políticas sociais que discriminam e condicionam cada vez o acesso aos direitos; benefícios pontuais e residuais, incapazes de trazer o mínimo de autonomia e gerencia para os trabalhadores sobre suas próprias vidas; recursos escassos que comprometem a oferta e continuidade de serviços.

O comprometimento da categoria deve ser o de criticar e tensionar para uma maior possibilidade de efetivação de direitos: isso é o que cabe à categoria dentro dos marcos do capitalismo. Criar estratégias de intervenção que não se restrinja apenas às determinações políticas da instituições, mas que contemple garantir acesso. Isso depende de uma leitura da realidade comprometida com a classe trabalhadora, entendendo as raízes dos fenômenos sociais que se constituem como objeto do Serviço Social para além da responsabilização e criminalização individuais. É apreender o real em sua constituição total.

CAPÍTULO 2 - EXPLORAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DO TRABALHO NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: O DEBATE DA CATEGORIA POBREZA PELO SERVIÇO SOCIAL

O presente capítulo tem como finalidade evidenciar a categoria pobreza como um fenômeno social, particularizando suas formas características a partir do modo de produção capitalista e entendida enquanto expressão da “questão social”, esta reconhecida pela categoria profissional e evidenciada na produção acadêmica como produto inerente dessa sociabilidade e um dos determinantes para a emergência do Serviço Social como profissão reconhecida na sociedade contemporânea. A problematização desse capítulo se vale de revisão de literatura pertinente ao tema, à teoria social crítica de Marx, que passa a enformar os determinantes para a constituição da “questão social”, tão cara aos trabalhadores no mundo todo. Esse entendimento de pobreza, originada no processo de desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista, está presente na formação do assistente social e se constitui, para esse pesquisa, como uma das possíveis concepções que norteiam o trabalho do assistente social e que contribui para pensar as estratégias de intervenção profissional.

O texto se organiza em quatro tópicos: o primeiro, *Compreendendo os Determinantes Histórico-sociais do Surgimento da “Questão Social”*, discorre sobre os processos históricos estudados por Marx que culminaram com o surgimento do pauperismo. O segundo item, *Vinculação entre o Serviço Social e “questão social”*, elenca o processo através do qual foi possível edificar a estreita relação da “questão social” e da profissão pela intervenção do Estado e a constituição das políticas sociais. Em *Marx e a “Questão social” no Serviço Social: a fundamentação teórica predominante*, será apresentada a fundamentação da “questão social” por Marilda Yamamoto através da teoria social crítica. O próximo tópico, *“O conceito do termo “questão social”: possibilidade de múltiplas interpretações”* traz algumas considerações sobre a possibilidade de definições, evidenciando elementos diversos sobre a “questão social” a depender da interpretação de cada autor sobre a predominância de seus componentes, além de apontar o debate sobre a pobreza na produção acadêmica do Serviço Social através dos estudos de Luana Siqueira.

2.1 COMPREENDENDO OS DETERMINANTES HISTÓRICOS-SOCIAIS DO SURGIMENTO DA “QUESTÃO SOCIAL”

A literatura do Serviço Social, mais especificamente a partir dos anos 1980, compactua em fundamentar e debater sobre a gênese da “questão social” a partir da teoria social crítica de Marx. Antes de nos debruçarmos sobre esse ponto, é necessário um resgate da obra marxiana que, segundo Guerra (2007, p. 2), “nos oferece os insumos teóricos necessários para a compreensão da ‘questão social’”. Mais especificamente essa busca se concentrará no capítulo vigésimo terceiro de sua obra mais icônica: O Capital. Mas antes, discorreremos sobre outro determinante histórico: a *acumulação primitiva*. A busca da gênese da “questão social” será discorrida nesse tópico; na sequência das ideias desenvolvidas no capítulo anterior, serão trazidas particularidades pertinentes à compreensão do fenômeno pobreza na sociedade capitalista.

2.1.1 A Largada Histórica do Processo: A Acumulação Primitiva em Marx

Há um consenso entre os estudiosos⁴³ em situar o começo do uso do termo “questão social” na terceira década do século XIX, com origem no continente europeu “a partir das grandes transformações sociais, políticas e econômicas advindas da revolução industrial. Tem como fundamento o reconhecimento do conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano” (STEIN, 2000, p. 134).

Mesmo com os fenômenos constitutivos da “questão social” – o pauperismo e a luta de classes encabeçada pelo proletariado contra burguesia – já se fazerem presentes nessa data, Santos (2012) aponta a necessidade de retroceder mais um pouco na história para entendermos os determinantes da formação do pauperismo que mais tarde se designaria de “questão social”. Trata-se do período que propiciou a alavancada do capitalismo, a chamada *acumulação primitiva*. Ora, se considerarmos que a exploração sob o capitalismo se pauta de

⁴³ Entre os autores que corroboram com essa indicação e que foram consultados para o desenvolvimento dessas ideias: Stein (2000); Netto (2011a); Yamamoto (2001); Santos (2012).

forma diferenciada através do trabalho assalariado⁴⁴, o que possibilitará a acumulação de capital, se punha necessário um personagem central dessa trama: o trabalhador livre, que será resultado desse processo.

Segundo o estabelecido por Marx (2017):

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX, 2017, p. 836).

Pensadores burgueses, a exemplo de Adam Smith, postulavam que a acumulação primitiva decorreria de um processo natural, em tempos passados, em que conviviam dois tipos distintos de pessoas: “uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham” (MARX, 2017, p. 835). Pelo exposto, é de se entender que a pobreza e a condenação de grande parte da população à venda da força de trabalho como única alternativa de sobrevivência, resultasse de escolhas individuais, escolhas imprudentes⁴⁵. Numa interessante analogia ao pecado original da teologia, Marx (2017) explica, através dessa, que o homem foi obrigado a “comer o pão com o suor do rosto. Mas a lenda econômica explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino” (MARX, 2017, p. 835): uma pequena camada da população realizou uma acumulação de riquezas em tempos passados, enquanto à grande massa não restou outra alternativa senão a venda de sua vitalidade para garantir esse pão⁴⁶.

⁴⁴ Como processo distinto, temos a servidão, definida por Takahashi como uma “forma de trabalho e de existência no modo feudal de produção”. A servidão se configurava na transferência do trabalho excedente ou de seu produto para o proprietário da terra. Esse trabalho excedente, porque ia além do necessário para a subsistência da família camponesa, poderia ser utilizado nos domínios do senhor feudal ou transferido sob a forma de renda ou dinheiro. Um ponto importante: “como a família camponesa tinha a posse efetiva dos bens produtores de subsistência, a transferência do excedente deveria ser forçada, pois o camponês, ao contrário do assalariado, não precisa alienar sua força de trabalho para viver” (HILTON, 2004, p. 15, grifo meu).

⁴⁵ Marx (2017, p. 836) nos esclarece que perante a economia política o idílico reino absoluto nas formulações de suas teorias. O “trabalho” e o “direito” seriam os únicos meios de enriquecimento, desde os primórdios da humanidade.

⁴⁶ Uma garantia muito relativa, na verdade. Concomitantemente a formação da classe assalariada, à época muito mais numerosa do que a oferta era capaz de absorver, foi estabelecido o “Estatuto dos Trabalhadores”, no reinado de Eduardo III, em 1349. Essa legislação era uma combinação de exploração e hostilidade para com os trabalhadores. Estava expresso punição para quem pagasse e recebesse salários acima do estabelecido legalmente; o Estado ditava o teto limite, mas não estabelecia um mínimo. Esse quadro se agravou no século XIX, quando os salários se desvalorizaram frente a elevação dos preços das mercadorias, fato que piorou a situação objetiva dos trabalhadores (MARX, 2017).

Muito menos romântica foi a real condição em que se operou esse processo que foi, de acordo com Marx (2017, p. 837), uma história de expropriação “inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade”, *sobretudo a expropriação que significou a privação da terra do produtor rural, do camponês, e que está na base de todo esse processo*, que gerou o deslocamento de grande contingente de pessoas destituídas violentamente de seus meios de vida para se converterem em proletários sem direitos e lançados ao mercado de trabalho. Para além disso, como pontua Queiroz (2016, p. 23), a acumulação primitiva também “engloba a história de imposição da lógica do trabalho assalariado e do disciplinamento capitalista da força de trabalho, seja por meio da violência e do aparato coercitivo estatal, seja por meio dos mecanismos automáticos da economia”.

Para o funcionamento do capitalismo enquanto modo de produção, é necessário que duas forças diametralmente opostas operem um conflito, cada qual caracterizadas como espécies diferentes no que tange a propriedade de mercadoria: um, os proprietários do dinheiro, dos meios de produção e de subsistência, que concentram seus esforços e mecanismos para a ampliação da valorização e acumulação dos bens que possuem; de outro lado, os detentores da sua força de trabalho, os trabalhadores livre. Livres em dois sentidos: por não serem nem parte, como os escravos e servos, e nem donos dos meios de produção, como os camponeses autônomos.

O trabalhador só pode se converter em um agente livre quando do rompimento do seu vínculo à gleba ou não ser propriedade de alguém; o assalariamento representa, para os teóricos burgueses, a libertação da servidão e também da coerção corporativa. Mas a acumulação primitiva não significou um fato positivo e livre de conflitos, como uma representação exclusivamente boa, de uma liberdade puramente benéfica:

[...] os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência [...]. A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo processo (MARX, 2017, p. 837-838).

A acumulação primitiva, que ocorreu entre fins do século XV e as primeiras décadas do século XVI, resultou na usurpação das terras comuns e a expulsão dos camponeses. À época, registrava-se o florescimento da manufatura de lã e a elevação dos preços dos produtos produzidos com essa matéria-prima - de acordo com Polanyi (2002, p. 55), na Inglaterra o desenvolvimento da indústria da lã foi um passo para o estabelecimento da indústria têxtil, o “veículo da Revolução Industrial”. As terras então passaram a serem

convertidas de lavouras em pastagens, mesmo com a oposição de governantes⁴⁷, e essas em propriedades privadas modernas. “As habitações dos camponeses e as choupanas dos trabalhadores foram violentamente demolidas ou abandonadas à decadência total” (MARX, 2017, p. 840).

Segundo Marx (2017, p. 846), diferentemente dos séculos XV e XVI, em que a transformação de lavouras em pastagens ocorre sob a forma de violência individual, o progresso que atinge o século XVIII institucionaliza o “roubo das terras pertencentes ao povo”. O Estado⁴⁸ desempenhou importante papel para a efetivação, inclusive criando condições seguras através de legislações como mecanismo de roubo das terras do povo, como a lei dos cercamentos, que estabeleceu a posse das terras pertencentes a população em propriedade particular. Segundo Santos (2012), o objetivo dos cercamentos era gerar força de trabalho para o pleno desenvolvimento do capitalismo, já que a terra era fonte de suprimento das necessidades dos camponeses.

Tratando dos cercamentos, a “revolução dos ricos contra os pobres” Polanyi (2002, p. 53) faz um paralelo com a Revolução Industrial. O autor situa os cercamentos no mesmo tempo histórico da acumulação primitiva de Marx, defendendo que eles se constituiriam num progresso, caso não houvesse a conversão às pastagens; a terra cercada valia mais, o emprego se manteve estável e a produção de alimentos aumentou nas terras não convertidas. Mas o que resultou foi uma verdadeira devastação apenas suportada socialmente pela interferência dos Tudors e Stuarts no sentido de frear o processo do desenvolvimento econômico, socorrendo as vítimas e tornando o processo menos avassalador.

O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias urbanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando a defesa do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões. (POLANYI, 2002, p. 53).

⁴⁷ Segundo Marx (2017), em 1489, Henrique VII decretou uma lei que proibia a demolição total das casas dos camponeses, desde que estivessem vinculadas a pelo menos 20 acres de terras (cerca de 80 mil metros quadrados). As leis que coíbiam a expropriação dos pequenos arrendatários e dos camponeses duraram cerca de 150 anos, não obtendo resultados práticos. Santos (2014a) evidencia que o caráter dessas leis não residiam numa promessa de justiça social, e sim no fato da queda de arrecadação de impostos dos camponeses pela Coroa e o risco de incidentes gerais ocasionados por contingentes de desempregados. Para Polanyi (2002, p. 54), “a legislação anticercamento parece jamais ter conseguido impedir o curso do movimento de cercamentos, nem parece mesmo tê-lo obstruído seriamente”.

⁴⁸ Outro papel fundamental do Estado na acumulação primitiva foi sua funcionalidade para burguesia quanto a regulação dos salários dentro de limites aceitáveis para a produção de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter um grau de dependência sobre o trabalhador (MARX, 2017).

Outro ponto é a desapropriação dos bens da Igreja Católica em decorrência da Reforma Protestante, que até então figurava como grande proprietária feudal das terras inglesas. Isso impactou diretamente nas condições de vida dos lavradores já empobrecidos, visto que perderam o direito a uma parte do dízimo da Igreja.

Por fim, no século XIX, temos o que Marx (2017) denominou de “limpeza”, se configurando no último passo da expropriação dos camponeses, consistindo em “demolir as choupanas, de modo que os trabalhadores agrícolas não encontram mais na terra que lavram o espaço necessário para sua própria habitação” (p. 850).

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, a ladroeira das terras comuns e a transformação da propriedade feudal e do clã em propriedade privada moderna, levado a cabo com terrorismo implacável, figuram entre os métodos idílicos da acumulação primitiva. Conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram as terras ao capital e proporcionaram à indústria das cidades a oferta necessária dos proletariados sem direitos (MARX, 2017, p. 855).

Esse proletariado sem direitos, a qual se refere Marx, não poderia ser absorvido pela nascente manufatura numa velocidade compatível com que esses se tornaram disponíveis. Passaram a ser alvo de uma “legislação sanguinária contra a vadiagem” (MARX, 2017, p. 856), sob a ameaça de prisão, trabalho forçado, tortura, marcação à ferro em brasa, mutilação⁴⁹. Outro fato levantado por Queiroz (2016) foi o estranhamento dessa nova possibilidade de trabalho, agora assalariado, e a disciplina exigida, o que representou recusa, resistência e por fim, aceitação desse novo mundo, mas que não ocorreu de forma tranquila e rápida, precisando de gerações para se impor. Tanto que muitos escolhiam roubar, mendigar ou até morrer de fome a se enquadrarem nessas novas relações sociais.

Essa foi a liberdade imposta aos trabalhadores. Liberdade limitada, segundo Engels, que serve a interesses particulares. “Bela liberdade, que deixa ao proletariado, como alternativa à aceitação das condições impostas pela burguesia, a chance de morrer de fome, de frio, de deitar-se nu e dormir como animal selvagem”. (ENGELS, 2010b, p. 218).

⁴⁹ Essas legislações surgiram em toda Europa ocidental entre os séculos XV e XVI, caracterizadas por serem violentas e estigmatizantes, voltadas a punição de vagabundos e indigentes, condição na verdade imposta à atual classe trabalhadora. Voltadas para forçar a aceitação do imperativo do trabalho, faziam distinção entre pobres mercedores e os não mercedores: à aqueles, uma licença para pedir esmolas era garantida. Outra realidade era destinada aos demais: “Os vagabundos serão flagelados e encarcerados. Serão amarrados atrás de um carro e açoitados até que o sangue lhes corra pelo corpo; em seguida, prestarão juramento de voltar a sua terra ou ao lugar onde moraram nos últimos 3 anos, ‘para se porem a trabalhar’”. Legislação de 1530, no reinado de Henrique VIII (MARX, 2017, p. 856).

Toda a diferença com relação à escravatura declarada na Antiguidade consiste em que o operário moderno parece ser livre, uma vez que não é vendido de maneira definitiva, mas pouco a pouco, diariamente, semanalmente, anualmente – e não é vendido por um proprietário a outro, mas vende-se ele mesmo, porque não é escravo de um indivíduo, é escravo de toda classe proprietária. No fundo, para o operário, as coisas não mudaram; se essa aparência de liberdade, por um lado oferece-lhe liberdade real, por outro lhe traz a desvantagem de ninguém lhe garantir a sobrevivência, de poder ser despedido pelo patrão a qualquer momento e ser condenado à morte pela fome a partir do instante em que a burguesia não interessa mantê-lo vivo (ENGELS, 2010b, p. 121).

Esse foi o processo brutal pelo qual os camponeses foram violentamente expulsos das terras, separados dos meios de produção e subsistência e inseridos nos ritmos de uma nova sociabilidade, fundamentada no processo de exploração do trabalho sob o modo de produção capitalista. Agora, a grande população tem somente como alternativa para sobrevivência a venda de sua força de trabalho na relação capital. A supressão dos meios de produção, transformados em capital, caracteriza a alienação do trabalho, na qual os trabalhadores perdem sua posse e domínio sobre as condições e o processo de trabalho, agora como instrumento privado de dominação do capitalismo. E nesse sentido o trabalho perde seu caráter emancipatório, libertador, para se tornar razão de sofrimentos e agruras, como fonte de produção de valores de troca, não mais para satisfação pessoal de quem produz e sim de outrem.

2.1.2 A Lei Geral da Acumulação Capitalista e a Emergência do Pauperismo: A Estrutura Capitalista e a Constituição Da “Questão Social”

Embora Yamamoto (2001, p. 11) afirme ser a “questão social” estranha ao “universo marxiano”, os “processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista”. Partimos da consideração de Yamamoto para a apreensão da processualidade histórica das configurações da vida social na particularidade do capitalismo:

A premissa é de que a análise da “questão social” é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe, acerca de concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Ao analisar o movimento e a circularidade da sociedade burguesa, Marx (2017) constata que sob o modo de produção capitalista, marcado pela propriedade privada dos meios de produção e pela exploração do trabalho, há uma grande produção e concentração de riqueza em um polo e uma crescente miséria, subjugação, escravidão, no outro. Essa condição de reprodução da acumulação se designa através de uma lei tendencial vigente no capitalismo, cuja prova para sua permanência “além de suas evidências factuais e empíricas, está no próprio debate sobre a chamada ‘questão social’ engendrada pelo capitalismo” (NETTO e BRAZ, 2012, p. 152).

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício do seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2017, p. 756, grifo no original).

De acordo com a teoria de Marx (2017, p 729), o capitalismo direciona suas estratégias para a acumulação, já que “produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção”⁵⁰. A ampliação do capital rebate sobre a classe trabalhadora de uma forma negativa, pois determina o aumento de uma população afluyente que não consegue adentrar na dinâmica produtiva do sistema. Assim, “o estudo da composição do capital e as modificações que ele experimenta no curso do processo de acumulação” são pontos importantes para essa compreensão. Isso por que:

[...] o mecanismo do próprio processo de acumulação aumenta, com o capital, a quantidade de “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que transformam sua força de trabalho em força de valorização crescente do capital que está se expandindo (MARX, 2017, p. 726).

⁵⁰ Esse é um caráter peculiar do sistema capitalista porque a força de trabalho é comprada não para satisfazer as necessidades individuais de quem a adquire, através de serviços ou bens produzidos, mas a finalidade é aumentar capital através da produção de mercadorias que contenham, em si mesmas, mais trabalho objetivado do que foi pago e cuja realização se dará na esfera da circulação (MARX, 2017, p. 729).

Segundo Netto e Braz (2012, p. 138), para a efetivação da acumulação, a reprodução no modo de produção capitalista deve se orientar para a *reprodução ampliada* ou *alargada*. Nesse sentido, a maior parte da mais-valia de posse do capitalista deve necessariamente ser reconvertida em capital com vistas a ampliar a escala de produção de mercadorias; apenas uma parcela é utilizada para suprir seus gastos pessoais. “Essa conversão de mais-valia em capital caracteriza a reprodução ampliada, que realizada a *acumulação de capital*” (NETTO e BRAZ, p. 139, grifo no original). Decorre disso a compreensão de que o capitalismo é movimento, é valor em processo de valorização necessário a possibilitar a garantia de condições para continuidade do processo produtivo de mercadorias que contenham cristalizadas em si mais-valia. *A acumulação, portanto, depende da exploração da força de trabalho*. De um modo geral, o sistema capitalista foi a resposta da maioria dos Sujeitos da pesquisa de campo sobre o que determina a pobreza.

É o acúmulo do Capital. Muitas pessoas com muito pouco e poucas pessoas com muito. É o acúmulo de riqueza para muitas pessoas e a má distribuição de renda, um país sem perspectiva econômica, muita desigualdade social. Então você não consegue fazer com que minimamente a gente consiga distribuir renda à essas famílias, a oferta de emprego e serviços (Sujeito 4).

Eu acredito que seja mesmo essa relação do capitalismo, que seja algo da própria contradição mesmo do capitalismo. É algo necessário ao capitalismo [...] eu acho que é mesmo dessa contradição de exploração. Enquanto a gente tiver esse modo de produção não tem como acabar com a pobreza, eu acho que ela é consequência mesmo dessa relação capital/trabalho (Sujeito 7).

Claro que cada Sujeito particular, a partir de sua apreensão, agrega alguns elementos que julgam mais elucidativos à questão da exploração, podendo contribuir para suas consequências, como a questão da falta de distribuição de renda e acesso à serviços, que se associam também a uma determinação política. Mas esse apontamento não está deslocado da realidade, visto que o Estado age de forma legal para manter esse sistema de dominação, contribuindo com a vigência e ampliação da exploração e, conseqüentemente, da pobreza:

Eu vejo uma questão maior, conjuntural e estrutural e o Estado, o sistema. A gente aprende na faculdade que ele [o sistema capitalista] quer mesmo isso, que cresça o exército industrial de reserva (Sujeito 12).

Mas, definitivamente, essa agregação de elementos se torna muito problemática e questionável à medida em que são considerados fatores deslocados das

condições estruturais e objetivas de produção para particularidades culturais e de relacionamentos pessoais, como no caso descrito abaixo em que o Sujeito, não invalidando o modo de produção capitalista e sua caráter explorador, traz situações e conveniências conhecidas dos brasileiros, mas como geradoras e potencializadoras da exploração.

O nosso sistema. Uma frase: o sistema em que a gente se encontra a nível mundial, não é no Brasil. Agora, se a gente for falar de Brasil, não tem como desconsiderar, é um resgate histórico. Acredito que essa nossa compreensão social de que “não dá nada não”, “jeitinho brasileiro”, “favores”, “o cortar a fila” [...] individualismo [...] no Brasil, a gente vivi isso numa escala muito maior. Eu acho que desde que o Brasil é Brasil a gente fala de exploração, porque, para mim, pobreza tem tudo a ver com a exploração. Se nós efetivamente pensássemos no outro... [...] Quando que eu paro de dar “jeitinho”, de burlar o sistema? Quando eu entendo que eu posso acessar o meu direito mesmo que eu não de um “jeitinho”, que eu não minta. [...] Então estar num lugar onde o outro consegue aquilo que você tentou, você tentou de todas as formas, mas das formas certas e não conseguiu, e o outro foi lá e porque conhece o chefe, sei lá quem, conseguiu, frustra. E aí essa frustração nos empobrece de olhar o outro, entendeu? (Sujeito 14).

O favor, na sociedade brasileira, se constitui, nos dizeres de Schwarz (1972, p. 152), como a “*nossa mediação quase universal*”. O favor remonta à colonização, que produziu, com base no monopólio da terra, três classes: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”. Essa última classe era dependente da primeira e entre elas é que acontecia a vida ideológica, tendo como nexos efetivos o favor. O acesso pelos “homens livres” à vida social e aos seus bens dependiam materialmente do favor, direto ou indireto, de um latifundiário. E todos esses elementos apresentados pelo Sujeito 14, mesmo que não tenham se dissipados da realidade brasileira, não podem ser apreendidos como geradores da pobreza diretamente ou da exploração. A fala também traz um traço de moralidade, de conduta humana na sociedade. De forma alguma justificando essas atitudes presentes na vida social brasileira, mas isso também deve ser entendido enquanto uma forma das pessoas burlarem algumas normas que podem ser tidas como prejudiciais à sua vida quanto ao acesso de bens e serviços sociais que podem ser cruciais à vida, como atendimento médico especializado ou inserção à um PTR, conforme Schwarz nos expõem sobre o favor. O que não deve ser confundido, por exemplo, com a corrupção de grandes conglomerados empresariais quanto à sonegação de impostos, por vezes favorecida por governos, que se constituem em enriquecimento ilícito de uma pequena parcela da população já privilegiada.

A acumulação se torna possível no marco do capitalismo através do desenvolvimento da *produtividade do trabalho*⁵¹, que é definida pela quantidade de meios de produção que o trabalhador transforma em produto num dado tempo através do dispêndio da força de trabalho. Essa massa dos meios de produção convertida em produto aumenta com a produtividade do trabalho, que por sua vez representa um decréscimo na quantidade de trabalho necessário para movimentar os meios de produção, “ou na diminuição do fator subjetivo do processo de trabalho em relação aos seus fatores objetivos” (MARX, 2017, p. 734). Exatamente aqui ocorre uma mudança na *composição técnica do capital*, que se reflete na *composição orgânica do capital*, expressa pelo aumento do *capital constante* e a *diminuição do capital variável* necessário para sua operação e que se impõem como uma “lei” do movimento econômico sob as relações capitalistas de produção.

A base técnica⁵² do capital é alterada em intervalos cada vez menores para garantir a acumulação, que produz cada vez mais uma população que ultrapassa a necessidade do capitalismo em seu processo de expansão. Essa massa de trabalhadores é resultante e propulsora da acumulação, constituindo-se em um “exército industrial de reserva” (MARX, 2017, p. 743) disponível aos interesses e condições impostos pelo capitalismo. A totalidade da riqueza sobrando decorrente da acumulação é empregada de forma contínua nos ramos de produção, tanto nos velhos como nos novos⁵³. O exército industrial de reserva aparece como a solução para as necessidades de mão de obra para esses investimentos, como condição necessária para responder as exigências de expansão do capitalismo, possibilitada e resultante da acumulação em sintonia com o desenvolvimento da força produtiva do trabalho. E essa necessidade de manter a pobreza é exposta pelos Sujeitos:

⁵¹ O aumento da produtividade implica o aprimoramento e modernização da produção, com investimentos em máquinas, instrumentos, instalações condizentes com o estágio de desenvolvimento do capitalismo. Mas temos que nos atentar para um fato elencado por Netto e Braz (201, p. 146-147): “**o desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas**, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas **sob as relações sociais de produção capitalista**” (grifo no original). Isso porque o avanço diminui o tempo necessário à produção, mas está direcionada para a satisfação da acumulação e não para responder às necessidades humanas.

⁵² A base técnica do capital se refere a sua composição do ponto de vista da matéria empregada no processo de produção, decompondo-se em meios de produção e força de trabalho viva.

⁵³ Mas como já exposto anteriormente, isso se torna um problema quando o capitalismo adentra na era dos monopólios, em que ocorre a deflagração de uma nova contradição, a da *supercapitalização*, em que o capital acumulado encontra dificuldade de valorização cada vez mais crescente. Esse montante é usado, a princípio, para autofinanciar os grupos monopolistas, mas isso não se torna mais possível com o tempo porque o monopólio restringe os espaços de investimentos. Os mecanismos para contornar essa situação variam: a indústria bélica, a transnacionalidade do capital por meio da desregulamentação e a “queima” desse excedente em atividades que não geram valor. Nenhum desses mecanismos são capazes de uma solução permanente (NETTO, 2011c, p. 22).

O sistema excludente em que nós somos inseridos [determina a pobreza], em primeiro lugar. A gente está incluído num sistema que não vai combater a pobreza. A pobreza existe nesse sistema capitalista, que a gente sabe que a riqueza de uns e pobreza de outros, é a desigualdade social e injustiça social (Sujeito 1).

Enquanto for assim a pobreza vai se manter; eu acho que uma consequência mesmo desse modo de produção. E a pobreza é interessante para o capitalismo, não é interessante para o capitalismo acabar com a pobreza até porque tem que ter mão de obra sobrando. Até para conseguir explorar o trabalho você tem que ter, o que Marx fala de exército industrial de reserva. Então tem que ter e eu acho que é uma consequência mesmo do capitalismo (Sujeito 7).

O sistema econômico, em seu movimento para se manter em vigor, cria de forma crescente o número de pessoas que vivem na pobreza e não conseguem acessar o mercado de trabalho formal. E essa condição de reprodução do capitalismo é uma garantia para sua manutenção; esse exército industrial de reserva está a seu dispor em momentos necessários para a continuidade da produção e expansão da acumulação e também se coloca como sua consequência.

Além dessa alteração do capital variável corresponder à variação quantitativa de trabalhadores empregados, esse número pode variar a depender do incremento de trabalho individual fornecido: assim, o capital variável aumenta, sendo capaz de movimentar maior quantidade de trabalho, sem necessariamente precisar de um maior número de trabalhadores. Essa determinação se expressa de duas formas: primeiro, esse trabalho excessivo, intensificado, incrementa constantemente o exército industrial de reserva; este, por sua vez, exerce uma pressão sobre os que estão inseridos no processo produtivo através da concorrência, inflando o trabalho excessivo e a subordinação desses aos mandos do capitalista. Ainda, a oscilação do exército industrial de reserva, variando de acordo com o ciclo industrial, regulam os movimentos gerais dos salários.

Dos estudos que Marx empreendeu sobre a sociabilidade burguesa, como ela se constitui e se desenvolve, se extrai que da acumulação de capital resulta numa expulsão e numa não inclusão dos trabalhadores no processo de produção; é necessário menos trabalhadores para movimentar uma massa crescente de meios de produção, o que significa uma aumento na composição orgânica do capital, ampliando o volume do exército industrial de reserva que opera uma funcionalidade catalisadora na produtividade do trabalho. Mas não devemos nos enganar sobre esse ponto: essa funcionalidade, expressa pela pressão que o exército industrial de reserva exerce sobre a parte ativa, não decorre da intencionalidade dos

trabalhadores. Esses não podem ser considerados os responsáveis pela concorrência que ocorre entre os indivíduos na busca por uma ocupação rentável; isso é sabiamente usado pelos capitalistas para seu benefício próprio, através da imposição de metas, disciplinamento, obediência.

Segundo Netto e Braz (2012), o exército industrial de reserva, utilizado estrategicamente, embora não sendo resultado de um processo consciente dos capitalistas, mas sim da dinâmica inerente ao modo de produção vigente, representa uma parcela do proletariado designada de “população excedentária” ou “superpopulação relativa” (p. 146): a acumulação, possibilitada pela reprodução ampliada, reproduz o exército industrial de reserva. Mas a classe trabalhadora não sofre somente com o desemprego gerado por essa processualidade:

Os trabalhadores experimentam, no curso do desenvolvimento capitalista, processos de *pauperização* que decorrem necessariamente da essência exploradora da ordem do capital. A pauperização pode ser *absoluta* ou *relativa*. A pauperização absoluta registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletariados experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego. A pauperização relativa é distinta: pode ocorrer mesmo quando as contradições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas (NETTO e BRAZ, p. 148, grifo no original).

A pobreza absoluta está presente nas falas dos Sujeitos, revelando seu significado real na vida dos trabalhadores, indicando condições extremamente adversas de sobrevivência:

[...] ela se expressa de várias formas, da falta de coisas materiais. Até questão de alimento, que às vezes a gente fala: “ah, hoje em dia não tem mais pessoas que passam fome”, mas tem, tem pessoas que passam fome. Então é a falta do básico, de alimento, de questão da moradia que é muito precária, de infraestrutura mesmo: no local de moradia tem bairros que a gente atende e que não tem saneamento básico, rede de esgoto. [...] Então a gente convive com essa questão da pobreza, isso é muito presente no nosso exercício profissional e é o não ter mesmo, é a falta de coisas materiais e isso está relacionado também com a questão de escolaridade, de mercado de trabalho, a maioria das pessoas estão na informalidade, escolaridade baixa (Sujeito 7).

A exposição do Sujeito revela um mundo submisso ao poder extremo das forças produtivas do capitalismo. Um mundo muitas vezes ignorado mas que descortina as

consequências da acumulação privada; é a expressão da pobreza em suas múltiplas faces, extrapolando a questão de renda e denunciando o descaso do poder público. Além dessas condições, as pessoas são obrigadas a se rebaixarem a níveis indignos de trabalho para poder garantir minimamente o necessário para sobreviver. Perante as variadas formas de expressão da pobreza, as pessoas se resignam perante a exploração para se manterem vivas:

A pobreza traz para a gente o acúmulo de exploração dessas pessoas; eu percebo muito claramente no território que eu estou, muitas pessoas exploradas, quase se tornando escravas mesmo. [...]. Então a pobreza leva às pessoas a se sujeitarem, a se colocarem em uma condição porque muitas vezes não tem o que comer. Então isso gera um mal estar muito grande (Sujeito 4).

Pela lógica das análises de Marx, temos que a acumulação capitalista se opera a partir da reprodução ampliada do capital. Essa modalidade de reprodução supõe o reinvestimento de mais-valia gerada no processo de produção para que ocorra a valorização de capital. Isso se torna possível apenas pela exploração do trabalho, tida como uma mercadoria especial capaz de agregar valor ao produto; valor não pago pelo capitalista.

Retornemos aos estudos de Marx para a exposição da composição heterogênea da superpopulação relativa. Fazem parte dela todos os trabalhadores que estão desempregados ou empregados parcialmente, tendo três formas principais: a *flutuante* são os trabalhadores que, nos grandes centros das indústrias, das fábricas, usinas, ora estão empregados, ora desempregados. Além disso, o capital precisa de maiores quantidades de trabalhadores jovens que, quando chegam à idade adulta, juntam-se a divisão flutuante; a *latente*, quando se desenvolve relações capitalistas nas áreas rurais e ocorre uma migração, quando surge oportunidade, para as zonas industriais. Ela não é absorvida no mesmo ritmo com que deixam o campo; e a *estagnada*, composta por trabalhadores ativos, mas que não jamais encontram trabalho regular, sendo fonte reserva de exploração para o capitalismo.

Afora os delinquentes, vagabundos e prostitutas que compõem o *lumpemproletariado*, encontra-se o *pauperismo*, “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa” (MARX, 1996, p. 273), que se divide em três categorias: os trabalhadores capazes mas que há muito não encontram trabalho; os órfãos e crianças indigentes, podendo ser recrutados em tempos de expansão; e os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar, que não se incorporam ao processo capitalista, seja pela divisão do trabalho, pela idade avançada ou por serem vítimas da indústria, como os aleijados, doentes e viúvas. “O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército industrial de reserva de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (MARX, 1996, 273).

É a atuação política frente as condições adversas e degradantes de vida da classe trabalhadora, sob as relações capitalistas de produção, que fará vir à tona a “questão social”, não podendo mais ser contida pela repressão e a pontualidade do Estado; outras medidas mais efetivas irão ser necessárias para possibilitar a vigência do sistema.

Segundo Santos (2012), é importante destacar dois pontos para a compreensão da “questão social”: um, de que o que está se designando de “questão social” é a desigualdade e a pobreza sobre as condições capitalistas de produção, o que difere de outros modos de produção. Na explicação de Netto:

Para os mais lúcidos observadores da época, independentemente da sua posição ídeo-política, tornou-se claro que se tratava de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiga a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas (NETTO, 2011a, p. 153).

Outro fundamento que se relaciona à “questão social” são seus “*desdobramentos sociopolíticos*” (SANTOS, 2012, p. 30). As lutas de classes são constitutivas da “questão social”, representando o antagonismo das relações sociais forjadas com o capitalismo. O pauperismo por si só não expressa a “questão social”.

O pauperismo foi resultado do processo primeiro de industrialização que se iniciou na Inglaterra no final do século XVIII (NETTO, 2011a), que se estende até meados do século XIX. De acordo com Santos (2012, p. 35), já nesse período era marcante a piora nas condições de vida e trabalho da população, não mais apenas na Inglaterra. Mulheres e crianças eram empregadas nas fábricas e juntamente com os demais operários chegavam numa rotina de 16 horas de trabalho. Suas vidas eram curtas devido ao intenso consumo de sua energia vital⁵⁴. A concentração da produção propicia a concentração da classe operária no entorno das fábricas, concretizando o binômio industrialização/urbanização.

Tamanho o impacto do progresso dos instrumentos de produção, “o qual se fez acompanhar de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns” (POLANYI, 2002, p. 51), que Bresciani (1984) aponta que em Paris e Londres do século

⁵⁴ “O Dr. Lee, da saúde pública de Manchester, verificou que a duração média da vida, naquela cidade, na classe abastada era de 38 anos e na classe trabalhadora apenas de 17 anos. Em Liverpool, ela é de 35 para a primeira e 15 para a segunda” (Discurso de abertura da Conferência Sanitária, Birmingham, 14 de janeiro de 1875, pronunciado por J. Chamberlain, ex-prefeito da cidade... *apud* Marx – Marx, 2017, p. 753).

XIX, a multidão foi considerada um fenômeno preocupante. A população queria ser reconhecida nos romances da época, se tornando em personagem dos escritores⁵⁵ que se abriam à contemplação urbana, cujos sentimentos conflitantes iam da admiração ao espanto. A autora constata que nos textos dos literatos utilizados para seu trabalho, investigadores sociais, médicos e administradores, encontram-se “o espanto e a geral preocupação ante a *pobreza* que a multidão nas ruas revela de maneira insofismável” (BRESCIANI, 1984, p. 9).

Permanecer incógnito, dissolvido no movimento ondulante desse viver coletivo; ter suspensa a ideia individual, substituída pela condição de habitante de um grande aglomerado urbano; ser parte de uma potência indiscernível e temida; perder, enfim, parcela dos atributos humanos e assemelhar-se a espectros (BRESCIANI, 1984, p. 11).

Na Paris dos anos 1800, ainda de madrugada, a cena é dominada pela multidão de trabalhadores. A noite expõe nas ruas criminosos e prostitutas, catadores de lixo, uma cena de terror e medo nos becos escondidos atrás dos museus e palácios. Promiscuidade e agressão. Sobre Londres, além de todos os perigos da vida urbana e do “assustador contraste entre a opulência material e a degradação do homem” (p. 23), o que tornava a cidade absolutamente singular, Bresciani (1984,) aponta o ritmo acelerado de homens em suas ocupações e que desvendam o tempo útil do trabalho. Foi Thompson (1991) quem apontou o processo secular do disciplinamento do trabalho tão necessário ao capitalismo baseado na notação interna do tempo.

O autor supracitado parte da seguinte questão para seu trabalho: “Se a transição para a sociedade industrial madura acarretou um reestruturação rigorosa dos hábitos de trabalho – novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente – até que ponto isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo?” (THOMPSON, 1991, p. 269). A proliferação do relógio acontecia ao passo que a Revolução Industrial exigia maior sincronização do trabalho⁵⁶. Esse instrumento era necessário ao avanço do capitalismo pois possibilitava regular os novos ritmos da vida industrial.

⁵⁵ A autora se refere a Victor Hugo, Baudelaire, Zola e Eugéne Sur na França e Charles Dickens e Edgar Alan Poe na Inglaterra (BRESCIANI, 1984).

⁵⁶ Apesar dessa proliferação do relógio por volta de 1790, de madeira e baixa qualidade, no interior das fábricas os únicos permitidos a usar relógios eram os mestres e gerentes: estes, aliás, alteravam frequentemente o marcador para antecipar e estender a jornada de trabalho. Isso não era segredo, mas os trabalhadores não ousavam transgredir a ordem e usar relógios por medo de serem despedidos (THOMPSON, 1991).

Essa imposição da disciplina⁵⁷ não ocorreu sem resistência, mas de fato foi internalizada. Seguindo uma lógica puritana e a máxima “tempo é dinheiro”, as sociedades industriais maduras são marcadas pela administração do tempo e a demarcação entre “trabalho” e “vida” através do rompimento da notação do tempo predominante anteriormente, baseada nas atividades familiares e domésticas. Sem a disciplina, não haveria a energia do homem industrial. Segundo Thompson (1991, p. 292), o discurso à época, era que a pobreza estava associada à preguiça⁵⁸. Na verdade, não importava a quantidade de horas trabalhada, variando de “catorze a dezoito horas diárias” (ENGELS, 2010b, p. 179). *O aperfeiçoamento mecânico, tal qual a crise, trazia a miséria*. Não que a pobreza seja exclusiva do modo capitalista de produção. Mas a sua particularidade está no fato da sua existência ser concomitante não a um quadro de escassez, mas de riqueza:

Ela [a pobreza] é própria do sistema capitalista. Não que a gente não tivesse pobreza em outros sistemas, em outros modos de produção, mas com o capitalismo, gerando tanta riqueza, a pobreza só existe porque existe riqueza. E a gente tem um sistema econômico que gera desigualdades. Enquanto essa riqueza se acumula e está nas mãos de poucos [...] Eu acho que a pobreza é consequência desse sistema onde a renda, o lucro, o dinheiro está nas mãos de poucos e essa população fica à margem (Sujeito 15).

Engels (1984) relata essas condições miseráveis em 1845. Ao analisar a realidade de Manchester, o autor mostra com a pobreza ficava arquitetonicamente mascarada, escondida nos bairros de forma a não se mostrar “perante as vistas dos senhores ricos e damas com estômagos fortes e nervos fracos, a miséria e a sujeira que formam os complexos de seu luxo e riqueza” (p. 310).

Nas casas, raramente há um piso de tábua ou de pedras, quase sempre portas e janelas quebradas e empenadas e sujeira – montes de entulho, lixo e imundície; poças de lama e esgotos, e um cheiro que, por si mesmo, impediria qualquer pessoa razoavelmente civilizada de morar em tal distrito (ENGELS, 1984, p. 313).

⁵⁷ Thompson (1991) relata que o papel da escola também foi importante para a internalização do uso econômico do tempo. A educação deveria familiarizar as crianças com a rotina degradante da jornada de trabalho. Em 1770, William Temple defendia a institucionalização de crianças pobres nos asilos de pobres, que deveria ocorrer aos 4 anos de idade para trabalharem na manufatura e terem duas horas diárias de aula. “É considerável a utilidade de estarem constantemente empregadas, de algum modo, pelo menos durante doze horas por dia, ganhando o seu sustendo ou não: pois, por esse meio, esperamos que a nova geração fique tão acostumada com o trabalho constante que ele acabe por se revelar uma ocupação agradável e divertida para eles” (TEMPLE *apud* Thompson, 1991, p. 292).

⁵⁸ “Se o *preguiçoso* esconde as mãos no colo, em vez de aplicá-las ao trabalho, se ele gasta o seu tempo em passeios, prejudica a sua constituição pela preguiça e entorpece o seu espírito pela indolência”, o resultado só poderá ser a pobreza (*Friendly advice to the poor* – Conselho amigável dos pobres, Manchester, 1755: Clayton, J. *apud* Thompson, 1991, grifo no original).

Sabendo que essas condições são comuns à todas as grandes cidades, Engels continua a descrição desse “inferno sobre a terra”:

Preciso reconhecer que em vez de exagerada [se referindo a sua descrição da cidade de Manchester] não é nem de longe suficientemente penetrante para tornar visível a sujeira, a decadência, a inabitabilidade e o tipo de construção incompatível com toda consideração sobre limpeza, ventilação e saúde desse bairro, que abriga pelo menos vinte a trinta mil moradores (ENGELS, 1984, p. 315).

A partir desse cenário, a classe operária organizou diversos protestos, isto a partir da primeira década do século XIX. Essas foram mobilizações dispersas⁵⁹ e ainda deslocadas da compreensão da realidade. Para Netto (2011a, p. 156), faltava aos trabalhadores “compreensão teórica” que viria apenas em 1867 com a publicação de *O Capital* de Marx, cuja análise do processo produtivo capitalista descortinou as causas do que viria a ser entendido como “questão social”. Na verdade, Engels⁶⁰ (2010b, p. 41-43) já trazia algumas compreensões sobre a dinâmica da “questão social”, a qualificando como “as verdadeiras condições de vida do proletariado”, cuja situação é a “mais visível manifestação de nossa miséria social”, resultado dessa “ordem social”, cuja alternativa seria a superação dessa mesma ordem. É o que fica evidente quando o autor diz que a alternativa a esse quadro é “tomar medidas capazes de dotar o conjunto do sistema social de uma nova base”.

Mas a partir de 1830 os protestos passaram a ser direcionados pelo que Santos (2012, p. 38) qualificou como “um dos genuínos ‘produtos’ da terceira década do século XIX”: a consciência de classe, marcando a passagem de “classe em si” a “classe para si”. “Isso significa a passagem do que eram as primeiras percepções do proletariado, reconhecendo-se como tal em sua condição econômica, ao reconhecimento da necessidade política do seu protagonismo com classe no enfrentamento daquelas condições” (p. 39).

⁵⁹ Eram rebeliões e protestos quase que espontâneos, sem organização e foco. A violência acontecia até mesmo entre os trabalhadores, como foi o caso de agressões a imigrantes vistos como inimigos. Um movimento emblemático dessa época é o *ludita*, que aconteceu na primeira década do século XIX e teve como meta a destruição de máquinas. Aqui fica evidente que a classe trabalhadora ainda não tinha a consciência de classe para si, já que incapaz de se mover contra o alvo certo, o capitalista. Não chegavam a representar ameaça à burguesia, que concebiam essas mobilizações como ameaças ou desordens episódicas (SANTOS, 2012, p. 40).

⁶⁰ Interessante identificar no prefácio escrito por Engels (2010b, p. 41-43), em março de 1845, para a *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, o uso indiscriminado da expressão “questão social” de que fala Netto (2011a): ela é utilizada tanto por um jovem revolucionário numa lúcida compreensão da sociedade capitalista, como também pelas “Associações para a Elevação das Classes Laboriosas” - nas quais a burguesia menospreza a “questão social” e que “incorporam as mais ridículas e absurdas opiniões sobre a situação dos operários” (ENGELS, 2010b, p. 42).

Registra-se nesse momento um avanço das formas organizativas e de lutas dos operários, como sindicatos, greves gerais, manifestações públicas.

A possibilidade da Revolução de 1848 foi acentuada pelas condições geradas na crise que se iniciara no início da década, expressando a insatisfação popular originada na baixa produtividade agrícola, resultando na fome e no aumento dos custos de vida. A luta se punha contra o conservadorismo burguês quanto a vigência da República Social que os próprios trabalhadores ajudaram a instaurar em 1789. Foram três dias de guerra civil, de 23 à 26 de junho de 1848, numa clara direção para a superação da ordem social posta, mas com o triunfo da burguesia e desmonte do movimento. Mas a importância do movimento deve ser saudado:

Junho de 1848, portanto, é um divisor de águas na constituição da “questão social”. Primeiramente porque expõe, em sua radicalidade, o antagonismo entre projetos das duas classes fundamentais do capitalismo. Mostra, com clareza, que a gênese de todos os problemas dos trabalhadores residia na propriedade privada [...], impossibilitando qualquer tipo de aliança com a burguesia, interessada em conservá-la. [...] Através das lutas de 1848, de fato explicita-se, em todas as suas nuances, a “questão social”, como resultante dos mecanismos de exploração do trabalho pelo capital [e] à problematização desse quadro do ponto de vista político, tendo em vista seus fundamentos e apontando a necessidade de sua superação sob outra forma de organização produtiva (SANTOS, 2012, p. 42-43).

De acordo com Netto e Braz (2012, p. 178), as lutas de classe sintetizam, no nível sócio-político e histórico, a contradição fundamental do modo de produção capitalismo: a produção cada vez mais socializada da produção e a permanente apropriação privada do excedente produzido por parte dos capitalistas. A solução, apontada pelos autores, reside na substituição do modo de produção em um processo de *transição socialista* que decorreria da centralidade da participação dos trabalhadores com agentes revolucionários frente à burguesia.

Pela exposição, temos que a “questão social” decorre da forma historicamente plasmada pelos homens quanto a organização do modo de produzir e reproduzir a vida em sociedade. Portanto descarta-se toda ideia de intercorrência natural e descomprometida com a prática humana. A “questão social” se coloca como um produto histórico e determinado socialmente, como resultado da forma através da qual o trabalho se configura, possibilitando a exploração (assalariamento) e de como seu produto é apropriado (de forma privada). Esse quadro, pautado pela exploração e pela situação acentuada em que o

pauperismo é seu símbolo máximo, é denunciado pelo operariado exigindo medidas sistemáticas do Estado e da classe burguesa: a “questão social” se afirma na cena política.

2.2 VINCULAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E “QUESTÃO SOCIAL”

Nesse tópico serão apresentados os múltiplos elementos que providenciaram a conexão temporal da “questão social” à profissão Serviço Social na dinâmica monopólica do capitalismo. Será exposto como a reação conservadora possibilitou a emergência da intervenção estatal frente as mazelas sociais decorrentes do processo de acumulação de capital através das políticas sociais. Instaura-se, assim, a necessidade de um novo agente profissional na divisão social e técnica do trabalho: o assistente social.

É inegável a importância e a centralidade da “questão social” para o Serviço Social. Tamanha é essa verdade que ela é tida com a “base de justificação desse tipo de profissional especializado” (IAMAMOTO, 2012, p. 83), já figurando, ela própria, como objeto da profissão: “ela conforma a *“matéria-prima do trabalho profissional”* (IAMAMOTO, 2014a, p. 59, grifo no original). Seria a razão de ser do Serviço Social, entendendo-se que “sem ela, não há sentido para essa profissão” (NETTO, 2001a, p.162), já que são as suas sequelas que se “constituem na matéria sobre o qual o exercício profissional vai se realizar” (GUERRA, 2007, p. 1). Ou, nas palavras de um Sujeito entrevistado:

E a “questão social”, a gente sabe, ela está desde o surgimento da profissão, a gente estuda muito a “questão social”. Ela está muito relacionada ao surgimento da profissão também (Sujeito 7).

Por essas colocações entendemos que o Serviço Social, enquanto profissão analítica e interventiva, da e na realidade social, está diretamente atrelado à “questão social”. Nessa perspectiva de análise:

Não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que compõem na constituição e no evoluir do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX (NETTO, 2011c, p. 17).

Em torno dela gravitam diferentes e divergentes perspectivas teóricas e propostas políticas das mais variadas para o enfrentamento de seus desdobramentos, o que se convencionou chamar de *expressões da “questão social”* e que vem se perpetuando ao longo do percurso histórico da sociedade de mercado. Sobre o que chamei aqui de desdobramentos, apenas para situar a explicação, parece não haver uma regra para sua designação. Alguns autores usam o termo *sequelas, resultantes, expressões, manifestações*, inclusive na mesma abordagem (em GUERRA, 2007, por exemplo). Iamamoto, desde seus primeiros escritos, predominantemente recorre ao termo *expressões*, ainda em 1982. Netto realiza um movimento muito particular: em obra de 1992, *Serviço Social e Capitalismo Monopolista*, o autor faz sua opção por *sequelas*. Já em 2001, em *Cinco Notas a propósito da “Questão Social”*, usa o termo *manifestações* quando faz referência aos fenômenos que emergiram no contexto da gênese da “questão social” e depois *expressões*, quando trabalha as novas formas com que aqueles vem se apresentando na contemporaneidade, para evidenciar que *atualmente as manifestações da “questão social” se expressam de formas diferentes*.

Como sinalizado anteriormente, o Serviço Social se vincula à “questão social” quando da confluência de fatores, políticos e sociais, que convergiram na intervenção do Estado burguês, enquanto ente de conserva social, através das políticas sociais para o seu enfrentamento numa dada conjuntura histórica. Assim, a “questão social” não é, exclusivamente, a condição fundante da profissão, haja visto a necessária presença do Estado e das políticas sociais, estas como instrumentos para a ação profissional, e sim como ponto crucial para seu estabelecimento. Não podemos cair num determinismo de achar que a “questão social”, de forma direta, impõem o espaço sócio ocupacional para o desenvolvimento da profissão:

[...] a “questão social” surge como um importante elemento para o entendimento do papel e sentido dessa profissão na ordem burguesa. Mas não se pode compreender a relação Serviço Social e “questão social” sem as necessárias mediações do Estado e das políticas sociais, estas como a modalidade sócio histórica através da qual o Estado enfrenta a “questão social” em momentos historicamente determinados visando a manutenção da ordem burguesa (GUERRA, 2007, p. 7).

Para a exposição dessa análise, tomemos por excelência o estudo desenvolvido por Netto (2011c). A emergência do Serviço Social enquanto profissão, nos reportando a ela como “prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada” (p. 17), deve ser apreendida no movimento global do capitalismo que se

configurou em fins do século XIX, em que este adentra na era dos monopólios, o que significou um tratamento próprio à “questão social”. Nesse recorte, o capitalismo eleva a outros níveis as contradições inerentes as suas peculiaridades enquanto modo de produção, responsáveis por suas características típicas de exploração e alienação, além de combiná-las com novos antagonismos⁶¹.

Diante da deflagração, agora maximizada, dessas contradições, resultantes do mecanismo de dinamização dos lucros elegido pela sociedade burguesa, o controle de mercados, em que se potencializou a tensão entre forças produtivas e relações de produção, o Estado é *capturado*, enquanto mecanismo interventivo extra econômico, na intenção de viabilizar a garantia dos superlucros. Suas funções políticas se estreitam às funções econômicas, evidenciando um protagonismo contínuo e sistemático, não mais pontual e emergencial: se no período concorrencial o Estado intervia na exploração de forma básica e coercitiva, agora, “*a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem*” (NETTO, 2011c, p. 26, grifo no original).

Na busca de um *consenso* para garantir seu desempenho, o Estado deve legitimar-se diante do conjunto das classes sociais e faz isso incorporando demandas de outros personagens sociais que vão além da reprodução e manutenção da força de trabalho, mas também assegurando certos níveis de vida e consumo. Todo esse processo ocorre concomitantemente a uma maior organização do proletariado e da classe trabalhadora como um todo. Mas isso não é um movimento natural da esfera estatal: todo seu dispêndio no atendimento aos trabalhadores ocorre no ponto em que há garantias de sua reconversão para a maximização dos lucros. O Estado burguês, para se manter legítimo, absorve reivindicações e interesses populares. Ele é tensionado tanto por essas demandas quanto pelas exigências do monopólio. Assim, segundo Netto (2011c):

É somente nestas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se – mais exatamente, podem tornar-se – objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômicos-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais* (NETTO, 2011c, p. 29, grifo no original).

⁶¹ Além das contradições inerentes ao sistema capitalista de produção, como a *anarquia da produção* e a *socialização da produção e a apropriação privada*, Netto destaca como característicos da era dos monopólios o fenômeno da *supercapitalização*, em que há uma dificuldade de conversão do capital já acumulado para sua valorização e; o *parasitismo*, tanto da burguesia, projetada pela oligarquia financeira, como pela alta burocratização da vida social. Maiores informações das contradições estabelecidas com o monopolismo, consultar Netto (2011c, p. 20-23).

Portanto, a profissionalização do Serviço Social, mediante a *instauração* de um espaço sócio ocupacional na divisão social e técnica do trabalho, se vincula urgentemente à ordem monopólica, se ancorando na forma como o Estado classista enfrenta, através das políticas sociais, a “questão social” (na verdade, as suas expressões). Esse quadro irá demandar um agente para sua implementação, de função executiva e de caráter terminal⁶²: o assistente social é “*investido como um dos agentes executores das políticas sociais*” (NETTO, 2011c, p. 74, grifo no original).

Entendendo as expressões da “questão social” como resultantes da condição de subalternidade em que se encontra o trabalho na sua relação com o capital, Guerra (2007) aponta que é justamente pelas políticas sociais, como uma modalidade de intervenção do Estado burguês, que o profissional de Serviço Social direciona seu trabalho ao enfrentamento das expressões da “questão social”. Políticas sociais aqui entendidas em sua natureza contraditória, como forma do Estado garantir um consenso entre as classes, escamoteando seus interesses antagônicos, mas também como resultado das lutas angariadas pelos trabalhadores em torno de seu reconhecimento enquanto agente ativo e fundamental da sociedade. A profissão, com isso, “tem nos seus fundamentos históricos as formas de enfrentar a ‘questão social’” (GUERRA, 2007, p. 2). Numa clara exposição:

[...] a “questão social” [é] indissociável do processo de acumulação e dos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras, o que se encontra na base de justificação de políticas sociais públicas. Ela é tributária das formas assumidas pelo trabalho e pelo Estado na sociedade burguesa e não um fenômeno recente (IAMAMOTO, 2001, p. 11).

Nessa síntese encontram-se os elementos que vinculam o Serviço Social à “questão social”. Essa vinculação foi possível a partir da intervenção estatal sobre as expressões da “questão social” mediante o acirramento das contradições em contexto de capitalismo monopolista. Se valendo das políticas sociais no jogo político, o Estado então implementa essa modalidade de intervenção para assegurar sua legitimidade perante as classes e garantir os altos lucros dos capitalistas, o que necessariamente vai demandar um trabalhador especializado: o assistente social.

⁶² Essa defesa de Netto (2011c), sobre o assistente social se configurar enquanto um executor terminal das políticas sociais, foi criticada por Iamamoto (2014a) que entende que o próprio mercado, na conjuntura atual, demanda “*além de um trabalho na esfera da execução, a formulação de políticas públicas e a gestão de políticas sociais*” (p. 20-21, grifo no original).

2.3 MARX E A “QUESTÃO SOCIAL” NO SERVIÇO SOCIAL: A FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PREDOMINANTE

A busca pela apreensão da aproximação e consolidação da definição de “questão social” pela ótica da teoria social crítica de Marx nos levou a encontrar a resposta na já mencionada dissertação de mestrado⁶³ de Marilda Iamamoto, defendida em banca em 1982 e publicada parcialmente no conhecido *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*.

Segundo Netto (1989), a interlocução do Serviço Social ao pensamento de Marx acontece a partir da década de 1960, privilegiadamente pela via acadêmica em contexto de questionamento e erosão do Serviço Social profissional, a pressão dos movimentos revolucionário e a revolta estudantil, período marcado pelo golpe militar de 1964.

De acordo com o autor, a aproximação do Serviço Social à tradição marxista se operou de forma “enviesada”, privilegiando mais uma postura instrumental em detrimento à uma exigência teórica, vinculando-a “a determinadas perspectivas prático-política e organizacional-partidárias”, além de ser viabilizada por consultas não à fonte original das obras de Marx, mas “especialmente a divulgadores e pela via de manuais de qualidade e níveis discutíveis” (p. 97). Se em 1989 Netto admitia uma “contribuição” de Iamamoto para a constituição de uma base concreta para a interlocução entre a profissão e a tradição marxista, o autor se afirma mais enfático em outro momento⁶⁴, atestando um giro desse quadro quando da análise da pesquisadora no começo da década:

Com efeito, é a partir da publicação, em 1982, do seu ensaio mais conhecido [aqui Netto faz referência ao texto *Serviço Social e Relações Sociais no Brasil*] que se pode identificar a aproximação do Serviço Social, no Brasil, às fontes clássicas do pensamento socialista revolucionário. *Sem qualquer dúvida, entre nós foi Marilda quem fundou a análise do Serviço Social não em tal ou qual vertente marxista, mas na matriz teórico-metodológica de Marx. É possível dizer, sem risco do exagero, que Marilda inaugurou, no Brasil, a interlocução entre os assistentes sociais e a obra seminal de Marx* (NETTO, 1992, p. 12 in. IAMAMOTO, 2013, grifo meu).

⁶³ A dissertação de mestrado é intitulada *Legitimidade e crise do Serviço Social – um ensaio de interpretação sociológica da profissão*, defendida em 1982 na ESALQ/USP, sob orientação do Prof. Dr. Oriowaldo Queda.

⁶⁴ Refiro-me aqui a sua apresentação ao livro *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*, escrita pelo autor em 1992. Neste livro estão os dois capítulos até então inéditos da dissertação de mestrado de Iamamoto.

Sob essa perspectiva teórico-metodológica referenciada acima, Yamamoto definiu, em 1982, a “questão social”:

A “questão social” não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO, 1982, p. 97).

A dúvida que pairava sobre o conceito era a partir de que elementos a autora operacionalizou e difundiu sua definição. Já sabíamos dessa inigualável contribuição da autora sobre a incorporação da teoria de Marx à profissão, mas a problematização era sobre o termo em si. Na busca pela bibliografia referente à discussão “questão social” chegamos ao autor Gilásio Cerqueira Filho, de quem Marilda “toma”⁶⁵ o conceito de “questão social”, “operando uma ampla re-significação de seus fundamentos” (SANTOS, 2012, p. 26).

Em 1982, Gilásio Cerqueira Filho publica seu livro *“A ‘questão social’ no Brasil: crítica do discurso político”*, fruto de sua tese de doutoramento em Ciências Humanas do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1980, com o título *“A ‘questão social’ no Brasil: análise do discurso político”*.

Em seus estudos, o autor se propõe a analisar a “questão social” a partir do pensamento político brasileiro, em que se convergem o pensamento político dominante e o pensamento político dominado, entendendo que é em torno dessa temática que os distintos pensamentos políticos mais se antagonizam e evidenciam suas contradições. Contudo, a predominância será pela abordagem do pensamento político hegemônico que, mesmo assim, será contraposto pelo pensamento dominado com a finalidade de mostrar que aquele não mata as alternativas que esse oferece para a prática política.

Para tanto, Cerqueira (1982) recupera a categoria do intelectual orgânico em Antonio Gramsci a fim de submeter à análise o seu objeto de investigação:

⁶⁵ Esse termo foi “emprestado” de Santos (2012), que assim se referiu a apropriação do conceito por Yamamoto: apesar de ser conhecido pelos autores do Serviço Social, pois citado por alguns (NETTO, 2001; PASTORINI, 2010; SANTOS, 2012), a autora não o referencia em nenhuma de suas obras, pelo menos as consultadas para essa exposição, incluídas aqui sua dissertação de mestrado.

o discurso⁶⁶. Além de problematizar a “questão social” no pensamento político brasileiro, priorizando o pensamento hegemônico, importa para Cerqueira Filho (1982, p. 22) “estudar a instância ideológica da estrutura da formação social brasileira”. Esse estudo remete ao conceito de ideologia⁶⁷ em que, para sua explicação, Gramsci é retomado. A ideologia integra a estrutura social, como concepção de mundo que responde a problemas concretos postos pela realidade e está presente em todas as manifestações, teóricas e coletivas. É pela concepção de mundo que pertencemos a um determinado grupo ou a outro. A função da ideologia é dar unidade ao bloco histórico, composto por classes ou grupos sociais antagônicos, tornando-se histórica quando os três níveis acima citados se inter-relacionam, de modo a traduzir e responder problemas levantados por uma formação social completa. A ideologia também se refere à representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições de existência.

Historicamente, o discurso político burguês, em sua vertente liberal⁶⁸, é o primeiro a discorrer sobre a “questão social”, ainda no capitalismo em seu recorte concorrencial – por isso o uso das aspas em torno da expressão, emprego adotado também no Serviço Social. Abrangendo o pensamento burguês, a “questão social” não é referenciada apenas pelo liberalismo. A exemplo, temos a Alemanha e a Itália na década de 1930, que assumirão caráter totalitário em oposição ao discurso liberal.

Enquanto o discurso burguês liberal trata a “questão social” sob uma retórica de igualdade, idealizada pela lei que sugere a realização do bem comum em uma sociedade desigual, o discurso burguês totalitário se compromete com o bem comum da nação como um todo, objetivo alcançado pela intervenção estatal que paira acima das

⁶⁶ Como intelectuais orgânicos da classe dirigente, no interior da sociedade política, serão elegidos os diferentes Ministros do Trabalho, no período de 1930/1964, já que o Ministério do Trabalho se consolida como o mais importante Aparelho de Estado com efeitos ideológicos. As concepções dos Ministros expostas nos discursos revelam o “pensamento oficial sobre o tema” (1982, p. 47). Na sociedade civil, a figura privilegiada será a do jornalista, como partícipe da publicação de artigos que expressam o pensamento político hegemônico: o recorte será os artigos do Dia Internacional do Trabalho, também no período de 1930/1964. Também será considerado outros intelectuais, ligados a classe dominante, cujas ideias se tornaram expressivas junto ao tema. Como contra ponto, apesar de se mostrar ineficaz quanto a realização de seu projeto, o pensamento político dominado será representado pelo ativista socialista, cujo discurso será buscado na imprensa operária (CERQUEIRA FILHO, 1982).

⁶⁷ A ideologia gramsciana é composta por três níveis: a filosofia, que representa a vida intelectual e moral de uma classe; o senso comum, como concepção desagregada, incoerente e; o folclore: é o sentido fixo, menos rico e mais heterogêneo dos fatos sociais.

⁶⁸ A utilização do uso das aspas gravitando em torno do termo “questão social” é justificado por Santos (2012, p. 18) sobre dois entendimentos: um se refere a sua origem conservadora e outro pelo fato de que ela não se constitui enquanto categoria no sentido marxiano, pois não tem existência real, diferente de suas expressões. Deve ser entendida como conceito de natureza reflexiva. Ao menos pelo motivo da origem burguesa, o uso deve ser creditado à Cerqueira Filho (1982).

classes e não tem compromisso com setores sociais. Mas fica evidente uma correspondência entre eles:

Em ambos os discursos aparece de forma cristalina a efetiva possibilidade de que os conflitos entre capital e trabalho possam ser resolvidos fora dos limites da luta de classes. [...] Assim, podemos dizer que o pensamento político burguês, não importa se na sua vertente liberal ou totalitária, (ou outras intermediárias), trata a “questão social” no interior de uma teoria de integração social (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 27).

A estratégia do discurso é neutralizar os efeitos da luta de classes. Na particularidade do Brasil, por mais antagônicos que sejam os interesses das classes em disputa, o discurso hegemônico vai variar historicamente pela sua própria hegemonia, abalada em momentos de crise. Isso vai gerar uma alternância quanto a prevalência de recursos aos aparelhos ideológico ou repressivo do Estado, apesar de funcionarem concomitantemente, que vai rebater no discursos (pensar) político hegemônico sobre o trato (agir) à “questão social”.

Como segunda característica básica de tratamento da “questão social”, além de seu enquadramento na “teoria da integração social”, Cerqueira Filho (1982) aponta o paternalismo, em que se articulam, de forma orgânica, o favor e a via prussiana.

Exercendo um exímio domínio sobre sua proposta de estudo, Cerqueira analisa a problemática da “questão social” elencando e debatendo sobre elementos cruciais que atravessam as estruturas da sociedade brasileira e se colocam no campo da disputa política para se concentrar nos discursos acerca da temática e de como eles se reverberam no plano da ação. Pelo objetivo e limites do trabalho, não cabe aqui particularizar e aprofundar os discursos expressos em cada período histórico que, didaticamente, o autor vai apresentar. Mas os resultados centrais de sua pesquisa podem ser colocados a seguir:

Nos momentos conjunturais em que uma crise da hegemonia não se configura como viável, o pensar e o agir das classes dominantes tendem a se aproximar, definindo a “questão social” como uma questão eminentemente política, que se resolve na base da conciliação, do favor recíproco, da barganha, da política enfim. Isto define a “questão social” como “questão política”, não importa o tipo de política que entra em jogo e é realizada. Nos momentos conjunturais de aguçamento de crise de hegemonia no Brasil, a “questão social” se define como uma questão que deve ser resolvida na base dos aparelhos repressivos do Estado. Isto define a “questão social” como uma “questão de polícia” que, sem deixar de ser política, passa a ser resolvida com predomínio de uma de suas dimensões, a repressão efetiva, prática. É nesse momento crítico que o agir das classes dirigentes revela concretamente seus limites (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 28).

Apesar de extensa, a citação aponta elementos que perpassam por toda a pesquisa do autor que sinaliza essa alternância de concepção e práticas para as respostas à “questão social” no quadro brasileiro sob comando das classes dirigentes. No período analisado, de 1930 à 1964, a “questão social” vai figurar entre um ou outro campo, a depender da conjuntura política e do protagonismo das classes sociais, confirmando suas hipóteses de trabalho: 1) de que o discurso hegemônico se realiza no interior de uma “teoria da integração social” e; 2) a presença do paternalismo na política brasileira, como forma de agir e pensar.

As questões políticas, em que se inscreve a “questão social”, datada como fenômeno inerente ao surgimento do modo de produção capitalista e atrelada à forma como este incorpora o trabalho, sob a condição de exploração e assalariamento, “são produzidas por diferentes práticas sociais que não pertencem a um mesmo discurso e são frequentemente antagônicas” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21), o que pressupõe relações contraditórias sob a sociabilidade capitalista, entre o capital e seu oposto, o trabalho. A “questão social” é imposta em terreno público pelos operários quando da luta de classes, exigindo seu reconhecimento enquanto classe fundamental, o que sugere a formação de um pensamento político, erigido sobre uma ideologia, mesmo que dominada, mas que tenha expressão política, mesmo que marginal. Isso é o que se pode elencar a partir da definição de Cerqueira Filho (1982):

Por “questão social”, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e o trabalho” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21).

A “questão social” se coloca presente na realidade brasileira, ainda em fase embrionária, em fins do século XIX, a partir de uma confluência de fatores presentes na dinâmica social: o fim da escravidão e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, o princípio da industrialização no eixo Rio-São Paulo e o surgimento de uma incipiente classe operária. Incipiente, mas com uma ideologia já em formação.

De fato, antes do início da década de 1930, a presença da ideologia, enquanto forma de consciência social e de visão de mundo, já se punha presente com a “organização crescente do sindicalismo autônomo em relação ao Estado, a presença de ideias socialistas no pensamento político dominado, o intervencionismo estatal nas condições de trabalho [...]” (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 31). Mas entre o estabelecido em lei e sua execução, se coloca o campo político de disputa, em que as batalhas irão de adensar após

1930, movendo alianças políticas e orientações dos governos frente ao sindicalismo e a força do movimento dos trabalhadores.

A ideologia das classes dominadas, que evidenciam o antagonismo social, se gesta no momento em que os trabalhadores, em um movimento analítico, concebem e compreendem a condição de exploração do trabalho vivido sob esse tipo de organização econômico-social imposta pela classe hegemônica, que detêm os meios de produção, controlando o conjunto da sociedade política (Estado) e da sociedade civil, e estabelecendo sua ideologia dominante, objetivando sua aceitação pelas classes subalternas por meio de um *mix* de coerção e consenso.

Contudo, essa tomada de consciência em grau máximo não acontece de forma automática, mas vai se configurando lentamente de acordo com as possibilidades que se colocam em seu desenvolvimento: possibilidades estruturais, ligada ao grau de desenvolvimento econômico; e a maturidade dessa ideologia representada no grupo social, abrindo possibilidades de compreensão e aproveitamento das possibilidades estruturais. Esse processo de formação e espraiamento da ideologia subalterna é constantemente estremecido pela ação dos grupos dominantes que visam proteger as estruturas de dominação da hegemonia social.

Para desenvolver o conceito de “questão social” e estudá-la na sociedade brasileira através dos discursos, Cerqueira Filho (1982) fundamenta seus estudos ancorado nos pensamentos de Antonio Gramsci, indicando um papel importante para a ideologia no amadurecimento do pensamento político dominado e sua exigência de reconhecimento, como um fenômeno social da superestrutura, embora determinado, em última instância, pela base econômica. A re-significação de que fala Santos (2012) se refere justamente a esse ponto. Quando traz a definição do conceito “questão social” para o debate do Serviço Social, Iamamoto finca sua posição na teoria social marxiana, além de ampliar o conceito, e todo seu pensamento será orientado pelos estudos de Marx. Cerqueira Filho (1982) traz elementos críticos para elucidar sua proposta, como a divisão da sociedade em classes, o conflito na relação capital e trabalho e elencar a tomada de consciência de classe “para si” dos trabalhadores (particularizada no Brasil), mas prioriza o pensamento gramsciano, já que é ele que vai possibilitar elucidar todas as particularidades da “questão social” sob o discurso político dominante.

2.4 O CONCEITO DO TERMO “QUESTÃO SOCIAL”: POSSIBILIDADE DE MÚLTIPLAS INTERPRETAÇÕES

No Serviço Social não há uma definição universal do termo “questão social” a qual todos os estudiosos se referenciam. Talvez a mais conhecida seja a de Iamamoto (1982), mas não é um conceito fechado, o que acarreta algumas possibilidades de interpretação a depender do grau de entendimento e relevância de seus elementos constitutivos a partir da apreciação de cada autor

De acordo com Santos (2012), foi Marilda Iamamoto quem notabilizou o conceito de “questão social” a partir dos estudos da economia política crítica contidos em *O Capital*, de Marx. Essa definição não é unânime entre os assistentes sociais, mas defendida por grande parcela de profissionais que se vinculam à tradição marxista. Contudo, se a “questão social” tem seu núcleo explicativo irradiado pela “*Lei Geral da Acumulação Capitalista*”, em que Marx explica o processo de produção e reprodução sob o sistema capitalista, partem dessa mesma lei não um conceito fixo, mas algumas variações em torno da sua definição. Isso é o que será brevemente exposto, entendendo que “qualquer esforço de precisão [sobre a expressão “questão social”], neste domínio, deve ser saudado” (NETTO, 2011a, p. 152).

Numa lúcida e objetiva exposição, em que se posiciona contrária a existência de uma nova “questão social”⁶⁹ e debatendo com autores como Castel, Rosanvallon e Heller e Féhér, já que seu foco de estudo é a partir do capitalismo contemporâneo, Pastorini (2010) aponta que distanciar a discussão da “questão social” atrelada à lei geral da acumulação e de todo o processo excludente do capitalismo, é desistoricizá-la. Contudo, vale ressaltar que Marx, em momento algum em seu capítulo XXIII, aponta as lutas de classes, mas sim, e de forma precisa, a caracterização da exploração do capital sobre o trabalho, sob o regime capitalista de produção e de como essa condição para a acumulação impacta a classe trabalhadora de várias formas, desde a fome, a pobreza, as péssimas condições de moradia, higiene, educação e a formação de um excedente.

⁶⁹ Pastorini (2010) aponta que o que realmente existe são novos traços, novas expressões e elementos da “questão social”, mas as bases essenciais de sua origem permanecem inalteradas, já que não superados. Há formas atuais decorrentes da crise do padrão fordista-keynesiano que vigorou até o começo dos anos 1970. Mas alguns estudiosos defendem a ideia de nova “questão social”, como Castel, Rosanvallon e Heller e Féhér, cujos argumentos principais podem ser conferidos nessa referência.

Pastorini (2010) aponta acertadamente que a “questão social” “tem sua gênese na forma como os homens se organizam para produzir numa determinada sociedade e num contexto histórico dado, e que essa organização tem suas expressões na esfera da reprodução social” (PASTORINI, 2010, p. 100). Isso porque o processo de produção dos meios que garantem a manutenção da vida não deve ser interrompido, e sim reproduzido, inclusive da mesma forma que foram produzidos: a produção determina o processo de reprodução⁷⁰. A partir disso e numa visão multicausal, a autora traz a exploração do trabalho, que “apenas [se] remete a determinação molecular da ‘questão social’” (p. 100), ao lado de fatores históricos, políticos e culturais. Defende também a luta de classes como “elemento fundamental” (PASTORINI, 2010, p.102) por detonar a “questão social” à cena pública.

Mesmo partilhando da definição elaborada por Iamamoto⁷¹, Pastorini (2010) expressa sua reflexão sobre a “questão social”, na verdade muito próxima da sua autora de referência:

A “questão social” *deve ser entendida como conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas* que se geram com o surgimento da classe operária dentro da sociedade capitalista. Ela relaciona-se necessariamente no continente europeu à ordem burguesa; ou seja, refere-se ao processo de desenvolvimento do próprio capitalismo (PASTORINI, 2010, p. 107, grifo meu).

Na primeira parte da citação é quase possível dizer que a classe operária, com seu surgimento, é a responsável por todos os infortúnios que ela mesma tem vivido e lutado contra desde o advento do capitalismo. Seguindo, Pastorini (2010, p. 113) diz que a “questão social” “*vincula-se* estreitamente à questão da exploração do trabalho [...], à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social”. Agora o trabalho explorado aparece numa relação com a “questão social”, mantendo com ela uma ligação, não mais aparecendo como uma “determinação molecular”. Depois ela retoma o ponto da exploração do trabalho, sob a relação capital/trabalho, como um dos *três pilares que estruturam a “questão social”*, agora não mais numa relação de vínculo, ao lado do atendimento dos problemas e grupos sociais que podem colocar em risco a ordem social

⁷⁰ “Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem esse de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de reproduzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é, ao mesmo tempo, processo de reprodução. As condições de produção são simultaneamente as de reprodução” (MARX, 2017, p. 669).

⁷¹ “Fazendo nossas as palavras de Iamamoto, podemos afirmar que [...]”. A partir daqui segue a conhecida definição de “questão social” (PASTORINI, 2010, p. 108).

(entendo aqui que a autora se refere a organização e luta da classe trabalhadora contra a exploração) e, por último, “que ela é expressão das *manifestações das desigualdades e antagonismos* ancorados nas contradições próprias da sociedade capitalista” (p. 114, grifo no original).

Que a ideia de que a “questão social” se gesta e ganha terreno público no contexto do capitalismo é um ponto defendido por grande parcela dos assistentes sociais que se vinculam a tradição crítica. Ela se expressa nas mais variadas formas, se expressa nesse “conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas” a que se refere Pastorini (2010), mas não deve ser “entendida” apenas por eles. O trabalho explorado sob o sistema capitalista (e sua consequência mais elementar para essa discussão, a formação do pauperismo) e a luta de classes são os determinante centrais para a existência da questão social. E dizer que a “questão social” evidencia as desigualdades e antagonismos da sociedade burguesa, que ela expressa essas contradições está correto, mas não significa que isso seja um pilar para sua vigência: ser estrutura, pilar, base, ser constituinte não é o mesmo que expressar, que exteriorizar, que denunciar essas contradições.

Cunha (2014) contribui para o debate, desenvolvendo e dirigindo suas críticas ao que ele chamou de “tratamentos mais ou menos consagrados sobre o conteúdo da expressão” (p. 18). Aqui, o autor faz referência à definição de Cerqueira Filho (1982) e Yamamoto (1982), que equivalem a “questão social” aos problemas gerais que são decorrentes da relação entre capital e trabalho. Ou, se referindo especificamente à Yamamoto, que essas *expressões* de que fala a autora seriam reflexos da formação e imposição do operariado frente à burguesia e ao Estado. Cunha (2014) é conciso sobre as apreensões da “questão social” pelos autores:

Servem, antes de tudo, pela ausência: *nenhuma dessas principais formas de tratamento da “questão social” ancora diretamente tais conteúdos a partir de Marx [...] Não só a ausência é sintomática: a presença também o é na medida em que se estabelece uma profunda ligação de pressuposição entre o pensamento marxiano e a “questão social” sem, no entanto, sua explicitação* (CUNHA, 2014, p. 19, grifo meu).

O que Cunha (2014) está sugerindo é que as definições clássicas de “questão social” não contemplam suas determinações totais enquanto processo histórico: sua definição recorrente na literatura do Serviço Social se estrutura a partir de suas expressões, de seus desdobramentos, enquanto problemas causados por esse imbróglio gerado pelo sistema capitalista. Mas o ponto de origem e o desenrolar dessa quadro não é sustentado de forma

explícita. A “questão social” vai além de problemas genéricos ou apenas da imposição da classe operária na busca de respostas aos seu apelos:

A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica [a teoria crítica de Marx], nada tem a ver com os desdobramentos de *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou com *traços invariáveis da sociedade humana*; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2011a, p. 158, grifo no original).

No capítulo XXIII de O Capital, em que é exposta a lei geral da acumulação capitalista, tida como reveladora da “anatomia da questão social” (NETTO, 2011a, p. 157), Marx expõe o movimento do capitalismo que propicia a acumulação de capital, as condições da classe operária, a formação do pauperismo e de como isso rebate na vida dos trabalhadores, mas como resultado do processo exploratório do capital sobre o trabalho, o que possibilita a extração da mais valia. Se em seu trabalho de 1998⁷² Iamamoto (2014a) considera a luta de classes, a qualificando como “rebeldia” (p. 28) por parte dos sujeitos que “vivenciam as desigualdades e a ela resiste e se opõem”, em sua definição traz novamente a “questão social” como “*o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura*” (p. 27), mas agora com um novo elemento: a produção capitalista cada vez mais socializada e a apropriação de seu produto de forma restrita à uma parcela mínima da população. Mas se podemos identificar que essa socialização do trabalho se opera em condições de exploração, antes se evidencia a questão da *propriedade privada*⁷³, um outro elemento da sociedade capitalista. É esse condição que possibilita esse tipo de exploração calcada na mais valia e a apropriação privada dos produtos dessa socialização produtiva. Mas ela é anterior: primeiro deve existir a garantia dessa expropriação, para depois a existência material do produto realizado nessas condições específicas de exploração. Afinal, a exploração em geral não sempre existiu em modos de produção anteriores ao atual?

⁷² Nos referimos aqui ao livro O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional, publicado pela Editora Cortez.

⁷³ Em seus Manuscritos econômico-filosóficos, Marx nos diz sobre as linguagens e leis da economia nacional (burguesa) que foram aceitas: “a propriedade privada, a separação de trabalho, capital terra, igualmente do salário, lucro de capital e renda da terra, da mesma forma que a divisão do trabalho, a concorrência, o conceito de valor e troca etc”. É da economia nacional que Marx extrai que o trabalhador se tornou uma simples mercadoria, e das mais miseráveis, “*que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção*” e que no final a sociedade de torna cindida em duas classes; a dos proprietários e a dos trabalhadores sem propriedades. Segundo Marx, a economia entende a propriedade privada como já estabelecida, natural, como abstrata, sem explicar o processo que passam a valer como leis para ela. “*Não concebe, estas leis, isto é, não mostra como tem origem na essência da propriedade privada*” (MARX, 2004, p. 79, grifo meu).

Entendendo que a teoria de Marx e Engels possa dar suporte teórico-metodológica à conceituação da expressão “questão social”, Castelo (2010, p. 85) a defini como “a exploração do trabalho assalariado pelo capital e a luta política do movimento operário contra esta exploração e suas múltiplas expressões”. Por essa ótica é Santos (2012) quem traz uma definição mais contemplativa do termo, isso de acordo com o defendido por Castelo e das críticas desferidas por Cunha. Para a autora:

Entender a “questão social” é, de um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, a luta de classes protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face dessa premissa central à produção e reprodução do capitalismo. Conjugadas, essas premissas derivam em expressões diversificadas da “questão social” em face das quais cabe sempre um processo de investigação a fim de caracteriza-las enquanto unidade na diversidade; ou seja, devemos nos esforçar, como categoria, para apontar as características e formas de ser de cada expressão da “questão social” enquanto fenômeno singular e, ao mesmo tempo, universal, cujo fundamento comum é dado pela centralidade do trabalho na constituição da vida social (SOARES, 2012, p. 133).

Aqui, Santos (2012) traz os elementos centrais da “questão social” e como ela surge. A “questão social” tem suas raízes no trabalho explorado, se expressando de várias formas, como pobreza, o não trabalho, o não acesso à moradia, todas como reflexos das condições de trabalho sob o capitalismo, de um mesmo fenômeno. Mas todas essas formas de expressões, mesmo vinculadas à mesma causa, possuem suas particularidades enquanto categorias, já que realmente existentes. Mas tudo isso se coloca como questão a partir de outro elemento fundamental: a luta de classes, que traz ao cenário político as consequências do desenvolvimento das forças produtivas que se chocam com as relações sociais de produção. Como bem pontua Netto (2011a, p. 154): “a designação desse pauperismo pela expressão ‘questão social’ relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos”. Afinal, não devemos nos esquecer que na caracterização de Marx (2017, p. 755), o pauperismo é uma condição humana de uma parcela da população, uma fração da classe trabalhadora explorada entregue ao “inferno da indigência”.

De forma simples, a “questão social” se remete basicamente ao processo de industrialização capitalista, sob as condições de dominação do trabalho pelo capital; aos seus efeitos impactantes sobre a classe operária e à sua luta contra a realidade miserável de suas vidas provocada pelo avanço da acumulação capitalista. Mesmo havendo uma orientação teórico-metodológica de análise da “questão social” por parte dos assistentes sociais, a teoria social de Marx evidenciada nas produções do Serviço Social consultadas para essa pesquisa,

cada autor, mesmo que se remetendo a mesma problemática, infere suas escolhas dos fenômenos e dão densidade a esses de forma particular, a partir da apreensão que fazem dos determinantes causais da “questão social”.

A proposta do trabalho não é apontar críticas e sugerir imprecisão teórica em torno desse conceito, mas evidenciar elementos que demonstrem como a “questão social”, mesmo tendo centralidade no Serviço Social, ainda provoca debates e gera questionamentos. Apesar da pretensão, podemos indicar mais um elemento que talvez contribua para a discussão em torno da “questão social” e que não se mostrou muito presente na literatura revisada, pelo menos não de forma explícita: *a propriedade privada*. Ora, é a partir dela, da apropriação privada dos meios de produção e de subsistência, da “liberdade” forçada dos camponeses, que é possível ao capitalismo engatilhar o trabalho assalariado e levar adiante seus projetos de alienação e exploração. Mas devido aos limites desse trabalho, isso figura apenas como um indicativo para estudos futuros.

Além disso essa discussão deixa a entrever uma possível dualidade quando da apropriação da teoria marxiana para fundamentar a explicação sobre a “questão social”, já indicada por Netto (1989). Isso porque existe um paradoxo entre esse pensamento e a profissão Serviço Social: se Marx apontava a resolutividade da “questão social” através da superação dessa sociedade classista, o Serviço Social surge como estratégia burguesa para administrar a mesma “questão social” nos limites do capitalismo. A explicação e supressão da “questão social” a partir de Marx não embasa o exercício profissional. Isso está além das possibilidades profissionais. É Gramsci o teórico possível nesse apontamento pela sua concepção de Estado ampliado, que possibilita a intervenção através das políticas sociais. Nesse direcionamento os assistentes sociais operam suas atividades na tensa relação entre os trabalhadores e os capitalistas, intervindo não diretamente na “questão social”, pois isso se remete a estrutura social, mas sim nas suas variadas expressões que se adensam e se repõem em níveis mais desafiadores para os profissionais.

Apesar de todas as considerações sobre a “questão social” como uma das determinantes para a instituição do Serviço Social como profissão, sua compreensão a partir de uma leitura crítica da realidade social e a incidência da ação profissional sobre suas expressões, não há um consenso quanto ao entendimento de pobreza na produção teórica do Serviço Social.

O documento Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (Abepss, 1997) traz a “questão social” como elemento nuclear dos pressupostos que norteiam a concepção da formação em Serviço Social, entendendo este como uma profissão partícipe da

reprodução da vida social e interventiva no âmbito da “questão social”, a base de fundamentação da profissão. Além disso, aponta as mudanças da profissão em sintonia com o movimento da realidade, em que o agravamento e enfrentamento das expressões da “questão social” seguem, respectivamente, a reestruturação produtiva do capital e a ação dos trabalhadores, capital e Estado, através das políticas e lutas sociais.

Segundo Iamamoto (2014b):

Decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a “questão social” hoje é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada – e para projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, que apontam para novas formas de sociabilidade (IAMAMOTO, 2014b, p. 619).

Mas se tratando da pobreza, “muitas vezes tomada como expressão máxima da ‘questão social’” (SOARES, 2012, p. 134), as compreensões de seus fundamentos, expressões e enfrentamentos são problematizados de forma particular pelos autores que se debruçam sobre o tema. Não deixam, pelos menos não todas, de problematizarem a sociedade capitalista e abordarem a questão da desigualdade, mas alguns elementos priorizados a distanciam do fundamento que a legitima na teoria de Marx: a perspectiva pela qual ela se origina a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

É Siqueira (2013, p. 15) quem realiza em seu trabalho uma análise sobre “as diversas formas de abordar a categoria ‘pobreza’ na produção acadêmica do Serviço Social, suas concepções e suas propostas de enfrentamento” privilegiando para isso a bibliografia profissional⁷⁴ e os artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade. Não cabe aqui, portanto, refazer a análise já realizada pela autora, mas tão somente apresentar seus resultados de forma breve, em que se conclui que nem sempre a pobreza é interpretada como resultado da relação conflitante entre capital e trabalho expressa na exploração de classe.

Ora a pobreza é pensada como um fenômeno vinculado às características pessoais e/ou às condições de vida de grupos ou indivíduos, sem referência às relações de desigualdade; ora ela é pensada como fenômeno que expressa e se insere em relações de desigualdade e discriminação sociais, opondo dominantes/dominados, hegemônicos/subalternos, ricos/pobres, incluídos/excluídos, elite/povo. (SIQUEIRA, 2013, p. 261).

⁷⁴ Aqui, Siqueira (2013) problematiza a abordagem dos seguintes autores: Aldaíza Sposati; Maria Carmelita Yazbek; Franci Gomes Cardoso; Safira Bezerra Ammann; Maria Ozanira da Silva e Silva; Sônia Fleury; Vicente de Paula Faleiros; Marilda Iamamoto; José Paulo Netto, entre outros. Consultar Siqueira (2013).

Assim, se um lado a pobreza é vista como um fenômeno desarticulado da estrutura da sociedade capitalista, centrando seu fundamento no próprio sujeito que vive essa condição, por outro lado, mesmo sendo entendida numa relação de desigualdade, a questão de classe perde sua centralidade sendo abordada de forma genérica como discriminação ou dominação. Conceitos como “necessidade”, “carência”, “subalternidade”, “exclusão”, formas em que a pobreza se expressa, são tomados como explicação fundamental da pobreza, o que compromete uma leitura centrada no modo de produção capitalista, embaralhando suas causas. Isso se mostrou presente nas entrevistas; sobre o questionamento sobre a *relação da pobreza com o Serviço Social e de como isso foi abordado na graduação*, as expressões da pobreza foram elevadas às suas explicações fundantes:

[...] eu fui buscar no Serviço Social como que as pessoas pudessem ter o direito ao acesso a esses benefícios. Então, no decorrer do curso eu me deparei com várias correntes filosóficas mostrando para nós profissionais, na época ainda estagiário de Serviço Social, que teria possibilidade de dar a essas famílias algumas opções, escolhas, para superar aquela condição de falta de acesso aos bens e serviços da política pública (Sujeito 4).

Tinha várias linhas, vários autores e ia trabalhando em cima disso: essa formação, decorre do que, as privações, dos não acessos aos serviços e bens, ausência de renda, escassez de recursos. [...] Então ficava nas várias políticas, saúde, educação, trabalho. Então ia trabalhando meio que no geral, não era nada específico, não me lembro de algo muito específico, talvez um texto breve com algum professor, mas não ficou muito explorado (Sujeito 8).

Essas duas falas mostram alguns pontos interessantes sobre a pobreza na formação profissional. Aqui, a pobreza é considerada como uma consequência do não acesso a bens e serviços, a falta de renda e recursos. Não se chega à estrutura social, à raiz do problema. E mais do que isso. O Serviço Social se torna uma via concreta de superação dessa condição a partir da oferta de um leque de possibilidades em que a família, mediante a escolha entre alternativas e esforços, possa acessar esses direitos. Esse acesso garantiria a ultrapassagem da pobreza, visto que essa decorreria da falta de efetivação de garantia de contemplação desses bens e serviços.

A exploração deve ser central para a compreensão da pobreza: “o fundamento dessa fenômeno [da pobreza], centra-se na ‘questão social’, como a contradição capital-trabalho, expressa no processo de produção e apropriação de valor, de mais valia, na ‘Lei Geral da Acumulação Capitalista’” (SIQUEIRA, 2013, p. 263). Aqui se coloca um outro ponto de certa forma problemático. Nos remetemos à “questão social” significa nos

reportarmos à contradição entre capital e trabalho, à essa relação de exploração e de expropriação. Mas quando os Sujeitos se remetem à “questão social” para explicarem a *relação da pobreza com o Serviço Social*, há um certo descompasso de ideias. Vamos considerar o que já foi explicado acima: de que o *determinante* essencial da pobreza que se sobressai nas entrevistas é o sistema capitalista, aliado a outros elementos, e seu caráter exploratório. Vejamos essa relação a partir da formação.

Bom, lá nos princípios né, das expressões da “questão social”, do objeto do Serviço Social, a pobreza está presente por conta disso, as desproteções que as famílias vivenciam, o desemprego, a falta de renda, a falta de moradia, a falta de tantos recursos, que também é pobreza, mas que não é só isso [...]. Na formação foi abordado enquanto expressão da “questão social” e não somente como falta de renda, mas um conceito mais amplo (Sujeito 1).

Então, na formação a gente trabalha mais com a “questão social”. Mas eu lembro que nas aulas era muito trazido que a gente, enquanto assistente social, nós iríamos trabalhar com as expressões da “questão social” e a pobreza é um reflexo ali, é uma das expressões [...] (Sujeito 3).

Mesmo que a pobreza seja entendida nos dizeres dos profissionais enquanto uma das expressões da “questão social”, ela não é vinculada à discussão da exploração própria de nossa realidade. Ela é tomada novamente pelas suas expressões, pela falta, pelo não acesso, pela não garantia a um conjunto de elementos necessários à manutenção da vida em sociedade. Se misturam uma leitura crítica com uma mais imediata, mais superficial do seu entendimento. Ou essa relação aparece como uma frase feita, pronta, sem maiores problematizações, como se a recorrência ao termo expressões da “questão social” fosse suficientemente autoexplicativas. Depois de todo o exposto teórico, poderíamos pensar que sim. Que a menção ao termo fosse satisfatória para elucidar todo esse processo. Mas aí temos um ponto, talvez um nó para a profissão: de que o Serviço Social é voltado para o atendimento aos pobres.

Acho que de uma forma geral esse tema, essa questão da pobreza, aparece em todas as disciplinas, algo que aparece no curso, até quando a gente estuda sobre a “questão social”, a pobreza é uma das expressões da “questão social”. Então eu acho que perpassa por quase todas as disciplinas, a gente fala sobre a questão da pobreza por ser uma das expressões da “questão social” e que está relacionada a nossa profissão (Sujeito 7).

Aqui, a pobreza aparece como mais relevante do que a própria “questão social”, de uma forma que percorre por toda a trajetória acadêmica do curso. Adquire, portanto, uma transversalidade e uma notoriedade para a formação profissional. Possui uma carga que caracteriza o Serviço Social como uma profissão voltada para o atendimento do pobre, mesmo que a pobreza não seja relacionada à “questão social”, como nos mostra outra fala:

[...] na graduação a gente teve sim muito disso, dessa identidade mais voltada para trabalhar com a pobreza em si, com a população empobrecida, pobre. [...]. Sim [a relação da pobreza é intrínseca ao Serviço Social], e era justamente uma coisa que a gente já discutia na época de quebrar esse paradigma de que assistente social só trabalha com pobre, e que não é isso. Mas se tinha muito essa visão, pelo menos no meu processo de formação, ainda tinha muito essa visão de que era para trabalhar com pobre; não era para ajudar, mas era para trabalhar com o pobre (Sujeito 14).

Aqui, a pobreza é abordada por um viés pragmático, voltada para o trabalho. Não um trabalho na perspectiva de ajuda, mas na perspectiva de direitos. Mas restringe a atuação do profissional a um estereótipo classista, voltada para o atendimento da pessoa pobre, o que nos lança ao Serviço Social tradicional. E quando o Sujeito reúne elementos para uma explicação fundamentalmente crítica sobre a relação do Serviço Social com o tema da pobreza, de como isso foi abordado na formação, ela não aparece ligada à “questão social”:

[...] entendendo que a pobreza é socialmente produzida, que é uma consequência dessa relação de exploração do modo de produção capitalista e trazendo o enfrentamento à ela para o campo do direito, as legislações vem, estabelecem a Seguridade Social, a Assistência Social como direito. Mas eu acho que não dá para ficar só com aquilo da graduação, acho que a graduação introduz esse debate mas a pobreza está se transformando o tempo todo e as consequências dela (Sujeito 15).

Sim, a pobreza ao longo do tempo vai alargando seus braços, envolvendo um número maior de pessoas. Vão se gerando novas expressões desde seu redimensionamento a partir da sociedade burguesa, com consequências as mais variadas. Mas seu fundamento permanece o mesmo. Centra-se na base econômica da sociedade; suas estruturas e mecanismos de permanência se projetam com vigor e permanente insistência. Essa análise *pode* indicar uma fragilidade de associação entre “questão social” e exploração capitalista, em que aquela é recorrentemente utilizada para se referir aos problemas sociais de forma genérica, sem caracterizar o movimento da produção capitalista e como explicação para o

surgimento da profissão, mas sem a interpretação vinculada aos processos estruturais da sociedade.

Para discutir a produção na Revista Serviço Social e Sociedade, Siqueira (2013) compreende o Serviço Social inserido em diferentes momentos históricos cujas especificidades conjunturais refletem opções políticas e teóricas particulares que se expressam na produção teórica e no compromisso político da categoria, levando em consideração aspectos internacionais, nacionais, externos e internos à profissão.

No período total, de 1979 à 2011⁷⁵, a autora identifica 235 artigos que abordam o tema da pobreza a partir de cinco dimensões analíticas: conceito de pobreza; causas da pobreza; o enfrentamento da pobreza; múltiplas manifestações da pobreza e questões relacionadas. Desta busca, houve a prevalência das dimensões *enfrentamento* e *conceito de pobreza* na produção geral do periódico. Siqueira (2013, p. 281) refina sua análise nas dimensões Conceito e Causas da Pobreza, em que “explicitam-se as opções ético-política e teórico-metodológica, dos autores, na compreensão desse fenômeno”, selecionando 75 artigos. As categorias que aparecem em maior número nos três períodos foram: *classe; exploração; lutas; contradição e pauperização*. O conteúdo de cada uma delas foi analisado.

Como resultados da pesquisa de Siqueira (2013) nos artigos, salientamos que: perpassando os três períodos, a perspectiva *indefinida ou eclética* (que não se refere à ausência de perspectiva, mas a confluência de autores e categorias diversas) marca presença com alto índice (no primeiro período, 8 dos nove artigos seguem essa linha, no segundo e terceiro períodos, 65% e 28%, respectivamente). A perspectiva marxista aparece com maior frequência a partir do segundo período (1989-2002) com 19% e compete, com 20% no terceiro período (2003 – 2011), com a perspectiva pós-moderna, com índice de 17%, representando um aumento significativo em comparação ao segundo período, com 7% das publicações. Assim:

É possível ver os primeiros sinais de uma polarização teórico-metodológica no interior do debate da categoria. Vale com isso, a ressalva que nenhuma postura crítica sobre o enfrentamento da pobreza pode ser feita se não houver um embasamento crítico e radical (que vai à raiz do problema) de suas causas (SIQUEIRA, 2013, p. 289).

⁷⁵Siqueira (2013, p. 268) recorta o período compreendido em seus estudos em três momentos: Primeiro período (1979 – 1988), o qual chamou de *Reinstitucionalização Democrática*; o segundo período (1989 – 2002), *Hegemonia Neoliberal da Direita*; e o terceiro (2003 – 2011), denominado *Continuidade Neoliberal da “esquerda governista”*. A autora ainda traz os elementos que particularizam a profissão em cada momento elegido para sua pesquisa, inserida no contexto social.

É a compreensão sobre pobreza que defendemos ser um dos elementos da realidade que orientam o exercício profissional. Mesmo a partir dos anos 1980 o Serviço Social redimensionar sua perspectiva teórica e instituir o debate sobre trabalho e sua participação na reprodução das relações sociais, numa compreensão de reprodução da totalidade da vida social e, portanto, a reprodução de certo modo de vida, a leitura sobre pobreza pela perspectiva crítica não se faz hegemônica. Disputa lugar com outras abordagens que não centram sua problematização em torno do conflito capital/trabalho. As expressões da “questão social”, nesse caso a pobreza, são interpretadas e problematizadas, elencando-se causas e efeitos, que muitas vezes se confundem, de forma independente, não sendo possível realizar uma ligação umbilical. É como se a pobreza, em algumas interpretações teóricas, adquirisse autonomia da “questão social” e, conseqüentemente, de suas determinações sociais. A importância da compreensão, tanto da profissão como das bases das expressões da “questão social”, tidas como o nicho de intervenção do Serviço Social, se traduz na colocação de Netto (2007): em face de uma “questão social” ampliada pela pobreza e pela desigualdade, que não terá fim mesmo com uma retomada do crescimento, o autor aposta, não desconsiderando problemas concernentes a processos operativos, que os desafios à profissão se centram em outro âmbito:

Entendo que os desafios profissionais do Serviço Social inscrevem-se no âmbito da compreensão do significado social da sua intervenção, e este significado só é inteligível se se elucidarem as condições em que as relações sociais se processam (vale dizer: produzem-se e reproduzem-se) na sociedade contemporânea (NETTO, 2007, p. 165).

A compressão dos processos de produção e reprodução das relações sociais e de seus desdobramentos como resultantes desse movimento devem ser elucidados de forma crítica para desvelar o que não está aparente. É essa compreensão que deve ser gestada pelo assistente social para que ele conceba a sociedade na sua totalidade, inserindo os determinantes econômicos e resultados do processo histórico e social na sua análise e interpretação da realidade em que atua.

CAPÍTULO 3 - A POBREZA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Seguindo o tema proposto, o objetivo do terceiro capítulo é apreender qual o entendimento de pobreza expresso na Política de Assistência Social como o segundo conceito que pode orientar o exercício profissional do assistente social. Esse conceito institucional, e o atrelado ao debate da “questão social” explicitado na formação acadêmica, são os dois possíveis que estruturam a concepção de pobreza dos assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, como elemento presente na realidade a ser analisada pelo profissional e posteriormente criar estratégias de intervenção social junto à população usuária dos serviços da PAS. O movimento é entender, primeiramente, os pressupostos neoliberais que trazem no seu bojo a questão da minimização da atuação do Estado referentes à proteção social a partir dos anos 1970. Nesse movimento global, as ideias neoliberais incidem sobre os organismos internacionais e, dentre eles, o Banco Mundial (BM), referência para as orientações de desenvolvimento e combate à pobreza aos países em desenvolvimento. O Banco concebe a pobreza e propõem medidas para seu enfrentamento a partir da dinâmica da realidade social; por isso, a ideia de pobreza e as orientações para seu combate não se constituem um bloco monolítico rígido, mas refletem as estratégias de acumulação capitalista e a relação de poder entre os países. A partir desse entendimento, a análise sobre a Política de Assistência Social visa compreender a incidência da influência do Banco Mundial que traz em si princípios neoliberais e a teoria de Amartya Sen que impacta sobre o Banco Mundial a partir dos anos 2000. Diante dos conceitos de pobreza que nos interessa para essa pesquisa já expostos, foi identificado qual a concepção de pobreza dos Sujeitos da pesquisa e as implicações para o exercício profissional.

O capítulo está estruturado em três partes: *Breve considerações sobre o neoliberalismo*, em que serão apresentadas a construção histórica do neoliberalismo, evidenciando seus principais pressupostos, e a sua consolidação mundial. Nesse ponto será também particularizada a questão da América Latina, cujos resultados se tornam mais dramáticos. A segunda parte, *A pobreza da pobreza do Banco Mundial*, traz, primeiramente, a relação entre a organização e o neoliberalismo para, posteriormente, apresentar o Banco Mundial, sua opção política de interpretação da pobreza e, a partir disso, as medidas para o alívio e combate à pobreza direcionadas aos países em desenvolvimento que vão se modificando durante os anos a depender de como o Banco entende esse fenômeno. A última

parte, *A concepção de pobreza do assistente social que move seu exercício profissional*, problematiza o entendimento de pobreza na Política de Assistência Social e evidencia a concepção de pobreza dos assistentes sociais sujeitos da pesquisa, projetando luz à análise das implicações para o exercício profissional no cotidiano a partir do relato dos Sujeitos.

3.1 BREVE CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEOLIBERALISMO

3.1.1 O Neoliberalismo a Nível Global

A crise do Estado de bem-estar social que se anunciava na passagem da década de 1960 à de 1970 é a expressão da impossibilidade do sistema capitalista garantir o ritmo acelerado de expansão econômica que marcou o período anterior que se iniciara após o conflito bélico de 1939/1945, sendo esse limite próprio da sua dinâmica interna. Enquanto integrante da “crise global da sociedade contemporânea”⁷⁶ (NETTO, 2012a, 73), a erosão do Estado de bem-estar social não deve ser compreendida simplesmente pela via do rompimento do pacto entre as classes, mas pelo esgotamento do crescimento econômico que possibilitou erigir essa complexa estrutura que se assentava nos ganhos dessa fase expansionista⁷⁷. O comprometimento do único ordenamento sociopolítico, no interior da ordem do capital, que “visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos” (p. 75) exige, para a própria reprodução do capitalismo, a requerer a “eliminação das garantias sociais e controles mínimos que o capital foi obrigado naquele arranjo” (p. 77-78).

De acordo com Anderson (1995), com essa crise que se abateu sobre o capitalismo avançado, as ideias neoliberais propostas por F. Hayek em seu livro *O Caminho*

⁷⁶Segundo Netto (2012a, p. 73-74), a “crise global da sociedade contemporânea” deve ser equacionada através do entendimento de sua composição: além da crise do Estado de bem estar social, fazem parte dessa crise maior a queda do chamado socialismo real no Leste europeu, “uma crise terminal, enquanto processo irreversível”, e o “fracasso de tentativas ‘terceiro mundistas’ de romper o estatuto do subdesenvolvimento e da dependência”, condições que ainda se mantêm em vigência atualmente (p. 93).

⁷⁷ As décadas de 1950 e 1960 constituem o período de maior crescimento da história do capitalismo (ANDERSON, 1995). Conforme Netto e Braz (2012, p. 225), as crises não foram suprimidas, dado seu caráter ineliminável sob o modo de produção capitalista, mas seus impactos foram amortecidos e as retomadas mais rápidas e eficientes. Dessa forma, mesmo com essas perturbações, o ciclo crescente da economia e as taxas de lucro se mantiveram estáveis durante todo esse ciclo dos 30 anos.

da Servidão, escrito já em 1944, ganham terreno após terem sido engavetadas por quase duas décadas, desde que o sistema entrou em seu período de maior crescimento quando do fim da Segunda Grande Guerra – “sua idade de ouro” (p. 10). Enquanto reação teórica e política energeticamente direcionada ao ataque do Estado interventor keynesiano, o neoliberalismo identificava no movimento operário, em especial o excessivo poder sindical, as raízes da crise. Aí se concentrava a força de barganha dos trabalhadores para aumentar os salários e os gastos sociais estatais, comprometendo a acumulação capitalista. Foram esses dois fatores que desencadearam processos inflacionários, o que resultou na crise generalizada.

Nessa quadra histórica inaugurada a partir dos anos 1970, o mercado tem seu poder de atuação elevado como meio legítimo para o acesso à bens e serviços sociais. Exacerbando o individualismo e condenando ferozmente a solidariedade social, o neoliberalismo é definido por Harvey (2008):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2008, p. 12).

A hegemonia neoliberal encontrou tamanha aceitação que se infiltrou e se consolidou nos pensamentos e modos de vida em sociedade, provocando uma verdadeira inflexão nas formas de viver e interpretar o mundo. Coroando essa conversão, os neoliberais trouxeram no bojo de sua teoria os valores políticos suficientemente fortes da “dignidade humana e da liberdade individual” (HARVEY, 2008, p. 15) ameaçados pelo fascismo, ditaduras, comunismo e *todas as formas de intervenção estatal que priorizasse decisões coletivas em detrimento das livres escolhas individuais*. Afinal, como diria a Sra. Thatcher num futuro breve: “a sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais”, acrescentando suas famílias, posteriormente (HERVEY, 2008, p. 32).

Assim, como corolário das liberdades civil e política, está a liberdade econômica, necessariamente garantida pelo *mercado livre*; esta como condição para as duas primeiras. O pressuposto do neoliberalismo, enquanto ideologia, se alicerça justamente nesse ponto: “*uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia*” (NETTO, 2012a, p. 84, grifo no original). De fato, Harvey (2008) diz que as funções do Estado, por essa perspectiva, se limitam a proteger,

por meio de um aparato defensivo e repressivo, os direitos à propriedade privada e o satisfatório funcionamento do mercado, além de criar outros em áreas não existentes, como água ou segurança social. Nada muito além disso. A presença do Estado nos mercados deve ser mínima por aquele não entender os sinais econômicos desse e porque grupos de interesse podem desvirtuar as intervenções estatais em benefício próprio. Laurell (1997) captou bem o entendimento dos neoliberais sobre o Estado interventor, anunciado por Harvey:

O intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e um revolta dos contribuintes, mas sobretudo porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. Além disso, é ineficaz e ineficiente: ineficaz porque tende ao monopólio econômico estatal e à tutela dos interesses particulares do grupos organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado; e ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piorá-la com a derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade. E, para completar, imobilizou os pobres, tornando-os dependentes do paternalismo estatal. Em resumo, é uma violação à liberdade econômica, moral e política, que só o capitalismo liberal pode garantir (LAURELL, 1997, p. 162, grifo meu).

Com esses pressupostos, os neoliberais advogam que as intervenções estatais trariam uma série de efeitos econômicos e sociais negativos, interferindo no livre movimento do capitalismo e *aprisionando*, de certa forma, os indivíduos num círculo vicioso de dependência e pobreza, restringindo suas iniciativas e responsabilidades. Quais as recomendações propostas para o contorno do quadro de crise? “Reconstituir o mercado, a competição, e o individualismo” (LAURELL, p. 162). Como nos informa Anderson (1995), o pensamento neoliberal traz a urgência de um *Estado forte para romper com os sindicatos e controlar o dinheiro e mínimo nas despesas sociais e intervenções no mercado*. A meta governamental era a estabilidade monetária, o que exigia uma disciplina orçamentária, a contenção dos gastos sociais e a restauração da taxa de desemprego, visando dobrar a força sindical. Além disso, recomendava-se a redução dos impostos sobre os grandes rendimentos e rendas, restituindo uma saudável desigualdade perturbada pelo Estado de bem-estar – ela seria incontestemente para a dinamização da economia.

“A dramática consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do Estado no mundo capitalista avançado ocorreu nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha em 1979” (HARVEY, 2008, p. 31). Nesse ano, Margareth Thatcher iniciou seu governo empenhada em liquidar com as bases institucionais e políticas socialdemocratas que se consolidaram na Inglaterra do pós-guerra. O

solidarismo deveria ser dissolvido em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e valores familiares. Em 1980, Ronald Reagan chega ao poder nos Estados Unidos. Com algumas particularidades⁷⁸, empreendeu medidas no sentido neoliberal, com cortes orçamentários e ataques ao poder do sindicalismo e de profissionais. Sobre essas particularidades, Harvey (2008, p. 23) defende que seu desenvolvimento geográfico desigual e a intensidade de suas medidas, a depender de cada Estado, comprovam o “caráter não elaborado das soluções neoliberais e as complexas maneiras pelas quais forças políticas, tradições históricas e arranjos institucionais existentes moldaram em conjunto por que e como o processo de neoliberalização de fato ocorreu”.

Por meio do desempenho dos países, cada qual ao seu modo, o neoliberalismo atingiu muitas de suas metas⁷⁹, mas o principal objetivo, “a reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas altas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 1970” (ANDERSON, 1995, p. 15), não fora alcançado. E o motivo para essa não recuperação foi a não efetivação da inversão da taxa de acumulação no circuito produtivo⁸⁰. Isso porque a desregulamentação financeira gerou condições mais propícias à inversão especulativa do que produtiva. O fracasso do neoliberalismo também se evidencia na ineficaz redução do Estado: devido ao aumento dos gastos com desemprego e com aposentadorias, em face do aumento demográfico da população idosa, a proporção do produto bruto nacional consumido pelo Estado teve uma desaceleração, mas a proporção absoluta aumentou, de cerca de 46% para 48% nos países da OCDE na década de 1980.

⁷⁸ Ao redor do mundo, o neoliberalismo adquiriu contornos próprios nos diferentes países, sendo implantado em diferentes momentos. O modelo inglês, sob o governo Thatcher (1979), foi o mais puro em suas ações: contração da emissão monetária; elevação da taxa de juros; baixa dos impostos sobre altos rendimentos; aumento do nível do desemprego; legislação antisindical; contenção radical de greves; corte nos gastos sociais e amplo programa de privatização. Os Estados Unidos, sob o comando de Reagan (1980), adotou algumas dessas medidas, mas seu foco estava na corrida militar com a União Soviética. Não respeitando uma disciplina orçamentaria, essa competição armamentista criou o maior déficit público da história norte-americana. Outros países europeus optaram por um neoliberalismo mais cauteloso, com ênfase no orçamento e reformas fiscais, mais do que com altos cortes sociais e brigas com sindicatos. Mas já havia uma distância significativa das políticas socialdemocratas. (ANDERSON, 1995, 11-13).

⁷⁹ Segundo Anderson (1995, p. 14-15), as medidas neoliberais adotadas pelos países deteve a inflação, sua prioridade mais imediata, e a deflação; alavancaram a taxa de lucro das indústrias (a razão foi a derrota do movimento sindical, que significou a queda do número de greves e a achatamento salarial); o aumento do desemprego, natural e necessário para uma economia de mercado eficiente e, por fim, o também aumento da desigualdade.

⁸⁰ De acordo com Marx (2017), a primeira condição para a acumulação é o capitalista garantir a venda de suas mercadorias e reverter *a maior parte desse dinheiro conquistado em capital*. Ou seja, grande parte do dinheiro deve ser revertido em meios de produção e força de trabalho, inseridos num processo de produção cuja mercadoria resultante tenha valor maior que inicialmente investido, já que acrescido de mais-valia. Anderson (1995, p. 16) esclarece que as taxas de incremento anual foram baixas nos países da Europa: 5,5% nos anos 1960; 3,6% na década de 1970 e apenas 2,9% em 1980.

Economicamente, o neoliberalismo não obteve sucesso (ANDERSON, 1995; NETTO, 2012a). Przeworski (1993) critica a ideia de o mercado ser a única via a ser seguida para o desenvolvimento; a teoria econômica não pode sustentar de forma definitiva que esse mecanismo possa ser eficiente na alocação de recursos e para gerar crescimento. Harvey (2008, p. 27) também compactua com a defesa do fracasso neoliberal “na revitalização da acumulação do capital global”. Contudo, aponta um êxito sumariamente importante da neoliberalização para a elite econômica: em todo o mundo havia uma ameaça *política e econômica* à classe burguesa desencadeada pelo alarme do desemprego e inflação pós crise:

A insatisfação foi generalizada e a conjunção do trabalho com os movimentos sociais urbanos em boa parte do mundo capitalista avançado parecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista ao compromisso social entre capital e trabalho que fundamentara com tanto sucesso a acumulação do capital no pós-guerra [...]. Mas, para além disso, a ameaça *econômica* à posição das elites e classes dirigentes tornava-se então palpável. Uma condição do acordo do pós-guerra em quase todos os países era que o poder econômico das classes altas fosse restrito e que o trabalho recebesse uma parcela bem mais ampla do bolo econômico (HARVEY, 2008, p. 23-25).

Segundo Netto e Braz (2012), a queda nas taxas de lucro e do crescimento colocariam fim às possibilidades democráticas do capitalismo e agitariam as massas populares em torno da bandeira de melhores salários e contestação ao modelo taylorista-fordista da produção. Para Harvey (2008), essas ameaças se efetivavam, politicamente, em decorrência dos partidos de esquerda que ganhavam espaço, tanto na Europa como nos Estados Unidos, e exigiam por amplas reformas e intervenções estatais e, por outro, pela menor parcela de participação das elites no bolo econômico em uma economia em retração⁸¹. Mas esse quadro perturbador foi neutralizado: o neoliberalismo obteve um fabuloso sucesso para restaurar o poder das classes mais abastadas, ameaçado política e economicamente ou até mesmo, no caso da Rússia e da China, criar uma poderosa elite econômica. Aliás, esse é uma argumentação defendida por Harvey (2008, p. 27): além de uma fundamentação teórica para reorganizar o capitalismo, a neoliberalização também se constituiu num “projeto *político* de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites

⁸¹ Para exemplificar esse quadro, a participação à renda nacional do 1% da população norte-americana mais rica antes da Segunda Guerra era de 16%, caindo para 8% após 1945. Enquanto a acumulação estava em expansão essa restrição não parecia importante. Mas com a queda do crescimento da econômica, expressa pela taxa de juros negativa, as classes sociais se sentiram ameaçadas. Após a implementação das políticas neoliberais esse índice se alterou: a renda desse mesmo 1% passou para 15%. O mesmo aconteceu na Grã-Bretanha a partir de 1982: o 1% mais rico da população dobrou sua participação na renda, de 6,5% para 13% (HARVEY, 2008, p. 26-27).

econômicas”. Na prática, o segundo objetivo foi predominante. O ilusório conjunto de argumentação neoliberal foi bem sucedido para a justificação do que quer que tenha sido necessário realizar para alcançar esse fim.

De fato, de acordo com Netto e Braz (2012), o neoliberalismo se estrutura enquanto um arsenal teórico-ideológico que busca legitimação para as grandes transformações do capitalismo monopolista a partir do último terço do século XX, consubstanciado em sua *reestruturação produtiva*⁸², trazendo em seu rastro a transformação do “*desemprego maciço em fenômeno permanente* (idem, 232, grifo no original). Todas essas transformações transbordam a esfera da produção e rebatem amplamente do conjunto da vida social, configurando o que Netto (1996, p. 93; 2012b, p. 417) designou de *sociedade tardo-burguesa*⁸³.

Mesmo se mostrando ineficiente quanto ao seu propósito principal, a retomada do crescimento no patamar do pós Segunda Guerra Mundial, e gerando consequências sociais que não são passíveis de serem ignoradas, mesmo que isso intencionalmente se constitua no seu sucesso⁸⁴ – aqui, só para mencionar, as 28 milhões pessoas vivendo na pobreza na “desumana” sociedade norte-americana apontada por Przeworski (1993, p. 211) ou o recorde espanhol de desemprego, atingindo 20% da população ativa (ANDERSON, 1995, p. 14) – como o neoliberalismo resiste? A resposta é identificada pelo resultado de seu “balanço”:

Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, *disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios*, que todos, seja confessando ou negando, tem de adaptar-se a suas normas. Provavelmente nenhuma sabedoria convencional conseguiu um predomínio tão abrangente desde o início do século como o neoliberalismo hoje (ANDERSON, 1995, p. 23, grifo meu).

⁸² A reestruturação produtiva significou a passagem do modelo rígido de produção taylorista-fordista para o modelo de acumulação flexível, incidindo também nas relações de trabalho, nos produtos e padrões de consumo. Operou-se também o deslocamento de unidades produtivas para novos espaços territoriais, principalmente para os países da periferia, com a intensificação da exploração da força de trabalho devido ao baixo custo da mão de obra e da ausência ou limites de legislações que protejam o trabalhador. Junto a isso, tem-se a incorporação de novas tecnologias que emergem desde a década de 1950, alterando a composição orgânica do capital e, por meio disso, ampliando numericamente a econômica de trabalho vivo (NETTO e BRAZ, 2012, p. 228; NETTO, 1996, p. 92).

⁸³ Uma análise das intensas transformações nos campos social, político e cultural, que caracterizam a sociedade tardo-burguesa a partir dos anos 1970, se encontra em Netto (1996; 2012b).

⁸⁴ Sobre esse ponto, Anderson (1995, p. 103) nos esclarece: “A pobreza e o sofrimento das massas tem um significado promissor: na realidade significa que ‘as forças do mercado’ estão e movendo sem interferências e a *reestruturação econômica procede tal qual se esperava*, uma vez que o Estado de colocou de lado e o ‘instinto capitalista’ se pôs em marcha, livre das regulações ‘artificiais’ caprichosamente estabelecidas durante décadas por governos hostis” (grifo meu).

E na retaguarda dessa ideia, garantindo a transitoriedade ideológica do neoliberalismo, estão antecedentes como a crise do *Welfare*, o colapso do socialismo⁸⁵ e o desmoronamento do movimento operário e da luta sindical a nível global sabiamente apontados por Netto (1995). Mesmo os governos ditos socialdemocratas, que se catapultaram ao poder em alguns países europeus, aplicaram com zelo os preceitos neoliberais sem nenhum tipo de dívida à política declaradamente de direita (ANDERSON, 1995; NETTO, 2012a). A aclamada liberdade da retórica neoliberal se mostrou falaciosa. Nos dizeres de Harvey (2008, p. 17), no âmbito de que ele chamou *Estado neoliberal*, “as liberdades que ele encarna refletem os interesses dos detentores de propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro”.

O neoliberalismo se tornou uma prisão; a prisão em um modo de produção elegido pelos homens em que grande parcela da população se encontra no limiar de sua reprodução sob o vigilante olhar de uma burguesia proprietária e poderosa politicamente que se encontra no papel de carcereira. De fato, o neoliberalismo se forja ideologicamente numa ampliação da dominação do capital em todas as áreas. Foi uma forma, diga-se de sucesso, para desestabilizar a garantia dos direitos sociais expressos no Estado Social europeu e garantir a vigência do mercado sob a alegação da prometida liberdade. A reação exige o comprometimento da consciência e organização dos trabalhadores que, enfraquecidos pela avalanche conservadora, se encontram prejudicados e sem poder de articulação para enfrentar a realidade.

3.1.2 Os Ajustes Neoliberais na América Latina

De acordo com as análises de Katz (2016), é certo que as transformações capitalista iniciadas por Margareth Thatcher na Inglaterra, consubstanciando privatizações, abertura comercial e flexibilização dos contratos trabalhistas produziram danos à classe trabalhadora, num aumento das desigualdades e da pobreza nos países centrais e da precarização do trabalho em todo planeta. Contudo, no conjunto de países da América Latina,

⁸⁵ Aqui, Netto (2012a, p. 85) aponta duas fortes razões para o fortalecimento do neoliberalismo como única alternativa que se coloca para a salvação do mundo frente à crise: quanto à falência do socialismo ao Leste, a comprovação da insustentabilidade de uma economia planificada; sobre a erosão do Estado de bem-estar social europeu, a desfuncionalidade das ações estatais como provedoras do desenvolvimento e do bem-estar.

o neoliberalismo adquire contornos particulares que valem ser elucidados. Segundo Soares (2003), as mudanças operados pelos “desajustes globais”⁸⁶ se projetam de formas distintas nos diferentes países (entre os desenvolvidos e os em desenvolvimento) e regiões.

Isso significa dizer que o preço pago pelo ajuste foi muito mais alto nos países da periferia capitalista [...]. Os custos sociais tem sido pagos primordialmente pelos países periféricos, mas de modo geral, houve uma piora nos padrões de equidade social herdados do padrão de desenvolvimento do pós-guerra (SOARES, 2003, p. 20-21).

E isso porque o processo para a implantação das políticas neoliberais nos países em desenvolvimento não segue a mesma lógica dos países de capitalismo avançado, se projetando de forma mais intensa e com desdobramentos mais complexos.

Os fatos mostram que aqui estão sendo aplicadas políticas mais ortodoxas, ao mesmo tempo em que se instrumentalizam não somente os postulados de política econômica, mas também, e mais radicalmente, os *de política social*. Assim, a retração do Estado e a cessão de espaços ao capital privado ocorre tanto na esfera econômica como na do bem-estar social (LAURELL, 1997, p. 166, grifo meu).

As particularidades sociais dos países latino-americanos conformam alguns pontos que os distinguem dos Estados desenvolvidos e que caracterizam a formação de políticas sociais e instituições de bem-estar. Laurell (1997) aponta como marcas da nossa região a processalidade histórica da formação dos Estados-nação, das instituições estatais e ideologias nacionais; a fragilidade da democracia representativa atestada pela série de ditaduras que se implantaram nos diferentes países; uma distinta estrutura de classes decorrente do desenvolvimento do capitalismo periférico, expressa pelo empobrecimento de grande contingente populacional fora do circuito formal de trabalho e; o baixo PIB *per capita*, tanto em relação aos países europeus ou mesmo numa comparação entre os próprios países da América⁸⁷.

⁸⁶ O uso do termo “desajuste” é defendido por Soares (2003) por dois motivos: um de que os ajustes, além de agravar as condições de desigualdade característica de nossa sociedade, provocou a condições para novas formas de exclusão e insegurança, devido a precarização do mundo do trabalho e o comprometimento da abrangência dos sistema de proteção social. Além disso, o desajuste invoca a ideia de permanência das mudanças que, segundo o discurso neoliberal, deveriam ser transitórias.

⁸⁷ Com dados de 1992 do *Human Development Report*, UNPD, Nova Iorque, Laurell (1997) destaca que em países da América Latina a média do PIB *per capita* era de 2.000 dólares, mas com extremos de 360 dólares para o Haiti e 2.620 US\$ para o Uruguai. Quanto aos países ocidentais, os valores oscilavam entre 15 e 20 mil dólares. Com dados de 2017, a discrepância continua gritante por todos os lados. O Haiti continua com o pior PIB *per capita* com 765 dólares, o que é uma diferença abissal com o Uruguai, cujo PIB é 16.245 dólares. Na média, a América Latina possui um valor de 9.244 dólares, bem abaixo do conjunto de países membros da OCDE (38.195 dólares) ou da América do Norte (58.071 dólares). Mas entre os próprios países desenvolvidos a diferença é espantosa: começa pelo elo mais fraco, a Grécia, com 18.613 US\$, passando por Dinamarca, com

Esses processos determinam as características das carências sociais que influenciam no conteúdo das políticas sociais. Assim, a precária situação do emprego e o baixo nível de salário ou de outras formas de renda – que constituem o mecanismo regular de satisfação das necessidades sociais – traduzem-se em graves deficiências nas condições básicas de vida: alimentação, habitação, saneamento básico, educação e saúde. Desta forma, grandes parcelas da população não tem suas necessidades sociais básicas atendidas, nem contam com proteção contra as contingências sociais (LAURELL, 1997, p. 159).

Pela argumentação da autora supracitada, destacamos que os países da América Latina, em suas particularidades históricas e sociais, não estruturaram um Estado de bem-estar social aos moldes da Europa Ocidental, capaz de integrar de forma satisfatória o contingente populacional. Por isso, as medidas de ajuste adquirem um caráter especificamente mais drástico nos países latino-americanos: não há “excessos” de investimentos sociais para se reduzir com a operacionalização de tais medidas, o que expõem a sociedade as mais variadas situações de privação.

Primeiramente, vale salientar um ponto discutido por Anderson (1995) e Katz (2016): que a América Latina foi o laboratório das experiências neoliberais em todo o mundo. O Chile⁸⁸, sob a ditadura de Augusto Pinochet, antecipou em quase uma década a orientação ideologia que iria moldar as ações governamentais a nível mundial nas décadas posteriores. Segundo Harvey (2008), a ditadura instaurada no Chile, em 1973, pela deposição do governo democraticamente eleito de Salvador Allende, com inclinações socialistas, foi um golpe de estado articulado pela burguesia chilena e apoiado pelos Estados Unidos. Violentamente, foram reprimidos movimentos e organizações de esquerda e populares e, por meio de um grupo de economistas, conhecido como “The Chicago Boys”⁸⁹, iniciou-se negociações de empréstimos com o Fundo Monetário Internacional, reestruturando a economia segundo seus preceitos teóricos.

56.307 dólares, Suíça, com valores de 80.189 dólares, até ao extremo de Luxemburgo, com pouco mais de 104 mil dólares. (Fonte: *The World Bank*. Disponível em: <<<https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.CD?view=chart>>>. Acesso em 05/08/2018).

⁸⁸ Sob uma das ditaduras mais sangrentas do continente, o neoliberalismo chileno se iniciou com: “desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda a favor dos ricos, privatização de bens públicos”. Essas medidas pressupunham a eliminação da democracia, que de fato nunca havia sido um valor central do neoliberalismo. Essa experiência despertou interesses do governo inglês, talvez pelo fato de que a economia do Chile, sob o poder de Pinochet, cresceu a um ritmo bastante rápido (ANDERSON, 1995, p. 19-20).

⁸⁹ Desde a década de 1950, os Estados Unidos patrocinavam treinamentos de economistas chilenos como um plano durante a Guerra Fria para impedir a disseminação de tendências de esquerda na América Latina. Esses economistas estudavam na Universidade de Chicago e após regressarem ao Chile, conquistaram hegemonia na Universidade Católica, de Santiago. Nos anos 1970, as elites se aliaram a esses economistas, criando o grupo “Clube de Segunda-feira”, financiando seu trabalho por meio de institutos de pesquisa (HARVEY, 2008, p. 18).

Katz ainda nos informa que as medidas adotadas no Chile se estenderam à outras ditaduras da região, mas encontraram resistência em alguns países, especialmente Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela. Isso trouxe certo limite à “ofensiva do capital” (KATZ, 2016, p. 86). Diante disso, temos a percepção de que a adoção de políticas neoliberais como programas de governo ocorreram em diferentes lapsos de tempo entre os países da América Latina.

Mas segundo Borón (1995), a chegada de Thatcher (1979) e Reagan (1980) ao poder marcam a amplitude internacional do neoliberalismo ao ser convertido em dogma em seus países. “A América Latina não pode resistir ao ‘contágio’ ideológico e, um após o outro, os sucessivos governos e forças políticas capitularam diante da nova ortodoxia que pregavam com inusitado fervor os porta-vozes da metrópole” (BORÓN, 1995, p. 91). Essa ortodoxia encontrou espaço de propagação, criado tanto pelos limites da explosão capitalista pós-guerra como pelo descontentamento das ideias keynesianas. Outro ponto que convergiu para a retomada da ideias liberais remonta os anos de 1940, ladeados pelos acordos de Bretton Woods.

De acordo com Bóron (1995), a conferência de Bretton Woods, New Hampshire, em 1944, foi convocada para estabelecer orientações do liberalismo global que deveriam prevalecer no mundo após o fim dos conflitos bélicos. As deliberações gravitavam na possibilidade de assegurar o livre comércio e o fim do protecionismo; auxílio à economias com problemas de curto prazo (déficits orçamentários, instabilidade monetária); e medidas voltadas para a recuperação de economias afetadas pela guerra. Para esse trabalho, vale uma atenção maior quanto ao que concerne a criação de duas instituições: o Banco Mundial (BM), em 1945, e o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1946, ambas nascidas das deliberações de Bretton Woods.

As duas agências supramencionadas desempenham uma função “disciplinadora” (BÓRON, 1995, p. 93) na economia capitalista mundial, tendo seus poderes aumentados a partir dos anos 1980, quando os países que compõem a periferia do mercado entraram em crise. Em decorrência desse fato que:

[...] “a capacidade disciplinadora” do BM e FMI foi eficaz sobretudo na periferia: na América Latina e na África, multíssimo menor do que na Ásia e completamente numa nas economias desenvolvidas. O BM e o FMI são muito efetivos em pressionar para impor uma rígida disciplina fiscal na América Latina, mas suas recomendações são olímpicamente desconhecidas pelos países dos países desenvolvidos (BÓRON, 1995, p. 93-94).

Chossudovsky (1999, p. 12) destaca o papel chave executado por essas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) para o processo de reestruturação econômica. Segundo o autor, as IFIs são órgãos com poder de regulação operando no sistema capitalista e “*respondendo a interesses econômicos e financeiros dominantes*” (grifo meu). Mauriel (2009, p. 48) é mais específica: diz que tanto o FMI como o BM, “para promover os interesses do *capitalismo americano*, passaram a funcionar como agências cosmopolitas de fachada” (grifo meu). Harvey (2008) é quem nos conta a história de como essas instituições se consolidaram nessa função.

Com a alta do preço do petróleo em 1973, os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) expandiram seu poder financeiro. A Arábia Saudita, muito provavelmente sob pressão dos Estados Unidos, concordou em reciclar seus petrodólares através dos bancos de investimento de Nova York. Com amplos recursos e um panorama econômico adverso, a solução de aplicações lucrativas foram buscadas nos exterior: os governos pareciam a forma mais segura e os países em desenvolvimento estavam ávidos por recursos. O problema, além do endividamento em si, era que os juros dessas negociações eram favoráveis aos banqueiros estadunidenses. Contudo, como esses empréstimos eram em dólares norte-americanos, qualquer oscilação da taxa de juros por parte dos Estados Unidos poderiam levar esses países endividados à inadimplência, afetando os bancos de Nova York. É nesse momento que Reagan alia o poder do Tesouro com o FMI, resolvendo o problema através da rolagem da dívida, mas exigindo reformas neoliberais em troca.

O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do "fundamentalismo do livre mercado" e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o "ajuste estrutural" (HARVEY, 2008, p. 38).

De acordo com Mauriel (2009), essas instituições foram as responsáveis pela implementação de políticas econômicas ortodoxas nos países em desenvolvimento que foram arquitetadas no Consenso de Washington⁹⁰. O Consenso de Washington, de acordo com Mauriel (2013), foi o nome dado a um série de orientações que os países em desenvolvimento deveriam adotar para reverter as instabilidades política e econômica, pós crise de 1980. Sob o pretexto de *ingresso em uma nova fase de crescimento*, as medidas

⁹⁰ Segundo Mauriel (2013), a expressão foi cunhada pelo economista norte-americano John Williamson, para referenciar uma série de medidas formuladas em 1989 por economistas de instituições financeiras, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, para ajuste das economias periféricas.

operadas desde então ocasionaram grandes cortes nos recursos das políticas sociais. Diante da crise instalada no globo, as transformações radicais defendidas pela ideologia neoliberal adquiriram tamanha aceitação que Przeworski (1993, p. 209) fala de uma “panaceia, um elixir mágico que, uma vez tomado, curará todos os males”.

Bóron (1995) aponta que o triunfo ideológico do neoliberalismo na América Latina, sob os preceitos do Consenso de Washington, se ancora na derrota das forças populares e na profunda reestruturação do capitalismo, se manifestando em quatro dimensões: a mercantilização dos direitos e conquistas dos trabalhadores, convertidos em mercadorias; a satanização do Estado e uma glorificação cega ao mercado; a criação de um senso comum nas classes populares, visando garantir a aplicação das medidas sem resistência e; o já mencionado fato do convencimento de amplos setores da população de que não há outra alternativa ao neoliberalismo.

E nessa conjuntura, temos a ocorrência de uma dualidade apontada por Bóron (1995): se por um lado reafirma-se o valor de um Estado democrático, capaz de efetivar a garantia de justiça e redistribuição de recursos, concomitantemente a essa retórica o que se assiste é o seu sacrifício em nome do mercado, em que os indivíduos devem lutar por sua satisfação de forma a não comprometer a busca de lucro. A vitória ideológica e política dos países ocidentais trouxe uma confiança e exaltação desmedida no mercado e a satanização do Estado. A estratégia de dominação da burguesia, facilitada pela retração do movimento operário em escala planetária, passa pela diminuição do Estado quanto a formulação e execução de políticas. O estatismo é destruído como prova de cumprimento das exigências do Consenso de Washington, ignorando o fato de que “o desenvolvimento requer uma esclarecida política estatal e esta, naturalmente, supõe a existência de um Estado dotado de capacidades efetivas de intervenção” (BÓRON, 1995, p. 99). Trata-se, nos termos de Netto (2007, p. 146), do objetivo real do neoliberalismo: “*o Estado mínimo que defende equivale a um Estado máximo para o capital*”.

Vale sinalizar, de antemão, que essas medidas não representam uma volta ao genuíno liberalismo clássico: além de “prover uma estrutura para o mercado” (NETTO, 2012, p. 87).

[Esse] Estado mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao “Estado guarda-noturno” que é o seu ideal – são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade: por um lado combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo (NETTO, 2012a, p. 87).

Apesar do quadro crítico da América Latina, em que até mesmo a soberania dos países são colocadas em xeque mediante a imposição das medidas pelos organismos internacionais, a população fica à mercê dos interesses particulares do capital estrangeiro. O

Estado não atua na reparação de pontos que são típicos das sociedades latino-americanas, visto que sua atuação se vê reduzida, o que se torna evidente no plano social mediante o comprometimento das políticas sociais.

3.2 A POBREZA DA POBREZA DO BANCO MUNDIAL

3.2.1 A Interface Entre o Neoliberalismo e o Banco Mundial: Incidência na Pobreza

Nesse momento da exposição dois pontos merecem ser destacados para maior apreensão do eixo proposto nesse capítulo: a compreensão de pobreza a partir do viés neoliberal e a influência dessa ideologia que incide sobre o Banco Mundial. Assim, nos remetendo às transformações características do neoliberalismo a partir da década de 1980 como um conjunto de medidas orientadas a deter a crise que se deflagrara no decênio precedente, não poderíamos nos conformar com outro entendimento: como o sucesso é algo priorizado e alcançado de forma individual, em que a intervenção do Estado corrói essa possibilidade quando interfere nas liberdades pessoais, o fracasso diante desse cenário, expresso pela pobreza, é também responsabilidade do indivíduo.

Segundo Siqueira (2013), Hayek - o principal formulador do neoliberalismo -, reconhece que num regime de concorrência as oportunidades dos pobres são restritas perante os ricos, mas advoga que a liberdade do indivíduo é maior nesse caso do que se comparado a uma pessoa com maior acesso a recursos mas vivendo em uma sociedade diferente, com menos liberdade⁹¹.

No regime de concorrência, as probabilidades do homem pobre conquistar grande fortuna são muito menores que as daquele que herdou sua riqueza. Nele, porém, tal coisa é possível, visto ser o sistema de concorrência o único em que o enriquecimento depende exclusivamente do indivíduo e não do favor dos poderosos, e em que ninguém pode impedir que alguém alcance esse resultado (SIQUEIRA, 2013, p. 70).

⁹¹ Essa liberdade defendida pelas liberais e que, junto com a democracia, só pode prosperar no mercado, é definida por Siqueira (2013, p. 70, grifo no original): “a liberdade para os liberais é a *liberdade negativa*, considerada como formal e identificada pela ausência de impedimentos e constrangimentos, diferente da *liberdade positiva* caracterizada pela presença de condições para obtenção dos objetivos”.

A pobreza, então, se originaria dessa dinâmica competitiva em que os melhores e mais preparados teriam vantagens sobre os menos qualificados. Vejam que, além da condenação das medidas de políticas sociais universais e consolidadas, não entendidas enquanto direito, já que teriam uma configuração de outorga, de concessão das elites, a desigualdade não é abordada enquanto estrutural e própria do sistema capitalista, em que alguns se posicionam no mercado como donos dos meios de produção e outros, diametralmente, como donos da força de trabalho, o que já traz em si o fator da necessidade de venda desse bem para a sobrevivência.

Ao contrário do que foi estruturado no Estado de Bem-estar social europeu, em que as políticas sociais eram referenciadas no trabalho, Leher (2010) aponta que os neoliberais defendem que não é possível regular o trabalho e que o desemprego é algo natural. Mas pessoas que não estão inseridas no mercado de trabalho não podem simplesmente serem deixadas ao acaso puro, portanto é admitida certa interferência estatal na assistência social. Esses sujeitos em condição de miséria e passando fome e todo tipo de privação são consideradas, no discurso de Hayek, como *perdedoras*. Nem sempre por falta de qualificação ou predados, mas porque deram azar. Mas continuam sendo perdedoras.

Hayek caracteriza essas pessoas como pobres e não como desempregadas [...]. O problema são os pobres e não os desempregados. O que fazer com os pobres: Hayek dirá “existem perdedores; eles são pobres porque são perdedores e é claro que o Estado não pode ser insensível a isso”. O que fazer então? Dar bolsas... bolsas e não direito social organizado em torno do trabalho. Bolsa para aliviar o sofrimento, para aliviar a pobreza. É com base nisso que vai surgir, posteriormente, toda uma ciência social da pobreza que inclusive tem critérios de medição de níveis de pobreza com a precisão e a escala de um microscópio eletrônico. Assim, eles classificam: “aqui nós temos a faixa dos extremamente pobres... estes ganham a bolsa X”. Vocês sabem do que estou falando. Bolsa, assistência e não mais seguridade social. É desta forma que são estruturadas as políticas dos anos 1980 e 1990 em diante (LEHER, 2010, p. 11).

É nesse âmbito de estruturação das políticas orientadas ao combate e alívio da pobreza que temos a atuação do Banco Mundial como um elemento determinante. É interessante e necessário, como será exposto a seguir, entender que o *Banco estrutura suas estratégias de ação de acordo com a fundamentação teórica que embasa seu entendimento sobre desenvolvimento e pobreza em determinado tempo histórico. Portanto, o conceito de pobreza do Banco Mundial reflete as formas de enfrentamento que são orientadas aos países em desenvolvimento*. Com isso, sobre a atual conjuntura que se inicia a partir da década de 1980, é primordial uma questão defendida por Harvey: a de que a hegemonia neoliberal

contou com a presença de defensores dessas ideias em setores importantes da sociedade, exercendo notável influência:

[...] no campo da educação (nas universidades e em muitos "bancos de ideias"), nos meios de comunicação, em conselhos de administração de corporações e instituições financeiras, em instituições-chave do Estado (áreas do Tesouro, bancos centrais), bem como em instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o *Banco Mundial* e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que regulam as finanças e o comércio globais (HARVEY, 2008, p. 13, grifo meu).

Com isso, o Banco Mundial não é imune a esse movimento em escala global orquestrado pelo grande capital. Borón (1995, p. 95) destaca que a organização conta com milhares de profissionais, entre economistas e cientistas sociais, trabalhando para imprimir legitimidade às pressões neoliberais exercidas sobre os governos. O Banco, em conjunto com o FMI, cumpre as funções ideológicas de conferir ao neoliberalismo certo senso comum, o potencializando como poderoso instrumento burguês de controle social e político, além de estabelecer o capitalismo como a mais acabada e pura história da humanidade, como a mais elevada forma de organização econômica da história.

3.2.2 O Banco, o Desenvolvimento e as Políticas: Reflexos da Concepção de Pobreza

Segundo Santos Júnior (2010), as organizações internacionais contemporâneas ganharam espaço após a Segunda Guerra Mundial como parte da necessidade de se forjarem mecanismos de cooperação para garantir a paz, a estabilidade econômica e política. Descendem da Sociedade das Nações, instituída pelo Tratado de Versalhes e que vigorou de 1919 até 1946. Tem por função criar um campo cooperativo entre as nações, evitando que a anarquia do sistema político mundial crie comportamentos egoístas. Apesar de fazerem parte da Organização das Nações Unidas (ONU), tanto o BM como o FMI possuem autonomia, exceto a um conjunto muito específico de competências, funcionando, mediante pressão dos EUA, de forma independente. O autor nos esclarece que após a fundação de uma organização internacional, esta alcança *status* de personalidade jurídica de Direito Internacional, adquirindo, com isso, independência dos países membros que as constituem, inclusive para se contrapor a eles. Essa capacidade de ação independente é conferida à

autonomia de vontade, que garante às instituições expressarem vontades jurídica e política próprias, limitada apenas pelas suas atribuições específicas estabelecidas no tratado que as originaram.

Nesse caso, existem organizações internacionais com poder e independência para constranger os Estados a assumirem determinados comportamentos que não os teriam se sob sua mira não estivessem, como são exemplos o FMI e o Banco Mundial, que têm poder para alterar a conduta de outros entes estatais e não estatais (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 16).

De acordo com Farias e Martins (2007), originalmente o Banco Mundial⁹² foi concebido como necessário perante as demandas resultantes da Segunda Grande Guerra. *A priori*, o Banco se voltava para a reconstrução da Europa devastada pelo confronto bélico. Com a sua criação, contemplada pelo Plano *White*⁹³, na Conferência de *Bretton Woods*, os americanos pretendiam criar uma agência especializada em oferecer empréstimos para a reconstrução das economias europeias, o que inicialmente foi contrariado, principalmente pelos ingleses, que esperavam que o socorro internacional viesse por meio de concessão. Esse tipo de ajuda só viria em 1947, com o Plano Marshall, devido ao fato de que a demanda exigida no processo de reconstrução ser maior do que o Banco poderia arcar. Havia também a preocupação estadunidense com a ameaça comunista no Leste, o que levou os EUA a atuarem na reconstrução dos países aliados e não aliados (SANTOS JÚNIOR, 2010).

Já foi admitido anteriormente que o Banco Mundial funcionaria como uma instrumento de dominação e controle operado pelo imperialismo para garantir a predominância de seus interesses na economia global. Pois bem. Segundo Santos Júnior (2010, p. 46), a tese de que o Banco é um joguete do imperialismo não se sustenta com certa facilidade, mas admite que os norte-americanos foram os que mais influenciaram suas decisões e direcionamentos “teórico-estratégicos”, já que a capacidade de impor interesses no interior dessa organização se assenta no poder econômico, o que dificulta as nações pobres

⁹² O Banco, cuja ata de homologação foi assinada em 27 de dezembro de 1945, é composto, na realidade, de cinco instituições de fomento, formando o Grupo Banco Mundial: tem-se o banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a instituição original fundada ainda em 1944; a Corporação Financeira Internacional (CFI), criada em 1956; a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID ou AIF), erigida em 1960; o Centro internacional para Arbitragem de Disputas sobre Desenvolvimento (CIADI), criado no ano de 1966; e a Agência Multilateral de Garantia de Investimento (AMGI), surgida em 1988 (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 50).

⁹³ Plano que defendia a criação de um fundo monetário internacional e de um banco internacional de reconstrução com a função de enquadrar a economia. Seu representante em Bretton Woods era Harry Dexter White, Secretário Assistente do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. A vitória dessa proposta consagrou os Estados Unidos na hegemonia internacional, desbancando a Europa e estabelecendo uma correlação de forças com a União Soviética, cindindo o globo em dois polos antagônicos (SANTOS JÚNIOR, 2010).

terem seus interesses contemplados. Além disso, o BM, mesmo não visando lucro devido sua natureza de instituição internacional pública mantém, desde suas origens, estreita relação com o setor privado, já que parte de seus recursos eram provenientes dos bancos comerciais e de créditos de *Wall Street*. Estados Unidos, BM e países em desenvolvimento se relacionariam de forma hierarquizada cujo elo mais fraco são os que tem menos poder econômico.

[...] o Banco sofre a influência das forças que com ele interagem e podem alterar a sua maneira de agir e se relacionar com os sócios e a sociedade, sendo uma das razões que tem feito com que assuma diferentes posturas ao longo do tempo, as vezes financiando, por exemplo, governos intervencionistas (desenvolvimentistas), como entre as décadas de 1950 e 1970 e outras vezes radicalizando nos preceitos liberais, como nos anos 1980 (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 3).

“No entanto, com o passar das décadas, suas ações sempre entrelaçadas aos grandes investimentos financeiros, se direcionam principalmente para erradicar a pobreza nos países ‘atrasados’” (FARIAS e MARTINS, 2007, p. 204). O Banco, então, amplia seu leque de ações e sua capacidade de investimento, se tornando o grande articulador, junto com os governos dos países que dependem de sua ajuda, do desenvolvimento e das políticas de combate à pobreza, além de aumentar seu domínio junto a essas nações. Sobre isso, Pereira (2010, p. 260) defende a hipótese de que o Banco Mundial, desde sua estruturação e de diversas formas, age como um “ator político, intelectual e financeiro, e o faz devido a sua condição singular de prestador, formulador de políticas, ator social e veiculador de ideias sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem em matéria de desenvolvimento capitalista”

Até a década de 1940, a pobreza não era considerada uma categoria analítica, não designava um conjunto de países com as mesmas características capazes de influenciar a política internacional. Isso mudou ainda nessa mesma década quando países da África e da Ásia conquistaram suas independências e chamavam atenção pela realidade de pobreza e subdesenvolvimento⁹⁴. A partir da década de 1950, marcada pelo contexto da Guerra Fria, os EUA perceberam que sua segurança e a dos aliados não dependiam exclusivamente da reconstrução da Europa, mas também da estabilidade política e econômica dos países em desenvolvimento, momento em que o Banco, para evitar sua dissolução, já que a reconstrução da Europa, seu propósito original, estava em

⁹⁴ Segundo Santos Júnior (2010, p. 61) a expressão era usada nos anos de 1950 à 1970 em referência às nações cujas economias não tinham alcançado os padrões de desenvolvimento tecnológico, econômico e social dos países industrializados da América do Norte (exceto México) e Europa.

fase final, aumenta sua relevância internacional direcionando suas concepções e ações da reconstrução do continente europeu à assistência ao desenvolvimento e à pobreza. É nesse momento que despontam a Teoria do Desenvolvimento Econômico e a Teoria da Modernização, que embasaram a política externa norte-americana e a assistência ao desenvolvimento, que poderia ser influenciado por forças exógenas através da ajuda internacional⁹⁵, definida esta “como um fluxo de recursos técnicos e financeiros movimentado dos países desenvolvidos para as nações em desenvolvimento” (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 68).

Destarte, o subdesenvolvimento e a pobreza passaram a fazer parte da agenda internacional, influenciando a ação das organizações internacionais intergovernamentais como o Banco Mundial, os governos e o pensamento político. A ascensão dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos como uma realidade tangível e como categoria analítica forjou a promoção de teorias econômicas e sociológicas que procuravam explicar suas causas e os meios para explicar esse fenômeno (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 63).

Nos anos 1950, a noção de pobreza do Banco era percebida principalmente como desigualdade entre países e não na falta do necessário à manutenção de pessoas e grupos. Como o subdesenvolvimento e a pobreza eram analisados pelo PIB *per capita*, a política de empréstimo do Banco visava o *desenvolvimento econômico como principal instrumento de combate à pobreza*, por isso o investimento em infraestrutura, cujo déficit era um obstáculo à atividade econômica e à integração desses países na econômica global. A partir dos anos 1960, países de baixa renda não elegíveis pelos critérios do Banco passaram a receber empréstimos com a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID)⁹⁶, com o intuito de forjar alterações políticas necessárias ao desenvolvimento. Como a solução para a pobreza estava no desenvolvimento econômico, não havia necessidades de amplas políticas sociais para correção das desigualdades e pobreza como, por exemplo, nos moldes do Estado Social europeu. O setor social tinha um caráter marginal, situação que iria mudar

⁹⁵ O primeiro programa global de ajuda externa aos países em desenvolvimento foi criado em 1949 (Ponto IV – *Point Four Program of Technical Assistance to Development Nations*), pelos Estados Unidos visando estender o sucesso do Plano Marshall à periferia. Esse programa estabeleceu as bases do desenvolvimentismo praticado por esses países nos pós- guerra, provendo recursos públicos para alavancar projetos governamentais direcionadas à infraestrutura necessária à industrialização (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 70-71).

⁹⁶ Agência especializada do Banco Mundial, criada em 1960. “Volta-se especialmente para a redução da pobreza, disponibilizando linhas de créditos em condições mais favoráveis que as demais instituições do Grupo. Nesse caso, a assistência direciona-se preferencialmente para os mais pobres entre os países em desenvolvimento, sendo seus recursos advindos de transferências dos lucros do BIRD, principalmente do repasse de doações dos Estados-membros mais ricos e das contribuições de alguns países em desenvolvimento” (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 51).

apenas na década de 1970, momento em que a pobreza é encarada como um dos principais entraves ao desenvolvimento.

Segundo Pereira (2010), se desde a década de 1950 o Banco passa a assumir centralidade em assuntos sobre desenvolvimento em que a redução da pobreza figura como uma de suas dimensões, é na gestão de Robert S. McNamara na presidência do Banco Mundial (abril de 1968 à junho de 1981) que opera-se uma verdadeira inflexão sobre o assunto e as estratégias adotadas. Um balanço sobre a ajuda internacional praticada nos últimos 20 anos (Relatório Pearson, conhecido como Sócios no Progresso ou Informe Pearson) evidenciou que mesmo com o aumento das taxas de crescimento a desigualdade aumentara e a maior parte da população dos países da periferia continuava pobre; o desenvolvimento econômico não levava a redução da pobreza.

De acordo com Santos Júnior (2010, 104-105), foi a partir do Relatório Pearson que na gestão de McNamara a *assistência social passou a ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento, ou seja, o social e o econômico se integravam de forma complementar*. É nesse momento, que os projetos ao atendimento às *necessidades sociais básicas*⁹⁷ e *alívio da pobreza* passaram a ser incorporadas nas estratégias do Banco, repercutindo no aumento dos recursos para as políticas sociais⁹⁸.

As políticas de atendimento das necessidades básicas e alívio da pobreza foram integradas ao desenvolvimento porque as desigualdades sociais e a marginalização de amplas camadas da população criavam contratempos para a transição completa de economias atrasadas em modernas economias de mercado. *Pelas teses defendidas pelo Banco Mundial na década de 1970, os pobres deveriam ser encarados como um dos principais ativos das economias em desenvolvimento e, por essa razão, não deveriam ser vistos como problema, mas como solução* (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 146, grifo meu).

À época, como nos esclarece Pereira (2010), a institucionalização do enfrentamento à pobreza se vincula ao estabelecimento desta enquanto categoria analítica e o

⁹⁷ As necessidades básicas se caracterizam por serem universais ao homem, independente de cultura e civilização: alimentar-se, tratar-se e agir. São tanto físicas como psíquicas, sendo satisfeitas por meio de uma variedade de formas econômicas. Há uma crítica sobre essa ideia, pois essa universalização deriva de uma homogeneização dos países desenvolvidos que conferiram seu conteúdo a partir de suas realidades (SALAMA e DESTREMAU, 1999, p. 75). Mas o debate sobre as necessidades básicas não é unívoco: há autores que discordam sobre quanto à sua subjetividade. Esse debate é compreendido em Pereira (2011).

⁹⁸ Segundo Pereira (2010, p. 262), McNamara anunciou a agricultura como o setor que teria maior expansão, sob a justificativa de que nos países em desenvolvimento dois terços da população sobreviviam desse setor, sendo o ponto chave para o crescimento econômico. O BM também iria direcionar mais atenção à área social, como educação, água potável, saneamento básico, nutrição, saúde primária, habitação urbana e planejamento familiar – as necessidades básicas.

envolvimento do Banco em pesquisas, produção e publicização de dados. Isso foi possível com definição de “pobreza absoluta”⁹⁹, entre 1972/1973 e de “pobreza relativa”¹⁰⁰, no ano seguinte. Até então a pobreza figurava na literatura acadêmica de modo vago e marginal; antes da gestão McNamara se falava em “necessidades sociais”, não em “pobreza”. Agora, a instituição visa o aumento da produtividade dos sujeitos para superação da pobreza, condição em que se encontravam pessoas não inseridas no circuito de atividades produtivas e rentáveis, segundo o BM. Uma jogada inteligente.

Tal proposição operava um triplo movimento: primeiro, apagava o caráter desigual e combinado das formas de exploração e, portanto, a “funcionalidade dos pobres” (desempregados, subempregados, pequenos agricultores etc) para a acumulação capitalista; segundo, isolava a pobreza do conjunto das relações sociais, como se fosse um fenômeno em si mesmo; terceiro, reificava as modalidades mais predatórias de desenvolvimento capitalista, na medida em que explicava a pobreza como exclusão do progresso, e não como um dos seus resultados (PEREIRA, 2010, p. 268).

A noção de necessidades básicas respondia tanto as necessidades individuais como as demandas da economia; o conceito ganha força ao estabelecer que as carências poderiam ser atendidas priorizando apenas o mínimo para subsistência individual e familiar (SANTOS JÚNIOR, 2010, 112). Esse ponto é discutido por Salama e Destremau (1999, p. 74-75): a visão de Necessidade Básicas Insatisfeitas (NBI) traz em si uma ideia humanista, que vai além da economia, abarcando a moral e o desenvolvimento do Homem em sua plenitude. Mas quando se usa essa noção para fins descritivos e normativos “ela se aproxima de um mínimo vital e a se restringir ao que François Perroux chamava, em 1955, de ‘os custos do homem’: saúde, comida, educação”. As necessidades fundamentais, que os autores equivalem à necessidades essenciais ou básicas, são compostas de dois elementos:

⁹⁹ Tanto a pobreza absoluta quanto a relativa se ancoram na visão unidimensional da renda. A pobreza absoluta expressa a condição em que um indivíduo ou grupo de encontra em renda suficiente para se reproduzir: a renda é convertida ao mínimo de calorias para a reprodução fisiológica, acrescida de despesas de moradia e transporte. Quem está situado abaixo dessa linha é considerado pobre. Essa medida é usada nos países em desenvolvimento e EUA, cuja vantagem é indicar a falta de recursos, um dos aspectos para a família se reproduzir (SALAMA e DESTREMAU, 1999, p. 18 e 51).

¹⁰⁰ Também é uma medição monetária, mas se vale da distribuição dos salários para definir a pobreza e não por uma linha estabelecida. Com isso, é considerado pobre quem está abaixo de 40% e 60% do rendimento médio da população, a depender do país. As pessoas são localizadas através dos salários (SALAMA e DESTREMAU, 1999, p. 18).

- o mínimo necessário a um família a título de consumo individual: comida, casa, roupas adequadas, alguns objetos de casa e móveis (necessidades qualificadas como biológicas);
- os serviços básicos fornecidos e utilizados, simultaneamente, pela coletividade em seu conjunto, como água potável, sistema de coleta de lixo e esgotos, serviços sanitários, meios de transporte públicos e serviços de educação (acesso aos bens e serviços públicos) (SALAMA e DESTREMAU, 1999, p 74).

Isso revela que a estratégia do Banco, mesmo com o aumento de investimento e de entendimento sobre desenvolvimento e pobreza não choca com os princípios capitalistas de acumulação. O financiamento das políticas de alívio à pobreza só ganharam espaço depois que o BM conseguiu se livrar de preceitos de equidade e redistribuição ligados ao *Welfare*, não contemplados nas estratégias de atendimento as necessidades básicas e alívio da pobreza, “que deveria ser superada conforme o progresso econômico e tecnológico e as políticas sociais eram parte desse projeto, não um apêndice de última hora”, segundo Santos Júnior (2010, p. 134).

A questão é que as políticas aludidas propunham um conjunto de instrumentos públicos, sociais e econômicos que intentavam garantir o essencial para a reprodução da vida e da força de trabalho. *Tratava-se, pois, de uma concepção que entendia as causas estruturais da pobreza relacionada à estagnação econômicas das sociedades dualistas, de modo que, para romper com essa inércia, seria preciso redimensionar o papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico* (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 136, grifo meu).

Mas de acordo com Pereira (2010), devido a conjuntura dos anos 1970, o Banco repensa suas ações. É em 1979, para fazer frente à crise desencadeada no início da década, que McNamara apresenta os programas de ajuste estruturais que privilegiam o ajuste econômico, em detrimento das políticas de atendimento às necessidades básicas e alívio da pobreza, para enquadrar os países endividados e responder à nova realidade entre Estado e mercado, ditada tanto pelas exigências neoliberais como a alteração na correlação de forças entre capital e trabalho.

A década de 1980 marca um quadro de crise mundial. Até meados da década de 1970, a recessão não tinha prejudicado os países em desenvolvimento (SANTOS JÚNIOR, 2010). Isso porque, segundo Pereira (2010), enquanto as economias centrais sentiam os reflexos da crise, numa combinação de inflação alta, baixo crescimento e aumento do desemprego, alguns países da periferia, como Brasil, Taiwan, México, cresciam em larga escala, mas as custas de endividamento externo devido ao acesso fácil a créditos de bancos

privados no contexto de alta do preço do petróleo. Outras nações que empobreciam ou cresciam de forma não satisfatória, também recorriam aos empréstimos no Banco.

Para Pereira (2010), em 1979 o discurso de “ataque à pobreza” lentamente passa a ceder lugar aos empréstimos de ajustes estruturais para enquadrar essas nações endividadas – cujas condições se revelaram explicitamente com a moratória mexicana em 1982 – na nova realidade da dinâmica econômica neoliberal. Com isso, “mecanismos de proteção ou compensação parcial a grupos sociais mais vulneráveis ao ajuste não foram cogitados” (PEREIRA, 2010, p. 272). Nesse momento, *o Banco investe no abandono de práticas desenvolvimentistas das décadas anteriores, entendendo o Estado como ineficiente e o responsável por deflagrar a crise econômica internacional*. Operam-se, então, os ajustes de “primeira geração” (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 155), quando o atendimento às necessidades básicas e alívio à pobreza são interpretadas pelo governo norte-americano como erros socialistas, deixando de terem prioridade nos empréstimos do BM em prol dos programas de ajustes estruturais. Importante é ressaltar o fato de que nesse primeiro momento de implantação os ajustes não contemplavam medidas de proteção ou compensação à população prejudicada, tanto pela crise como pelos programas; a focalização de que falam os autores deve ser entendida às ações direcionadas a quem necessitasse urgentemente de amparo para repor as condições mínimas de sobrevivência.

A imposição dos ajustes estruturais, estrategicamente arquitetados pelo BM e FMI como condição para o renegociação da dívida externa dos países em desenvolvimento (MAURIEL, 2009, p. 58) e também para a liberação de novos empréstimos, se alicerça nas condicionalidades, que “ditam compromissos de natureza econômica, política e financeira” (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 164). Com isso, o Banco estabelece que o não comprometimento com as condicionalidades significa não acesso aos empréstimos necessários aos países em desenvolvimento; nesse jogo de interesses, as nações se subordinam ao poder das instituições.

Segundo Chossudovsky (1999, p. 11), o “movimento da economia global é regulado por um processo de cobrança de dívida em âmbito mundial, que sufoca as instituições do Estado nacional e contribui para eliminar empregos e reduzir a atividade econômica”. É o endividamento desses países que tutela as nações soberanas ao poder das IFIs, que as obriga a cumprirem uma série de condicionalidades que remodelam suas políticas mediante interesses dos credores oficiais e comerciais, comprometendo a soberania desses países. A administração da dívida faz com que os países se comprometam à sua obrigação financeira: o pagamento total do montante é adiado, mas os juros devem ser quitados

impreterivelmente por meio de novos empréstimos evitando temporariamente a falta de pagamento. “Os credores só concordam com a rolagem da dívida se a nação devedora aceitar as condicionalidades políticas que fazem parte dos acordos de empréstimo” (p. 43). Essas imposições de reformas levam ao que o autor qualificou como “*globalização da pobreza*, processo que aniquila a subsistência humana e destrói a sociedade no Sul, no Leste e no Norte” (CHOSSUDOVSKEY, 1999, p. 27).

Desde o começo dos anos 80, os programas de “estabilização macroeconômica” e de “ajuste estrutural” impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial aos países em desenvolvimento (como condição para renegociação da dívida externa) tem levado centenas de milhões de pessoas ao empobrecimento [...]. O poder de compra interno entrou em colapso, a fome eclodiu, hospitais e escolas foram fechados, centenas de milhões de crianças viram negados seu direito à educação primária. Em várias regiões do mundo em desenvolvimento, as reformas conduziram ao ressurgimento de doenças infecciosas, entre elas a tuberculose, a malária e o cólera (CHOSSUDOVSKEY, 1999, p. 26).

Segundo os estudos de Chossudovsky (1999, p. 47, grifo meu), os ajustes neoliberais apresentam duas fases distintas: “*estabilização econômica* ‘a curto prazo’ a ser seguida pela implementação de diversas *reformas estruturais* mais fundamentais (e ditas ‘necessárias’)”¹⁰¹. Sob isso, sobressai-se o caráter das medidas neoliberais sobre a questão da pobreza: se a estabilização econômica requer austeridade orçamentária, a reforma estrutural traz a “diminuição da pobreza” (p. 58) como uma condicionalidade para prevalência de acordos de empréstimos com o Banco Mundial. Impõem-se, então, a administração da pobreza pelos países com custos orçamentários mínimos, de modo que não comprometa o processo de acumulação e reprodução do capital.

A legitimação da transferência da lógica das políticas sociais para o combate à pobreza encontrou forças ideológicas que sobrevieram dos meios acadêmicos e de pesquisa dos Estados Unidos. Em meados dos anos 1980, a discussão sobre a reforma do bem-estar se mostrava contrária a “ideia de responsabilidade social como princípio norteador” (MAURIEL, 2009, p. 59). Uma reordenação das políticas sociais estadunidenses, através de um estudo encomendado por Reagan, em 1986, e tendo como núcleo central de ideias o neoliberalismo, “passava simultaneamente pela transformação política do conhecimento sobre pobreza, o que faz da dependência e da responsabilidade individual questões chave do debate” (p. 59).

¹⁰¹ A *estabilização econômica* implica desvalorização da moeda, liberação de preços e a estabilidade orçamentária; as *reformas estruturais* envolvem medidas de liberalização do comércio, a desregulamentação do sistema bancário, a privatização de empresas estatais, a reforma fiscal, a privatização das terras cultiváveis, a “diminuição da pobreza” e ao “bom governo” (CHOSSUDOVSKEY, 1999).

Mauriel (2009) aponta que a partir de um olhar sobre os Estados Unidos, é possível demonstrar que:

[...] o caminho percorrido pelas políticas sociais norte-americanas e as concepções que que seguiram daí serviram de fonte de inspiração e de base para novas construções ideais sobre como promover bem-estar social, assegurando lugar central para o alívio da pobreza no debate sobre política social na atualidade (MAURIEL, 2009, p. 60).

Segundo Santos Júnior (2010), os primeiros ajustes efetivados, que tiveram amplos rebatimentos na contenção dos investimentos em políticas sociais, trouxeram em seu rastro a expansão do desemprego, a queda nos salários, a migração e o aumento da pobreza, principalmente nos países da América Latina e África Subsaariana. Esse questionamento da eficácia dos ajustes foi primeiramente formulado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e publicado em 1987 no Relatório *Ajuste com Rosto Humano*, apontando piora na situação dos países pobres causada pela crise econômica e a forma de ordenação dos ajustes que priorizaram o aspecto econômico e renegando o social. Reconhecendo os limites dos ajustes estruturais, o Banco Mundial incorpora novamente o combate à pobreza, sob um novo enfoque.

Assim, a partir da década de 1990, ascendem no interior do Banco as políticas de ajuste de “segunda geração” focadas notavelmente nas reformas institucionais. A constatação de que elementos políticos influenciaram negativamente o processo de ajuste econômico dos países em desenvolvimento levaria o BIRD, doravante, a priorizar questões como governabilidade e governança, já que, em tese, os problemas políticos tinham um grande potencial para desestabilizar a economia, atrasando ainda mais o processo de desenvolvimento nos países pobres (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 203).

As reformas econômicas seriam bem sucedidas quando do bom funcionamento das instituições e da estabilidade política e financeira dos governos, por isso a necessidade de reforma de Estado, extensiva aos países em desenvolvimento e aos da extinta União Soviética, em que o sistema de propriedade privada não era consolidado. O Estado deveria voltar para suas atividades clássicas: segurança, de pessoas e propriedade; justiça, no tocante à leis; economia, na responsabilidade quanto à cunhagem de moeda e estabilidade financeira e econômica e; garantias sociais, assistência apenas aos mais pobres, seguridade e meio ambiente (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 219).

Um marco da discussão da pobreza é o Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial, publicado pelo Banco em 1990 que “trata da pobreza no mundo em desenvolvimento – ou seja, trata dos pobres mais pobres do mundo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 1). Para Farias e Martins (2007, p. 210), é onde se concentra a influência da instituição que se preocupa em isolar a pobreza – mesmo sabendo da existência de pobres nos países ricos, isso não é evidenciado em documentos ou no site oficial do BM. O conceito de pobreza que predomina é o estabelecido pela renda *per capita*¹⁰², sendo definido vagamente como “a incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 27). Portanto, a pobreza é entendida como o não acesso dos sujeitos aos bens e serviços, num aspecto estritamente econômico. Numa retomada, o Banco sintetiza as medidas adotadas em decênios precedentes na luta contra a pobreza.

Nos anos 50 e 60, muita gente considerou ser o crescimento o melhor meio de reduzir a pobreza e elevar a qualidade de vida. [...]. Nos anos 70, passou-se a atentar especificamente para prestação de serviços de saúde, nutrição e educação, vistos como questões de política pública. O *Relatório sobre a desenvolvimento Mundial 1980*, com base nos indícios então disponíveis, sustentou que melhorar a saúde, a educação e a nutrição dos pobres era algo não só intrinsecamente importante, mas também um meio de estimular o aumento das rendas, inclusive dos pobres (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 1-2).

Sobre os anos 1980, o Banco apontou a necessidade dos ajustes mas admite os efeitos colaterais das medidas e necessidade de se pensar políticas que *reduzam* a pobreza. A estratégia para os anos 1990 se volta para dois elementos: o *trabalho*, o bem que o pobre mais possui, e *serviços sociais básicos*, como atendimento médico, nutrição, planejamento familiar. Existindo a certeza de que muitos pobres ficam em situação de risco num curto prazo, esse processo deve ser acompanhado de políticas macroeconômicas e medidas para contrarrestar a queda do consumo dos pobres. Mas para as transferências, há o imperativo de “definir com mais precisão as clientelas-alvo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 3). No entender do Banco:

¹⁰² “Os grupos de países adotados neste Relatório são assim definidos:

Economias de baixa renda são aquelas com PNB *per capita* igual ou inferior a US\$545 em 1988.

Economias de renda média são aquelas com PNB *per capita* superior a US\$545, mas inferior a US\$6.000 em 1988. Este grupo divide-se ainda em economias de renda média baixa e *economias de renda média alta*, a um PNB *per capita* de US\$2.200 em 1988.

Economias de alta renda são aquelas com PNB *per capita* igual ou superior a US\$6.000 em 1988”. (BANCO MUNDIAL, p. X).

O primeiro componente cria oportunidades; o segundo capacita o pobre a tirar proveito dessas oportunidades. A estratégia precisa ser completada com estratégias *bem seletivas*, para ajudar os que não se beneficiam dessas políticas, e por esquemas de segurança, para proteger os que se acham expostos a choques (BANCO MUNDIAL, 1990, p. III, grifo meu).

Os anos 1990 são, de acordo com Mauriel (2013)¹⁰³, marcados pela focalização para contrabalançar os ajustes postos em práticas, com tendência de iniciativas compensatórias forjadas em um assistencialismo precário. Além disso, esses esquemas de combate à pobreza (compreendendo aqui um menor compromisso do Banco em relação aos anos 1970) respondem ao movimento de expansão e contração da economia global, trazendo em seu bojo uma funcionalidade manipulada pelo grande capital, defendida também por Netto (2007) e Laurell (1997, p. 193), quando se remete a um “objetivo oculto”¹⁰⁴.

[Existe um] papel estratégico central que o conjunto de ações de combate à pobreza possui hoje para a manutenção do atual padrão de acumulação via financeirização, seja regulando os custos de trabalho no mercado mundial, seja por meio da regulação do comportamento econômico, político e civil dos pobres, garantindo baixo risco de sublevação social e uma forma ideologicamente palatável de inserção precária dessas massas na ordem econômico-financeira contemporânea (MAURIEL, 2009, p. 45).

O Banco age sob a perspectiva de redução da pobreza, não sua erradicação. E o faz advogando que a tática adotada não reflete grande ônus aos países industrializados. Mas essa ajuda externa depende do comprometimento dos países em adotar programas de desenvolvimento que visem a redução da pobreza, já que esta meta se consolida como “critério condicional dos acordos de empréstimos com o Banco Mundial e FMI” (MAURIEL, 2009, p. 58).

Salama e Destremau (1999, p. 40) dizem que a fixação do Banco sobre o crescimento ser um “remédio miraculoso para a pobreza” se assenta em duas proposições: o aumento do emprego e o crescimento da produtividade, e, com ela, os salários. Contudo:

¹⁰³ Mauriel (2009; 2013) defende outra cronologia que a de Santos Júnior (2010). A autora admite transformações nas políticas de proteção social a partir dos anos 1980, tanto que cita um simpósio realizado em Helsínki realizado em 1987, “O Banco abandonou seu foco de Alívio à Pobreza?”, que critica a atuação da organização, mas não qualifica esse período como ajustes de primeira geração, como Santos Júnior. Para Mauriel, a primeira geração de ajustes acontece em 1990 e a segunda nos anos 2000. Para Santos Júnior, a década de 1980 marca a primeira e a década posterior a segunda, que se estende nos anos 2000.

¹⁰⁴Esse “objetivo oculto” de que fala Laurell (1997, p. 173) se refere justamente a essa funcionalidade política adquirida pelos programas de combate à pobreza na América Latina; “assegurar uma clientela política em substituição ao apoio popular baseado num pacto social amplo, impossível de se estabelecer no padrão das políticas neoliberais”.

Sua eficácia depende, *a priori*, de dois parâmetros: por um lado, a amplitude do crescimento e sua duração e, por outro, a importância da pobreza, a distância entre linha da pobreza do rendimento médio dos pobres e distribuição da pobreza entre os pobres (SALAMA e DESTREMAU, 1999, p. 41).

Mas essa evolução pode ser contida ou catalisada a depender de três fatores: o ciclo da pobreza seja longo e expressivo; a implementação de uma política de distribuição de renda e; as variações da taxa de inflação¹⁰⁵ (SALAMA e DESTREMAU, 1999). Portanto, para o crescimento refletir sobre a pobreza de forma significativa, este deve ser contínuo e duradouro, acompanhado de política sociais e em meio a uma conjuntura de baixa inflação. No entanto, outro elemento característico, particularmente nas sociedades latino-americanas, não deve ser descartado, um elemento que a pobreza mantém relação estreita: a *desigualdade*. Esta incide sobre os níveis da primeira e aparece como um complicador da falsa tese capitalista sobre o fim de pauperismo: o crescimento. “A evolução da pobreza depende no total de três fatores: a taxa de crescimento, o nível de desigualdade e sua variação” (SALAMA, 2005, p. 190). Na explicação do autor encontramos a clareza dessa questão:

Quanto mais elevado for os níveis da desigualdade, menos o crescimento diminuirá a pobreza, se as desigualdades permanecerem constantes (crescimento neutro do ponto de vista dos efeitos distributivos). E inversamente, se as desigualdades se acentuarem, uma maior taxa de crescimento se tornará necessária para diminuir a amplitude da pobreza, mais do que se elas permanecessem estáveis (SALAMA, 1995, p. 190).

Assim, a desigualdade¹⁰⁶, expressa pela distribuição e concentração desigual de renda no seio da sociedade, elementarmente potencializada na relação capital e trabalho em conjuntura neoliberal, pode contrarrestar os vetores capazes, nas condições aludidas, de incidir sobre a pobreza, implodindo a possibilidade de efetivação de realidades contrastantes a atual, como foi a excepcionalidade do Estado Social europeu, um lapso temporal de forte

¹⁰⁵ Com dados de publicação de 1996 de Barros, Camargo e Mendonça, Salama e Destremau (1999, p. 43) dizem que apenas o crescimento não é possível de impactar sobre a pobreza de maneira significativa em um tempo razoável: “seria preciso, com efeito, esperar uns vinte anos, com taxa de crescimento constante do PIB de 3% ao ano, para que o tamanho da pobreza no Brasil (40% de pobres) se tornasse comparável à taxa que o país teria tido se tivesse um perfil de distribuição de renda semelhante ao da Costa Rica (24º posição na escada de desigualdades, e 20% de pobres)”. Esses dados atestam a necessidade de manutenção e ampliação das políticas de redistribuição de renda.

¹⁰⁶ De fato, essa dinâmica entre desenvolvimento, desigualdade e pobreza é complexa. Dessa relação vale apontar que não se pode concluir que o aumento da desigualdade gera aumento da pobreza. Há casos em que essa relação, que num primeiro momento parece óbvia, como causa e efeito, se efetiva de forma inversa: há países em que crescem as desigualdades mas diminui a pobreza devido à alta taxa de crescimento por um período longo, realidade conhecida pelo Brasil na década de 1970 e também pela China (SALAMA e DESTREMAU, 1999, p. 31).

redução da pobreza absoluta e das desigualdades. Sua relação com a pobreza é tão tênue que ela aparece como sua *determinante* e responsável pela sua permanência:

A desigualdade social, a concentração de renda, nas mãos de poucas pessoas. Não há uma distribuição de renda. Então, enquanto não for trabalhado a questão da desigualdade e da distribuição de renda eu acho que assim.... Sim [a desigualdade também contribui para a permanência da pobreza]. Eu acho que não tem investimento para que não se tenha tanta concentração de renda no Brasil. [...] Então no meu entendimento enquanto não se atacar isso, não tiver distribuição de renda, vai piorar (Sujeito 3).

Mesmo quando a pobreza é determinada pelo atual modelo de sistema econômico, a utópica supressão das desigualdades sociais é apontada como alternativa para a questão da pobreza.

Na minha opinião, é o próprio sistema em que a gente vive. Hoje a gente tá num sistema capitalista, num país capitalista onde precisa da classe baixa, da classe pobre que é a classe explorada. Eu acho que o Brasil teria muitas condições de superar a pobreza e superar de fato, dividindo as riquezas, enfim, dado emprego para todo mundo (Sujeito 10).

Em uma avaliação dez anos depois, em um novo Relatório – Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001, Luta contra a Pobreza – o Banco, timidamente, aponta alguns avanços mas admite que a pobreza ainda figura como um problema de proporções enormes. Portanto, novamente é apresentada uma nova inflexão quanto ao seu entendimento sobre pobreza e a ofensiva para sua redução:

[...] a pobreza é mais que renda ou desenvolvimento humano inadequado; é também vulnerabilidade e falta de voz, poder e representação. Esta visão multidimensional da pobreza aumenta a complexidade das estratégias de redução da pobreza, porque é preciso levar em conta outros aspectos, como os fatores sociais e as forças culturais (BANCO MUNDIAL, 2000/20001, p. 12, grifo meu).

A definição multidimensional de pobreza do BM se origina do estudo Vozes dos Pobres¹⁰⁷; além da visão tradicional da pobreza, representada pela privação material e baixos níveis de saúde e educação, expressos no Relatório de 1990, agora é incorporado ao

¹⁰⁷ O estudo Vozes dos Pobres foi realizado para o Relatório de 2000/2001. Foi realizado em 60 países, com mais de 60.000 homens e mulheres pobres. “O estudo mostra que os pobres são agentes ativos em suas vidas, mas em geral não conseguem influenciar os fatores sociais e econômicos que determinam seu bem-estar” (p. 3). Os pobres entendem o bem-estar como “felicidade, harmonia, paz, ausência de ansiedade e paz de espírito [...]”. As pessoas descrevem mal-estar como carência de bens materiais, más experiências e sentimentos pessoais negativos” (p. 16). (BANCO MUNDIAL, 2000/2001).

conceito a vulnerabilidade¹⁰⁸ e exposição a riscos, falta de influência e poder. As causas da pobreza se assentam nas dimensões citadas pelos pobres no referido estudo: falta de renda e recursos para as necessidades básicas; falta de poder e voz frente o Estado e a sociedade para terem suas demandas atendidas e; vulnerabilidade a diversos choques e impotência para enfrenta-los. Nesse momento são estabelecidos os Objetivos do Milênio¹⁰⁹, dentre os quais figura “reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza (menos de 1 dólar por dia)”, até 2015. (BANCO MUNDIAL, 2000/2001, p. 6).

Partindo de que a pobreza é resultado não apenas de processos econômicos, mas também políticos e sociais, embora, sem espanto, não problematize a estrutura da sociedade, o Banco (2000/2001) estabelece três novas frentes de ação: promover a oportunidade, facilitar a participação e aumentar a segurança. O que mantém as pessoas na condição de pobreza é a escassez de bens, mercados inacessíveis e poucas oportunidades de emprego. Mas o BM reforça que o desenvolvimento econômico, como em outros momentos, é fundamental para a redução da pobreza. A vulnerabilidade decorreria, também, da incapacidade do Estado ou comunidade em criar meios para reduzir os riscos a que os pobres estariam expostos. Os governos são mais sensíveis aos interesses da elite enquanto os pobres não conseguem ser ouvidos pelas instituições.

De acordo com Mauriel (2013), a partir dos anos 2000, o entendimento do Banco sobre pobreza sofre influência teórico-intelectual da obra de Amartya Sen, em que o desenvolvimento passa por um processo que objetiva a expansão das liberdades das pessoas, que são exercidas desde que haja condições para essa possibilidade, como saúde e educação, garantia de participação política e oportunidades econômicas para empreenderem no mercado. Portanto, depende que os sujeitos tenham acesso à bens de valor social para seu ingresso no mercado. A pobreza atrelada ao perfil do indivíduo traz sua existência embutida à própria existência do homem, como algo inerente e insuperável. Mesmo diante desse redimensionamento:

¹⁰⁸ O Banco (200/2001, p. 19) define a vulnerabilidade: nas dimensões de renda e saúde, vulnerabilidade é o risco de que uma família ou um indivíduo venha a passar eventualmente por um episódio de pobreza em função de renda ou saúde. Porém, vulnerabilidade também significa a probabilidade de exposição a diversos outros riscos (violência, crime, catástrofes naturais, ser tirado da escola).

¹⁰⁹ Diante do quadro grave de pobreza e desigualdade, a comunidade internacional fixou metas para a primeira metade do século XXI: reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza (menos de 1 dólar por dia); assegurar educação primária universal; eliminar a desigualdade por sexo na educação primária secundária (até 2005); reduzir em dois terços a mortalidade infantil; reduzir em três quartos a mortalidade materna; assegurar acesso universal a serviços de saúde reprodutiva; implementar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável em todos os países até 2005, para reverter a perda de recursos ambientais até 2015.

[...] a política social do Banco continuou sendo, de fato, a política econômica. A ideia de desenvolvimento como liberdade centra-se na capacidade individual. Seja através de intitamentos, empoderamento ou da geração de renda, o Banco não avança para um projeto de bem-estar social como direito de cidadania e redistribuição de renda e propriedade (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 235).

Sob uma nova perspectiva sobre a pobreza, agora atrelada a ideia de desenvolvimento, as políticas sociais são refuncionalizadas para garantir títulos/habilitações aos pobres para que estes possam ampliar suas “liberdades” pessoais e gerar suas próprias rendas, tornando-os mais competitivos e empreendedores, com mais condições de criar soluções para suas demandas econômicas e políticas. Isso legitimaria as políticas compensatórias e de alívio à pobreza ao corrigirem distorções vindas de desigualdades que fogem a escolhas e que colocariam o sujeito em desvantagem na concorrência do mercado, como ser pobre, negro ou mulher (MAURIEL, 2013, p. 108)

O Relatório Um Melhor Clima de Investimento para Todos, de 2005, traz em seu prefácio que a publicação se “*trata da criação de oportunidades para que as pessoas evitem a pobreza e melhorem seus padrões de vida*” (BANCO MUNDIAL, 2005, p. XIII, grifo meu). Mantém, portanto, a situação de pobreza vinculada à individualidade, mas aborda um ponto tido como desafio para o desenvolvimento: a criação de um *clima de investimentos*¹¹⁰ para que empresas e empresários tenham oportunidades e incentivos para investir, criar empregos e crescer, contribuindo para o crescimento e a redução da pobreza. Defendendo que o crescimento econômico é o único mecanismo sustentável para o aumento do padrão de vida, o BM propõem um pensamento linear: de que os governos devem garantir boas condições de investimento¹¹¹, o que repercutiria no crescimento e prosperidade; a demanda por emprego aumentaria, criando oportunidades para as pessoas aplicarem seus talentos e melhorarem sua situação. A justificativa para esse pensamento é:

¹¹⁰ Segundo o BM (2005, p. 22), o clima de investimento “é o conjunto de fatores locais específicos que moldam as oportunidades e incentivos para as firmas investirem produtivamente, criarem empregos e crescerem. Política e ações governamentais exercem uma forte influência graças a seu impacto sobre custos, riscos e barreiras à competição”.

¹¹¹ Os governos devem incidir sua influência “na garantia dos direitos de propriedade, na escolha das diferentes abordagens para a regulação e tributação, na provisão de infraestrutura, no funcionamento dos mercados financeiros e de trabalho e nas questões relativas à governança, como, por exemplo, a corrupção” (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 2).

A importância do clima de investimento para a redução da pobreza pode ser vista de duas formas. Primeiro, no nível agregado, o crescimento econômico está intimamente associada à redução da pobreza [...]. Segundo, a contribuição pode ser vista pela forma como um bom clima de investimento melhora diretamente a qualidade de vida das pessoas diretamente, influenciando em suas muitas capacidades (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 3-4).

Além disso, os pobres ouvidos para o estudo *Voices of the Poor*, atribuíram a obtenção de trabalho como um caminho para a superação da pobreza. O clima de investimentos tem papel central para o crescimento e, conseqüentemente, a redução da pobreza: “Um bom clima de investimento fortalece o investimento privado – que é a alavanca para o crescimento e redução da pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 21). A questão da falta de trabalho foi considerada por um Sujeito como o *determinante* da pobreza na sociedade:

Falta do trabalho. A falta do trabalho faz com que a pessoa deixe de ser até cidadã, ela não se sente cidadã porque ela não tem condição de compra, não tem como pagar aluguel, a maior parte dos homens entrando na questão do vício, a família começa a se separar: vai embora, volta vai embora, volta. Porque não tem trabalho fixo, não dá conta de pagar o aluguel, não dá conta de coisas que ele fazia (Sujeito 6).

E essa falta de trabalho desencadeia uma série de conseqüências, não apenas a carência material pela impossibilidade de acesso, mas de destituição social, de sua condição de membro, da fragilização e até do rompimento de seus vínculos familiares e comunitários. Mesmo a crise econômica sendo apontada como a principal responsável pelos mais de 13 milhões de desempregados no Brasil em recente pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE¹¹²), Mandel (1982, p. 40) aponta ser o desemprego e subemprego características dos países em desenvolvimento e que remonta à exploração europeia em épocas pré-capitalistas: “*Do ponto de vista marxista, isto é, a partir de uma teoria consistente do valor do trabalho, subdesenvolvimento é sempre, em última análise, subemprego, quantitativamente (desemprego em massa) e qualitativamente (baixa produtividade do trabalho)*”. Não podemos também descartar o próprio processo de aumento das forças

¹¹² Segundo a pesquisa, divulgada pela Agência de Notícias do IBGE, “Mais de 1,2 milhão de pessoas entraram para a população desocupada no primeiro trimestre do ano, na comparação com o último trimestre de 2018. Com isso, o total de pessoas à procura de emprego no país chegou a 13,4 milhões. A taxa de desocupação subiu para 12,7%, mas ainda é inferior aos 13,1% atingidos no primeiro trimestre do ano passado”. Disponível em: << <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24283-desemprego-sobe-para-12-7-com-13-4-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-trabalho>>>. Acesso em 07/05/2019.

produtivas no modo de produção capitalista que, como condição para a acumulação, se reflete na substituição do homem pela máquina, gerado o desemprego.

O Relatório de 2005 ainda ressalta que o combate à pobreza também deve considerar o investimento nas pessoas e sua na qualificação, através de saúde, educação e outros serviços. Esses serviços podem ser custeados pelas receitas tributárias pagas pelas empresas, cujas receitas podem ser acrescidas pelo bom desempenho econômico, gerado pelo melhor clima de investimento. É um pensamento em cadeia, em que algumas medidas desencadeariam outras, de forma linear. Em 2006, o BM reafirma sua postura¹¹³ em seu Relatório Anual.

Em 2011, na publicação *Conflito, Segurança e Desenvolvimento*, O Banco Mundial apontou que cerca de 1 bilhão e meio de pessoas viviam em locais afetados pela fragilidade, conflitos ou violência criminal. Esse quadro de insegurança coletiva impactam nos vetores de combate à pobreza, prejudicando seus desempenhos.

Apesar de grande parte do mundo ter progredido rapidamente na redução da pobreza nos últimos 60 anos, áreas caracterizadas por repetidos ciclos de violência política e criminal estão sendo deixadas bem atrás, ficando com o crescimento econômico comprometido e indicadores humanos estagnados (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 1).

A violência criminal organizada em altos níveis impede o desenvolvimento econômico, e age no sentido de contrarrestar as possibilidades empreendidas pelo BM, trazendo consigo altas consequências sociais¹¹⁴, podendo afetar a economia global, além dos elevados custos para efetivar tentativas para sua contenção. O Banco aponta a dificuldade de elucidar as causas e consequências da violência, mas associa um baixo PIB per capita a conflitos políticos e altas taxas de homicídios. A falta de emprego entre os jovens é apontada pelas pesquisas desenvolvidas pela instituição como o principal condicionante para o ingresso daqueles em movimentos rebeldes ou gangues urbanas. A estratégia orientada para romper com esses ciclos de insegurança e reduzir sua recorrência é a construção de instituições

¹¹³ Os dois pilares da estratégia de combate à pobreza do Banco Mundial são a melhoria do clima de investimento e o empoderamento das pessoas de baixa renda. Esses pilares estão inter-relacionados, pois o progresso no desenvolvimento humano propicia a capacidade para sustentar as melhorias no clima de investimento, apoiar o crescimento econômico e abordar as desigualdades econômicas e sociais (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 19).

¹¹⁴ De acordo com o BM (2011, p. 5), “As pessoas nos Estados frágeis e afetados por conflitos têm mais de duas vezes a probabilidade de estarem subnutridas do que as pessoas em outros países em desenvolvimento, mais de três vezes a probabilidade de serem incapazes de enviar seus filhos à escola, duas vezes a probabilidade de verem seus filhos morrerem antes dos 5 anos de idade, e mais de duas vezes a probabilidade de carecerem de água potável”.

legítimas capazes de oferecer segurança cidadã, justiça e empregos, ampliando a participação de grupos sociais que poderiam recorrer à violência armada.

No ano de 2013, o Relatório Anual, além de confirmar o combate à pobreza como a essência da missão do Grupo Banco Mundial, lança dois objetivos: reduzir o percentual de pessoas que vivem com menos de U\$ 1,25 por dia para, no máximo, 3% até 2013 e; promover o bem-estar e o aumento da renda dos 40% mais pobres nos países em desenvolvimento, a chamada Prosperidade Compartilhada. A ideia é de o progresso econômico beneficie mais essa parcela da população. Afirma o BM ter ingressado em uma nova era ao adotar medidas mensuráveis para atingir as metas. Diferente do afirmado em 2005, apenas o crescimento econômico não se constitui como a peça chave para alterar os padrões de vida da população pobre.

Para alcançar esses objetivos será necessário reconhecer que apenas o crescimento econômico não construirá o bem-estar sustentado e inclusivo; os níveis mais elevados de distúrbios sociais em todo o mundo são causados, em parte, por um aumento da desigualdade econômica e pela falta de oportunidades inclusivas. O alcance desses objetivos exigirá maior cooperação entre os parceiros no desenvolvimento, inclusive organizações multilaterais e seus Estados membros. Essa cooperação é essencial em um momento de incerteza econômica global continuada (BANCO MUNDIAL, 2013, p. 7, grifo meu).

Assim, as estratégias passam a problematizar a questão da desigualdade e seus efeitos sobre a sociedade, gerando entraves para o processo de desenvolvimento. Os esforços se direcionam para a elevação das renda dos mais pobres no mundo. Traz, portanto, uma relação entre a desigualdade e os índices de pobreza. De acordo com o Relatório (2013), à época, o número de pessoas vivendo na extrema pobreza era de 1,2 bilhão de pessoas, ou 21% da população do mundo em desenvolvimento. Além disso, a publicação aponta a impossibilidade de se cumprir os Objetivos do Milênio até a data estabelecida (2015); até aquele ano somente 4 metas, das 21 traçadas e englobadas nos 8 objetivos maiores, foram atingidos no mundo todo. O Banco Mundial estabelece com isso uma série de setores necessários para planejar sua intervenção¹¹⁵ para melhorar a vida desses 40% que vivem em países em desenvolvimento.

¹¹⁵ *Abordagem dos desafios da mudança climática; Apoio às pessoas em países afetadas por conflitos e frágeis; Investimento em educação e saúde; Promoção de oportunidades para mulheres e meninas; Trabalho para criação de empregos, promoção do comércio e apoio à proteção social; Permitir a participação econômica por meio de inclusão financeira; Investimento em agricultura para segurança alimentar; Transformação de vidas por meio de infraestrutura; Parcerias para gerenciamento de riscos e desastres (BANCO MUNDIAL, 2013).*

Mas a desigualdade econômica que é contemplada no Relatório não se remete ao caráter próprio do sistema capitalista, caracterizado pela propriedade privada e exploração e expropriação do trabalho. Não se refere à concentração de renda nas mãos de alguns poucos capitalistas, comprometendo a distribuição da riqueza para o restante da população, como algo inerente a essa sociedade. Aqui, a desigualdade é tratada, primeiramente, pelas suas consequências prejudiciais à coesão social, como uma ameaça à ordem. Segundo, ela é marcada pelo caráter individual, em que é necessário alguns investimentos no pobre para que ele aumente sua capacidade, aproveite oportunidades, supere a condição de pobreza e passe a ter uma condição social menos desigual.

Na publicação do Banco Mundial chamada *La pobreza y la prosperidade compartida 2018: Armando el rompecabezas de la pobreza*, de 2018, o presidente do Grupo Banco Mundial, Jim Yong Kim, reafirma o objetivo afirmado em 2013, de reduzir a população que vive na extrema pobreza para menos de 3% e traz os avanços da luta no combate à pobreza nos últimos 25 anos: se em 1990 um terço da população vivia nessa condição, os últimos dados disponíveis, de 2015, apontam um queda para 1/10 da população mundial. Segundo consta, “A pobreza não implica apenas uma falta de renda e de consumo: ela também *manifiesta-se* na forma de baixos níveis educacionais, resultados insatisfatórios em saúde e nutrição, falta de acesso a serviços básicos e um ambiente perigoso¹¹⁶ (KIM, 2018, p. IV, grifo meu). Ainda diz sobre a importância de conhecer a pobreza em todas as suas manifestações para erradicá-la. Estabelece um “novo conjunto de linhas e medições da pobreza [que] amplia a maneira como concebemos a pobreza”¹¹⁷. Apresenta os resultados da medição da pobreza multidimensional levando em conta os componentes “múltiplos e coincidentes da pobreza”. Agora, examina a desigualdade intrafamiliar, que pode fazer com um pessoa viva na pobreza em lugares que não são pobres.

Ampliando sua perspectiva, sob a justificativa da pobreza multidimensional ser um problema complexo e a possibilidade de identificar os pobres que tem se mantido ocultos, o BM (2018, p. 6) incorpora “três novas peças no quebra-cabeças da pobreza”, novas formas de medir e conceituar a pobreza, de acordo com a citação¹¹⁸:

¹¹⁶ Tradução não oficial: “La pobreza no implica únicamente una carencia de ingresos y de consumo: también se manifiesta en forma de niveles educativos bajos, resultados insatisfactorios en salud y nutrición, falta de acceso a servicios básicos y un entorno peligroso”.

¹¹⁷ Tradução não oficial: “(...) nuevo conjunto de líneas y mediciones de la pobreza [que] amplía la manera em que concebimos la pobreza”.

¹¹⁸ Tradução não oficial: “En las nuevas mediciones se reconoce que las personas pueden definirse como pobres respecto de la sociedad en que viven, incluso cuando sus niveles de consumo superan ampliamente el nivel de USD 1,90. Estas mediciones también amplían nuestro panorama de la pobreza al incluir elementos del bienestar

Nas novas medições se reconhece que as pessoas podem definir-se como pobres em relação à sociedade em que vivem, incluindo quando seus níveis de consumo superam amplamente o nível de U\$ 1,90. Estas medições também ampliam nosso panorama da pobreza ao incluir elementos de bem-estar básicos, como acesso ao saneamento e serviços básicos de saúde. Por último, nos permitem ir além de lugares em uma primeira intenção de medir a pobreza a nível dos indivíduos (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 6).

A defesa nesse enfoque mais amplo sobre a pobreza se assenta no melhor entendimento das diversas dimensões da pobreza a nível mundial, o que pode ser útil para orientar as políticas e identificar as regiões com maiores necessidades. As novas medições também podem ajudar a monitorar os avanços na luta contra a pobreza em um mundo em crescimento, inclusive nos países com baixas taxas de extrema pobreza, visto que o Banco entende que o dinheiro, embora fundamental, não é o único elemento necessário para viver fora da pobreza.

A Linha Internacional da Pobreza (LIP) estabelecida pelo BM é de U\$ 1,90¹¹⁹ por dia. Entretanto, uma pessoa com um renda superior à essa pode *sentir-se pobre* caso não tenha acesso à educação, serviços básicos e atenção de saúde e seguridade, essenciais ao bem-estar. Esse enfoque multidimensional evidencia que a pobreza é um problema mais generalizado e reforça a importância de investimentos em capital humano. Segundo essa definição, que abarca consumo, educação e acesso à serviços básicos, a proporção de pobres aumento cerca de 50% em uma comparação somente com a pobreza monetária.

Outro ponto defendido pela instituição para entender como as pessoas sofrem a pobreza, é a necessidade de examinar como são distribuídos os recursos entre os membros de cada família. Além de quadros mais gerais, de gênero e idade – nos países mais pobres, mulheres e crianças tem menor acesso a recursos e serviços básicos – estudos apontam uma distribuição não equitativa de bens de grandes valores e mesmo de alimentos dentro das famílias.

O Relatório também traz uma novidade em relação à LIP. A referência de U\$ 1,90/dia para medir a pobreza monetária é utilizada para determinar uma média em que as pessoas possam cobrir suas necessidades básicas nos países mais pobres do mundo. Então

básico, como el acceso a saneamiento y servicios básicos de salud. Por último, nos permiten ir más allá del nivel de los hogares en un primer intento por medir la pobreza a nivel de los individuos”.

¹¹⁹ Valor atualizado em 2015 que estabelece a Linha Internacional da Pobreza (LIP), em substituição ao valor anterior, de U\$ 1,25 ao dia. Esse é o mecanismo fundamental do Banco Mundial para monitorar os avanços sobre a luta empreendida contra a extrema pobreza.

surge a importância de considerar linhas de pobreza mais altas para as pessoas pobres que vivem em países com níveis de renda mais elevado, sendo possível monitorar os avanços de acordo com a satisfação de necessidade em um mundo em crescimento. Foram estabelecidas outras duas linhas, com valores mais altos de U\$ 3,50 e U\$ 5,50 por pessoa ao dia, respectivamente para os países de renda média baixa e os de renda média alta. Se a LIP de U\$ 3,20 evidencia o resultado dos esforços no combate à pobreza que são ocultos quando de uma análise centrada na extrema pobreza¹²⁰, a LIP de U\$ 5,50 alerta que quase metade da população mundial vive com menos desse valor e, nas regiões do Oriente Médio e Norte da África, Ásia Meridional e África Subsaariana, mesmo com avanços nas taxas de pobreza, o número de pessoas que viviam com menos de U\$ 5,50 era menor em 1990 do que em 2015, devido ao crescimento demográfico.

Sob um olhar mais complexo das necessidades básicas, que podem variar de acordo com o nível de consumo e de renda em cada país, e buscando uma maior compreensão da pobreza, o BM incorpora outra linha de pobreza, a social:

Para avaliar esse tipo de pobreza, o Banco Mundial incorpora a linha de pobreza social (LPS), que segue as convenções das sociedades como complemento das linhas já existentes. A LPS é uma combinação da LIP absoluta e uma linha de pobreza que guarda relação com o nível médio de renda em cada país (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 13).

A LSP retrata as particularidade de níveis do padrão de consumo de cada sociedade. Sob essa forma de definir a pobreza, o número de pobres que viviam na extrema pobreza em 2015, 736 milhões de pessoas, quase triplica. Os números demonstram avanços do Banco no combate à pobreza. Mas quando o entendimento se amplia para além da questão monetária, a falta de acesso a elementos básicos de bem-estar denuncia o quão longe estamos de uma sociedade capaz de prover condições que supram as carências e estabeleçam acesso a diretos fundamentais.

Portanto, para os países em desenvolvimento, o Banco Mundial é responsável pelas orientações para o desenvolvimento e o combate à pobreza. E realiza essa missão respondendo ao movimento global da economia, apostando ora em políticas desenvolvimentistas durante a expansão da acumulação capitalista após a Segunda Guerra, ora em políticas neoliberais, emergentes na década de 1970. As medidas para o enfrentamento

¹²⁰ Tomamos por exemplo o Oriente Médio e o Norte da África. Nessas regiões, a extrema pobreza reduziu apenas 1% entre 1990 e 2015, de 6% para 5%. Levando em conta a LIP de U\$ 3,20 ao dia, os países dessa região, no mesmo período, a redução de pessoa que viviam com essa renda caiu, de 27% para 16% (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 12).

à pobreza também se alternam, como evidenciado, a depender da compreensão dos fatores que a originam. A importância desse entendimento por parte do Banco se refere ao seu poder frente às nações.

Ao incentivar estudos e produzir vasta gama de documentos sobre a pobreza, o Banco Mundial exerce influência em âmbito global. É comum encontrar citações extraídas destes documentos e estudos em diversas publicações governamentais, acadêmicas e jornalísticas (FARIAS e MARTINS, 2007, p. 204).

No entanto, Farias e Martins (2007, p. 209-210) dizem que o conceito de pobreza do BM determinado por seus pesquisadores é construído sob uma metodologia não esclarecida em seus documentos. A impressão é que os pobres estariam sob controle da instituição e que os empecilhos ao desenvolvimentos resultariam da “incapacidade” dos pobres ou da “incompetência” dos governos. Apenas uma boa gestão do capitalismo seria o suficiente para se criar o âmbito eficaz para o combate à pobreza. Isso acarreta entendimentos destoantes sobre o assunto.

Em uma crítica a ideia de multidimensionalidade da pobreza, Siqueira (2013) aponta para uma diversidade de fatores que a originam; não só o econômico, mas cultural, moral, ético, espiritual, identitário, cujo enfrentamento de refere a processos culturais, morais, autoajuda, empoderamento ou inclusão pela educação. A pobreza multidimensional (não apenas centrada na renda, como a unidimensional, e mais abrangente que as necessidades básicas, pois considerando acesso à educação, saúde, infraestrutura) leva em conta a situação avaliada pelo sujeito, uma *perspectiva subjetiva*, retirando a centralidade do modo de produção capitalista como seu produtor:

A pobreza enquanto dimensão subjetiva passa a ser determinada pela sensação, pela vivência ou pela autoimagem dos sujeitos. Não se considerando a materialidade da pobreza, mas a percepção que os sujeitos tem da sua própria condição. Esta abordagem trata igualmente condições objetivas e subjetivas (autopercepção, autoimagem) do pobre. Equaliza-se assim aspectos econômicos e materiais com aspectos espirituais e imateriais (SIQUEIRA, 2013, p. 214).

Já Salama e Destremau (1999) defendem ser justamente o aspecto subjetivo que faltava na abordagem sobre pobreza, pois não aplicada aos países em desenvolvimento, mas recentemente incorporada pelo BM conforme publicação de 2018. O fator subjetivo procurar definir um patamar de rendimento que permite aos indivíduos não se sentirem

pobres, por exemplo, por não conseguir conquistar uma série de bens que outras pessoas conseguem. “O sentimento de ter se tornado pobre ocorre quando o indivíduo não pode mais cumprir os compromissos decorrentes da posição ou do lugar ocupados na sociedade, na família, na etnia ou no meio em que vive, e que é rejeitado pelo mesmo” (p. 52). Os indicadores limitam grande parte dessa experiência humana.

O que se pode avaliar são duas compreensões distintas da multidimensionalidade, justamente pela imprecisão passada pelo BM. Uma, de que a multidimensionalidade se trataria das causas da pobreza, agregando outros elementos à questão econômica, não sendo esta contemplada como determinante. Outra, de que, na verdade, a pobreza se expressa de forma multidimensional e não apenas como déficit de renda, mas também em um complexo de relação sociais como pertencimento, relações entre pessoas e o meio, objetivas e subjetivas.

Tendo pouco valor científico a definição de pobreza, e de pobres, por detrás da objetivação conquistada por processos de classificação, quantificação e construção de indicadores, “representa uma construção política, social e classificadora, impregnada de subjetividade e de relatividade, que depende de quem a usa, do contexto no qual esses fatos, representações e aparições ocorrem” (SALAMA e DESTREMAU, 1999, p. 110). Isso é nítido nos Relatórios do Banco ao longo dos anos. Ao tema da pobreza sempre é acrescentado algum novo elemento que, de forma miraculosa, seria a chave para entender a origem e a solução para a pobreza. Assim, a maleabilidade do conceito permite sua instrumentalização e manipulação por parte de quem está envolvido em seus estudos. Um terreno fértil para o Banco Mundial que ignora o processo gerador da pobreza e, através dela, se mantém ativo; como a missão do BM se alicerça no combate à pobreza, a existência desta se mostra mais interessante à instituição do que seu fim. Qual seria o papel do Banco se seu elemento vital for extinto e deixar de conferir a ele uma visão humana levantada pela bandeira do compromisso às camadas mais desprovidas da população? Sua extinção seria eminente, decorrente da perda de sua função nuclear.

3.3 CONCEPÇÕES DE POBREZA E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Essa parte final do capítulo visa identificar o conceito de pobreza expresso na Política de Assistência Social, por meio de pesquisa documental dos seus marcos

regulatórios. Para tanto, recorreremos à Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), à Política Nacional de Assistência Social (PNAS), à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e; ao Caderno de Orientações Técnicas do Cras. Também serão analisadas, de forma mais meticulosa, as entrevistas concedidas pelos assistentes sociais que atuam na Proteção Social Básica do município de Londrina, Paraná, para identificar a concepção de pobreza dos assistentes sociais e as implicações para o exercício profissional.

3.3.1 A pobreza na Política de Assistência Social

De acordo com Boschetti e Salvador (2006), uma das grandes conquistas da Constituição Federal de 1988 (CF/88) foi o conceito de Seguridade Social que institucionaliza uma nova forma de organização das iniciativas do Estado e da sociedade para o acesso às áreas de previdência, saúde e assistência social, incorporando legalmente as reivindicações dos trabalhadores organizados em período de redemocratização. A Seguridade Social está alocada no Título VIII, Da Ordem Social, Capítulo II, da Constituição Federal, em que é definida no artigo 194: “A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 2008, p. 127). A Seguridade Social no Brasil expressa o caráter de proteção social. Segundo Sposati:

A proteção social, política pública de forte calibre humano, carrega marca genética que a torna um tanto distinta de outras políticas sociais. Seu campo de ação não se refere, propriamente, à provisão de condições de reprodução social para restauração da força viva de trabalho humano. As atenções que produz constituem respostas a necessidades de dependência, fragilidade, vitimização de demanda universal porque próprias da condição humana. Porém, o modo pelo qual essa demanda é reconhecida e incorporada, as respostas que obtém, no âmbito público ou privado, decorrem de valores, mais, ou menos, igualitários da sociedade para com seus cidadãos (SPOSATI, 2013, p. 653).

Portanto, as políticas de proteção social, mais do que proporcionarem formas de apenas garantir a manutenção e conservação da classe trabalhadora para as necessidades restritas de acumulação do capital, respondem às demandas próprias da condição de vida humana, mas na medida em que a sociedade estabelece seus níveis de vida, abaixo do qual nenhum cidadão deve viver. Mas isso não é garantia de tratamento igualitário para todos.

Sposati (2013) ainda nos esclarece que o atendimento de indivíduos fora dos ciclos de vida característicos da proteção social devido a sua não inserção no mercado de trabalho para auferir seu sustento, representa um choque de interesses diante do capitalismo.

Com isso, a proteção social não se encerra no campo social, mas se estende aos campos político e econômico: gerida pelo Estado burguês através de leis e pactos entre classes que tentam conciliar interesses conflitantes, a proteção social é marcada pelo atendimento de necessidades sociais contando com escassos recursos; a lógica da sociedade burguesa é o investimento em atividades geradoras de riqueza (PEREIRA, 2013).

Como já exposto, no mundo em desenvolvimento o Banco Mundial exerce grande influência para a elaboração de políticas públicas por meio de sua relação hierárquica com as nações quanto às imposições de condicionalidades necessárias para a obtenção de créditos junto à instituição, constringendo os países e ferindo a autonomia política dos governos. Os esforços do Banco se voltam para o combate à pobreza porquê, segundo a sua concepção, esta é um entrave para o desenvolvimento. Por isso suas ações são direcionadas ao aumento do capital humano dos sujeitos aptos ao mercado de trabalho, instrumentalizando-os no sentido de aumento de suas capacidades, ideias defendidas por Amartya Sen. Uma abordagem individual que responsabiliza as pessoas pela sua condição de pobreza devido ao seu perfil de não produtivo. E mesmo quando o BM agrega outros elementos, como a discussão da violência e da desigualdade, os problematiza enquanto freios ao desenvolvimento e não como suas consequências.

O pensamento do economista indiano Amartya Sen se tornou referência para o Banco Mundial quanto as medidas orientadas para o desenvolvimento e para as políticas de combate à pobreza que são direcionadas aos países da periferia capitalista. Sen (2000) amplia a noção de pobreza para além do quesito renda¹²¹, apresentando uma compreensão muito particular que difere do entendimento do Serviço Social enquanto resultado do processo de exploração e acumulação capitalista e que se refrata no não acesso a um conjunto de direitos e deveres que se fazem presentes na vida em sociedade; a multidimensionalidade da pobreza em Sen (2000) se projeta como privação de capacidades:

¹²¹ Segundo Siqueira (2013, p. 124), é atribuída à Sen, ganhador do Prêmio Nobel de 1998, a definição de pobreza em sua multidimensionalidade. A doença, a miséria, a não participação social e política, dentre outros, são consideradas privações de capacidades que impedem a superação da pobreza. Além de influenciar grandes organizações, como a Organização das Nações Unidas e o Banco Mundial, Sen participa da elaboração do Relatórios do Desenvolvimento Humano.

Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente umas das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa (SEN, 2000, p. 109).

Mesmo trazendo o sistema capitalista como um dos determinantes para a pobreza, mas não como único determinante, um Sujeito da pesquisa advoga na mesma linha do pensamento do Sen, defendendo que a origem do problema está inserida em um campo de desigualdades sociais, mas também de responsabilidade individual. Uma visão multidimensional que traz como *causa* da pobreza um série de elementos, desvinculando a razão dos fundamentos mesmo do sistema econômico.

Eu acho que a questão da desigualdade social mesmo, a distribuição de renda, acho que parte daí, esses dois pontos aí, a questão do sistema capitalista e toda aquela relação. Aí a pessoa não tem uma escolaridade, não está qualificada, não consegue inserção no mercado de trabalho. Eu acho que ocasiona partir daí e não vai tendo oportunidades, vai ficando naquele isolamento, sem muita informação e vai atingir uma certa idade e também não consegue, os mais jovens muitas vezes ainda não tem também um início e aí vai passando de família em família (Sujeito 8).

Embora estabeleça essa diferenciação entre a pobreza enquanto baixo nível de renda e da pobreza como inadequação de capacidade, o autor aponta que ambas estão vinculadas: “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2000, p. 23). Nessa relação, é estabelecido que a renda é um dos elementos importantes para obter capacidades e, por meio dessas, aumentar o potencial de uma pessoa ser produtiva e prover renda; uma relação que se retroalimenta. Mas alerta que *apesar da relação entre o não acesso à renda e o impedimento de exercer capacidades (pobreza de renda e pobreza de capacidades), o aumento da renda não deve ser o principal motivo das políticas de combate à pobreza*. O que é colocado em foco é que a expansão das capacidades humanas caminha junto com a expansão da produtividade e o poder de gerar renda. Assim, o aumento das capacidades básicas individuais é o que traria a possibilidade do

pobre atuar em sua “condição de agente”¹²² e superar sua situação de pobreza. A pobreza é um obstáculo à liberdade e, assim, ao desenvolvimento.

Mas vale dizer que a própria realidade social em que se operam esses movimentos, possibilita a articulação de estratégias de resistências ao avanço neoliberal, encabeçada por protagonistas sociais organizados. Mesmo com a presença de orientações¹²³ compulsórias do Banco, em recente análise Almeida (2018) aponta que Brasil e Uruguai, países foco de sua pesquisa, ampliaram seus sistemas de proteção social não contributiva para além das medidas de combate à pobreza a partir do Estado nos termos de Gramsci e Poulantzas.

É possível afirmar que de fato os Estados absorvem demandas sociais, ao ofertar programas e serviços a segmentos populacionais específicos, ou com demandas específicas, como pessoas com deficiência, idoso, crianças e adolescentes muitas vezes vítimas de violência, ou para indivíduos que, por alguma contingência social, como estar ou morar na rua, pessoas vítimas de violência, ou até mesmo adolescentes em cumprimento de medidas, oferta de acolhimento institucional para segmentos e situações diferenciadas. Fica claro que os países criaram estratégias de resistência ao modelo neoliberal de não atender somente a perspectiva do desenvolvimento econômico (ALMEIDA, 2018, p. 244).

Os esforços agora se direcionam para identificar a concepção de pobreza expressa nos marcos da Política de Assistência Social brasileira. Juntamente com a concepção de pobreza entendida enquanto expressão da “questão social”, que aqui se remete às condições do trabalho sob o modo de produção capitalista e a prevalência da propriedade privada, o que torna garantidas a sua exploração e expropriação, a ideia de pobreza institucionalizada, presente nos documentos legais, é considerada como um possível conceito que orienta o exercício profissional do assistente social.

De acordo com a Constituição, no Título VIII, Capítulo II, a Assistência Social “será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 2008, p. 134). Foi regulamentada pela Lei Federal nº 8.742/93; Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), inovando ao afirmar seu caráter não contributivo

¹²² Sen (2000, p. 33) usa o termo *agente* de forma a caracterizar indivíduos que agem e provocam mudanças, cujos feitos são julgados por seus próprios valores e objetivos, independentemente de serem avaliados ou não por algum critério externo. O autor leva em conta “o papel da condição de agente do indivíduo como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas (interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se, direta ou indiretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas)”.

¹²³ Os Objetivos estabelecidos e que estão ligados à proteção social não contributiva: Erradicação da pobreza; Fome zero e agricultura sustentável; Trabalho decente e crescimento econômico; Redução das desigualdades: Consumo e produção responsáveis; Parcerias e meios de implementação. Mesmo compreendendo a Saúde, Almeida priorizou a Política de Assistência Social para seus estudos. (ALMEIDA, 2018, p. 226).

diante da necessidade de integração entre o econômico e o social, além da responsabilização do Estado na universalidade e garantia de direitos e acesso a serviços sociais com a participação da população. Em 2004 é aprovada, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), através da Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Segundo Sposati (2011), a PNAS, foi resultado de um amplo debate descentralizado por todo o país, se projetando da seguinte forma:

Seu eixo central é a proteção social não contributiva como alargamento do alcance da política brasileira de proteção social como direito de cidadania, e não direito ao trabalho próprio do seguro social ou da proteção social contributiva (SPOSATI, 2011, p. 9).

Deliberada na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003, a PNAS se coloca na perspectiva de materialização das diretrizes da Loas e dos princípios da CF de 1988, tornando claras as diretrizes para efetivação da Assistência Social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado. Os gestores da política de assistência social devem se nortear pela PNAS e seus eixos estruturantes¹²⁴. O sistema de proteção foi hierarquizado, em básica e especial, indicando a instalação do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), responsáveis pela oferta dessas proteções em todo território nacional. À PNAS seguiu-se a construção e normatização do Sistema Único de Assistência Social (Suas), aprovado em julho de 2005 pelo CNAS através da NOB nº 130, de 15 de julho de 2005.

O Suas está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob o critério de universalidade e de ações em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2014, p. 60).

Em 2009 o CNAS aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais através da Resolução nº 109/2009, em que são estabelecidas as referências básicas dos serviços, referentes ao seu acompanhamento, avaliação e fiscalização. Os serviços

¹²⁴ A saber: Matricialidade Sociofamiliar; Descentralização político-administrativa e Territorialização; Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil; Financiamento; Controle Social; o desafio da participação popular/cidadão usuário; A Política de Recursos Humanos e A informação, o Monitoramento e a Avaliação (BRASIL, 2005, p. 39).

são especificados para maior compreensão de como devem ser ofertados e para que público se dirige, além de estabelecer a base de seu financiamento. Dois anos depois o Suas, segundo Sposati (2011) diante da sua maturidade, alterou o texto da Loas com a aprovação da Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, Lei conhecida como Loas-Suas, reafirmando a Assistência Social como política de direito e dever do Estado no âmbito da Seguridade Social.

Além desses documentos (Loas, PNAS e Tipificação), elegemos também para análise o caderno Orientações Técnicas da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social – Suas: Centro de Referência de Assistência Social – Cras. Essa publicação traz um “conjunto de diretrizes e informações para apoiar os municípios e o Distrito Federal no planejamento, implantação e funcionamento do Cras”, além de oferecer apoio aos Estados e União para o acompanhamento da implantação e aprimoramento das unidades já implantadas.

Conforme Mota (2009) a Assistência Social adquire centralidade na Seguridade Social, sendo creditada para a solução da pobreza e enfrentamento das desigualdades, sendo que os Programas de Transferência de Renda (PTR) tiveram prioridade nessa expansão. A pobreza, talvez a principal expressão da “questão social”, se torna o alvo por excelência das medidas de proteção social no âmbito da Política de Assistência Social. Mas de qual pobreza estamos falando? Como ela é definida na PAS?

Na análise dos documentos elegidos para o exercício de aproximação ao termo, não foi encontrado, ao menos não de forma explícita, o conceito de pobreza ou de pobres. Não há uma definição teórica que elucide objetivamente sobre o que estamos lidando. Muito se fala sobre “mínimos sociais”; “necessidades básicas” (BRASIL, MDS, 2011, p. 7); “exclusão pela pobreza”; “população que vive em situação de vulnerabilidade social” (BRASIL, MDS, 2005, p. 33); “exclusão social” (BRASIL, MDS, 2005, p. 36). Em decorrência do uso recorrente dessas expressões, que nos remetem à um quadro extremo de condições de vida, *a concepção de pobreza expressa na PAS na questão de renda é a pobreza absoluta*. Recuperando Salama e Destremau (1999, p. 51), a pobreza absoluta “seria aquela com a qual qualquer indivíduo ou grupo familiar viveria, se não possuísse renda suficiente para se reproduzir, sendo esta renda a conversão monetária do mínimo de calorias necessários à reprodução fisiológica, mínimo ao qual acrescentados as despesas ligas à moradia, ao transporte”. É dessa forma que a *pobreza se expressa*, na verdade, uma das formas, na vida dos sujeitos de acordo com a realidade que é apresentada aos assistentes sociais atuantes nos Cras.

[...] muitas vezes é a questão da pobreza vinculada ao direito básico da comida, da fome, porque muitas vezes ela não tem o que comer em casa e então elas acessam esse serviço na condição básica de sobrevivência [...] As pessoas deixam de fazer aquilo que é fundamental para sua vida, a qualidade de vida (Sujeito 4).

Ela não consegue acessar esses espaços de consumo; quando ela consome, ela consome sempre aquilo que é de segunda mão, aquilo que é mais precário. Então a pobreza vai deixando a pessoa numa condição de um desenvolvimento humano precaríssimo porque a pessoa não consegue acessar aquilo que é essencial, aquilo que elementar para vida (Sujeito 14).

Entende-se por esse enfoque que essa parcela da população viva um processo de *pauperização absoluta*, nos termos de Netto e Braz (2012), com degradação real das condições de vida e que se reflete na queda dos padrões de alimentação e moradia, além do desemprego. Também, os Sujeitos apontam que essas condições que denunciam a pobreza são agravadas pelo preconceito sofrido por esses sujeitos, por vezes devido ao seu próprio território, potencializando situações extremas, não conseguindo acessar garantias lhes são de direito: *“então, a pessoa chega aqui [no Cras] muito fragilizada (Sujeito 2).*

[...] ela já vai ser discriminada pelo bairro que ela mora. Começa por aí. Então ela não vai ter acesso muitas vezes ao emprego e aos outros meios. A pobreza é restritiva. [...] elas chegam a nós já em uma situação muito fragilizada [...] (Sujeito 3).

Eles tem muito menos acesso a tudo. Então, desde a colocação no mercado de trabalho, o que propicia que eles não tenham renda... ontem mesmo, assim como todos os dias no atendimento, a usuária colocou, eu perguntei: “e daí, como foi aquela seleção de trabalho? Você foi lá no Shopping Catuaí?”. “Ah, eles falaram na minha cara que não iam dar por conta do lugar que eu moro”. Aí propicia que a pessoa não tenha emprego, é uma falta de acesso. E lá na zona rural, o que que tem lá? É serviço de saúde e escola. Escola e mais fundamental e médio. Então para qualquer outra coisa, acesso à cultura, à lazer e esporte, trabalho, tem que vir aqui para cidade (Sujeito 3).

A recorrência aos termos “mínimos sociais” e “necessidades básicas” aparece de forma constante na PAS. Não há especificação dos seus significados. A Loas, por exemplo, estabelece que:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que *provê os mínimos sociais*, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o *atendimento às necessidades básicas* (Artigo 1º, Capítulo 1, Lei nº 8.742, de 7/12/1993, grifo meu).

Ainda segundo a Loas (Parágrafo Único, incluído pela Lei nº 12.435/2001), a garantia desses mínimos sociais, as condições para atender contingências sociais e promover a universalização de direitos, são os pontos basilares do enfrentamento da pobreza pela assistência social, que se realizará de forma integrada às políticas sociais.

Em sua análise, Pereira (2011) aponta que a partir do século XX a ideia de mínimos sociais perde seu caráter individual e sua conotação meramente biológica e natural atrelada à pobreza absoluta para se inserir no âmbito das necessidades sociais¹²⁵ como matéria de direito, devendo ser enfrentadas por políticas pensadas coletivamente. Portanto, essa provisão correspondente às necessidades básicas devem estar para além da ideia de mínimo, para ser essencial. É a partir da adoção do Plano Beveridge e das ideias de J. M. Keynes, que os mínimos se distanciam da simples manutenção de renda para abarcar outros mecanismos de proteção social, como serviços universais e proteção ao trabalho. Mas com o neoliberalismo voltou-se a defender a identificação dos mínimos sociais com um mínimo de renda.

No Brasil, as políticas sociais tiveram sua trajetória marcada pelo movimento das alterações econômicas internacionais, embora aqui não tenhamos conhecido uma proteção social ampla nos moldes da experiência europeia, mesmo prevista na Constituição de 1988. Ainda que elaborada a partir da realidade de países desenvolvidos, Pereira (2011) argumenta que a teoria desenvolvida por Gough e Douyl se aplica ao Brasil por seu caráter universal, mesmo entendendo sua inserção periférica no capitalismo mundial e uma relutância em adotar políticas direcionadas à satisfação das carências sociais, por mínimas que fossem.

Efetivamente, a noção de mínimos contemplada na política social brasileira sempre este afeta ao salário e à renda da população pobre e, mesmo assim, de forma ínfima e sem o devido vínculo orgânico com as demais previsões sociais ou com projetos políticos de otimização de satisfação de necessidades básicas (PEREIRA, 2011, p. 186).

A Política de Assistência Social não menciona, quando trata da população atendida, categorias que possam evidenciar uma sociedade dividida em classes, que nos

¹²⁵ Não cabe aqui reiterar a análise de Pereira (2011). A autora promove sua discussão à luz da teoria das necessidades humanas Ian Gough e Len Douyal (*A theory of human need*). Os autores defendem a objetividade e universalidade das necessidades humanas, entendidas sob dois elementos: saúde física e autonomia. É pela satisfação dessas necessidades que os seres humanos podem se constituírem enquanto tal e qualquer outro objetivo ou desejo que julgarem valorosos.

remeteria a interesses conflitantes; não há menção a “trabalhadores”, “classe trabalhadora”. A centralidade das intervenções é direcionada para a família, entendida “como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidado aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” e, nesse sentido, “a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e indivíduos” (BRASIL, MDS, 2005, p. 41), sendo compreendidos como “beneficiários”, “destinatários”, destituídos de classe social.

A Tipificação também não evolui para trazer um conceito de pobreza, se restringindo à “situações de vulnerabilidades vivenciadas” (BRASIL, MDS, 2011, p. 6). Traz o detalhamento dos serviços ofertados¹²⁶ pela PAS, uma padronização sobre objetivos, usuários, os resultados esperados e questões burocráticas. Os serviços da proteção social básica, ofertados nos Cras são direcionados às famílias; mesmo os segmentos apresentados, como criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência, devem ser compreendidos na perspectiva familiar. São direcionados às consequências da pobreza e a possibilidade de rompimento de seus agravos, como a fragilização de vínculos familiares e comunitários e o isolamento. Na descrição do Paif (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), por exemplo, principal serviço ofertado obrigatoriamente pelo Cras, a Tipificação traz que o trabalho social desenvolvido com famílias “apreende as origens, significados atribuídos e as possibilidades de enfrentamento das *situações de vulnerabilidade* vivenciadas por toda a família, contribuindo para sua proteção de forma integral, materializando a matricialidade sociofamiliar no âmbito do Suas”. Expõem, posteriormente, que essas vulnerabilidades são resultados “da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade [...]”. Portanto, o Paif é voltado para a possibilidade de enfrentar as *consequências da pobreza*, da fragilidade de atuação do Estado no campo social ou outro motivo que dificulte o acesso aos serviços e comprometa a relação do indivíduo com a sociedade, fatores que geram a vulnerabilidade. A PAS se propõem a grandes objetivos, como enfrentamento de desigualdades socioterritoriais (BRASIL, MDS, p. 33) e se colocando como “fundamental no processo de emancipação” das famílias (BRASIL, MDS, p. 42), mas com uma referência de pobreza muito restrita, pautada em condições extremas de vida.

A justificativa para tornar a família o eixo central das medidas da PAS vão além do seu papel social de proteção, promoção e inclusão de seus membros. De acordo a

¹²⁶ Nos restringiremos aos serviços ofertados no Cras, local de atuação dos profissionais entrevistados.

PNAS (BRASIL, MDS, 2005, p. 42.), estudos sobre população e condições de vida embasam que transformações de diversas ordens ocorridas na sociedade contemporânea, como “as relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução da reprodução humana, à mudança de valores e à liberalização de hábitos e dos costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societários, redundaram em mudanças radicais na organização das famílias”. Algumas mudanças elencadas sobre as famílias se referem ao enxugamento dos grupos familiares (famílias menores), uma variedade de arranjos (monoparentais, reconstituídas), que se somam com processos de “empobrecimento acelerado e da desterritorialização das famílias geradas por movimentos migratórios”. São essas transformações responsáveis pelo processo de fragilização de vínculos familiares e comunitários que expõem às famílias à vulnerabilidade.

A vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares ou aos ciclos de vida das famílias. Portanto, as condições de vida de cada indivíduo dependem menos de sua situação específica que daquela que caracteriza sua família. No entanto, percebe-se que na sociedade brasileira, dadas as desigualdades características de sua estrutura social, o grau de vulnerabilidade vem aumentando e com isso aumenta a exigência das famílias desenvolverem complexas estratégias de relações entre seus membros para sobreviverem (BRASIL, MDS, 2005, p. 42, grifo meu).

A referência sobre a base econômica e a condição em que se efetiva o trabalho na sociedade capitalista não são discutidos, apenas sinalizados timidamente e, posteriormente, diluídos em meio a outros processos de caráter científico, ético e moral, de forma que seus significados ficam sem entendimento: quais foram essas transformações sociais relacionadas à “ordem econômica, à organização do trabalho”? Qual o significado para a utilização desses termos? Outra questão é que o risco de pobreza é explicado por variados pontos: além de *fatores da conjuntura econômica*, sem revelar quais são, mas tidos como passageiros, já que conjunturais e não estruturais, temos à responsabilização do indivíduos devido à suas *qualificações pessoais*, mas também às características de como *está estruturada a família e ciclos específicos de vida*. Entendemos que a infância e a velhice requerem maior atenção de medidas de proteção social, fato expresso na PNAS. Mas o que se coloca aqui é que as causas da pobreza tem sua gênese vinculada ao movimento e organização internos da família, sem referência à fatores externos, e que teriam grande peso sobre as condições de vida do sujeito. E mais. Reconhecendo que o grau de vulnerabilidade é agravado devido às desigualdades ampliadas características da sociedade brasileira, aponta que as famílias devem

criar estratégias relacionais entre seus membros para a sua sobrevivência. E quais as possibilidades de estratégias postas na realidade de uma família pobre? Quais as alternativas para as pessoas que vivem nos ditos “territórios vulneráveis”? Os Sujeitos apontam que algumas das *implicações da pobreza para a sociedade* estão relacionadas às estratégias mais imediatas dos pobres que não conseguem acessar o mercado de trabalho, seja formal ou informal, e outros direitos.

E tem a questão da violência, do tráfico, por exemplo, que são atrativos, são alternativas, acaba as pessoas se envolvendo, eu não sei se é a pobreza que gera violência ou se é uma questão que está nessa situação e que por não ter acesso a nada acaba fazendo a pessoa... são desdobramentos da pobreza. Então a pessoa está naquela situação e no território tem muito a presença de tráfico [...]. E ele não tem acesso a essas coisas, então ele acaba buscando formas de ter acesso, é uma forma que está ali, posta. [...] Essas alternativas que ele tem sempre são mais atrativas do que a escola ou projeto (Sujeito 7).

Eu sempre via os adolescentes... aqueles adolescentes que chegaram lá para cumprir medida [...] eram adolescentes que nunca tiveram acesso a nada, entendeu? Então assim, coisas básicas que eu estou falando, desde alimentação mesmo não, tenho dinheiro para comprar uma roupa, para fazer um curso, para ir no cinema, coisas que todo mundo quer. E acabava entrando no tráfico e vários outros tipos de violência, roubo, furto. Então eu acho que a falta de acesso vai fazendo com que piora... [...]. Então, para estar dentro desse padrão de consumo, o que mais tem gerado hoje em dia, eu vejo que a violência (Sujeito 12).

Nos territórios abrangidos pelos Cras há muito a presença da violência e da “*questão do assédio do tráfico*” (Sujeito 6) que aparecem nos relatos dos profissionais sobre as implicações da pobreza para a sociedade. É descrito um cenário precário, revoltado, caracterizado pelas más condições materiais e relacionais. Diante desse quadro perturbador e de penúria, submerso em localizações conhecidas, mas evitadas, o pobre é estigmatizado, visto como um cidadão inferior e tendo negado seus direitos, sendo menosprezado e isolado, respeitado e acolhido somente junto aos seus: *são as relações sociais forjadas na pobreza.*

Ela causa desigualdade, na verdade ela é a desigualdade, né? Abandono, sofrimento, exclusão dos bens materiais, da riqueza material, do progresso, da tecnologia, do lazer, da saúde, da educação, da moradia. Então ela segrega, é como se existissem mundos diferentes. Mas ela também traz outra sociabilidade que não necessariamente é ruim. Não estou tentando romantizar a pobreza, mas eu vejo que as pessoas têm uma outra forma de se relacionar com outro, que ainda conserva alguns laços solidários, de comunidade que você não vê em classes sociais mais abastadas: criança brincar na rua. Mas que ele só é reconhecido como gente, na sua

integridade, ali naquele espaço. [...] Então o pobre não consegue nem ocupar a cidade, ele tem que ter lugar dele, isolado. [...] E eu acho que a sociedade não progride, não dá para dizer que a gente tem uma sociedade desenvolvida se existe pobreza. [...] a gente tem uma sociedade muito desigual e pouco desenvolvida. [...] Mas esse desenvolvimento passa também por causa das relações e a gente está muito subdesenvolvido nesse sentido, no campo das relações mesmo, da interação, é rico se trancando atrás de grades em condomínio com medo dessa pobreza porque a vista como perigosa. Qual foi o maior clamor da população nesses últimos tempos? É a questão de segurança pública. O pobre é visto como perigoso. Então é que as pessoas se armem, que se endureçam as penas para que as pessoas fiquem encarceradas, é que a polícia faça mesmo a batida e que atire primeiro e pergunte depois porque é melhor matar na dúvida do que um dos nosso (Sujeito 15).

A PAS traz em si um conceito de pobreza *multidimensional* referente à suas *causas*. A multidimensionalidade também se refere à vulnerabilidade em que o sujeito ou família possa estar e, dependendo do seu agravamento, cair na condição de pobreza. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas – Cras (BRASIL, MDS, 2009), o Cras é uma unidade pública não estatal descentralizada, instalado em territórios de alta vulnerabilidade, responsável pela organização da rede socioassistencial e a oferta da Proteção Social Básica (PSB), de caráter preventivo quanto à essas vulnerabilidades.

Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a *prevenir* situações de vulnerabilidade e risco social por meio do *desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários* (Loas, Lei nº 8742/1993 alterada pela Lei nº 12.435/2011, grifo meu).

As ações são direcionadas para o “empoderamento” do indivíduo para que ele possa lidar com situações adversas presentes na sociedade e no âmbito intrafamiliar, ou mesmo em decorrência da sua condição pessoal, e que possam repercutir de forma negativa na sua vida, comprometendo seu acesso ao básico necessário à manutenção da vida. Na realidade, a verdade é menos romântica: a PNAS responsabiliza o sujeito sobre sua situação. Ele tem que estar preparado para poder evitar e/ou enfrentar as situações que possam gerar prejuízos e constrangimento em seu padrão de vida e nas suas relações. Mas isso é suficiente? O que fazer em uma sociedade marcada pela exploração, pelo crescente número de desemprego e trabalhos informais e precários, por uma desigualdade extrema, por políticas públicas sociais sob constante ataque dos interesses capitalista e pelo crescente empobrecimento da população? Como o sujeito é capaz de lidar com todos esses fatores que o

expõem ainda mais a uma vida marcada por inúmeras situações de dificuldades? E a realidade se mostra mais complexa do que nos termos na lei. Segundo os profissionais, essa prevenção, que segundo as Orientações Técnicas (BRASIL, 2009) é função do Cras, não acontece da forma planejada.

Mas essa prevenção a gente acaba não conseguindo fazer, ou faz mas não atinge o número significativo. Eu acho que falta recursos humanos para conseguir dar conta de tudo, aí você tá sempre fazendo, sempre fazendo... [...] até a questão do projeto; você fala para o adolescente do projeto mas não tem vagas para todos os adolescentes (Sujeito 7).

A base legislativa que norteia tanto o Cras quanto a nossa profissão, fala que o Cras deveria atuar na prevenção; hoje a gente não consegue atuar 100% na prevenção, não sei nem se 50%. [...] hoje a gente enxuga gelo. Então, quando a gente atende uma família, ela já está com uma situação instaurada, seja a pobreza, a violência. A gente não consegue atuar na prevenção (Sujeito 10).

Tem que rever as nossas unidades, os nossos serviços e os objetivos dos nossos serviços. Porque se eu tenho que fazer a prevenção, isso aqui que eu faço aqui dentro do Cras não serve mais. É chegar antes e a gente não tem como chegar antes com a estrutura do jeito que ela é. Por que qual a estrutura que a gente tem hoje? Se você pegar a tipificação, as orientações técnicas, as legislações que regulam os nossos trabalhos dentro da assistência, nenhum serviço chega antes. Porque o que é chegar antes? Eu ter condições de andar aqui nas ruas do bairro e atender as famílias que não vem no Cras. É essa família que eu atendo para prevenir, porque a que já vem já não tem comida, já não tem vaga na escola, já não tem documento, já não tem emprego. Ela já não tem. Se já existe a ausência, que eu gosto bastante de chamar de desproteção [...]. Não é mais básica, não é mais prevenção. Pode até ser básica, mas então a gente vai ter sub níveis dentro da básica. A gente precisava começar a discutir isso em um nível maior (Sujeito 14).

Retomando Sen (2000), a concepção de pobreza defendida por ele parte do seu entendimento sobre desenvolvimento enquanto expansão das liberdades reais do indivíduo, indo além da questão mais habitual da renda e do crescimento econômico¹²⁷. O desenvolvimento se estrutura na eliminação de variadas formas de privação de liberdade que limitam escolhas e oportunidades, comprometendo o potencial das pessoas exercerem sua

¹²⁷ Além disso, Sen (2000) nos diz também que a insegurança econômica pode estar relacionada à ausência de direitos e liberdades democráticas; quanto mais incidente for a força das necessidades, mais a urgência de efetivação de liberdades políticas. Por isso, o autor combate os três argumentos que contrariam a manutenção da democracia e das liberdades política e civil: a) de que essas liberdades criam um movimento de contrarrestar o desenvolvimento econômico; b) de que os pobres, se tiverem oportunidade, preferem satisfazer necessidades econômicas que essas liberdades e; c) esses são valores essencialmente ocidentais, ao passo que o oriente se volta mais para a ordem e a disciplina (SEN, 2000, p. 30, 174 – 176).

condição de agentes; a liberdade se afirma como principal *fim* e, também, como principal *meio* para o desenvolvimento.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até a maioria (SEN, 2000, p. 18).

O desenvolvimento requer a superação desses problemas, em que a liberdade, como seu elemento constitutivo básico, exerça papel no combate a esses males. Privilegia a expansão de capacidades para as pessoas levarem o tipo de vida que valorizam, o que pode ser propiciado pelo aumento das políticas públicas, que também podem ser influenciadas pela capacidade de participação da população. Nesse sentido se faz importante a condição de agente dos indivíduos para lidar como as privações, o que é condicionada pelas oportunidades sociais, políticas e economias que dispomos.

A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades (SEN, 2000, p. 19).

Portanto, além da liberdade fazer parte do desenvolvimento em sua totalidade, ela também é oportunizada, ou não, pelas condições sociais, econômicas e políticas pré-dispostas e que garantam seu exercício. Por sua vez, a garantia institucional de efetivação dessas condições que possibilitam a realização dessas oportunidades também é influenciada pelas pessoas em seu exercício de liberdade. Ou seja, a liberdade é condicionada pela presença de oportunidades, mas também influencia a sua garantia. As pessoas, em sua condição de agentes, devem ter o poder de influenciar as instituições sociais e fazer incidir nelas seus interesses.

A defesa da perspectiva, da análise da pobreza sob a vertente das capacidades, é que ela melhora a compreensão da *natureza e das causas da pobreza*,

ultrapassando a discussão de sua superação centrada na distribuição de renda como meio, para os fins, as liberdades que as pessoas podem alcançar. Nesse sentido, as consequências do desemprego podem ser amenizadas pelo “auxílio renda”, mas elas não se restringem unicamente ao aspecto monetário, gerando também uma série de danos nos campos psicológico e social (SEN, 2000, p. 117).

O pensamento de Sen é marcado pela ausência de debates referentes à condição de classe, exploração, apropriação privada das riquezas socialmente produzidas. Em contra partida, traz a fé no mercado, a desresponsabilização do Estado, a meritocracia e o individualismo. Aposta na expansão das capacidades para que as pessoas exerçam suas liberdades, por exemplo, de não morrerem de fome. Não enxerga isso como direito de todo indivíduo, pois privilegia os limites dos recursos econômicos. Não realiza uma crítica ao sistema capitalista, explorando suas engrenagens; na verdade o equipara a outros já superados quando se refere ao fato da vulnerabilidade e privação não serem exclusivas de nossa época¹²⁸, não evidenciando suas particularidades nesse período histórico. Na verdade até usa sabiamente Marx para defender a superioridade capitalista frente a outros sistemas econômicos. O que é defendido por Sen está carregado da ideologia neoliberal vigente, que condena o Estado, eleva o mercado como a forma privilegiada de participação social e exacerba o individualismo; é essa realidade que se faz presente em seus estudos. Afinal, os pensadores são reflexos de seu tempo e essa condição marca suas ideias¹²⁹.

3.3.2 A Concepção de Pobreza que Direciona o Exercício Profissional do Assistente Social e as Implicações para seu Exercício Profissional

Os assistentes sociais expressam variadas concepções sobre a pobreza. A que mais se sobressai é a *concepção multidimensional da pobreza*, tantos de determinantes como de manifestações. Mesmo que os profissionais entrevistados apontem o sistema

¹²⁸ E de fato, não são. Contudo, anteriormente à sociedade capitalista a pobreza decorria de uma quadro de escassez, medido pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais. Na sociedade capitalista a situação é outro; a pobreza se mantém pelos mesmos meios que poderiam, em última instância, apontar para sua supressão (NETTO, 2011a, p. 154).

¹²⁹ “Pero los filósofos no brotan como los hongos de la tierra, sino que son los frutos de su tiempo y de su pueblo, cuya savia más sutil, más valiosa y más invisible circula en las ideas filosóficas. Es el mismo el espíritu que construye los sistemas filosóficos en el cerebro de los filósofos y el que tiende los ferrocarriles por las manos de los obreiros. La filosofía no se halla fuera del mundo [...]”.

“Mas os filósofos não brotam como os cogumelos da terra, mas são os frutos do seu tempo e do seu povo, cuja seiva é mais sutil, mais valiosa e mais invisível circula em idéias filosóficas. É o mesmo espírito que constrói sistemas filosóficos no cérebro dos filósofos e aquele que cuida do ferrovias pelas mãos dos trabalhadores. A filosofia não é encontrada fora do mundo [...]” (MARX, 1982, p. 230. Tadução livre).

capitalista como determinante da pobreza, agregam outros fatores, como o Estado ou a falta de capital humano; as concepções expressas pelos Sujeitos confundem o que é consequência com o que é causa:

Ela está nessa conjuntura, nessa perspectiva que nós vivemos no nosso país, nessa perspectiva neoliberal que não nos permite ter acesso a outras coisas. Somos os explorados, somos reféns do capital, Muitas vezes ela sequer tem condição de acessar qualquer outro benefício porque ela está tão alienada, no sentido do que ela vive, e ela não tem outra opção. Hoje a gente vive no nosso país é de exclusão social, que muitas pessoas ficam à margem dos direitos fundamentais conforme prevê a Constituição (Sujeito 4).

Nesse caso, a pobreza é relacionada à exploração do capitalismo, mas é causada também por uma conjuntura política que limita o acesso, inclusive à informação sobre os direitos, o que implica na “exclusão social”. A face política da pobreza, que se remete à uma fraca intervenção para o enfrentamento de suas consequências, é confundida como sua geradora, ao lado do próprio sistema. Há outra concepção próxima à essa:

Eu entendo assim, no sentido da ausência de renda, esse não acesso a bens e serviços essenciais, o não atendimento às necessidades básicas também é bem claro. De uma maneira geral as desproteções [...]. [...] não vai tendo acesso a isso, não vai tendo acesso aquilo (Sujeito 8).

Aqui, a pobreza é causada pela ausência de renda e também pelo não acesso à bens e serviços e não atendimentos às suas necessidades básicas. Se vincula à discussão da vulnerabilidade enquanto causa da pobreza conforme a PAS: o pobre não é visto como trabalhador explorado, mas como um sujeito destituído de classe social e desprotegido.

Na concepção descrita abaixo poderíamos entender que a pobreza se expressa na limitação de bens materiais devido à falta de renda e à ausência de acesso a outros direitos. É uma pobreza que confina os pobres em seus territórios e os apartam da ampla realidade de riqueza da sociedade em que vivem, se expressando de várias forma

A pobreza é muito mais do que a renda, a pobreza significa falta de acesso ao próprio território, oportunidades. Por exemplo, famílias que a gente atende aqui que nunca acessou lugares da cidade que você não imagina, isso é nítido. Falta de acesso à cultura. Eu compreendo assim, não tenho aqui um conceito, uma base para te dizer teórica, mas eu compreendo também que isso é um tipo de pobreza, que as pessoas que eu atendo aqui, além de ter a pobreza de renda, tem a falta de muitas outras coisas e que isso gera uma pobreza de acesso, a pobreza limita outras oportunidades de acesso (Sujeito 1).

Isso se não fosse a inclusão, ao lado do sistema capitalista, da precariedade dos serviços públicos como determinante da pobreza; assim, a pobreza tem como causa e manifestações uma multiplicidade de fenômenos que vão desencadeando outros vários.

O sistema excludente em que nós somos inseridos, em primeiro lugar. Então esse é o principal ponto que eu entendo. E aí, detalhando um pouco, a falta de serviços públicos eficientes que atendam realmente... e isso mantém e também gera a pobreza (Sujeito 1).

Um outro ponto de estreita a concepção elaborada por Sen, quanto à capacidades, oportunidades e renda, também presente na PAS. Não avança a defesa da pobreza ir além das condições materiais, mas vincula essa falta com a baixa educação do sujeito, que reflete na inserção precária no mercado de trabalho, comprometendo auferir renda para sua manutenção.

Eu acho que a pobreza não é só a carência de coisas materiais, eu acho que é algo que a gente lida diariamente [...]. Então a gente convive com essa questão da pobreza, isso é muito presente no nosso exercício profissional e é a não ter mesmo, é a falta de coisas materiais e isso está relacionado também com a questão de escolaridade, de mercado de trabalho, a maioria das pessoas estão na informalidade, escolaridade baixa (Sujeito 7).

Há outros momentos em que à renda, é acrescido outros elementos que aparecem não como consequências geradas pela pobreza, mas sim como fundantes, como causas.

Primeiro, o conceito de pobreza para mim está além da questão econômica, não é só uma questão da escassez financeira. Quando eu me desemprego, mesmo que eu tenha as coberturas do sistema, da política de trabalho, quando algo muda financeiramente na rotina de uma família, isso altera o padrão de vida dela. Dá para ter pouco dinheiro, mas não ser uma família pobre. Porque a pobreza para mim está além de apenas questões de recursos financeiros. Então quando eu vou parando, vou desistindo, vou parando de almejar outras coisas, de acreditar que sou capaz de conquistar outros lugares, e aí não só financeiramente falando. [...] Isso vai nos empobrecendo porque não é só dinheiro. Só que nós vivemos no sistema capitalista e então a economia, o financeiro, dita as regras. É o poder aquisitivo, o ter as coisas é maior do que ser. Para mim pobreza está no ser, mas falando de forma material, para o nosso sistema pobreza é ter. Então a escassez financeira vai trazendo as demais escassezes. [...] Então pensar em conceito de pobreza, para mim, é ir além do financeiro. [...] E a fragilização de todos esses vínculos, que não são só familiares, mas sociais também, torna para mim essa família pobre, empobrece essa família. [...]. [...] você vê situações de condomínios fechados, nível sócio econômico extremamente alto, com situações de violência gravíssima, porque há ali

uma fragilização de vínculos mesmo, há uma pobreza, que no popular chamaríamos de pobreza de espírito, no popular a gente diria isso. Mas faltou ali, socialmente faltou. Então não é só o dinheiro. Para mim é mais que a renda (Sujeito 14).

Nessa fala se coloca uma concepção de pobreza para além do monetário. E sim, um quadro de pobreza agravada incide sobre o padrão de vida da família, podendo gerar conflitos, fragilizações nas relações e até mesmo rompimento; mas aqui as vulnerabilidades é que tornam as pessoas pobres, nos termos da Tipificação. O Sujeito 14 expressa um tipo de pobreza qualificada em sua fala como “pobreza de espírito”. É descrita uma pobreza entendida como particular, que está ligada à condição da pessoa que não acredita nas possibilidades, em si e no seu poder de alterar sua realidade por meio de seus esforços e lutas: uma pobreza produzida pela própria pessoa. Como a renda é mencionada, temos uma pobreza ligada ao sistema capitalista (esse Sujeito entendo o capitalismo como determinante para a pobreza. Mas associa a questão de moralidade e honestidade nas relações sociais), mas também ao subjetivo, às escolhas individuais.

Nos remetente às suas *expressões*, os entrevistados consideram que os reflexos da pobreza extrapolam a questão da renda que implica na impossibilidade de aquisição de bens materiais e serviços. Mas a partir desse momento, há uma variedade de entendimentos, passando por questões políticas e individuais, objetivas e subjetivas. Primeiramente, alguns profissionais entendem a pobreza como uma falta de renda e também pela carência de bens e serviços, informações. É a restrição à certas garantias sociais tidas como direitos e que pode alcançar o extremo de segregação dos pobres.

Não ter acesso aos recursos, seja recurso público, não ter acesso ao consumo, não ter acesso a escolaridade. [...] A pobreza se expressa na renda, na formação, na escolaridade, na cultura (Sujeito 3).

Acho que passa pela renda, ausência ou insuficiência de renda, o acesso da população a direitos, à políticas públicas, como a política de educação, política de saúde (Sujeito 15).

A pobreza nessa perspectiva vai além do comprometimento à possuir bens materiais devido à falta de renda. Passa também pela dificuldade gerada para acessar direitos garantidos pelas políticas públicas; a pobreza limita, dificulta, segrega os pobres. Essa impossibilidade de acesso não é a causa da pobreza, mas esta cria barreiras para a inserção social da classe trabalhadora. E isso tem estreita ligação com questões políticas: o atendimento ao pobre é também uma questão política, de investimentos sociais, de garantia de

serviços amplos e de qualidade e que possibilitem inserir, acompanhar e garantir respostas à população.

E a questão da renda, aliada ao não acesso aos direitos expressos em bens e serviços sociais, talvez um dos elementos mais recorrentes na fala dos Sujeitos, também mantém o indivíduo na pobreza, sendo até confundida com ela:

Eles tem muito menos acesso a tudo. [...] é uma falta de acesso. Então eles ficam excluídos de tudo. A história de vida deles é uma história de restrição mesmo, de acesso, e que faz com que eles fiquem naquela pobreza, que eu vejo assim, falta de acesso. Então assim, coisas básicas que eu estou falando, desde alimentação mesmo, não ter dinheiro para comprar uma roupa, para fazer um curso, para ir no cinema, coisas que todo mundo quer [...] a pobreza é essa falta de acesso (Sujeito 12).

Uma concepção aparece, juntamente com sua solução. Uma visão unidimensional, a única entre todas as entrevistas, que concebe a pobreza como ausência de renda.

Então o que a gente mais tem são desempregados [...]. Então teria que ter uma melhora nessa questão do financiamento para as pessoas construírem ou reformarem para gerar renda, e gerando renda, gera renda aqui nos bolsões, onde as famílias não tem trabalho (Sujeito 6).

É uma pobreza conjuntural, não estrutural. Se se desponta no horizonte um aquecimento econômico, tendo como consequência investimentos na área da construção civil, a questão do desemprego é solucionada e a questão de renda passa a não ser mais um entrave para as famílias. Realizar-se-á a superação da pobreza. Mesmo parecendo uma visão simplista, nesse caso a concepção é expressa a partir do território de atuação da assistente social e revela uma das facetas do capitalismo: a formação de uma população que se torna excedente, além da questão do contexto de crise do capitalismo.

A pobreza também aparece como resultante da violação de direitos. Podemos considerar uma pobreza gerada na superestrutura, desvinculada da base econômica da sociedade e que representa uma violência para com o cidadão. Violência que acontece inclusive no Cras, entendido como um espaço para efetivamente garantir direitos; seria uma violência estatal.

Eu acho que atualmente a questão da violação direitos está sendo mais expressiva do que nunca, nesse momento que a gente está vivendo. Então eu acho que essas pessoas sofrem violência, a pobreza é uma delas [...]. A

pobreza é institucional mesmo, a gente também sofre muito isso aqui, a gente não tem muita estrutura. E eu acho que é um cuidado muito grande que a gente tem que ter quando vai atender os usuários, porque eu acho que o significado da pobreza está desde a hora que ele chega aqui e muito mais ainda a hora que ele sai daqui, porque eu acho que a questão da violação dos direitos tem sido muito forte, eu nunca vi assim, tão aparente. [...] então voltando àquela história da pobreza, quando ela pisa o pé ali na entrada do Cras, já começa a violação de direitos onde ela deveria ter a garantia desses direitos. E nós estamos aqui para assegurar isso. E aí não é assim que acontece e desestimula em alguns momentos, muito, muito (Sujeito 2).

A questão dos direitos perpassa por vários momentos das entrevistas. É representada nas falas pelo não acesso à “direitos básicos”, “direitos constitucionais”. E de fato os ataques aos direitos representam um grande entrave para a garantia de padrões de vida da população trabalhadora, tanto que, de acordo com Bobbio (2004, p. 25), um grave problema de nosso tempo não é entender os fundamentos dos direitos do homem, mas protegê-los. “Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e seus fundamentos, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados”. Quadro preocupante no Brasil, numa fase caracterizada de “políticas sociais sem direitos sociais” (VIEIRA, 1997, p. 68); os direitos sociais estão sendo pouco praticados ou regulamentados, quando exigido. Apesar disso, o não acesso aos direitos, entendido como uma violação, não deve ser confundido como determinante da pobreza.

Outro caso remete condições objetivas à subjetividade do indivíduo, à como ele se reconhece, mas com uma expressiva carga de vitimização, como se os pobres se colocassem em tal condição.

Pra mim, eu vou ser bem objetiva, é uma doença a questão de ser pobre. Os usuários, muitas vezes, não se reconhecem como cidadãos, como sujeitos de direitos. Eles se sentem os excluídos dos excluídos, a margem da margem. É muito difícil trabalhar (Sujeito 10).

Essa visão extrema, e seriamente equivocada, passa a ideia de que a pobreza está no sentir, de como o indivíduo se sente em relação a um padrão social de acessibilidade e garantia de direito que, segundo o documento do BM 2018, é um fator agora incorporado às discussões sobre a pobreza. É quase como se a pobreza fosse uma patologia autoimune, causada pelas pessoas que não se enxergam como detentoras de uma condição social. Mas diante dos relatos, de como a pobreza se expressa na vida do usuário, das implicações para a sociedade, da não possibilidade de manutenção de artigos básicos para a vida, de uma

realidade marcada pela carência elementos imprescindíveis para o desenvolvimento da vida, como se sentir sujeito de direitos? Não que não o seja. Mas como se sentir inserido em uma sociedade que o discrimina, que o isola por sua condição?

Nos termos de Yazbek (2012), a pobreza multidimensional se reporta também à suas expressões políticas, não se restringindo ao não acesso a bens, mas também à carência de direitos, oportunidades, informação, possibilidade e esperança. Uma pobreza que impacta no subjetivo das pessoas, mas que não é produzida por ele.

Gera um descontentamento, uma fadiga, que muitas vezes atenta e leva essas pessoas a ficarem doentes. [...] pessoas que perdem o gosto de viver porque ela vai ser anulando, não vai vendo perspectiva. Então eu penso que a pobreza interfere muito no processo de desenvolvimento das pessoas, nessa perspectiva mesmo de perdas do emocional e principalmente da saúde, que é a questão da depressão, isto está muito presente. Acredito que ela não oferece a condição de acessar aquilo que muitas vezes é almejado, que é uma boa escola, uma boa saúde, ter acesso à cultura, ao lazer que muitas vezes passa longe (Sujeito 4).

[...] as pessoas estão pobres de si, elas não acreditam mais que elas são capazes, elas não acreditam mais aquela situação vai passar. E realmente as pessoas querem se matar, elas estão se auto mutilando. As crianças estão ficando doentes (Sujeito 14).

Mas a questão da renda, a sua falta, aparece como a principal queixa dos sujeitos aos assistentes sociais. Aqui adentramos no debate da *focalização na pobreza* que visa reduzir o gasto dos recursos públicos, sendo utilizados de forma mais eficiente quando direcionados aos pobres, ideia difundida pelo Banco Mundial. Voltado para o desenvolvimento, as estratégias de combate à pobreza do Banco é o seu modelo de política econômica. A defesa da atuação seletiva se assenta em três razões principais:

Aplicam-se com mais eficácia e moralidade critérios redistributivos e igualitaristas; enfrentam-se situações de pobreza e de exclusão de forma mais orientada (sem perder o foco) e efetiva; gasta-se menos e; tecnicamente, atua-se de forma mais eficaz na gerência de programas e projetos a serem desenvolvidos (PEREIRA e STEIN, 2010, p. 112).

Segundo Stein (2009), os Programas de Transferência de Renda ganham destaque como estratégias de enfrentamento à pobreza, tanto em países da América Latina como em países de capitalismo central, condicionando a transferências monetárias à realização de investimentos em capital humano por parte dos beneficiários, destacados entre os mais pobres. Parte-se da ideia de que a reprodução intergeracional da pobreza decorre da falta de

inversão em capital humano nos campos da educação, saúde e nutrição. Aqui se coloca a defesa de Amartya Sen quanto a sua defesa de aumento das capacidades, de oportunidades e liberdade: uma visão em que as desigualdades e a pobreza são romantizadas, pois muitas vezes vendidas sob um discurso de superação. A reprodução da pobreza geracional é uma realidade descrita por alguns Sujeitos, e justamente pelo não acesso às políticas.

Eu acho que a questão do não acesso, as pessoas acabam não tendo acesso à educação, à moradia, coisas básicas mesmo. Por exemplo, pensando numa família que é pobre, que sempre vivenciou essa questão da pobreza, parece que não rompe, sabe, vai sempre reproduzindo porque ela não tem como romper porque ela não tem acesso. A mãe está nessa situação, o filho, é uma pobreza geracional, que vai sempre se reproduzir [...] Me parece que essa questão da pobreza é difícil de romper mesmo. Você vê famílias que é essa questão geracional [...]. A pobreza, falta de acesso, o não acesso gera o monte de consequências para as pessoas e é bem complicado. Até essa questão do trabalho, que não acessa o mercado de trabalho (Sujeito 7).

Como a principal queixa é a ausência de renda, que desencadeia uma série de dificuldades, a principal demanda nos Cras são pelos Programas de Transferência de Renda, mas não a única. Também os assistentes sociais relatam a busca por informações e encaminhamentos. Mas a questão dos benefícios, sobretudo o PTR, aparecem de forma marcante em todas as falas:

A principal é o benefício social, a transferência de renda direta. A maioria das pessoas que vem, quando elas procuram o Cras, é para benefício social família. Bolsa família, que é o carro-chefe, que as pessoas mais desconhecem. “A é aí que pega o bolsa família? Aí no Cras?” Então eu acho que o Bolsa Família. E uma das questões são outros benefícios também que a gente consegue, que usuário consegue através do cadastro único, o pessoal tem vindo muito para tarifa social da água e da luz, isenção da taxa de concurso público, o conversor digital [...]. [...] mas o principal é benefício mesmo, é cupom (Sujeito 2).

A princípio o benefício, seja Bolsa Família ou o BPC, cupom. Muitas vezes a porta de entrada acaba sendo o benefício [...]. [...] porta de entrada acaba sendo o benefício e os programas de transferência de renda. São os mais procurados e depois as tarifas de água, transporte, o BPC também é bastante procurado, passe livre (Sujeito 3).

Na maioria, é um senso comum de buscar o atendimento social pelo cupom, que é um benefício eventual de transferência de renda, que a porta de entrada que a gente diz. [...] eles não conseguem o aluguel, nem água, nem a luz, deixam de ter o que comer e então eles vem buscar no Serviço Social uma alternativa de sobrevivência. E o que mais fala no primeiro momento é a fome. Pelo menos é o que eu tenho identificado ao longo desses anos que eu estou no Cras, nesses dois últimos anos (Sujeito 4).

No Brasil, o principal PTR de condicionalidades¹³⁰ é o Programa Bolsa Família (PBF)¹³¹, dirigidos às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com valores de renda familiar per capita de R\$ 89,00 à R\$ 178,00 para pobreza e renda mensal per capital de até R\$ 89,00 por mês para extrema pobreza¹³². De acordo com Almeida, o PBF possui três eixos principais:

O primeiro é complemento da renda. Todos os meses, as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo Governo Federal. Esse eixo garante o alívio mais imediato da pobreza. O segundo é acesso a direitos. As famílias devem cumprir alguns compromissos (condicionalidades), que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social, e o poder público é responsável por sua oferta. Esse eixo oferece condições para as futuras gerações quebrarem o ciclo da pobreza, graças a melhores oportunidades de inclusão social. O terceiro é a articulação com outras ações. O Programa Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza (ALMEIDA, 2018, p. 209).

Mesmo com a ideia de ações mais imediatas e outras a longo prazo, que no limite oferecem o rompimento da reprodução da pobreza, o que parece ser muito para políticas sociais, Yazbek (2012) aponta que a adoção da renda como único critério pra estabelecer definição de pobreza e extrema pobreza, o que exclui outras famílias que também vivem intensas dificuldades e o baixo valor para produzir efeitos positivos na realidade social, são problemas estruturais do programa que reduzem a possibilidade de impactos mais significativos. Essa realidade se faz nítida na fala de um Sujeito:

Aqui a gente atende a miséria. Se a gente fosse pensar, a população pobre assalariada também deveria ter acesso a esse equipamento público que é o Cras. Mas quando ela vem, nós não conseguimos atender porque não existe recurso suficiente para atender todo mundo, e o próprio PTR, que eu acho

¹³⁰ A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento. Estabelecido no Art. 30 da Lei nº 10.836.

¹³¹ O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, sancionado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Foram unificados no PBF diversos programas de transferência de renda então existentes: os Programas Nacionais de Renda Mínima vinculado à Educação – Bolsa Família; de Acesso à Alimentação – PNAA; de Renda Mínima vinculado à Saúde – Bolsa Alimentação; de Auxílio Gás (STEIN, 2009).

¹³² Valores divulgados pelo Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018 e publicado no Diário Oficial da União em 01/06/2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/16782572/do1-2018-06-01-decreto-n-9-396-de-30-de-maio-de-2018-16782568. Acesso em 10/05/2019.

que hoje é o principal recurso que a gente tem para fazer o atendimento, ele deixa de fora essa família pobre assalariada, porque a per capita para fazer parte do programa é muito baixa e acaba tendo que focalizar no miserável, naquela pessoa que já atingiu um grau de pobreza acentuada, que não tem renda, que não tem perspectiva de inserção no mercado de trabalho, que acessa o mercado de maneira muito precária (Sujeito 15).

No trecho acima, é quase possível identificar os elegíveis aos PTR com o pauperismo descrito por Marx. E isso não é algo fora da realidade; o recorte de renda do Programa Bolsa Família para pobreza e extrema pobreza, respectivamente os valores de R\$ 178,00 e R\$ 89,00, está muito aquém da linha de pobreza adotada internacionalmente. Os valores ficam abaixo da linha da extrema pobreza estabelecida mundialmente, de U\$ 1,90 ao dia, que convertido em Real, seria algo em torno de R\$ 220,00¹³³ por mês. E considerando a linha da pobreza de U\$ 5.50 ao dia, a diferença é exorbitante: atualizado para a moeda corrente do Brasil, o valor de aproxima de R\$ 640,00 por mês.

Diante de todas essas colocações, acerca da PAS e também dos relatos dos assistentes sociais sobre seu exercício profissional, se coloca o questionamento se a *política responde às demandas* que se colocam no cotidiano profissional. Nesse ponto, a maioria dos profissionais (5), entende que a PAS responde, mas de forma parcial, não sendo o ideal e o que as pessoas precisam.

Minimamente, porque como eu disse, é algo muito mais complexo do que uma política pública atender. [...] a gente não tem pessoas suficientes para atender. A lista de espera fica grande, mas a gente faz o possível e aqueles que a gente consegue atender, minimamente você vai fornecer algo para ela comer, não sei por quantos dias, um benefício eventual, no caso, ou um benefício de transferência de renda que vai dar aquele mínimo, que todo mês ele vai ter aquilo ali. Mas que a gente combate, que a gente consegue diminuir essa pobreza, no meu entendimento a gente não diminui. A gente dá um espaço para essas pessoas virem aqui e minimamente terem acesso a outra política ou ao que a gente tem aqui de benefício (Sujeito 1).

De forma muito fragmentada porque os valores desses benefícios são mínimos. Então o Bolsa família como complemento de renda, para algumas pessoas ele não é complemento de renda, ele é a única renda de sobrevivência mesmo, um modo para pessoa sobreviver. E isso não assegura de forma efetiva, de forma digna, humana. Então a gente trabalhando nessa área da Assistência Social, a gente percebe que de forma muito fragmentada e mínima consegue assegurar algo, mas é muito pouco, muito pouco mesmo. Não dá, não dá (Sujeito 2).

¹³³ Isso considerando o dólar à R\$ 3,87. Disponível em <https://www.valor.com.br/valor-data>. Acesso em 03/05/2019.

Parcialmente, acho eu parcialmente. Essas políticas públicas, acho que não é só assistência, tem as suas dificuldades, a questão de recursos humanos e mesmo financeiros... eu não faço pesquisas com o público no dia a dia, mas concluindo, eu imagino que está longe de ser universal, aquela questão mais completa, não vejo assim não (Sujeito 8).

Um número expressivo dos sujeitos entrevistados (4) relataram que a PAS não assegura respostas às necessidades que são apresentadas pelos sujeitos durante o atendimento.

Eu acho que não consegue responder. Eu acho que a gente tá muito abaixo do que deveria ser. Se a gente for pensar por exemplo no recursos humanos, a gente não tem [...]. Então o que é que tá acontecendo hoje com os atendimentos? Estão sendo muito pontuais, a pessoa vem atrás de uma questão, a gente atende, talvez entra em uma outra ou também não, porque gente não tem condição, além de tudo tem a questão da saúde do trabalhador também. A gente tá atendendo em média 12 pessoas por dia às vezes, numa carga horária de 6 horas por dia: você atende de meia em meia hora (Sujeito 3).

Não. Temos que avançar muito. A política de assistência... a gente até está em um momento de retrocesso da política de assistência. Já tinha que avançar, mas parece que a gente está andando para trás, em vez de avançar estamos andando para trás. E não atende. A gente sabe que a questão do benefício é uma coisa mínima, a gente até não tem benefício suficiente para atender toda a demanda. [...] E todo mês tem a demanda reprimida porque as pessoas procuram pelo benefício e você não tem mais para conceder, embora não vá resolver essa questão. Eu acho tem que ampliar os benefícios, melhorar o acesso do programa Bolsa Família, acho que até a questão de valores, para mais famílias terem acesso. Mas eu acho que não só essa questão de benefício porque o Cras não é só para concessão, tem que executar o serviço Paif que é bem mais amplo, que é para o acompanhamento das famílias para prevenir situações de desproteção. Mas como a demanda está cada vez maior parece que a gente está sempre nadando contra a maré, sempre apagando incêndio porque você faz, atende o dia inteiro quase, você fica o tempo todo atendendo e você não consegue avançar, não consegue efetivamente executar o serviço Paif, você não consegue acompanhar aquelas famílias, o que seria muito mais importante, porque se você acompanha, se você previne, não vai chegar em situações mais críticas. Mas essa prevenção a gente acaba não conseguindo fazer, ou faz mas não atinge o número significativo. Eu acho que falta recursos humanos para conseguir dar conta de tudo, aí você tá sempre fazendo, sempre fazendo... [...] até a questão do projeto; você fala para o adolescente do projeto mas não tem vagas para todos os adolescentes (Sujeito 7).

De fato não há muita divergência nas falas, exceto pelo fato de alguns profissionais defenderem que a PAS responde às demandas apresentadas pelos usuários e outros não. Mas existe uma linha lógica no pensamento expresso pelos entrevistados, que

apontam para os mesmos problemas: há um número grande de sujeitos que buscam pelo Cras, mas que não é acompanhado pela quantidade de profissionais para o atendimento. Isso fica evidente nas falas registradas. É pontuado a preocupação da saúde do trabalhador, muito provavelmente não somente física pelo acelerado ritmo de trabalho, mas também emocional, visto que o assistente social trabalha com situações de vida reais. Isso afeta também os atendimentos que se tornam mais mecânicos e, como dito, pontuais, podendo prejudicar uma análise mais profunda da questão que se coloca ao profissional. Mas entendemos que o próprio conceito de pobreza expresso na PAS legitima essa pontualidade. Outro elemento que se destaca é a questão da transferência de renda. O baixo valor repassado aos beneficiários não trazem garantia de manutenção aos mínimos sociais expresso nas legislação da assistência social. O que fazer quando a principal queixa é a falta de renda para acessar o necessário? O que fazer quando o foco da prevenção não é possível?

Quando você fala em Centro de Referência de Assistência Social, território, prevenção, fortalecimento de vínculos, gente, como tudo isso é maravilhoso. Mas como é que eu faço prevenção se já aconteceu? Porque se a família está sentada dizendo para mim que não tem comida, já foi. Eu tenho que trabalhar antes de faltar a comida. Eu fui contratada para isso, mas eu não faço isso. Então porque que eu digo que precisa ser revisto, a nível de legislação, a gente tem que repensar os nossos serviços, as nossas unidades... (Sujeito 14).

Ou, ainda, quando o enfrentamento da pobreza, que deve contar com outras políticas, não se concretiza? Quando a própria assistência não tem meios objetivos de efetivar o que está estabelecido em suas legislações?

As outras políticas também não acompanham. [...] a educação formal extremamente [...]. EJA a gente tem pouca oferta e eu acho que não tem uma campanha de sensibilização porque as pessoas não entendem, que elas tem esse direito, que nunca é tarde para aprender. [...] Profissionalização a gente não tem [...]. Os serviços de convivência, por exemplo, são pouquíssimas as crianças que conseguem inserção porque a gente tem um número suficiente. Essa é uma das melhores coisas da política de assistência, os serviços de convivência. São muito bacanas porque trabalha com a criança de uma outra perspectiva, acha que ajuda a resgatar os sonhos, descobre potencialidades, traz para criança noções de cidadania. Mas o número de vagas também não é suficiente, é muito pequeno. Já foi muito pior, a gente não pode desqualificar, é importante que se tenha (Sujeito 10).

Uma outra fala nos chamou a atenção pela seu viés subjetivo, creditando aos assistentes sociais uma possibilidade de alargamento das ações profissionais a partir da sua confiança na PAS, além claro da questão objetiva, de lutas e resistência.

Eu acho que é muito sobre o que se acredita da política pública. [...]. Então eu acho que o Serviço Social tem muito ainda para contribuir, nós lutamos muito para questão de aumentar os benefícios sócio assistenciais. Eu acho que foi um ganho muito grande quando nós conseguimos implantar o Sistema Único de Assistência Social e claro, com os níveis de vulnerabilidades. Mas a família é um, então você tem que pensar na centralidade dela; só porque ela tem uma violação é só a média que vai atuar, não. O Cras tem um papel preponderante também de fazer o acompanhamento dessa família e não é fácil trazer ela para um grupo. [...] Quando eu falo “depende muito do profissional”, é porque você também pode se acomodar, você pode não levar. Então eu te falo, com toda segurança, depende da sua postura profissional porque você pode ficar na mesmice dentro dessa conjuntura, com pouca perspectiva e você se acomodar e dizer que é assim mesmo, que as coisas não vão mudar. Eu trabalho numa outra lógica: “não, nós vamos ter que vencer mais essa etapa, temos muito ainda a fazer para o país lutar, pelos direitos que estão tentando tirar da gente” (Sujeito 4).

Diante do que foi relatado, apontando os avanços na assistência social e também a possibilidade da atuação do profissional direcionada para conservação dos direitos dos trabalhadores, mas considerando as dificuldades também presentes, quais as ações possíveis para o assistente social frente à demanda no seu cotidiano de trabalho? A proposta é pensar as respostas não apenas diante de tudo que já foi exposto, mas principalmente, com a concepção de pobreza do assistente social e os rebatimentos em seu exercício profissional. Não de forma generalizada, mas há uma relação de complementariedade entre o que é apontado como determinante da pobreza, a concepção formada pelos assistentes sociais e o direcionamento dado ao seu exercício profissional, que de uma foram ampla, se movimenta na perspectiva de garantia de direitos afiançados pelas políticas públicas sociais. Isso tendo em conta que o não acesso à direitos, aos bens e serviços, foi predominante nas falas dos assistentes sociais, seja como causa ou expressão da pobreza: “questão do não acesso”; “não acesso às políticas públicas”; “acesso aos bens e serviços da política pública”.

[...] primeiro é a acolhida. Nós conhecemos o território, diferente, por exemplo, de uma política em que o usuário tem aqui no centro da cidade para acessar. Essa acolhida, esse acesso, eu acho que a primeira coisa que a política de assistência social faz; dá possibilidade para esse público que muitas vezes não tem local, não tem nem entendimento de como eles acessam os serviços. Porque aqui a gente tem toda essa, tem que ter pelo menos, essa compreensão do público que a gente atende. [...]. Outra coisa é

a gente viabilizar informações, orientações e encaminhamentos de mínimo acesso, acho que a direitos é muito, mas a outras políticas, a espaços que eles vão ser atendidos que eles, vão ter uma resposta ou não, mas a gente viabiliza isso. E o outro ponto é a questão de renda que está nos princípios do nosso atendimento, que a gente tentar viabilizar o mínimo. Se a família não tem acesso a renda ela vem aqui, ela tenta acesso ao atendimento e aí tem toda a nossa crítica porque a gente não tem pessoas suficientes para atender. A lista de espera fica grande, mas a gente faz o possível e aqueles que a gente consegue atender, minimamente você vai fornecer algo para ele comer, não sei por quantos dias, um benefício eventual, no caso, ou um benefício de transferência de renda que vai dar aquele mínimo, que todo mês ele vai ter aquilo ali. [...] Isso é uma angústia que a gente tem diariamente [sobre o assistente social tensionar]. Eu estou vendo aqui, a demanda me engolindo [...] mas eu acabo fazendo muito plantão social. [...]. Então eu tenho que encontrar espaço para isso e eu tenho que encontrar espaço para tensionar; espaço de tempo e espaço de local, e aonde que eu posso fazer isso? [...]. E aí nas nossas reuniões, nas nossas participações em conselhos, conferências, são os espaços que a gente tem para falar. Mas a gente, como servidor público e na ponta, vou ser bem sincera com você: deveria ter, mas a gente não consegue ter tempo de tensionar, a gente executa. [...] Mas onde a gente mais tensiona são nas nossas reuniões, com as nossas diretorias. Então, esse tensionamento, a gente faz em pequenos atos, até porque eu trabalho, no dia a dia do assistente social, limita que ele tenha essa possibilidade (Sujeito 1).

Para esse Sujeito, a pobreza é determinada pelo capitalismo e pela falta de serviços públicos, mas também se expressa de forma multidimensional. Apresenta a importância da PAS estar nos territórios para promover o atendimento de forma mais dinâmica e o conhecimento do público atendido. Realiza ações no sentido de potencializar o conhecimento e o acesso do indivíduo sobre seus direitos. Viabiliza acesso à renda, mas critica seu caráter residual. Mas admite as limitações de expandir suas atividades no cotidiano do trabalho, apontando o volume de demanda, dos atendimentos, que ocupa todo o tempo de trabalho: a possibilidade de tensionar para além do que está posto na PAS acontece em espaços mais restritos, mais próximos da “ponta” e não envolve a participação popular. O trabalho se limita a executar, o que sugere uma atividade mais mecânica, sem tanto espaço para planejamento e estratégias de ação.

Mas eu procuro, na medida do possível, e no que eu acredito dentro do Serviço Social, é numa política de inclusão, de acesso a bens e benefícios, como eu sempre cito, porque muitas vezes essa família precisa ser acompanhada. Então eu tento, se ela vai buscar o cupom, eu tenho que fazer disso um espaço de escuta e de encaminhamentos porque daí você pode ver as outras demandas, como acesso ao trabalhado. Então eu me articulei com a Secretaria de Trabalho no sentido de descentralizar o atendimento [...]. Você vai trabalhar na perspectiva da sua superação, coletivizando as demandas [...]. Então eu acho que são caminhos que o Serviço Social pode contribuir. Sim, a todo tempo [o tensionamento]. [...] eu trabalho muita na

lógica dos conselhos, principalmente o Conselho Municipal de Assistência Social, que é o conselho onde delibera sobre nosso orçamento e sobre a política. Então eu percebi no grupo duas pessoas que tem perspectiva de liderança e que estavam passando por processo bem difícil, desempregadas, sofrendo bullying de certa forma pelos próprios serviços e pelo marido. Eu falei “não, vamos”. Acreditei que elas poderiam ser potenciais hoje elas representam as usuárias da zona rural no Conselho da Assistência Social. Isso é legal, me fortalece enquanto Serviço Social porque a gente acredita. Então você vai mostrando o que que é o direito [...]. Ainda tem aquela questão da ajuda que está muito presente. Por mais que a gente tente desenvolver, a pobreza está muito ligada à questões de ajuda, benéfica (Sujeito 4).

Como determinantes da pobreza o Sujeito 4 aponta o sistema capitalista, somada à não distribuição de renda e desigualdades. Na sua atuação, identifica outras demandas além das que se apresentam de forma imediata. Diante desse conhecimento, promove ações e articulações para seus enfrentamento. Estimula e conta com a participação da comunidade para alterar a realidade, inserindo-a em espaços de debates da política, além de instrumentalizar os sujeitos e acompanhar seus progressos e dificuldades. Acredita na intervenção do assistente social para garantir conquistas sociais e na possibilidade de ampliação do horizonte para além dos limites institucionais.

A gente faz o tensionamento às vezes nas nossas acolhidas até para as pessoas refletirem um pouco. [...]. Então a gente tenta sim fazer esse trabalho, trabalhar cidadania e direitos mas no coletivo, através de grupos, oficinas, a gente faz esse trabalho sim. Mas eu acho que nós poderíamos até fazer mais, só que a gente não consegue porque você fica muito no atendimento individual e você acaba trabalhando menos o coletivo porque parece que o cotidiano engole a gente sabe; você chega, planejou fazer tal atividade, preparar uma oficina, só que a pessoa está aqui, bate na nossa porta e você precisa atender e aí vai passando. Mas a gente trabalha sim, nos grupos, nas oficinas. Eu acho que isso é mais importante do que o atendimento individual; esse trabalho coletivo tem uma repercussão maior que o individual, mas a gente ainda está mais no individual. A gente está tentando planejar mesmo para ver se consegue realizar um trabalho mais coletivo. Daí no atendimento eu falo a questão do direito, da política pública, deve do Estado, até para desconstruir essa questão de que a política de assistência social é uma ajuda, um favor. (Sujeito 7).

Para o Sujeito 7, a pobreza é determinada pelo caráter explorador do capitalismo, mas em sua concepção agrega o déficit de capital humano decorrente da baixa escolaridade que restringe a inserção em um mercado de trabalho formal. Caso semelhante a do Sujeito 8, que estabelece o capitalismo e a falta de titulações como determinantes da pobreza, que é concebida pela ausência de renda e de acesso à bens e serviços.

Mas os profissionais tentam, então fazendo, realizando algumas ações para dar uma alcançada maior nesse público, fazendo algumas buscas ativas, alguns atendimentos a domicílio, fazem algumas atividades coletivas que tem um alcance maior, busca, convida, sobre determinada temática e aí vai tentando envolvê-las. [...] Mas estamos buscando, participando, quando tem conferência envolve o pessoal buscando algumas ideias novas. Conseguem, consegue [quando questionado sobre o tensionamento]. Vai identificando as situações, envolvendo conselhos, secretaria, vai todo esse envolvimento para tentar resolver ou amenizar, proporcionar um serviço de qualidade que é o que está na lei. E aí tenta envolver a comunidade, que é uma das atividades previstas, que é a atividade coletiva, comunitária. Então a linha é o coletivo. Mas tem algumas ações que a gente faz que a proposta e depois de alguns meses tem que interromper por ausência das pessoas ou por um grupo muito reduzido que não dá para fazer um trabalho legal, porque aí você se dedica, eu faço todo um plano, mas depois as pessoas não participam (Sujeito 8).

Atuam, os Sujeitos 7 e 8, na perspectiva do direito e cidadania, promovendo atividades para coletivizar as demandas e a participação popular. Acreditam na possibilidade do profissional de pressionar o Estado por meio dos coletivos e também da participação de outros espaços da assistência social. Mas apontam a dificuldade de realizar suas ações: um, porque a demanda individual que surge nos Cras deve ser atendida e o planejamento se perde no cotidiano. Outro problema é a participação nesses grupos e oficinas; há, por vezes, uma pequena duração de tempo dessas atividades.

Há dois casos em que os Sujeitos concebem a pobreza de uma forma multidimensional, mas nas suas expressões e não causas.

A partir do momento que foi criada uma sede, eu acho que o Cras, a assistência social, assistentes social, né, o profissional, eu acho que ele ficou um pouquinho mais distante do usuário lá na ponta, sabe. Então ele vai um pouco menos no bairro porque é o usuário quem vai vir para a sede. Eu acho que talvez uma solução, uma alternativa seria o assistente social estar mais presente no bairro, talvez um grupo dentro do bairro. [...]. A partir disso a gente conseguia atingir mais pessoas, apesar que eu acho que em Londrina ser impossível fazer isso [...]. Mas eu acho que a gente deveria estar um pouquinho mais próximo do usuário, acho que a gente está muito distante, até mesmo por sobrecarga de atendimento devido a agenda (Sujeito 3).

Eu acho que quem está aqui, na medida do possível, consegue fazer essa acolhida, essa escuta, garantir o acesso da população à informação sobre os direitos sócio assistenciais e sobre as outras políticas públicas (Sujeito 15).

Contudo, os determinantes pensados para a explicação da pobreza são diferentes. Enquanto que o Sujeito 3 credita o feito à desigualdade, o Sujeito 15 afirma ser o

sistema de produção vigente. Mas concebem como expressão de falta de renda e de não acesso a direitos e políticas públicas. O primeiro caso aponta a necessidade do profissional atuar mais próximo à realidade do território, para quebrar o distanciamento que diz haver. Muito provavelmente, devido à concepção de pobreza, essa ação se remete ao conhecimento das necessidades dos sujeitos, de quais são suas limitações e potencialidades, como acessam (e se acessam) outras políticas e em que condições. O seguinte conduz suas ações para serem voltadas para a escuta e o acesso à informação sobre direitos e políticas públicas. A escuta proporciona evidenciar a demanda a partir da queixa do sujeito, além de identificar possíveis outras que estejam não evidentes ou declaradas. A partir disso, realizar as ações necessárias, como orientações, encaminhamentos, inserção em PTR.

Aqui estão colocadas possibilidades de ações descritas pelos assistentes sociais que concebem a pobreza a partir de uma visão multidimensional, seja na causa ou na expressão, mas que está atrelada a ideia de falta de garantia de direitos, de políticas públicas que ofereçam serviços e benefícios capazes de gerar algum impacto social na pobreza vivida pela classe trabalhadora. As ações, de uma forma ou de outra, são direcionadas para propiciar a possibilidade de efetivação de direitos.

Um outro sujeito, cuja concepção de pobreza se ancora no desemprego e cuja determinação é a falta de trabalho, relata suas ações profissionais.

Lá pro Sine a gente encaminha, dá o passe para ele, que ele vá nas outras operadoras que fazem os mesmos trabalhos, traz o jornal, faz com que... “olha, vamos voltar para a escola. Olha, o Ceebja abriu. Aqui tem o EJA, você vai pelo menos do primeiro ao quinto ano para você ficar melhor, ter um currículo, saber ler o que tá escrito para quando você for trabalhar na casa dos outros. Como que você vai fazer isso?”. Então a gente tem influenciado, tentado, porque a gente sabe que a saída é a educação, você tem que ter uma formação, fazer um curso profissionalizante, mesmo que seja lá no Clube de Mães. [...] Então a gente sempre vai incentivando, que você consiga fazer alguma, coisa você ser o dono do seu horário [...]. Às vezes esse mercado paralelo dá mais dinheiro do que o fixo. Aí nosso olhar é o estudo, ter uma profissão legal, incentivar para fazer uma faculdade. [...] Vamos estudar (Sujeito 6).

Como sua noção de pobreza se expressa na impossibilidade do sujeito garantir trabalho, suas ações são voltadas para essa conquista. Aponta a necessidade de qualificação da mão de obra, via educação e cursos profissionalizantes, mesmo para atuar na informalidade. Diante do quadro agravado de desemprego e de crise, sugere alternativas mais viáveis socialmente do que as que se apresentam com grande frequência para boa parte dessa população, como tráfico e roubo, relatados anteriormente. Mas não problematiza esse

desemprego enquanto ocorrência natural do capitalismo e que pode ser agravado em certas conjunturas.

Esse sujeito aponta o capitalismo como determinante da pobreza na sociedade. Mas curiosamente sua concepção de pobreza adquire autonomia de sua primeira resposta: entende a pobreza como violação de direitos que configuraria em um tipo de violência, inclusive praticada pelo Cras.

Como não se investe em política social e a gente sabe disso, e quando se investe é muito pouco, as vezes a gente vai pulando para o setor privado, para pedir ajuda mesmo, entendeu? [...]. Uma das estratégias, às vezes fazer essa outra concessão de benefício que foi doada para Cras de sociedade civil, digamos assim, entendeu? Institucionalizado tem o PMTR [...]. Geralmente a gente insere os que tem mais vulnerabilidades. [...]. E aí o benefício eventual emergencial e o bolsa família. E tem outros benefícios aqui de concessão eventual. O vale-transporte também nunca dá para nossa demanda que é gigante (Sujeito 2).

Em consonância com sua concepção de pobreza, envolvendo o pouco gasto estatal com o social, recorre à doações provenientes do setor privado ou da sociedade, sendo necessário “pedir ajuda” para atender os usuários da PAS. Trata dos benefícios de transferência de renda disponíveis e a seletividade que é obrigada a fazer. Atua na garantia de provimento ligados a renda, provavelmente por ser a principal demanda do Cras. Não sinaliza outras possibilidades de ações.

Um outro ponto de vista. Seriam, os determinantes da pobreza, tanto o capitalismo como o Estado, infra e superestrutura. A partir disso, surge uma multidimensionalidade da pobreza: falta de renda e de restrição, à bens materiais e imateriais.

Não [sobre a possibilidade de tensionamento para ampliar o campo da intervenção]. Eu acho que é isso é uma coisa que eu falo constantemente no nosso trabalho, que a gente fica só apagando incêndio o tempo todo e não faz o trabalho que de fato deveria fazer que é o trabalho de base, trabalhar com os grupos, com os coletivos e orientar. Porque na minha opinião não é só o assistente social tensionar, ele tem que fazer essa orientação para a população e a gente não faz. Nos grupos a consegue falar uma coisa ou outra, mas são grupos mais focalizados, uma vez por mês. Não é um trabalho efetivo que traga resultados. O que eu costumo falar para os colegas de Cras é que a gente fica só na concessão de benefício e o trabalho que a gente deveria fazer de fato, a gente acaba não fazendo. Eu vejo que não é uma atribuição ou só o Serviço Social deveria fazer essa tensão, ela deveria trabalhar com a população para fazer essa tensão, mas acaba que no dia a dia isso não é possível, já é feito justamente para isso, para que a gente não faça (Sujeito 12).

Diferentemente de outras colocações, enfatiza que não há meios de alargar as possibilidades de atuação do assistente social, que o trabalho coletivo junto à população não acontece da forma necessária, sendo focalizados e pontuais, não gerando impactos para a sociedade. Que o profissional se restringe à gestão de benefícios devido ao cotidiano que o impede de romper esse movimento. Esse cotidiano é formatado para esse impedimento: soa como um tática do Estado para inviabilizar atividades questionadoras ou que forcem para além do institucionalizado. Por isso o coloca como determinante para a pobreza. Uma visão *fatalista*, sem dúvida, que reduz a PAS ao alívio à pobreza como quer o Banco Mundial, com repasses monetários pífios providenciados por uma discutível intervenção estatal.

A atuação do Sujeito 10 aparece descolada da sua concepção de pobreza, tida como uma “doença”, em que o próprio usuário de coloca pela questão da sensação, mas que encontra sua determinação no capitalismo.

Eu acho que a gente consegue tensionar, mobilizar, fazer a reflexão do usuário. Mas a mudança vem a passos de tartaruga porque é algo que não depende tanto do assistente social, quanto da população e até da gestão municipal muitas vezes. Às vezes a mudança está numa esfera muito mais superior. Mas claro que a gente tem tenciona, a gente mobiliza, a gente faz com que a população participe das oficinas, falem, critiquem, vá para as conferências. Então a gente faz esse movimento, com que a população tenha a crítica em si [...]; muda, mas não é da forma com que a gente queria e nem da forma com que a gente queria que o usuário fosse atendido, porque a gente trabalha para eles. Mas a mudança acontece, mas a mínima. É bem difícil porque a gente depende de toda uma gestão, tanto municipal, estadual e federal. Às vezes a gente leva para uma conferência municipal mas não consegue levar para estadual. Ou mesmo que se leva tem que ir para estadual e mesmo que chegue até Estadual, até chegar à prática são anos caminhando (Sujeito 10).

Acredita no potencial da atuação para forçar para além do que está colocado na PAS, mas também cita um “fazer a reflexão do usuário” para pensar sua condição. Faz referência a ações coletivas e inserção da população em canais participativos e estimulação de pensamento crítico. Mas a mudança é lenta, dificultada pela falta de interlocução entre as instâncias de poder, inviabilizando o resultado de atividades promovidas para esse sentido.

O último Sujeito, o 14, estabelece como determinante o “sistema” e a exploração, mas essa é potencializada, em referência ao Brasil, pelo compreensão social edificada no “favor”, no “jeitinho brasileiro”, se remetendo à questões morais de honestidade. Sua concepção de pobreza está para além da escassez de renda, mas também na fragilização de vínculos e vulnerabilidades produzidas pelo próprio sujeito: “a pobreza está no ser”.

Eu gosto muito de fazer os grupos com as minhas famílias, eu tive uma adesão muito boa. Mas eu tenho que fazer com que ela se perceba nessa situação [quando o usuário omite informações no CAD Único]. Eu entendo que esse é meu papel de técnico, fazer com que o outro perceba que o programa de transferência de renda [...] tem que me alavancar para superar a situação que me trouxe para dentro do programa [...]. Mas a gente tem que criar estratégias para ir mostrando para o outro que não [sobre levar vantagem de forma desonesta] [...] a gente só reconhece aquilo que a gente conhece. Então, como eu fui criada? Você já assistiu um vídeo chamado Maria Maria? Todas as gerações anteriores foram podadas. Então vamos criar estratégias para conduzir as pessoas a um processo de mudança de mente, de mudança de comportamento [...]. Então para mim precisa mudança, mas é estrutural. [...] A literatura diz, o professor fala [sobre ampliar ações via tensionamento] ... consegue, mas é uma escolha de vida, eu acho que é pessoal, não é profissional. A gente consegue, mas isso vai demandar de mim para além do que eu já faço e para eu dar o além, eu vou ter que abrir mão de mim. Acho que para a gente fazer isso, é outro nível. [...]. Mas eu acho que eu consigo tensionar no micro, quando eu trabalho os meus grupos aqui no CRAS, quando eu trabalho os meus filhos na minha casa. Quando eu crio eles de outra forma, eu estou tensionando essa sociedade, esse padrão que está posto. Eu tensiono no micro. [...] A gente tem que fazer escolhas. Então como tensionar? Não dá para tensionar sem abrir mão. Então eu fiz a opção pelos micro espaços: eu faço isso quando eu atendo a beneficiária que omitiu o marido; eu faço isso quando eu atendo as outras que sabem que ela tem marido e que vem aqui falar dela [...]. Então a gente só atende, a gente não acompanha. E essa é a diferença do programa, do serviço que a gente presta; a gente deveria fazer aqui atendimento e acompanhamento familiar. E eu chamo as amigas para essa discussão porque eu acredito que é aí que a gente tenciona. Quando eu chamo as minhas famílias [...]. Quando eu trago eles a construir esse processo de reflexão, eu estou tencionando porque daí eu já tenho beneficiários que estão fazendo vestibular, que estão empregados, eu já tenho isso... [...] Isso é tensionar. [...] Mas é um passo mais na vida daquela família. Esquece que alguém vai passar essa família para trás de novo. Esquece que alguém vai deixar de garantir um direito a essa família de novo porque ela conhece, hoje, o lugar dela de dever e aí ela consegue cobrar aquele lugar de direito. Se a gente conseguisse efetivamente fazer isso, isso é trabalhar prevenção. E aí, claro política de educação, trabalho, saúde, que é a tão famosa rede [...]. A gente aqui só não arranja o emprego, a gente não passa na entrevista para você, mas a gente faz o currículo, a gente entrega envelope, a gente descobre onde tem vaga, faz o encaminhamento, liga para tentar articular. Só que você tem que passar na entrevista. A gente faz até oficina para você aprender a se portar na entrevista. Então eu acho que isso é tencionar porque isso não é nosso, mas a gente está lá (Sujeito 14).

O profissional relata que promove atividades em grupo e com boa participação das famílias. Coincidindo com sua concepção de pobreza, diz que atua junto aos indivíduos buscando mudanças em suas formas de pensar e agir sobre várias questões. Primeiro, que a funcionalidade dos PTR é para a superação do motivo de sua inserção; seria a

superação da pobreza absoluta, visto que a principal queixa dos sujeitos que procuram o Cras é a sua situação financeira; além do criterioso recorte de renda, mínimo, por sinal. Menciona uma mudança estrutural, mas no “comportamento”, na “mente” do sujeito que quer tirar vantagem sobre alguma coisa (em outro momento da entrevista relata as omissões dos sujeitos no CAD Único para serem elegíveis nos PTR). Traz uma dimensão moral, ligada à desonestidade; seria um *ajustamento do indivíduo* aos padrões morais aceitos socialmente. Esse processo de mudança pessoal conduziria ao rompimento da pobreza geracional, replicada pelos próprios pobres. Sobre a possibilidade de tensionar, relata que é uma opção pessoal, não profissional, pois demandaria tempo para além do Cras. Revela que o tensionamento possível se dá no micro social, mas é direcionada à moldagem do sujeito para viver em sociedade, e não para as condições políticas que estão institucionalizadas com o objetivo de estender os resultados da intervenção profissional. Sua estratégia é atuar para que o indivíduo perceba a necessidade de se proteger da omissão de direitos. Realiza atividades voltadas para o acesso ao trabalho e também para garantir a empregabilidade do pobre. Por último, diz que o tensionar não é do assistente social, mas ele “está lá”. Esse tensionamento realmente não é do assistente social. Não cabe a esse profissional essas ações de enquadramento e ajuste. Ele é exercido de forma equivocada quando direcionada à classe trabalhadora, embora compatível com sua concepção de pobreza, o que justifica suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo analisar as implicações, a partir da concepção de pobreza dos assistentes sociais que atuam na proteção social básica ofertada pelos Cras no município de Londrina, Paraná, para o exercício profissional. A pobreza foi tomada como um dos elementos constituintes da realidade analisada pelo profissional para pensar as estratégias de intervenção junto à população. Um tema complexo, portanto não esgotado nessa aproximação, devido à abrangência conceitual dessa categoria a depender do embasamento teórico privilegiado e pelo seu debate prático, normativo, envolvendo propostas de mensuração e de enfrentamento que se estreitam à convenções de interesses políticos, econômicos e sociais distintos e conflitantes.

A análise da proposta de pesquisa foi realizada à luz do método materialista histórico-dialético, sob a lógica da totalidade, compreendendo a pobreza como um fenômeno socialmente produzido em um sociedade dinâmica e contraditória, evidenciando suas particularidades sob o modo de produção capitalista. É nessa realidade que o assistente social constrói sua concepção de pobreza e que o exercício profissional é condicionado.

Partindo do pressuposto de que há duas possíveis concepções de pobreza que norteiam o exercício do assistente social, uma derivada do debate construído a partir da formação profissional e outra, vinculada à Política de Assistência Social, que traz em si princípios neoliberais, a construção teórica buscou evidenciar esses pontos centrais da pesquisa. Assim, o primeiro capítulo tratou da emersão do Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, considerando sua natureza analítica e interventiva, o que indica a necessidade do assistente social intervir na realidade social empregando seu arsenal teórico para o desvelamento da superficialidade do contexto social que se apresenta num primeiro plano.

O segundo capítulo discorreu sobre o movimento estrutural, característico da sociedade capitalista, do ato de produção e reprodução dos meios de vida material, para apreender as particularidades da pobreza nessa sociabilidade, tida como contraface da acumulação capitalista e do progresso das forças produtivas nesse tempo histórico, se remetendo à relação conflitante de interesses antagônicos entre capital e trabalho. Tratou, ainda, da “questão social”, tomada como designação do pauperismo como resultante da primeira onda de industrialização e reconhecida pela categoria profissional como um dos

elementos que se encontram na base do surgimento do Serviço Social, cujas expressões, dentre elas a pobreza, se constituem como um campo das intervenções profissionais. O último capítulo compreendeu a discussão da pobreza na Política de Assistência Social, considerando a influência do Banco Mundial no direcionamento de medidas para o desenvolvimento e de enfrentamento à pobreza para os países em desenvolvimento, bem como da ideologia neoliberal vigente. Nesse capítulo se intensificou a consideração das falas dos Sujeitos entrevistados, já contempladas em outros momentos, propiciando a identificação da concepção de pobreza do profissional e as implicações para o exercício profissional. Além dos três capítulos, a Introdução apontou uma dualidade entre a formação profissional, com embasamento crítico sustentado na teoria marxiana e a realidade posta, marcada pela ideologia capitalista, em que se encontram os elementos elegidos pelo assistente social para forjar suas percepções de mundo. Nesse momento também foi apresentada uma caracterização dos assistentes sociais que trabalham nos Cras de Londrina, contemplando os Sujeitos participantes da pesquisa.

Um primeiro ponto a ser destacado é a relação entre a concepção de pobreza dos Sujeitos, expressa em suas falas, e o seu exercício profissional: as ações são voltadas à responderem o que se entende como determinante ou expressão da pobreza. Assim, a partir dessa relação entre a concepção e o exercício profissional é que foi possível analisar as implicações de uma sobre a outra. Começamos primeiro pela concepção de pobreza. Foi constatada uma fragilidade teórica sobre a compreensão da categoria pobreza. As concepções de pobreza dos Sujeitos expressam um caráter multidimensional, tanto de *determinantes*, como de *manifestações*. O modo de produção capitalista, e seu traço explorador, aparece como o principal determinante da pobreza, mas sempre atrelado à outros fatores trazidos em pé de igualdade pelos Sujeitos. Há uma certa confusão entre determinantes e manifestações da pobreza, a exemplo de questões como não acesso à bens e serviços sociais e a não qualificação profissional, esta causada por um déficit de capacidade dos indivíduos. *O pobre não é considerado o trabalhador explorado, enquanto pertencente à uma classe social, mas o indivíduo que tem negado seus direitos e, portanto, em situação de desproteção social.*

A não garantia do acesso aos direitos aparecem de modo marcante nas falas dos Sujeitos, sendo essa violação de direitos até entendida como o determinante da pobreza. Essa não garantia de direitos não se restringe à assistência social, como passa pela saúde, educação, trabalho, renda e outros, marcando a pouca atuação do Estado. Outra concepção é identificada a partir do quadro de concentração de renda geradora das desigualdades sociais. Essas concepções dos Sujeitos promovem soluções enquadradas na ampliação das políticas

sociais públicas e de uma melhor distribuição de renda. Sob essas concepções de não efetivação dos direitos, como determinante ou manifestação da pobreza, o exercício profissional do assistente social se movimenta para garantir o acesso a esses direitos.

Em alguns momentos, a concepção de pobreza dos Sujeitos participantes da pesquisa apresentam características individuais e das relações pessoais e culturais como catalizadores da pobreza. Um Sujeito concebe a pobreza decorrente do modo de produção capitalista, mas aponta que seu caráter explorador é exacerbado no Brasil devido às nossas relações pessoais marcadas pelo favor e pelo “jeitinho brasileiro”. Na realização de grupos e atendimentos individuais, realiza o tensionamento, mas voltado para o beneficiário da PAS quanto à omissão de dados no Cadastro Único. Aqui fica evidente a relação entre a concepção de pobreza dos Sujeitos e as implicações profissionais, justificando suas ações interventivas.

Há uma concepção de pobreza unidimensional e conjuntural, tendo como fundamento a questão da falta de trabalho, cuja solução viria com uma reanimação econômica. Não é levado em consideração a estrutura da sociedade capitalista para a formação da pobreza. É uma concepção de pobreza forjada a partir do território de referência do Sujeito entrevistado. As ações desse profissional se direcionam para a inserção da pessoas no mercado de trabalho, formal ou informal, com encaminhamentos para agências de emprego, cursos profissionalizantes e educação, visando aumentar a empregabilidade do pobre.

Outro Sujeito expressa sua concepção de pobreza dizendo ser ela uma doença, trazendo como elemento determinante a subjetividades dos indivíduos que não se reconhecem como detentores de direitos, envolvendo um sentimento de exclusão. Assim, tensiona e envolve a população, fomentando sua participação. Mas admite dificuldades decorrentes dessa condição dos usuários da PAS, de vitimização, o que dificulta o trabalho.

Portanto, podemos considerar a concepção de pobreza dos Sujeitos, a que move seu exercício profissional, como a expressa nos documentos normativos da Política de Assistência Social. Mesmo que em suas falas seja sinalizado o modo de produção como determinante da pobreza, ele sempre está aliado a outros elementos que, por vezes, se sobrepõem à ele, sendo apreendidos com mais clareza e que perpassam por vários momentos das entrevistas. Esses elementos estão vinculados à ideia de vulnerabilidade, causada pelo não acesso à respostas para sanar necessidades tidas como básicas, de falta de capacidades pessoais que dificulta o acesso à oportunidades, como educação e mercado de trabalho. São esses fatores que estabelecem a condição de pobreza da população. A PAS é paliativa, se

restringindo a regular e não combater a pobreza; sua instrumentação está para circundar a pobreza dentro dos limites aceitáveis no modo de produção capitalista.

A pobreza, a partir da PAS é individualizada e o pobre considerado incapaz para se manter. As concepções de pobreza dos Sujeitos entrevistados apresentam elementos do Serviço Social clássico, envolvendo moralização e a possibilidade de mudança individual, num processo de busca da perfectibilidade humana. A estrutura social é desconsiderada.

As implicações dessas concepções de pobreza para o exercício profissional dos Sujeitos se constituem no elemento mais rico apropriado através da pesquisa de campo. As ações relatadas se direcionam para a contemplação dos elementos considerados como determinantes ou expressões da pobreza. Como a principal característica dessa população é falta de renda para acessar os meios objetivos de sobrevivência, se constituindo na principal queixa dos usuários, a principal atividade desempenhada pelos Sujeitos no cotidiano é a administração dos benefícios eventuais, que na maioria dos casos se materializam na transferência de renda, além do cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Também são desempenhadas outras ações, como encaminhamentos pertinentes a partir das queixas, a informação em relação aos demais direitos, como saúde e educação, a escuta qualificada em que são desvelados outras demandas. Mas o cerne do direcionamento do exercício profissional é o da perspectiva da garantia de direitos.

Contudo, outra problematização se mostra pertinente à essa atuação restrita à administração dos benefícios sociais e a dificuldade relatada de acompanhamento das famílias atendidas, que é preconizado pelo PAIF. A Política de Assistência Social traz em seus documentos pontos que se estreitam aos ditames do Banco Mundial, tanto ao entendimento sobre a pobreza quanto ao seu enfrentamento. Como a expansão da PAS, como já evidenciada, é centrada nos Programas de Transferência de Renda e o exercício profissional se expressa marcadamente na sua administração, a Assistência Social está sendo reduzida ao alívio mais imediato da pobreza extrema, como quer o BM e a ideologia neoliberal, comprometendo seu caráter de política de proteção social inserida no âmbito da Seguridade Social. E em sintonia com essa demanda específica e esse aumento pelos benefícios sociais, se coloca a dificuldade ou impossibilidade de os Sujeitos tensionarem para além do que está posto na PAS. Os assistentes sociais, através dos benefícios sociais, atuam de forma a administrar a pobreza.

Isso também foi um tema relevante nas entrevistas dos Sujeitos. Os profissionais acabam por reproduzirem o que está institucionalizado, comprometendo a direção social da profissão articulada com os interesses da classe trabalhadora. Mas esse

tensionamento, a partir da percepção das falas, não se relaciona unicamente com esse comprometimento com a classe trabalhada, mas também com as próprias questões objetivas de trabalho postas no cotidiano profissional. Há exceções de Sujeitos que se articulam com outras políticas e ampliam o campo de alcance de sua intervenção, gerando resultados mais efetivos junto à população. Mas como dito, isso não é uma regra. As principais dificuldades enfrentadas são a intensidade do trabalho e a falta de recursos humanos; os Sujeitos relatam simplesmente não terem tempo de planejarem ações que envolvam a população e nem o seu trabalho cotidiano. Não há uma coletivização das demandas para se pensar estratégias mais amplas de intervenção ou instrumentalização da população para participação em Conselhos e Conferências.

A pesquisa revelou que a concepção de pobreza dos assistentes sociais, que move seu exercício profissional, deriva de uma análise superficial da realidade, uma análise conjuntural e não estrutural. A multidimensionalidade de causas acarreta interpretações divergentes sobre essa categoria, se fundamentando mais nas suas expressões, como carências e necessidades as mais variadas. As implicações para o exercício se mostram em uma intervenção mecânica, operacional, sem grandes problematizações de desafios e possibilidades. A realidade não é desvelada em sua magnitude, o que indica uma dificuldade de compreensão teórica, permanecendo oculto seu movimento basilar.

Mas como já mencionado anteriormente, a pobreza foi tomada como um dos elementos constitutivos da realidade a ser analisada pelo assistente social. Há de se considerar também os limites institucionais e as condições objetivas de trabalho dos assistentes sociais. As falas afirmam a sobrecarga de trabalho e as demais dificuldades que se apresentam para o profissional, como a falta de investimento estatal e o retrocesso sofrido pelas políticas públicas, que rebatem sobre a classe trabalhadora em um momento de grande desemprego.

A pesquisa de campo de fato foi uma experiência muito rica. Conhecer o ambiente de trabalho dos Sujeitos e ter uma aproximação do cotidiano de seu trabalho possibilitou outras considerações para essa análise. Entender como tudo é vivenciado mostrou a luta e persistência dos profissionais. Dados os limites e objetivos da pesquisa, apenas sinalizaremos alguns pontos que podem se constituir em matéria de estudos futuros. Dentre as questões pertinentes, foi evidenciado uma não compreensão da profissão, que também rebate no exercício profissional. Há divergências de que o Serviço Social deve garantir o acesso aos direitos e responder às queixas da população de forma efetiva. Isso se vincula à concepção de pobreza do Sujeito, entendida em suas causas pela violação de direitos. Uma outra percepção, mostra a impossibilidade de ampliar a atuação direcionada à classe trabalhadora, se

restringindo à servir ao capital. O que se coloca é a não clareza da ambiguidade da profissão, em que o assistente social é contratado para atender interesses do Estado quanto ao controle e coerção, mas que a partir da direção social construída pela profissão é possível considerar os interesses da classe trabalhadora.

Um outro ponto se refere à Proteção Social Básica. O cotidiano profissional impede a concretização de seu caráter protetivo. As entrevistas demonstraram que a população, quando busca pelo Cras, já se encontra em situação de desproteção. Isso, segundo os Sujeitos, acontece pela falta de recursos e pelo excesso de trabalho, que restringem o profissional de conhecer o território e a população de forma mais intensa e extensa. Assim, a proposta de trabalho do Cras não acontece, se perde em meio aos vários impedimentos já pontuados.

Mesmo com toda essas situações de trabalho denunciadas pelos Sujeitos, e que de fato impacta sobre seu trabalho, defendemos que a realidade e seus elementos constituintes que gravitam em torno do Serviço Social, entre eles a pobreza, devem ser compreendidos a partir da lógica da totalidade como o primeiro passo para se pensar uma intervenção propositiva que se distancie da dinâmica mais imediata do real. O entendimento crítico do real possibilita, primeiramente, não ter interpretações equivocadas de quem são as pessoas atendidas pela PAS e o porquê elas recorrem à assistência social com suas queixas e o que explica sua condição. Não há uma apreensão profunda da teoria formativa, o que compromete até mesmo o compromisso da profissão com a classe trabalhadora. É para ela, e com ela, que devemos direcionar nossas ações, atuando na perspectiva da luta pela conservação e conquistas de direitos, cada vez mais atacados, mais frágeis, mais suprimidos. Que um novo horizonte não se coloque tão distante...

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996).

Formação Profissional: Trajetórias e Desafios. **Cadernos ABESS**: São Paulo, 1997, n° 7. P. 58-76. Edição Especial.

ALMEIDA, Denise. M. F. **Proteção Social não contributiva no Brasil e Uruguai – estratégias de resistência aos ditames dos organismos multilaterais**. 2018. 299 fls. Tese – (Doutorado em Serviço Social e Política Social). Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2018.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. **Serviço Social: trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Gentili, Anderson, Salama (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 6° ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington: Banco Mundial, 1990.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Luta contra a pobreza. Washington: Banco Mundial, 2000/2001.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2005: Um melhor clima de investimento para todos**. Washington, DC: Banco Mundial, 2005.

_____. **Relatório Anual de 2006 do Banco Mundial**. Washington, DC: Banco Mundial, 2006.

_____. **Relatório sobre o desenvolvimento Mundial – Visão Geral. Conflito, Segurança e Desenvolvimento**. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.

_____. **Relatório Anual de 2013 do Banco Mundial – Pobreza e Prosperidade**. Washington, DC: Banco Mundial, 2013.

_____. **La pobreza y la prosperidade compartida: armando rompecabezas de la pobreza (panorama general)**. Washington, DC: Grupo Banco Mundial, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. O que é uma instituição social? In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Orgs.). **Sociologia e Sociedade**: Leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S/A – LTC. 1977.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BÓRON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: Gentili, Anderson, Salama (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 5º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 63-118.

BOSCHETTI, Ivanete; SALVADOR, Evilásio. O financiamento da Seguridade Social no Brasil no Período 1999 a 2004: Quem Paga a Conta? In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde**: Formação e trabalho profissional. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 14º ed. São Paulo: Rideel, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2004). Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**, Brasília, novembro de 2005.

_____. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, Brasília, reimpresso em 2012.

_____. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – Cras**. Brasília, 2009, reimpresso em 2012

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, reimpressão 2012.

BRESCIANI, M. S. M. **Londres e Paris no século XIX**. O espetáculo da pobreza. 2º ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CASTELO, Rodrigo. A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**, nº 1, v. 20. Rio de Janeiro, p. 85-94, jan./jun. 2010.

CERQUEIRA FILHO, G.; NEDER, G. Conciliação e Violência na História do Brasil. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, nº 2, Rio de Janeiro, p. 189-228, ago. 1978

CERQUEIRA FILHO, Gilásio. **A “Questão Social” no Brasil** – crítica do discurso político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial. São Paulo: Moderna, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo. Introdução. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO B. R., et al. (Orgs). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2014).

CUNHA, Elcemir Paço. Contribuição da questão social em Marx. In: MOLJO, Carina Berta; SANTOS, Cláudia Mônica dos (Orgs.). **Serviço Social e questão social: implicações no mundo do trabalho e no exercício profissional do assistente social em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014a. p. 15-55.

ENGELS, F. Manchester. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **K. Marx, F. Engels: história**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 308-318.

ENGELS, F. Prefácio à Edição Inglesa de 1888. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2010b.

FARIAS, Francisco Adjacy e MARTINS, Mônica Dias. O conceito de pobreza do Banco Mundial. **Revista do Observatório das Nacionalidades: Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 3, n° 5, jul./dez. 2007.

GUEDES, Olegna Souza. Principais doutrinas sociais da Igreja Católica: Rerum Novarum e Quadragesimo Anno. **Implicações da Concepção Neotomista de Homem na Gênese do Serviço Social Brasileiro – 1930/1940**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2000. p. 63-78.

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016a. p. 83-10.

_____. Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco. In: **Serviço Social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016b. p. 287-309.

GUERRA, Y.; ORTIZ, F. da S. G.; VALENTE, J.; FIALHO, Nádia. O debate contemporâneo da “questão social”. In: **III Jornada Internacional de políticas públicas – Questão social e desenvolvimento no século XXI**, 2007, São Luiz, UFMA, 2007.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HENRIQUES, Antônio; MEDEIROS, João Bosco. **Introdução Metodológica**: Monografia no Curso de Direito. São Paulo: Atlas, 2000.

HILTON, Rodney. Introdução. In: Paul Sweezy e outros. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5° ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 9-36.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Legitimidade e crise do Serviço Social – Um ensaio de interpretação sociológica da profissão**. 1982. 236 fls. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. ESALQ/USP, Universidade de São Paulo, 1982.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n° 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36° ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 25° ed. São Paulo: Cortez, 2014a.

_____. A formação acadêmico- profissional no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. 2014b. n° 120. out./dez. p. 609-639.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9° ed. São Paulo: Cortez, 2015.

JACCOUD, Luciana. Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios. In: **Concepção e gestão da Proteção Social não Contributiva no Brasil**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 2009, p. 57-86.

KATS, Cláudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo**. São Paulo: Expressão Popular: Perseu Abramo, 2016

LAURELL, A. C. (org.). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 2° ed. São Paulo: Cortez/Cedec. 1997.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura Social: a reprodução das relações sociais. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. de S. (Orgs.). **Sociologia e Sociedade**: Leituras de introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S/A – LTC. 1977.

LEHER, Roberto. Crise do capital e questão social. **Estudos do Trabalho**, revista da RET (Rede de Estudos do Trabalho), ano III, n° 6, 2010. Disponível em: <<<http://www.estudosdotrabalho.org/4RevistaRET6.pdf>>>. Acesso em: 03/09/2018.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril S.A, 1982.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social identidade e alienação**. 16° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Jose de Souza. **Sobre o Modo Capitalista de Pensar**. 2° ed. São Paulo: Hucitec. 1980.

MARX. Karl. **O Capital**. Livro I, Capítulo IV (Inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978

_____. Del Número 179 de La “Gazeta de Colonia”: Rheinische Zeitung, n° 195, 14 de julio de 1842. In: **Escritos de Juventud de Carlos Marx**. Obras Fundamentais de Marx e Engels. Colección dirigida por Wenceslau Rocés. México: Fondo de Cultura Económica, p. 230-236. 1982.

_____. O Capital: Crítica da Economia Política. **O Processo Global da Produção Capitalista**. Livro Primeiro. Tomo II, capítulos XIII à XXV. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro: **O Processo de Produção do Capital**. 31° ed. v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

_____. O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro: **O Processo de Produção do Capital**. 31° ed. v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. A história dos homens (A ideologia Alemã). In: FERNANDES, Florestan (Org.). **K. Marx, F. Engels: história**. 2° ed. São Paulo: Ática, 1984. p. 182-214.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Relações internacionais, política social e combate à pobreza. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n° 23, v. 6, p. 43-67, jul. 2009.

_____. Desenvolvimento, pobreza e políticas sócias. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 31, v. 11, p. 97-117, 1° Semestre de 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento** – pesquisa qualitativa em saúde. 12° edição. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____ (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34° ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e a sua reprodução. 2° ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: _____ (Org.). **O mito da assistência social**: ensaio sobre Estado, Política e Sociedade. 3°ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 133-146.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n° 30. São Paulo: Cortez. 1989. p. 89-102.

_____. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n° 50. São Paulo: Cortez. 1996. p. 87-107.

_____. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n° 19, p. 134-170. 2007.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: _____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8° ed. São Paulo: Cortez, 2011a, p. 151-161. Apêndice à terceira edição.

_____. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8° ed. São Paulo: Cortez, 2011c.

_____. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 5° ed. São Paulo: Cortez, 2012a.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, n° 111, p. 413-429, jul./set. 2012b

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política** – uma introdução crítica. 8° ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3° ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. **TOPOI**, n° 21, jul./dez. p. 260-282, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P.; STEIN, Rosa Helena. Política Social: universalidade *versus* focalização. Um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, I. et al. (Orgs). **Capitalismo em Crise: Política Social e Direitos**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 106-130.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Proteção Social contemporânea: *cui prodest?* **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013.

_____. **Necessidades humanas**. Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6° ed. São Paulo: Cortez, 2011

POLANYI, Karl. **A grande transformação** – As origens de nossa época. 5° ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

PRZEWORSKI, Adam. A falácia neoliberal. **Lua Nova** – Revista de Cultura e Política, nº 28/29, p. 209-225. 1993.

QUEIROZ, Pablo Polese. **Neodesenvolvimentismo e contrarrevolução no Brasil (2003-2016)**: crítica à economia política do campo democrático-popular. 2016. 665 fls. Tese - (Doutorado em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2016.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

SALAMA, Pierre. Abertura e pobreza: qual abertura. **Revista Políticas Públicas**, v. 9, nº 1, p. 19-216, jul./dez. 2005.

SALAMA, Pierre e DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza**. Economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”** – particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista dos. **As políticas sociais do Banco Mundial para os países em desenvolvimento**. 2010. 281 fls. Tese – (Doutorado em Ciência Política). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2010.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. **CEBRASP**, nº 3, São Paulo. 1972.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2016.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social** – Diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SOARES, Laura Tavares. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. 6º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Proteção Social e seguridade social no Brasil: pautas para o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 116, p. 652-674, out./dez. 2013.

STEIN, Rosa Helena. Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais. **Revista Ser Social, Brasília**, nº 18, p. 79-125, jan./jun. 2006.

_____. Configuração recente dos programas de transferência de renda na América Latina: focalização e condicionalidade. In: BOSCHETT, I. et al. (Orgs). **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 196-219.

THOMPSON, E. P. **Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial**. In: _____. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Mabel Mascarenhas; ALMEIDA, Denise Maria Fank de. Uma análise o trabalho do assistente social no SUAS e a Lei de Regulamentação da Profissão e da NOB RH/SUAS. In: **O trabalho do assistente social do SUAS: entre velhos dilemas e novos desafios**. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2014a. p.161-215.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **História do Serviço Social: contribuição para a construção de sua teoria**. 5º ed. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

VIEIRA, Evaldo A. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 53, p. 67-73, mar. 1997.

YAZBEK, Maria Carmeita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

ANEXOS

Anexo A

Levantamento de Dados dos Assistentes Sociais dos Cras de Londrina

CRAS Centro A										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2006	Coordenador / Técnico	Estatutário	2011	Cras Centro A	4 anos
Sujeito 2	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2011	Técnico	Estatutário	2015	Cras Centro A	3 anos
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização	Presencial	Fecea	2007	Técnico	Estatutário	2015	Cras Centro A	3 anos

Fonte: o próprio autor

CRAS Centro B										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1998	Técnico	Estatutário	2004	Cras Centro B	6 anos
Sujeito 2	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1988	Técnico	Estatutário	2000	Cras Centro B	3 anos

Fonte: o próprio autor

CRAS Leste										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2007	Técnico	Estatutário	2015	Cras Leste	3 anos
Sujeito 2	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2011	Técnico	Estatutário	2011	Cras Leste	7 anos
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2003	Técnico	Estatutário	2012	Cras Leste	3 anos
Sujeito 4	Serviço Social	Especialização	Presencial	Unespar/Fec ea	2010	Técnico	Estatutário	2018	Cras Leste	10 meses
Sujeito 5	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2004	Técnico	Estatutário	2011	Cras Leste	14 meses
Sujeito 6	Serviço Social	Mestrado	Presencial	UEL	1999	Técnico	Estatutário	2000	Cras Leste	6 meses
Sujeito 7	Serviço Social	Mestranda	Presencial	UEL	2003	Técnico	Estatutário	2012	Cras Leste	1 ano 8 meses
Sujeito 8	Serviço Social	Especialização	Presencial	UFMT	2010	Técnico	Estatutário	2012	Cras Leste	6 anos e 10 meses

Fonte: o próprio autor

CRAS Rural										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2008	Técnico	Estatutário	2014	Cras Rural	1 ano e 6 meses
Sujeito 2	Serviço Social	Mestrado	Presencial	UEL	2000	Técnico	Estatutário	2004	Cras Rural	08 meses
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2010	Técnico	Estatutário	2018	Cras Rural	10 meses
Sujeito 4	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1989	Técnico	Estatutário	2000	Cras Rural	1 ano e 8 meses
Sujeito 5	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1988	Técnico	Estatutário	2015	Cras Rural	10 meses
Sujeito 6	Serviço Social	Especialização – 4	Presencial	UEL	2005	Coordenador	Estatutário	2015	Cras Rural	1 mês

Fonte: o próprio autor

CRAS Norte A										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Serviço Social	Especialização – 2	Presencial	UEL	1999	Técnico	Estatutário	2004	Cras Norte A	1 ano
Sujeito 2	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2004	Técnico	Estatutário	2015	Cras Norte A	2 anos
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2005	Técnico	Estatutário	2011	Cras Norte A	3 anos e 9 meses
Sujeito 4	Serviço Social	-	Presencial	UEL	2003	Técnico	Estatutário	2011	Cras Norte A	7 anos
Sujeito 5	Serviço Social	-	Presencial	UEL	2002	Técnico	Estatutário	2010	Cras Norte A	2 anos
Sujeito 6	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2005	Técnico	Estatutário	2015	Cras Norte A	1 ano

Fonte: o próprio autor

CRAS Norte B										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2003	Coordenador	Estatutário	2015	Cras Norte B	3 anos
Sujeito 2	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2002	Técnico	Estatutário	2015	Cras Norte B	3 anos
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1988	Técnico	Estatutário	2004	Cras Norte B	2 anos
Sujeito 4	Serviço Social	Especialização	Presencial	Unespar-Fafipa	2012	Técnico	Estatutário	2015	Cras Norte B	3 anos
Sujeito 5	Serviço Social	Mestrado – Política Social e Serviço Social	Presencial	UEL	2014	Técnico	Estatutário	2018	Cras Norte B	10 meses
Sujeito 6	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2012	Técnico	Estatutário	2018	Cras Norte B	10 meses
Sujeito 7	Serviço Social	-	Presencial	UEL	2011	Técnico	Estatutário	2016	Cras Norte B	2 anos

Fonte: o próprio autor

Cras Oeste A										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Serviço Social	Especialização - 3	Presencial	UEL	2008	Técnico	Estatutário	2011	Cras Oeste A	07 anos
Sujeito 2	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1989	Coordenador	Estatutário	2000	Cras Oeste A	01 ano
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização - 3	Presencial	UEL	2006	Técnico	Estatutário	2011	Cras Oeste A	04 anos
Sujeito 4	Serviço Social	-	Presencial	Unifil UEL	2010	Técnico	Estatutário	2018	Cras Oeste A	8 meses

Fonte: o próprio autor

Cras Oeste B										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Relações Públicas; Serviço Social	Mestrado	1ª presencial/ 2ª EAD.	1ª UEL/ 2ª Unopar	1ª 2012 2ª 2015	Técnico	Estatutária	2018	Cras Oeste B	10 meses
Sujeito 2	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	1990	Técnico	Estatutária	2000	Cras Oeste B	7 meses
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2007	Técnico	Estatutário	2012	CRAS Oeste B	10 meses

Fonte: o próprio autor

Cras Sul A										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Serviço Social	Mestrado	Presencial	UEL	2008	Técnico	Estatutário	2018	Cras Sul A	10 meses
Sujeito 2	Serviço Social	Mestrado	Presencial	UEL	1984	Técnico	Estatutário	2018	Cras Sul A	10 meses
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização	Presencial	UEL	2008	Técnico	Estatutário	2011	Cras Sul A	10 meses

Fonte: o próprio autor

Cras Sul B										
Nome (1)	Formação (2)	Formação continuada (3)	Modalidade de ensino (4)	Instituição de Ensino Superior (5)	Ano de formação (6)	Cargo ocupado (7)	Regime de trabalho (8)	Ano de Ingresso na PML (9)	Local de trabalho (10)	Tempo de trabalho no atual local (11)
Sujeito 1	Serviço Social	Especialização	Presencial	Uel	1998	Coordenador	Estatutário	2000	Cras Sul B	6 anos
Sujeito 2	Serviço Social	Especialização	Presencial	Uel	1992	Técnico	Estatutário	2004	Cras Sul B	1 ano
Sujeito 3	Serviço Social	Especialização	Presencial	Uel	2004	Técnico	Estatutário	2013	Cras Sul B	4 anos
Sujeito 4	Serviço Social	Especialização	Presencial	Uel	2006	Técnico	Estatutário	2011	Cras Sul B	7 anos

Fonte: o próprio autor

Anexo B

Roteiro para Entrevista Semiestruturada

Questões norteadoras da atividade:

- Qual a relação do Serviço Social com o tema pobreza? Como o assunto foi abordado na sua formação? *(O tema foi abordado na graduação? Como o assunto foi apresentado, discutido teoricamente. Como foi feita a construção em torno da pobreza).*

- Como a pobreza se expressa na vida dos usuários? O que significa ser pobre no seu entendimento? *(Quais os impactos na vida dos sujeitos. O que essa condição representa na vida da pessoa. Como ela é percebida pela população que acessa o CRAS).*

- Quais os determinantes que originam e/ou contribuem para a permanência ou ampliação da pobreza na vida desses usuários? *(De onde vem a pobreza? O que garante a sua permanência na sociedade?).*

- Quais as principais demandas dos usuários que se apresentam no atendimento cotidiano?

- Quais as ações possíveis frente à essa demanda? Você entende que a PAS dentro desse serviço (CRAS) assegura essas respostas às demandas?

- Quais as implicações da pobreza para a sociedade?

Anexo C

Declaração de Concordância dos Serviços Envolvidos e/ou de Instituição Co-Participante

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA**
Estado do Paraná**Declaração de Concordância dos Serviços Envolvidos e/ou de Instituição**
Co-Participante

Londrina, 27 de agosto de 2018

Ilma. Sra. Profa. Dra. Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli

Coordenadora do CEP/UEL

Senhora Coordenadora

Declaramos que nós, da Diretoria de Proteção Social Básica, vinculada à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Londrina, estamos de acordo com a condução do projeto de pesquisa "A CONCEPÇÃO DE POBREZA DO ASSISTENTE SOCIAL E AS IMPLICAÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL" sob a responsabilidade de Silvio Aparecido Redon, tão logo o projeto seja aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, até o seu final em agosto de 2019.

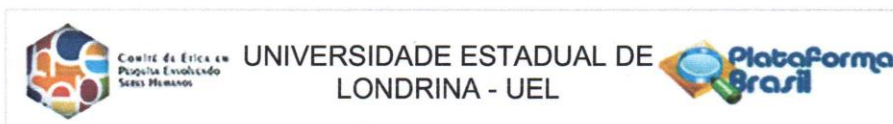
Estamos cientes que as unidades de análise da pesquisa serão os profissionais assistentes sociais, servidores alocados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Londrina, bem como de que o presente trabalho deve seguir a Resolução 466/2012 do CNS e complementares.

Atenciosamente,

Maria Inês Galvão de Melo

Secretária Municipal de Assistência Social

Anexo D
Parecer favorável do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A concepção de pobreza do assistente social e as implicações para o exercício profissional

Pesquisador: SILVIO APARECIDO REDON

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 99430718.4.0000.5231

Instituição Proponente: CESA/SERVIÇO SOCIAL/Prog. de Pós-Graduação em Serviço Social e Política

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.974.352

Apresentação do Projeto:

Pesquisa realizado no Mestrado em Serviço Social e Política Social.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de tipologia explicativa, que visa compreender a concepção de pobreza dos trabalhadores da política de

Assistência Social de Londrina, lotados nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS. Pesquisa documental e de campo cujo objetivo é

compreender se a concepção de pobreza dos assistentes sociais impactam no exercício profissional. A

pesquisa é entorno dos CRAS que se organizam os serviços da proteção

básica, tendo por objetivo a prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios. Os

passos metodológicos: revisão bibliográfica, pesquisa

documental e pesquisa de campo. A pesquisa de campo ser realizada com profissionais assistentes sociais

atuantes nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Amostra: 10 assistentes sociais.

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

CEP: 86.057-970

UF: PR

Município: LONDRINA

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.974.352

Objetivo da Pesquisa:

"Objetivo Primário:

Analisar, a partir da concepção de pobreza dos assistentes sociais que atuam na política de assistência social, no âmbito da proteção social básica, no

município de Londrina/Paraná, as implicações para o exercício profissional. Objetivo Secundário:

Evidenciar como a categoria pobreza tem sido apreendida e problematizada no âmbito do Serviço Social.

Compreender como a categoria pobreza apreendida pela Política de Assistência Social, considerando-a como uma política protetiva e de enfrentamento pobreza no Brasil.

Identificar qual o entendimento sobre a pobreza dos assistentes sociais que atuam junto política de assistência social, no âmbito da proteção social básica, no município de Londrina/Paraná.

Explicitar as principais respostas direcionadas para as demandas que se apresentam ao assistente social no cotidiano profissional, sinalizando suas limitações e potencialidades."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

"Riscos:

Quanto aos riscos, acredita-se sejam baixos, considerando que a participação dos sujeitos não difere da rotina de reuniões profissionais e demais pesquisas que tenha participado. Contudo, ressaltamos que caso seja identificado qualquer risco aos participantes da pesquisa, a mesma será interrompida imediatamente e será realizado o acompanhamento necessário.

Benefícios:

Os benefícios esperados são fomentar o debate sobre o exercício profissional no âmbito da Política de Assistência Social, visando compreender os determinantes acerca da profissão; socializar as experiências profissionais; contribuir para o debate sobre a

Endereço: LABESC - Sala 14
 Bairro: Campus Universitário CEP: 86.057-970
 UF: PR Município: LONDRINA
 Telefone: (43)3371-5455 E-mail: cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.974.352

formao do assistente social; propiciar espaos de debates entre profissionais, docentes e discentes; contribuir para a ampliao da produo cientfica acerca da temtica."

AVALIAÇÃO: Benefícios e riscos apresentados seguem padrões éticos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente pesquisa respeita os aspectos éticos conforme determina a Resolução CNS 466/2012 e 510/2016.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentos apresentados:

- Apresentação da autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social, assinada para secretária municipal de assistência social.
- Folha de Rosto Assinada pela vice coordenadora do curso de Mestrado em Serviço Social - Profa. Dra. Jolinda de Moraes Alves, unidade órgão Cesa/ Serviço Social/ Prog. de Pós Graduação.
- _ Projeto competo, com roteiro de perguntas.
- TCLE.
- Documento da plataforma.
- Declaração de não ter iniciado a coleta de dado com seres humanos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O parecer para a presente pesquisa é de aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador (a),

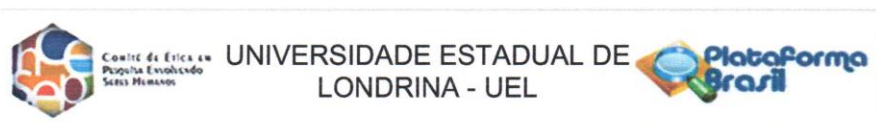
Este é seu parecer final de aprovação, vinculado ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina. É sua responsabilidade imprimi-lo para apresentação aos órgãos e/ou instituições pertinentes.

Coordenação CEP/UEL.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1192171.pdf	17/10/2018 10:25:07		Aceito

Endereço: LABESC - Sala 14
Bairro: Campus Universitário **CEP:** 86.057-970
UF: PR **Município:** LONDRINA
Telefone: (43)3371-5455 **E-mail:** cep268@uel.br



Continuação do Parecer: 2.974.352

Declaração de Pesquisadores	dec_nao_coleta_dados.pdf	17/10/2018 10:24:31	SILVIO APARECIDO REDON	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_modelo_para_adultos_2.pdf	17/10/2018 10:14:47	SILVIO APARECIDO REDON	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_2_scan.pdf	17/10/2018 10:11:25	SILVIO APARECIDO REDON	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_prefeitura_cras.pdf	29/08/2018 13:32:33	SILVIO APARECIDO REDON	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_pesquisa.pdf	01/08/2018 18:43:28	SILVIO APARECIDO REDON	Aceito
Outros	Temo_de_confidencialidade_e_sigilio.pdf	01/08/2018 17:13:39	Silvio Redon	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

LONDRINA, 22 de Outubro de 2018

Assinado por:

**Alexandrina Aparecida Maciel Cardelli
(Coordenador(a))**

Endereço: LABESC - Sala 14

Bairro: Campus Universitário

UF: PR

Município: LONDRINA

CEP: 86.057-970

Telefone: (43)3371-5455

E-mail: cep268@uel.br